

ENIC FAMINAS

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PÓS-GRADUAÇÃO

ANAIS

**XIX ENCONTRO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
FAMINAS
XV ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FAMINAS**

**Muriaé
2022**

E56 Encontro de Iniciação Científica e Pós-Graduação da Faminas (19.:2022: Muriaé).

Anais do XIX Encontro Internacional de Iniciação Científica FAMINAS e do XV Encontro de Pós-Graduação da UNIFAMINAS, 22 a 24 de junho de 2022, [recurso eletrônico]: Ciência e suas Transversalidades: Inovações para a Sociedade/ Organizado por Alexandre Horácio Couto Bittencourt, Fernanda Cristina Abrão da Rocha, Márcia Medeiros Mota et al. [realização FAMINAS BH e Centro Universitário FAMINAS], 2022. 236 p.

Edição digital.

ISBN: 978-65-89983-12-5

1. ENIC 2022. 2. Inovações. 3. Sociedade. I. Bittencourt, Alexandre Horácio Couto. II. Rocha, Fernanda Cristina Abrão da. III. Márcia Medeiros Mota. IV. Título

CDD 506

Para citar este documento:

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FAMINAS DA ZONA DA MATA, 19., 2022, Muriaé. **Anais** [...]. Muriaé: FAMINAS, 2022. 236 p. v. 19. Tema: Ciência e suas transversalidades: Inovações para Sociedade. Disponível em: <https://bibliotecadigital.faminas.edu.br/jspui/handle/123456789/47>. Acesso em:

MANTENEDORA: LAEL VARELLA EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA

Diretor Presidente – Bel. **Lael Vieira Varella Filho**
Diretor Administrativo e Financeiro - Bel. **Esp. Luciano Ferreira Varella**
Diretora Executiva – Bel. **Luisa Vieira Varella**
Gerente administrativo e financeiro - **Eduardo Goulart Gomes**

MANTIDA: FACULDADE DE MINAS – FAMINAS – Campus Muriaé

Reitor – Bel. Esp. **Luciano Ferreira Varella**
Pró Reitor de Ensino- Prof. Dr. **Pedro Henrique Menezes Ferreira**
Vice-Reitora- Bel. **Luisa Vieira Varella**
Pro-Reitor de Administração - **Eduardo Goulart Gomes**
Diretora dos Institutos - **Msc. Fernanda Cristina Rocha Abrão**

CONSELHO EDITORIAL DO ENIC

Editor geral - **Dr. Alexandre Horácio Couto Bittencourt**
Revisor - **Msc. Fernanda Cristina Rocha Abrão**
Coordenação de Pesquisa –**Alexandre Horácio Couto Bittencourt**
Bibliotecária: **Cristina de Souza Maia**

COORDENAÇÃO DE CURSOS CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS

Administração **Wisley de Jesus Vieira**
Análise e Desenvolvimento de Sistemas **Flavio de Andrade Mota**
Arquitetura **Regina Coeli Gouveia Varella**
Biomedicina **Amanda Cândida da Rocha Oliveira**
Ciências Contábeis **Wisley de Jesus Vieira**
Direito **Margarida Maria Espósito dos Santos**
Educação Física **Renato de Souza Lima Junior**
Enfermagem **Soraya Lúcia do Carmo da Silva Loures**
Engenharia Civil **Elias Gomes Figueira Junior**
Engenharia de Produção **Elias Gomes Figueira Junior**
Farmácia **Emílio Santana Abreu**
Fisioterapia **Wescley José de Souza**
Medicina **Profa. Dra. Vera Lúcia Ângelo Andrade/Profa. Adymila Salim Moreira de Rezende**
Nutrição **Renato de Souza Lima Junior**
Odontologia **Cristiane Ferreira Alfenas**
Psicologia **Frabricia Creton Nery**

COORDENAÇÃO DE CURSOS FAMINAS BELO HORIZONTE

Administração **Rosália Gonçalves Costa Santos**
Biomedicina **Adriana Nascimento de Sousa**
Ciências Contábeis **Rosália Gonçalves Costa Santos**
Direito **Renata de Lima Rodrigues**
Enfermagem **Katiucia Martins Barros**
Farmácia **Adriana Nascimento de Sousa**
Medicina **Tatiane Miranda**
Nutrição **Vanessa Patrocínio de Oliveira**
Odontologia **Caroline Santa Rosa**
Psicologia **Henriqueta Regina Pereira Couto**

XIX ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PÓS-GRADUAÇÃO DA FAMINAS
22 a 24 DE JUNHO DE 2022

ISBN: 978-65-89983-12-5

Av. Cristiano Ferreira Varella, 655 - Bairro Universitário CEP: 36880-000 - Muriaé – MG
Telefone: 0/xx/32/3729-7555 e-mail: editora@faminas.edu.br

Editor Chefe: Dr. **Sérgio Gomes da Silva**

COMISSÃO CIENTÍFICA DO XIX ENIC e XV EPG UNIFAMINAS

Alessandra Soares Monteiro
Alexandre Horácio Couto Bittencourt
Andreza de Souza e Silva
Barbara Assis Pereira Lacerda
Douglas Ribeiro Lucas
Fernanda Cristina Rocha Abrão
Filipi Zanirati Damica
Jessica Sales Henriques
Larissa de Souza Pereira
Marcela Marques Silva
Randolpho Radsack Correa
Renato de Souza Lima Junior
Sérgio Gomes da Silva
Simone Monteiro
Thaylini Querino dos Santos Conceição

XIX ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PÓS-GRADUAÇÃO DA FAMINAS
22 a 24 DE JUNHO DE 2022

ISBN: 978-65-89983-12-5

COMISSÃO ORGANIZADORA DO XVIII ENIC E XIV EPG UNIFAMINAS

Alessandra Soares Monteiro
Alexandre Horácio Couto Bittencourt
Fernanda Cristina Abrão da Rocha
Raphaela Paes Gonzaga Leite
Márcia Medeiros Mota

SUMÁRIO

TRABALHOS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE -----	15
CONCENTRAÇÃO DE MONOTERPENOS NOS ÓLEOS ESSENCIAIS E SEU IMPACTO NA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA-----	16
NEUROINFLAMAÇÃO NA DOENÇA DE ALZHEIMER - O PAPEL DAS PROTEÍNAS -----	18
NEUROINFLAMAÇÃO NA DOENÇA DE PARKINSON: O PAPEL DA MICROGLIA -----	19
INFLUÊNCIA DA INATIVIDADE FÍSICA E DO TEMPO DE CARGO DE TRABALHO NA PREVALÊNCIA DE LOMBALGIA EM COSTUREIRAS DA CIDADE DE EUGENÓPOLIS–MG -----	20
AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE ANSIEDADE EM COLABORADORES DO ENSINO SUPERIOR EM BELO HORIZONTE, MG -----	21
AVALIAÇÃO NUTRICIONAL E PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA POPULAÇÃO ADULTA DA REGIÃO CENTRO-SUL DE BELO HORIZONTE, MG-----	22
EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO CONTROLE DO VETOR DA DENGUE-----	23
PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS DO DIABETES MELLITUS POR MEIO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AFERIÇÃO DA GLICEMIA CAPILAR-----	24
ACIDEZ TITULÁVEL DE IOGURTES NATURAIS COMERCIALIZADOS EM UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA-----	25
ANÁLISE DA QUALIDADE FÍSICO-QUÍMICA ÁGUA DA ESCOLA MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES - MG-----	26
ANÁLISE SISTEMÁTICA DAS AGRESSÕES POR MORDIDAS E HEMATOMAS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES -----	28
AVALIAÇÃO DA ACIDEZ DE LEITE UHT COMERCIALIZADO EM MURIAÉ-MG -----	29
AVALIAÇÃO DO PERFIL DOS USUÁRIOS DE GENGIBRE E O LEVANTAMENTO DOS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS PELOS QUAIS OS PARTICIPANTES DA PESQUISA O UTILIZAM---	30
CARACTERIZAÇÃO DAS REAÇÕES ADVERSAS TARDIAS À QUIMIOTERAPIA INFUSIONAL EM PACIENTES AMBULATORIAIS COM CÂNCER DE MAMA DO HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ-MG -----	31
DESENVOLVIMENTO FARMACOTÉCNICO DE CÁPSULAS DE CAFEÍNA: UMA PROPOSTA MAGISTRAL -----	32
ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO SENSORIAL DE DOCE DE LEITE EM PASTA COM DIFERENTES CONCENTRAÇÕES DE AÇÚCAR -----	33
ESTUDOS DE PRÉ-FORMULAÇÃO PARA O REVESTIMENTO DE COMPRIMIDOS DE <i>VALERIANA OFFICINALIS L.</i> -----	34
EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS EM ESTÁGIO DE FARMÁCIA CLÍNICA-----	35
IDENTIFICAÇÃO DE TANINOS ATRAVÉS DA REAÇÃO DE PRECIPITAÇÃO COM GELATINA-----	36
OTIMIZAÇÃO BIOFARMACÊUTICA POR MEIO DE EXCIPIENTES: CASO DA SINVASTATINA-----	37
PERCEPÇÕES DE ACADÊMICOS SOBRE A EUTANÁSIA -----	38
REDES SOCIAIS E O ENSINO EM HISTOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO NO INSTAGRAM®-----	39

A IMPORTÂNCIA DA DESPRESCRIÇÃO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE EM MEIO À ASCENSÃO DA POLIFARMÁCIA -----	40
ATIVIDADE BACTERIOSTÁTICA DO EXTRATO AQUOSO <i>SYZYGIUM AROMATICUM</i> SOBRE <i>ESCHERICHIA COLI</i> E <i>STAPHYLOCOCCUS AUREUS</i> -----	41
AVALIAÇÃO DO POTENCIAL BACTERIOSTÁTICO DO EXTRATO AQUOSO DE <i>CURCUMA LONGA L.</i> SOBRE <i>ESCHERICHIA COLI</i> E <i>STAPHYLOCOCCUS AUREUS</i> -----	42
EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA USUÁRIOS DIABÉTICOS DA UBS SÃO CRISTÓVÃO, EM MURIAÉ-MG -----	43
ESTUDO DAS ALTERAÇÕES HISTOPATOLÓGICA E USO DA IMUNO-HISTOQUÍMICO COMO FERRAMENTA COMPLEMENTAR À ANÁLISE DO PARASITISMO TECIDUAL EM PELE DE CÃES NATURALMENTE INFECTADOS COM <i>LEISHMANIA (LEISHMANIA) INFANTUM CHAGASI</i> ANTES E APÓS TRATAMENTO COM ANTIMONIATO DE MEGLUMINA ENCAPSULADO EM LIPOSSOMAS NANOMÉTRICOS E ALOPURINOL-----	44
REABILITAÇÃO VISUAL EM PACIENTE COM BAIXA VISÃO SECUNDÁRIA À RETINOPATIA DA PREMATURIDADE -----	46
RELATO DE CASO: ABORDAGEM NEUROCIRÚRGICA DE NEUROCRÍPTOCOCOSE EM INDIVÍDUO COM CLÍNICA NÃO APARENTE-----	47
SAÚDE INTEGRAL DA MULHER: DIREITO À EDUCAÇÃO SEXUAL -----	48
A MEMÓRIA AFETIVA E SENSORIAL COMO MECANISMO DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA IDOSOS-----	49
ALTERAÇÕES DE HÁBITOS E COMPORTAMENTOS ALIMENTARES DE DESPORTISTAS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ – MG DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID-19-----	51
ASSISTÊNCIA HUMANIZADA AO IDOSO: COMO DIFERENTES PREPARAÇÕES PODEM INFLUENCIAR NA SAÚDE DO IDOSO -----	52
ASSOCIAÇÃO ENTRE O ESTADO NUTRICIONAL E A INTENSIDADE DA DOR DE MULHERES COM FIBROMIALGIA -----	54
AVALIAÇÃO DA ACIDEZ TITULÁVEL DE LEITES FERMENTADOS COMERCIALIZADOS EM UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA-----	55
COMBATE A FOME ATRAVÉS DE PAPHINHAS NUTRITIVAS -----	56
CONCIENTIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA HIGIENE E SAÚDE ORAL PARA A MELHORA DA NUTRIÇÃO DE IDOSOS: INTERVENÇÃO JUNTO A ESTUDANTES DE CURSO DE CUIDADOR DE IDOSOS. -----	57
CONSUMO ALIMENTAR E HÁBITOS DE VIDA DE MULHERES COM FIBROMIALGIA RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ - MG-----	58
COOKIE NUTRITIVO PARA O COMBATE A INSEGURANÇA ALIMENTAR -----	59
DESENVOLVIMENTO DE BARRA CEREALIS PARA O COMPLEMENTO ALIMENTAR NA DIETA DE CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR NO COMBATE A FOME E CARÊNCIAS NUTRICIONAIS -----	60

DESENVOLVIMENTO DE UM COOKIE NUTRITIVO DE CENOURA E RASPAS DE LARANJA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR PARA CRIANÇAS ASSISTIDAS EM CASAS DE ACOLHIMENTO -----	60
DESENVOLVIMENTO DE UM CREME NUTRITIVO DE INHAME, BANANA E CACAU COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR DE CRIANÇAS ASSISTIDAS EM CASAS DE ACOLHIMENTO -----	63
ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ - MG -----	64
IOGURTE PROTEICO: CRIANÇAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL -----	65
NUTFLOWER: CREME NUTRITIVO PARA POPULAÇÃO EM VULNERABILIDADE SOCIAL -----	66
NUTRIÇÃO E MEMÓRIA: A ALIMENTAÇÃO COMO AGENTE PROMOTOR DA MEMÓRIA EM IDOSOS -----	67
PERFIL NUTRICIONAL, ASPECTOS ALIMENTARES E OCORRÊNCIA DE COMPROMETIMENTOS GASTROINTESTINAIS EM IDOSOS ASSISTIDOS POR SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA DOMICILIAR -----	68
PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO COMO FATOR DE PREVENÇÃO DA SARCOPENIA EM IDOSOS -----	69
PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR POR MEIO DA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL: COMO COMER MELHOR GASTANDO MENOS-----	70
RELAÇÕES COM O ATO DE COMER E COM A DOENÇA, E A QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES COM DIABETES TIPO 1-----	71
TORTA PROTEICA PARA IDOSOS AO COMBATE À DESNUTRIÇÃO-----	72
PERCEPÇÃO SOBRE SUSTENTABILIDADE ENTRE ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA: UM ESTUDO PRELIMINAR-----	73
A TECNOLOGIA ALIADA A PREVENÇÃO DE ACIDENTES PERFUROCORTANTES-----	75
A PSICOPATOLOGIA PARA A PSICOLOGIA ARQUETÍPICA: UM OLHAR PARA O SOFRIMENTO MENTAL SOB O PRISMA DE JAMES HILLMAN-----	76
AGRAVAMENTO DO SINTOMA DEPRESSÃO EM PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON NAPANDEMIA DA COVID-19-----	77
AUTOUIDADO NA PANDEMIA: UMA INTERVENÇÃO GRUPAL REALIZADA COM PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO -----	78
DESENVOLVIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA CARTILHA SOBRE HIGIENE DO SONO PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE -----	79
O PAPEL DA ARTE NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS (CAPSAD) -----	80
TRABALHOS CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA-----	81
A EVOLUÇÃO DOS ESPAÇOS CELEBRATIVOS AO LONGO DA HISTÓRIA DA ARQUITETURA -----	82

A IMPORTÂNCIA DO MERCADO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO - UM ESTUDO DE CASO PARA GUARAPUAVA – PR -----	83
A NEURORQUITETURA COMO FERRAMENTA EM BUSCA DE UM PARTO MAIS HUMANIZADO -----	85
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS): AÇÕES DE COMBATE AO DÉFICIT HABITACIONAL, MURIAÉ-MG-----	87
TRABALHOS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS -----	88
A IMPORTÂNCIA DO ADMINISTRADOR PARA UM RESULTADO SUSTENTÁVEL-----	89
ADAPTAÇÃO DA METODOLOGIA SCRUM PARA ESTRUTURAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS NAS EMPRESAS -----	90
ESTUDANTES DE REDE DE ESCOLA PÚBLICA: PREPARAÇÃO PARA O INGRESSO AO MERCADO DE TRABALHO -----	91
O IMPACTO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA NAS EMPRESAS-----	92
A INFLUÊNCIA DO AVANÇO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DA REGIÃO DE SANTA LUZIA -----	93
ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO DA EMPRESA VALE S.A. NO PERÍODO DE 2016 A 2021 -----	95
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE UMA EMPRESA DO SETOR CINEMATOGRÁFICO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: O CASO DA CINESYSTEM S.A. -----	96
EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NOS PRAZOS MÉDIOS DE ATIVIDADE E NA LUCRATIVIDADE DA LOJAS RENNER S.A.-----	97
EFEITOS GERADOS PELA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NA ESTRUTURA DE CAPITAL E NA RENTABILIDADE DA OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS CVC-----	98
ÉTICA E SUSTENTABILIDADE: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DOS PERÍODOS INICIAIS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS MURIAÉ-----	99
IMPACTOS DA ADOÇÃO DO MODELO DIGITAL EM UMA EMPRESA DE SERVIÇOS CONTÁBEIS -----	100
IMPACTOS DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NA ESTRUTURA DE CAPITAL E NA LUCRATIVIDADE DA GOL LINHAS AÉREAS S.A.-----	102
O AGRONEGÓCIO E SUAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS APLICADOS A UMA PEQUENA COMUNIDADE RURAL DA ZONA DA MATA MINEIRA -----	103
A BANALIZAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA E SEUS REFLEXOS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO-----	105
A EFICÁCIA DA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS NO BRASIL-----	106
A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL -----	107

A MUDANÇA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO PROVOCADAS PELOS APLICATIVOS DE TECNOLOGIA : UBERIZAÇÃO E AS MUDANÇAS NOS MECANISMOS DE SUBMISSÃO E CONTROLE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.-----	108
A POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE PERFIS ANÔNIMOS EM REDES SOCIAIS E O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO-----	110
A VIABILIDADE DO CONTRATO DE NAMORO PARA DESCARACTERIZAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL-----	112
ASPECTOS SOCIOJURÍDICOS DO FEMINICÍDIO-----	113
ASSÉDIO SEXUAL DE PROFESSORES CONTRA ALUNOS-----	114
CONFLITO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS: A LIBERDADE DE EXPRESSÃO VERSUS OS DIREITOS DE PERSONALIDADE-----	115
CPI: UMA ANÁLISE JURÍDICO HISTÓRICA DO INSTITUTO-----	116
DESINFORMAÇÃO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO: O QUE ESPERAR DAS REDES SOCIAIS EM ANO ELEITORAL?-----	118
DIREITO AO ESQUECIMENTO <i>VERSUS</i> EXPOSIÇÕES MUDIÁTICAS: UMA ANÁLISE DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA-----	119
DIREITO PROCESSUAL CIVIL: UM NOVO CENÁRIO PÓS-PANDEMIA-----	120
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SEUS REFLEXOS NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA-----	121
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E <i>HATE SPEECH</i> NO BRASIL: O CASO ELLWANGER-----	122
O CONFLITO NA UCRÂNIA E O DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS---	123
O DIREITO À MORADIA, A IMPORTÂNCIA DE MORADIA ADEQUADA E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA-----	124
O DIREITO DE IMAGEM APLICADO À REALIDADE DA PESSOA PÚBLICA-----	126
O DIRETO À EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS NO BRASIL.-----	127
O RECONHECIMENTO DA INDIGNIDADE DO ADOLESCENTE QUE MATOU MÃE E IRMÃO NO SERTÃO DA PARAÍBA SOB A ÉDIGE DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.943.848-----	129
O SUJEITO E A SUA REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA PELO NOME À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO-----	130
PROMOÇÃO DA DIGNIDADE: DESENVOLVIMENTO DE CARTILHA SOBRE DIREITOS TRABALHISTAS.-----	131
REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS: COMPETÊNCIA LEGISLATIVA EM MATÉRIA DE DIREITO E FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO-----	132
SISTEMA CONSTITUCIONAL DE CRISES E A LIMITAÇÃO À LIBERDADE DE REUNIÃO-----	133
UMA ANÁLISE PAUTADA NA CONTEMPORANEIDADE: ANIMAIS COMO BENS MÓVEIS OU SUJEITOS DE DIREITO?-----	134
TRABALHOS PÓS-GRADUAÇÃO-----	135

ATÉ QUE O CRIME AS EVIDENCIE: MULHERES, CRIMINALIDADE E TRAJETÓRIAS EM SANTA LUZIA DO CARANGOLA NO FIM DO OITOCENTOS -----	135
A JUSTIÇA E A VIOLÊNCIA NO INTERIOR: CRIMINALIDADE E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS EM SANTA LUZIA DO CARANGOLA - 1873-1889-----	149
A REVITIMIZAÇÃO DA MULHER EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	165
ADOCIMENTO MENTAL APÓS DESASTRES E O DESENVOLVIMENTO DA RESILIÊNCIA NUMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA-----	173
APLICAÇÃO DE INTEGRAL DUPLA NO CÁLCULO DE MOMENTO DE INÉRCIA -----	184
APPLICATION OF DUAL INTEGRAL IN THE CALCULATION OF MOMENT OF INERTIA -----	184
CRITÉRIOS PARA SEGMENTAÇÃO E QUANTIDADE DE SEGMENTOS OPERACIONAIS REPORTADOS POR EMPRESAS BRASILEIRAS EM SUAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -----	187
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO NOVO JEITO DE ENSINAR E APRENDER -----	193
EDIÇÃO GÊNICA E LINHAGEM GERMINATIVA – A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DAS SAÚDES SOBRE O DILEMA BIOÉTICO-----	201
ENDIVIDAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO NO CENÁRIO BRASILEIRO-----	206
RECONHECER E CRIMINALIZAR: UMA ANÁLISE ACERCA DA POSSIBILIDADE DE TIPIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA -----	215
REFLEXÕES SOBRE O REPOSICIONAMENTO DE DROGAS ANTI-COVID-19 -----	224
USO RACIONAL DOS MEDICAMENTOS: A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA PREVENÇÃO A RESISTÊNCIA BACTERIANA-----	228

TRABALHOS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

CONCENTRAÇÃO DE MONOTERPENOS NOS ÓLEOS ESSENCIAIS E SEU IMPACTO NA
ATIVIDADE ANTIMICROBIANA

Lorena M. dos SANTOS (IC – lorenamendesbiom@gmail.com)¹, e Fernanda M. FERNANDES (PQ)²
1. Curso de Biomedicina; 2. Professor Centro Universitário - FAMINAS - 36888-233 - MURIAÉ-MG

Palavras-chave: Antimicrobiano, óleo essencial, monoterpenos.

APRESENTAÇÃO: As plantas medicinais possuem inúmeros princípios ativos naturais que são divididos em grupos complexos e alvo de inúmeras pesquisas acerca de seu potencial terapêutico. Os óleos essenciais são um grupo distinto de princípios ativos naturais que se caracterizam como misturas complexas, voláteis, de baixo peso molecular obtidos através do metabolismo secundário das plantas [1]. Podem ser extraídos por diversas técnicas que podem alterar as concentrações dos seus compostos, caracterizados de acordo com sua estrutura molecular em: Terpenos, álcoois, aldeídos, ésteres, fenóis, éteres e óxidos, peróxidos, furanos, lactonas e ácidos [7]. Eles são compostos majoritariamente por Terpenos formados por 10 a 15 átomos de carbono, os quais são subdivididos em monoterpenos e sesquiterpenos responsáveis pelo seu potencial anti-inflamatório, antimicrobiano e antioxidante [2, 5, 7]. Deste modo, o presente estudo trata-se de uma revisão de literatura com o objetivo de avaliar a concentração de monoterpenos nos óleos essenciais e seu impacto na atividade antimicrobiana. **DESENVOLVIMENTO:** Devido ao seu alto grau de lipofilia os óleos essenciais atravessam a membrana bacteriana e se permeabilizam, como consequência, levam a uma perda de íons, reduzem o potencial de membrana e induzem uma perda do ATP. Eles também são capazes de coagular o citoplasma e danificar os lipídeos e proteínas de membrana, causando lise celular. A ação antimicrobiana dos monoterpenos vem sendo descrita por seu efeito tóxico na bicamada lipídica causando modificações na estrutura e função da membrana, resultando em desordens de proteínas presentes na membrana, inibição da respiração celular e causando danos que levam ao comprometimento das funções. Estudos realizados por diversos autores demonstram que os óleos essenciais ricos em monoterpenos possuem maior atividade inibitória comparado aos óleos ricos em sesquiterpenos. Em uma pesquisa desenvolvida por Toscan [7] com o objetivo de avaliar a atividade antimicrobiana e antioxidante de terpenoides, é mencionado em seus resultados que o monoterpeno citral apresentou a melhor ação antimicrobiana frente aos microrganismos testados. Miranda e colaboradores [5] afim de avaliar a atividade antioxidante e antimicrobiana de óleos essenciais de diversas espécies contra diversos patógenos, demonstram que os óleos essenciais ricos em monoterpenos possuem uma atividade inibitória muito maior comparado aos óleos ricos em sesquiterpenos. Cutrim e colaboradores [2] e Diermer [3] avaliaram a atividade antimicrobiana do óleo essencial de gengibre em duas bactérias, obtendo bons resultados. Na composição de seus óleos essenciais, 40,4% dos constituintes majoritários eram monoterpenos, enquanto 42,6% correspondia a composição total de monoterpenos no óleo essencial. Natta e colaboradores [6] conduziram pesquisas acerca da atividade antimicrobiana do óleo essencial de cinco espécies de *Zingiberaceae* contra 4 bactérias patogênicas, e chegaram à conclusão de que o óleo que desempenhou melhor atividade era rico em monoterpenos e monoterpenos oxigenados. **CONCLUSÃO:** Diante de estudos realizados por diversos autores, conclui-se que a concentração de monoterpenos presentes nos óleos essenciais estão diretamente relacionados a sua atividade antimicrobiana. Diante disso, a bioprospecção de substâncias ativas torna-se de suma importância para o desenvolvimento de novos antibióticos de origem natural. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS por proporcionar a realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] AMARAL, F. **Técnicas de Aplicações de óleos essenciais: Terapias de saúde e beleza.** Cengage Learning Brasil, 2015. 9788522122738. [2] CUTRIM, E. S. M. *et al.* Avaliação da Atividade Antimicrobiana e Antioxidante dos Óleos Essenciais e Extratos Hidroalcoólicos de *Zingiber officinale* (Gengibre) e *Rosmarinus officinalis* (Alecrim). **Rev. Virtual Quim.**, v.11, n.1, p. 60-81, 2019. [3] DIEMER, A. W. Ação antimicrobiana de *Rosmarinus officinalis* e *Zingiber officinale* frente a *Escherichia coli* e *Staphylococcus aureus* em carne mecanicamente separada de frango. **(Dissertação) – Mestrado.** Centro universitário univates, 2016. [4] LIMA, D. S. *et al.* Estudo da atividade antibacteriana dos monoterpenos timol e carvacrol contra cepas de *Escherichia coli* produtoras de β -lactamases de amplo espectro. **Rev Pan-Amaz Saude.** v. 8, n. 1, p. 17-21, mar. 2017. [5] MIRANDA, C. A. S. F. *et al.* Óleos essenciais de folhas de diversas espécies: propriedades antioxidantes e antibacterianas no crescimento de espécies patogênicas. **Revista Ciência Agrônômica,** [Fortaleza], vol. 47, n. 1, p. 213-220, jan./mar. 2016. [6]

NATTA, L. *et al.* Essential oil from five Zingiberaceae for anti food-borne bacteria. **International Food Research Journal**, v.15, n.3, p.337-46, 2008. [7] TOSCAN, C. M. Atividade antimicrobiana e antioxidante de terpenoides. (Dissertação) – Mestrado. UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, 2010.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 – Microbiologia

Área do Conhecimento (CNPq): 2.08.00.00-2 - Bioquímica

NEUROINFLAMAÇÃO NA DOENÇA DE ALZHEIMER - O PAPEL DAS PROTEÍNAS

Jenyfer Labri Da Rocha **AZEVEDO**(IC)¹; Roberta De Souza **SILVA** (IC)¹; Fernanda Fochat **HENRIQUE** (IC)¹; Isadora Souza **CARVALHO** (IC)¹; e Mariana de Almeida **AZEVEDO**(PQ)²

1. Curso de Biomedicina; 2. Professor Centro Universitário - FAMINAS - 36888-233 - MURIAÉ- MG

Palavras-chave: Neuroinflamação; Proteína; Alzheimer.

INTRODUÇÃO: A doença Alzheimer (DA) é a demência mais comum, uma doença neurodegenerativa, irreversível e progressiva, que afeta principalmente a população idosa acima de 60 anos, com sintomas característicos como a perda de memória, alterações de humor, dificuldade de atenção, além de sintomas cognitivos que podem gerar incapacitação do indivíduo com o tempo [1]. Diversas regiões do Sistema Nervoso Central (SNC) são atingidas, causando a degradação de neurônios, redução de neurotransmissores, como a acetilcolina (ACH), juntamente com o aceleração do envelhecimento natural do cérebro, com início no hipotálamo, se espalha por todo encéfalo conforme a DA evolui [2]. Estudos demonstram que a DA ocorre devido ao acúmulo do peptídeo beta-amiloide (A β) e da proteína TAU [1,3]. O A β e a TAU tem papel importante, a primeira responsável por criar “armadilhas” em formas de teias de aranhas para eliminar micróbios ou ameaças no nosso organismo, já a segunda responsável pela maioria dos emaranhados encontrados em regiões do hipocampo e próencéfalo basal, responsáveis pela estabilização dos microtúbulos dos axônios, porém não são o principal responsável pela DA, mas auxiliam na progressão da mesma [3]. Este estudo é uma revisão de bibliografia de artigos, com intuito de explorar o processo inflamatório na doença de Alzheimer e as alterações sistêmicas. **DESENVOLVIMENTO:** A Inflamação é um conjunto de reações complexas que ocorre em tecidos vascularizados, obtendo a ativação de células de defesa, no intuito de combater dano tecidual. Na DA percebe-se que o depósito de A β pode ocasionar uma neuroinflamação, causando a neurodegeneração e danos celulares característicos desta doença [3]. Estudos sugerem que este peptídeo, ativa as microglias, células de defesa do SNC, ocasionando a resposta inflamatória com a liberação de neurotoxina e citosinas como a interleucina (IL)-6, fator de necrose tumoral (TNF), e proteína-c-reativa, marcador de resposta inflamatória sendo encontrados em pacientes de DA em todas as fases [4]. Outro fator determinante da possível causa da neuroinflamação ocasionada por DA, é o fator genético, a ApOE (Apolipoproteína E) e a APP (Proteína precursora de amiloide) reguladoras inflamatórias, e dependendo da sua concentração no organismo, podem exercer funções tóxicas ou tróficas deste modo também podendo ocasionar a neuro inflamação [5]. A inflamação consiste na resposta da imunidade inata, a fim de proteger o hospedeiro de patógenos e agentes infecciosos, a ativação do sistema de defesa e de inflamação decorrentes das lesões e da destruição das células do SNC, proveniente da disposição dos peptídeos β -amiloides, desempenhando um papel significativo na doença de Alzheimer. Onde ocorre a neuroinflamação proveniente dos danos teciduais, dispostos principalmente por neurotoxinas, gerando um complexo de reações dinâmicas, evidenciando a neuroinflamação por intermédio de células do sistema imune na DA, levando a neurodegeneração, provocando alterações funcionais e/ou morte neural [6]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O acúmulo de proteínas no cérebro na DA, leva a ativação da microglia e astrócitos, ativando uma resposta neuroinflamatória, caracterizada pela liberação dos mediadores inflamatórios e a neuroinflamação, contribuindo para a degeneração. **BIBLIOGRAFIA:** [1] YAO, Kai; ZU, Heng-Bing. MICROGLIAL POLARIZATION: NOVEL THERAPEUTIC MECHANISM AGAINST ALZHEIMER’S DISEASE. *Springer Nature Switzerland AG*, 2019. [2] MRAK, Robert. MICROGLIA IN ALZHEIMER BRAIN: A NEUROPATHOLOGICAL PERSPECTIVE. Vol. 2012/ Article ID 165021, 6 pages, *International Journal of Alzheimer’s Disease*, 2012. [3] (Viegas, F. P. D. et al.,2011) [4] PIMENTEL, Annelisa, OLIVEIRA, Izabella, ROCHA, Herminio. NEUROINFLAMAÇÃO NA DOENÇA DE ALZHEIMER. Vol. 6, pág 14, 2020, *Revista Brasileira Militar de Ciências*, 2020. [5] ROCHA, Natália Pessoa; MARTINS, Luiza da Conceição Amorim; TEIXEIRA, Antônio Lúcio; JOSÉ, Helton; **Processo** [6] PIMENTEL, Annelisa ¹, OLIVEIRA, Izabella ², ROCHA, Herminio³. NEUROINFLAMAÇÃO NA DOENÇA DE ALZHEIMER. Vol. 6 , pág 14, 2020, *Revista Brasileira Militar de Ciências*, 2020.

ÁREAS DO CONHECIMENTO:

2.11.00.00-4 – Imunologia 9.06.00.00-2-Biomedicina

NEUROINFLAMAÇÃO NA DOENÇA DE PARKINSON: O PAPEL DA MICROGLIA

Isadora Souza **CARVALHO** (IC)¹; Fernanda Fochat **HENRIQUE** (IC)¹; RobertaDe Souza **SILVA** (IC)¹; Jenyfer Labri Da Rocha **AZEVEDO**(IC)¹ e Mariana de Almeida **AZEVEDO**(PQ)²

1. Curso de Biomedicina; 2. Professor Centro Universitário -FAMINAS - 36888-233 - MURIAÉ-MG

Palavra-chave: Neuroinflamação, Parkinson, Microglia.

INTRODUÇÃO: A doença de Parkinson (DP), é caracterizada como uma doença neurodegenerativa que ocorre devido a morte de células da substância negra produtora de dopamina [1]. Entretanto, estudos vem demonstrando que a agregação de α -sinucleína e a neuroinflamação contribui para o desenvolvimento da DP [2]. O presente estudo consiste em uma revisão bibliográfica de artigos publicados entre os anos de 2014-2020 a fim de explorar a neuroinflamação na DP e o papel da microglia. **DESENVOLVIMENTO:** A neuroinflamação é um dos grandes marcadores da DP, sendo a microglia uma das células com maior interveniência neste processo, atuando em efeitos neuroprotetor e neurotóxico [3]. A microglia é uma célula derivada dos progenitores macrófágicos do sistema imunológico, possuindo um papel valioso nas respostas imunes do SNC [4]. Na DP a microglia pode ser ativada devido ao desenvolvimento de agregados proteicos em várias partes do cérebro, conhecidos como corpos de Lewy [5,6]. Estes corpos são formados devido a alterações na homeostase celular que induzem perturbações nos equilíbrios entre as diferentes formas de α -sinucleína. A inibição ou diminuição do sistema de reparação e degradação da α -sinucleína, promove um desequilíbrio elevando a morte neuronal, sendo capazes de interferir na homeostase de células vizinhas [6]. A resposta inflamatória dessas alterações está associada a neurodegeneração de neurônios dopaminérgicos, sendo assim, mecanismos anti-inflamatórios e fagocíticos são liberados pela microglia podendo atenuar a neurotoxicidade [7]. Esses mecanismos ocorrem por meio de citocinas, como as interleucinas 4, 10 e 13 (IL-4, IL-10 e IL-13). A IL-4 e IL-13 são reconhecidas por seus receptores e extinguem a síntese de proteínas pró-inflamatórias (IL-6 e TNF- α). Já a IL-10 reduz a ativação da microglia e inibe a produção do TNF- α , dando proteção aos neurônios dopaminérgicos evitando a morte neuronal [3,7,8]. Contudo, com a microglia ativada, efeitos nocivos surgem, devido à liberação de fatores neurotóxicos (IL-6 e TNF- α) [9]. Estes, quando liberados, provocam inflamação na barreira hematoencefálica promovendo a neuroinflamação e consequente degeneração dos neurônios dopaminérgicos [10]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A DP está diretamente relacionada a neuroinflamação no SN tendo a microglia um importante papel na mediação do desenvolvimento da doença, podendo atuar como neuroprotetora e neurotóxica com base no tipo e intensidade de estímulo. Pode-se destacar ainda o envolvimento principal de neurônios dopaminérgicos, afetados pelas respostas inflamatórias descontroladas. **REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] AZEVEDO, L. L.; CARDOSO, F.; Ação da levodopa e sua influência na voz e na fala de indivíduos com a doença de Parkinson. **Revista da sociedade brasileira de fonoaudiologia**, 2009 [2] SANTOS, C.C.; Estudos do efeito neuroprotetor e imunomodulador de flavonoides em modelos in vitro da doença de Parkinson. **Repositório institucional da UFBA**, 2017. [3] LE, W.; WU, J.; TANG, Y.; Microglia protetora e sua regulação na doença de Parkinson. **Frontiers em neurociência molecular**, 2016. [4] SONG, Ning et al. Molecular Basis of Disease Astroglial and microglial contributions to iron metabolism disturbance in Parkinson's disease. **Pubmed**, 2018. [5] SILVA, D.J.; Neuroinflamação na doença de Parkinson: avaliação de citocinas induzidas via toll like receptores em células do sangue periférico. **Universidade Federal de Goiás**, 2014. [6] CALDEIRA, M.A.B.; proteína α -sinucleína como alvo terapêutico no tratamento da doença de Parkinson. **Universidade do Algarve**, 2020. [7] GARCIA, C. S.C.; Monografia de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas apresentada à universidade de Lisboa através da Faculdade de Farmácia. Universidade de Lisboa, 2019. [8] LE, W.; WU, J.; YU, T.; Protective microglia and their regulation in Parkinson's disease. **Frontiers in molecular neuroscience**, 2016. [9] JOE, Eun-Hye et al. Astrocytes, microglia, and Parkinson's disease. **Pubmed**, 2018. [10] SOUZA, A.A.; BRAGA, S.A.; SOBRINHO, H.M.R.; Neuroinflamação na doença de Parkinson. **Editora da Puc Goiás**. Goiás, v.43, n.1, p.79-89, 2016.

ÁREAS DO CONHECIMENTO: 2.11.00.00-4 – Imunologia 9.06.00.00-2-
Biomedicina

**INFLUÊNCIA DA INATIVIDADE FÍSICA E DO TEMPO DE CARGO DE TRABALHO NA
PREVALÊNCIA DE LOMBALGIA EM COSTUREIRAS DA CIDADE DE EUGENÓPOLIS-MG**

AKILA MATHEUS DE SOUZA (IC – akilaefi@gmail.com)¹ e
NATÁLIA PORTELA PEREIRA (PQ)²

1. Curso de Educação Física - Bacharelado; 2. Docente
Centro Universitário FAMINAS –FAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Dor Lombar. Comportamento Sedentário. Saúde do Trabalhador.

INTRODUÇÃO: As atividades laborais podem repercutir na saúde e no estilo de vida dos trabalhadores, sendo que em países industrializados a dor lombar acomete grande parte dos trabalhadores[1]. A experiência de trabalho em indústrias têxteis envolve a realização de movimentos repetitivos e longos tempos de permanência em posturas que, ao longo do tempo poderiam apresentar componentes lesivos para a coluna lombar[2]. Entretanto, não se sabe se o tempo de cargo no trabalho estaria associado à lombalgia e se o estilo de vida fisicamente ativo poderia amenizar este quadro em costureiras. O presente trabalho teve como objetivo analisar a prevalência de dor lombar em costureiras da cidade de Eugénópolis-MG, no ano de 2021, buscando investigar se a inatividade física e o tempo de trabalho estariam associados à presença e intensidade da lombalgia. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, com amostra composta por costureiras (n=54; 39±10 anos) que trabalham há no mínimo 6 meses em indústrias têxteis. A presença e a intensidade de sintomas osteomusculares foram obtidas pelo questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares. O nível de atividade física, com as subcategorias Atividade Física Ocupacional (AFO), Exercícios Físicos no Lazer (EFL), Atividades Físicas de Lazer e Locomoção (AFL) e Total, foram determinados pelo questionário de Baecke de Atividade Física Habitual. A amostra foi subcategorizada quanto a Presença de lombalgia (n=37) ou Ausência de lombalgia (n=17). E, as costureiras com dor lombar foram subdivididas de acordo com a intensidade da dor percebida entre Maior Intensidade de Dor (n=22) e Menor Intensidade de Dor (n=15). Para todas estas estratificações foram comparados o nível de atividade física e o tempo de cargo de trabalho. A significância estatística foi considerada quando $p \leq 0,05$. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A prevalência de dor lombar em costureiras correspondeu a 68,5% dos casos das trabalhadoras, cuja intensidade percebida foi de 6,3±2,4 pontos. O tempo de cargo de trabalho foi semelhante entre as costureiras com Presença de lombalgia e Ausência de lombalgia (216±89 vs. 173±104 meses, respectivamente, $p=0,12$), bem como entre as que apresentaram Maior Intensidade da Dor e Menor Intensidade da Dor (209±95 vs. 226±83 meses, respectivamente; $p=0,59$). O nível de atividade física foi semelhante entre as voluntárias com Presença de lombalgia e Ausência de lombalgia (AFO: 2,7±0,4 vs. 2,6±0,3 unidades, $p=0,30$; EFL: 2,3±0,7 vs. 2,3±0,5 unidades, $p=0,98$; AFF: 3,2±0,5 vs. 2,9±0,5 unidades, $p=0,16$; Total: 8,2±1,0 vs. 7,9±0,7 unidades, $p=0,22$; respectivamente). Entretanto, as costureiras que relataram Maior Intensidade de Dor apresentaram menor nível de atividade física em comparação àquelas com Menor Intensidade de Dor (AFL: 2,1±0,7 vs. 2,6±0,7 unidades, $p=0,03$; AFF: 3,0±0,4 vs. 3,4±0,4 unidades, $p=0,01$; Total: 7,9±1,0 vs. 8,7±0,9 unidades, $p=0,02$; respectivamente), exceto AFO (2,8±0,3 vs. 2,6±0,4 unidades, $p=0,25$; respectivamente). Diante disso, torna-se relevante investir em estratégias de melhoria da saúde dessa população, bem como incentivar a prática de atividade física para amenizar futuros sintomas. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que 68,5% das costureiras da cidade de Eugénópolis-MG apresentam a condição de lombalgia no ano de 2021. Adicionalmente, o tempo de cargo de trabalho parece não influenciar nesta condição. Embora a lombalgia pareça não estar associada ao nível de atividade física, a intensidade da dor lombar é inferior nas costureiras com estilo de vida mais ativo. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pelo apoio para a realização deste trabalho e às voluntárias que compuseram a amostra da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: [1] RASO, Vagner; GREVE, Julia M.; POLITO, Marcos D. **Pollock: fisiologia clínica do exercício**. Barueri: Manole, 2013; [2] MACIEL, A.C.C; FERNANDES, M.B.; MEDEIROS, L.S. Prevalência e fatores associados à sintomatologia dolorosa entre profissionais da indústria têxtil. **Revista Brasileira Epidemiologia**, v. 9, n. 1, p. 94-102, 2006. **Área do conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 - Educação Física**

**AValiação DO NÍVEL DE ANSIEDADE EM COLABORADORES DO ENSINO SUPERIOR EM
BELO HORIZONTE, MG**

Robert Silva de **ARAÚJO** (IC – enf.robert021@gmail.com)¹; Raquel Egidio de **SOUZA** (IC – raquelegidio.fj.i@hotmail.com)¹; Thiago Oliveira Andrade **SILVA** (IC – thiagooh2010@hotmail.com)¹; Catarina Clemente **VIVEIROS** (IC – catarina.cat.clemente@gmail.com)¹; Vanessa Patrocínio de **OLIVEIRA** (PQ – vanessa.oliveira@professor.faminas.edu.br)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora *Faculdade de Minas- FAMINAS – BH - 31744-077 – Belo Horizonte, MG.*

Palavras-chave: Transtorno de ansiedade, qualidade de vida, saúde mental.

INTRODUÇÃO: A ansiedade é referenciada por várias nomenclaturas advindos pelos dicionários não técnicos como: angústia, perturbação, aflição de espírito causada pela incerteza, ou também, relacionada a qualquer contexto de perigo. Um fenômeno que estimula o indivíduo a entrar em processo de ação, e quando em excesso, acarreta impactos negativos como a inibição de reações, ou seja, está intimamente relacionada com o funcionamento do corpo e às experiências de vida. De acordo com a Organização Mundial em Saúde (OMS), a ansiedade pode trazer o desequilíbrio homeostático fisiopatológico dos indivíduos que sofrem com esta doença. Sendo assim, um agravante que dependendo das circunstâncias ou intensidade, impacta no funcionamento psíquico (mental) e somático (corporal)[1]. Para Leahy (2011), em poucas palavras, podemos dizer que a ansiedade se caracteriza como uma doença moderna intensa e duradoura, que gera consequências impactantes sobre o indivíduo. (epidemiologia) [2]. O presente estudo teve como objetivos avaliar o nível ansiedade e promover o autoconhecimento sobre o tema em colaboradores do ensino superior. **MATERIAL E METODOS:** A avaliação do nível de ansiedade foi realizada por meio do checklist proposto por Beck, 1985 [3]. A participação dos voluntários ocorreu após a assinatura do TCLE. Após a aplicação do checklist, os participantes foram orientados em relação a boas práticas de vida para controlar a ansiedade e assim evitar os efeitos deletérios a saúde. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da atividade 23 funcionários, de ambos os sexos. Em primeiro momento eles foram encaminhados para uma aula de Sahaja Yoga, prática meditativa associada ao autoconhecimento, e posteriormente foi aplicado o checklist. Dos funcionários participantes do estudo 35% apresentaram ansiedade em grau grave; 30% possuíam grau leve, 26% apresentaram grau moderado de ansiedade, 9% apresentaram grau mínimo de ansiedade. Os resultados mostraram que apesar da maioria dos entrevistados apresentarem graus mais baixos de ansiedade, quando ela estava presente era muito elevada. Assim percebe-se a necessidade e ações que promovam hábitos de vida que reduzam o estresse e a resposta a esse. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que é de extrema relevância, nos ambientes corporativos, o cuidado com a saúde mental de seus colaboradores, uma vez que a ansiedade evidenciada nesse ambiente está em grau muito elevado. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BVS - Ministério da Saúde - **Dicas em Saúde**. (n.d.). Bvsmms.saude.gov.br. Disponível em:< https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/224_ansiedade.html >. Acesso em: 23. Maio.2022. [2] LEAHY, Robert L. **Livre de Ansiedade**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2011. 9788536324708. Disponível em:< <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536324708/> >. Acesso em: 23 maio. 2022. [3] BECK, A.T.; STEER, R.A.; BROWN, G. Beck Anxiety Checklist. Unpublished Manuscript. **University of Pensilvania**. 1985.

Área do conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 – Enfermagem

Área do conhecimento (CNPq): 4.06.00.00-9 - Saúde Coletiva

**AValiação Nutricional e Promoção da Alimentação Saudável para
População Adulta da Região Centro-Sul de Belo Horizonte, MG**

Leticia Cristina Fernandes de **BRITO** (IC - leticiafernandes73@icloud.com)¹; Rafaela Alves **LACERDA** (IC - rafaelalacerda2016@gmail.com)¹; Isabella Cobra de **ANDRADE** (IC - isabella.cobra12@gmail.com)¹; Vanessa Patrocínio de **OLIVEIRA** (PQ - vanessa.oliveira@professor.faminas.edu.br)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora Centro Universitário *FAMINAS - BH* – 31744-077 - Belo Horizonte, MG.

Palavras- chave: Obesidade; Educação em Saúde; Educação Nutricional.

INTRODUÇÃO: A obesidade é uma morbidade caracterizada pelo excesso de gordura corporal, em termos populacionais considera-se o Índice de Massa Corporal (IMC) maior ou igual a 30 kg/m². Estima-se que em 2025 aproximadamente 2,3 bilhões de adultos ao redor do mundo estarão acima do peso, sendo 700 milhões com obesidade. O excesso de adiposidade está associado a maior risco no desenvolvimento de diabetes, doenças cardiovasculares, alterações articulares, alguns tipos de cânceres, hipertensão arterial e depressão. Assim essa doença está diretamente relacionada a pior qualidade de vida e menor longevidade [1]. Diante do impacto da obesidade na saúde, o presente estudo objetivou identificar o estado nutricional e promover orientação em saúde e nutrição. **MATERIAL E MÉTODOS:** O estudo foi realizado na praça Floriano Peixoto em Belo Horizonte, MG. Foi realizada a avaliação antropométrica de voluntários transeuntes do local, por meio da aferição do peso e cálculo do IMC. Além da antropometria os participantes foram questionados sobre realização de atividades físicas. Após a aferição os valores eram analisados e dadas orientações relativas ao cuidado com a obesidade, medidas de prevenção e controle de agravos. Ressalta-se que a participação no estudo foi voluntária e mediante a assinatura do TCLE. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Participaram da ação 66 voluntários, dos quais 30,3% eram homens e 69,7% mulheres, pertenciam a faixa etária de 18 a 79 anos, 50% praticavam exercícios físicos. O perfil nutricional encontrado foi de 11% obesos, 36,3% com sobrepeso, 43,9% eutróficos e 3,03% com baixo peso. O IMC médio encontrado foi de 25,2 kg/m². Os resultados evidenciaram que a maioria do público avaliado está eutrófica, porém a prevalência do excesso de peso estava acima dos valores observados em distribuição estatística normal, portanto configuram-se como pontos de atenção na assistência a saúde. **CONCLUSÃO:** Ações de prevenção e controle da obesidade são fundamentais para a redução nos níveis do excesso de peso que causam potencialmente grande impacto na saúde e qualidade de vida dos indivíduos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRANDÃO, I.; SOARES, D.J. A obesidade, suas causas e consequências para a saúde. 2018. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde da Família) - Instituto de Ciências da Saúde, **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**, São Francisco do Conde, 2018.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO CONTROLE DO VETOR DA DENGUE

Kelsen Christian Fernandes **GONLÇAVES (IC)**¹, Maria Eduarda Gonçalves de **OLIVEIRA (IC)**¹, Lisley Ferreira **ALVES (IC)**¹, Romulo Martins **SOUZA (IC)**¹, Lorena Morais **DELFINO (IC)**¹, Vanessa Patrocínio de **OLIVEIRA (PQ)**²

1. Curso de Enfermagem, 2. Professora FACULDADE DE MINAS – FAMINAS- BELO HORIZONTE - 31744-007 BELO HORIZONTE

Palavras-chave: Educação em saúde, dengue, prevenção.

INTRODUÇÃO: A dengue é uma doença endêmica com picos epidemiológicos, que gera grande número de internações e de óbitos. A transmissão ocorre por ciclo vetorial através da fêmea do mosquito *Aedes aegypti* [1]. Portanto, trata-se de uma zoonose controlável através da vigilância em saúde realizadas todos os membros da comunidade. A eliminação dos focos do vetor (água parada), é o ponto chave nesse controle. Portanto, a conscientização da população sobre para redução vetorial e prevenção da doença deve ser fomentada a todo momento [2]. Nesse sentido o presente estudo teve como objetivo desenvolver ação de educação em saúde para prevenção da dengue, por meio do controle vetorial. **MATERIAL E MÉTODOS:** A dinâmica educativa foi realizada em colégio particular da região leste de Belo Horizonte, região endêmica da dengue e com crescente número de casos, com grupos de 8 a 15 alunos na faixa etária de 8 a 17 anos. Em um primeiro momento os grupos foram convidados a visitar um cenário e identificar os focos do vetor, após as respostas eram passadas orientações sobre os todos os focos, identificados ou não. No segundo momento o conhecimento dos voluntários foi reforçado por meio de questões objetivas. As perguntas foram: “O que é a Dengue?”; “Qual são os sinais e sintomas dessa doença?”; “O que fazer quando tiver um desses sintomas?” e “Qual seria a melhor maneira de tratar a dengue?”. Após a resposta do grupo, foi exposta a resposta correta e justificado o motivo da resposta está correta. Para finalizar a dinâmica foi entregue folheto informativo com uma imagem do vetor com o objetivo de facilitar a identificação do mosquito e a diferenciação do pernilongo comum. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foi observado que no cenário, os participantes de 8 a 12 anos de idade tiveram maior dificuldade de identificação dos focos, a cada 7, identificavam 5. Os alunos de 12 a 17 anos, identificavam 6 a cada 7 focos. Como intervenção para o controle vetorial foi explicado quais eram as boas práticas considerando o cenário apresentado na dinâmica. No que se refere as questões aplicadas, a maior dificuldade foi definir se a dengue é uma doença viral ou bacteriana. A identificação dos sintomas também apresentou baixa assertividade. Os participantes da dinâmica foram bem receptivos, sobretudo os mais jovens, e mostravam interesse em relatar suas experiências pessoais com a doença principalmente relacionado aos casos ocorridos com a família. Esse interesse evidenciou a necessidade de atividades de educação em saúde serem realizadas de maneira lúdica. Ressalta-se que crianças e adolescentes são agentes modificadores do ambiente e da sociedade, portanto, constituem um grupo de grande impacto para a realização de atividades educativas. **CONCLUSÃO:** Controlar a disseminação do vetor da dengue é evitar a sobrecarga do sistema de saúde, além de evitar mortes, assim, a conscientização e educação sobre o tema é primordial, uma vez que os focos de reprodução estão dispostos em ambiente domiciliar. Deste modo, leva-nos a compreensão de que o controle da propagação é uma ação que envolve governo e sociedade. A combinação entre educação em saúde é fator determinante para controle vetorial e disseminação do vírus da dengue. **REFERÊNCIAS:** [1] MENEZES, Ana Maria Fernandes et al. Perfil epidemiológico da dengue no Brasil entre os anos de 2010 à 2019/Epidemiological profile of dengue in Brazil between 2010 and 2019. *Brazilian Journal of Health Review*,[S. l.], v. 4, n. 3, p. 13047-13058, 2021. [2] RAMOS, André Luís Belmiro Moreira et al. A eficiência das ações de combate à dengue na atenção primária à saúde no Brasil. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 3, p. 10575-10595, 2021.

Área do conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

**PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS DO DIABETES MELLITUS POR MEIO DA
EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AFERIÇÃO DA GLICEMIA CAPILAR**

Bianca de Souza **SILVA** (IC – biancadesouza.2012@hotmail.com)¹; Débora Alves **GOMES** (IC – dalvesgomes@yahoo.com.br)¹; Giovanna de Paula Soares **CARDOSO** (IC – giooariana@gmail.com)¹; Letícia Jhennifer **SILVA** (IC – lele-jhennifer@hotmail.com)¹; Maria Eduarda Silva **FERREIRA** (IC – mariaeduardasfdd@gmail.com)¹; Vanessa Patrocínio de **OLIVEIRA** (PQ – vanessa.oliveira@professor.faminas.edu.br)²

1-Curso de Enfermagem; 2. Professora *Faculdade de Minas- FAMINAS – BH - 31744-077 – Belo Horizonte, MG.*

Palavras-chave: Diabetes Mellitus; Educação em saúde; Autocuidado.

INTRODUÇÃO: O Diabetes Mellitus (DM) é uma condição crônica oriunda da hiperglicemia crônica, tendo como causa a não produção ou produção insuficiente da insulina ou o uso ineficiente desse hormônio. Em 2021 o Brasil ocupava a 6ª posição no ranking mundial, com 15,7 milhões de adultos de 20 a 79 anos com DM, projeções para o ano de 2045, mostram 23,2 milhões [1]. Indivíduos diabéticos apresentam maiores taxas de hospitalizações com maior duração, independente da causa de internação, além das complicações oriundas da doença. Dessa forma, o DM tem relevante impacto econômico nos sistemas de saúde [2]. A adoção de estratégias que visam a prevenção primária do diabetes, bem como a prevenção de suas complicações agudas e crônicas faz-se relevante, bem como o papel da enfermagem frente a isso. Diante do exposto, o objetivo do presente estudo foi promover práticas de autocuidado, visando incentivar a adoção de comportamentos saudáveis, como também a manutenção adequada dos níveis glicêmicos por meio de ação educativa. **MATERIAL E MÉTODOS:** No dia 07 de maio de 2022, na praça Floriano Peixoto em Belo Horizonte - MG, foi realizada aferição da glicemia capilar de voluntários transeuntes do local. A aferição foi realizada utilizando-se de glicômetro e lancetas da marca “Free Style”, com prévia assepsia com algodão embebido com álcool 70%. Além da glicemia, os voluntários foram questionados acerca de seu estado alimentar no momento da coleta, presença ou não de diagnóstico de DM, histórico da doença na família, tratamento médico atual, utilização de medicamentos, consumo de álcool, tabagismo, prática de atividade física, hábitos alimentares, gênero e idade. Para a participação no estudo, todos os participantes assinaram o TCLE. Após a aferição glicêmica, os valores foram analisados e repassadas orientações relativas ao autocuidado, alimentação e controle de agravos. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Participaram da ação 65 voluntários, dos quais 37% eram homens e 63% mulheres. Pertenciam a faixa etária de 19 a 79 anos, dos quais 30,8% eram etilistas, 10,8% tabagistas, 13,8% tinham o diagnóstico de DM, 56,9% relataram ter parentes de primeiro grau diagnosticados e 33,8% relataram ausência de prática regular de atividade física. Daqueles que faziam uso dos medicamentos Metformina (9,7%), Glifage (9,7%) e Levotiroxina (9,7%). A glicemia capilar média dos voluntários em jejum foi de 76 mg/dL nos voluntários sem diagnóstico de DM e de 137 mg/dL nos voluntários diabéticos. A glicemia capilar média dos voluntários sem jejum foi de 103,7 mg/dL nos não diabéticos e 146,8 mg/dL nos diabéticos. Os resultados evidenciaram a necessidade de intervenção educativa para o alcance de redução nos índices das práticas comportamentais prejudiciais, que contribuem para o desenvolvimento dos agravos do DM. **CONCLUSÃO:** O estudo permitiu identificar a necessidade da promoção constante de ações de prevenção do DM e controle de agravos. A dosagem da glicemia capilar é uma ferramenta apoio para o controle glicêmico e tomada de decisões no autocuidado do DM. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Federação Internacional de Diabetes. **IDF Diabetes Atlas 10th edition**. 2021. Disponível em: < https://diabetesatlas.org/idfawp/resource-files/2021/07/IDF_Atlas_10th_Edition_2021.pdf > [2] Sociedade Brasileira De Diabetes. **Diretrizes Da Sociedade Brasileira De Diabetes 2019-2020**. CLANNAD Editora científica; 2019. Disponível em: < <http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Diretrizes-Sociedade-Brasileira-de-Diabetes-2019-2020.pdf> >

Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

ACIDEZ TITULÁVEL DE IOGURTES NATURAIS COMERCIALIZADOS EM UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA

Rafael Bento do **NASCIMENTO** (IC – rafaelbento81@gmail.com)¹, Maria Júlia Teixeira **TRUNQUIM**¹, Laryssa Cristina Ferreira **DEMARQUE**¹, Mara Alves dos **SANTOS**¹; Natasha Cristiane da Silva **MESQUITA**¹; Bruna Lourenço **NOGUEIRA**².

1. Curso de Farmácia 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – FAMINAS/MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: leites fermentados, titulação, controle de qualidade.

INTRODUÇÃO: O iogurte é um leite coagulado obtido por fermentação ácido láctica, resultante da ação dos microrganismos *Lactobacillus bulgaricus* e *Streptococcus thermophilus* sobre o leite pasteurizado ou concentrado [1]. O consumo do iogurte pode ser atribuído aos benefícios que este traz ao organismo, tais como: facilitar a ação das proteínas e enzimas digestivas, melhorar a absorção de cálcio, fósforo e ferro, ser fonte de galactose, além de ser uma forma indireta de consumo de leite [2]. O objetivo dessa pesquisa foi avaliar a acidez total titulável de iogurtes naturais comercializados no município de Muriaé-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram avaliadas três marcas comerciais de iogurtes naturais integrais (aleatoriamente denominadas: A, B e C) adquiridas no comércio da cidade de Muriaé-MG e transportadas em caixas térmicas para o laboratório. A determinação da acidez total titulável foi realizada em triplicata através da titulação com solução de hidróxido de sódio padronizada, utilizando fenolftaleína como indicador, e expressa em porcentagem (g ácido láctico/100 mL) [3]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os valores observados para a acidez titulável das amostras A, B e C foram, respectivamente, 0,92%, 0,93% e 0,70%. Verificou-se, portanto, que os produtos avaliados estão em acordo com as porcentagens mínima e máxima de acidez, em termos de ácido láctico, exigidas pela legislação, que estabelece um limite de 0,6% a 1,5% [4]. Os parâmetros de acidez titulável são importantes indicadores de qualidade para o iogurte, uma vez que valores fora do limite estabelecido podem indicar condições inadequadas de armazenamento. As alterações organolépticas que comprometem a qualidade e a comercialização do iogurte podem ser reduzidas e até solucionadas com uma adequada manutenção das condições ideais de temperatura durante o armazenamento do produto, evitando assim, outras modificações como o desenvolvimento de microrganismos tolerantes a acidez [5]. Em um trabalho que avaliou o percentual de acidez no prazo de validade de três marcas de iogurte natural integral (A, B e C), comercializadas na região sudoeste paulista, observou-se resultados em acordo com os parâmetros legais, como no presente estudo. Os valores médios de acidez variaram de 1,18 a 1,20% para a marca A, 0,93 a 0,98% para a marca B e 0,98 a 1,02% para a marca C [6]. **CONCLUSÃO:** Todos os iogurtes analisados apresentaram acidez total titulável em acordo com os critérios estabelecidos pela legislação brasileira. No entanto, apesar dos resultados obtidos, reforça-se a importância da intensa fiscalização por órgãos de saúde pública, para garantir a qualidade e a segurança dos alimentos ofertados à população. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MOREIRA, S.; SCHAWN, R. F.; CARVALHO, E. P.; FERREIRA, C. Análise microbiológica e química de iogurtes comercializados em Lavras - MG. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, Campinas, v. 19, n. 1, p.147-52, 1999. [2] SOUZA, P. H. M.; SOUZA NETO, M. H.; MAIA, G. A. Componentes funcionais nos alimentos. *Boletim da SBCTA*, v. 37, n. 2, p. 127-135, 2003. [3] INSTITUTO ADOLFO LUTZ. *Métodos físico-químicos para análise de alimentos*. 1ª ed. Digital. São Paulo: Instituto Adolfo Lutz, 2008. 1020 p. [4] BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 46, de 23 de outubro de 2007. Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de leites fermentados. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2007. [5] FIGUEIREDO, G. M.; PORTO, E. Avaliação do impacto de qualidade da matéria-prima no processamento industrial do iogurte natural. *Caderno fazer melhor*, São Paulo, set/out, 2002. [6] SILVA, F. C. G.; DALAQUA, S.; AZEVEDO, E. C.; CAMPOS, G. M.; REGHIANTE, F.; MARTINS, O. A. Perfil do ácido láctico no prazo de validade de iogurte natural integral. *Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal*, São Paulo, v.10, n.4, p. 595 - 603, 2016. **Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia. Área do Conhecimento (CNPq): 5.07.00.00-6 – Ciência e Tecnologia de Alimentos**

**ANÁLISE DA QUALIDADE FÍSICO-QUÍMICA ÁGUA DA ESCOLA MUNICIPAL DE SANTANA
DE CATAGUASES - MG**

LETÍCIA AMORIM PACHECO (IC - leticiamorim08@gmail.com)¹, LARISSA MOTA DE SOUZA (IC-Larissamota53047@gmail.com)² FERNANDA MARA FERNANDES (IC - fernandauss@hotmail.com)³ e ADRIANA DE FREITAS SOARES (IC- adrianafreitasoares@gmail.com)⁴

1. Curso de Farmácia 2. Professora. Adriana Soares - Centro Universitário FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: (Qualidade, Tratamento, Concentração).

INTRODUÇÃO: A água é um recurso puro e crucial para subsistência dos seres vivos, além de ser um componente bioquímico crítico e um elemento essencial para a vida humana, sendo indispensável para todas as funções orgânicas [1]. Contudo, a água potável, própria para o consumo, tem-se tornado recurso cada vez mais escasso, devido a contaminação que está diretamente correlacionada a despejos domésticos, industriais e a contaminação de lençóis freáticos com microrganismos que traz como consequência certas alterações químicas, biológicas, que são prejudiciais à saúde dos seres vivos a destacar-se as crianças que possuem uma fragilidade em seu sistema imunológico [2]. Assim, monitorar a qualidade da água é de primordial importância, principalmente em escolas onde o público-alvo são as crianças que demonstram mais sensíveis as doenças que podem ser veiculadas pelas águas. Dessa forma, objetivo deste projeto foi avaliar a qualidade físico-química da água de uma escola municipal, localizada no município de Santana de Cataguases. [3]. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram coletadas 08 amostras de água de consumo em pontos de uso estratégicos de distribuição, na Escola Municipal Dr. João Batista de Resende, localizada no município de Santana de Cataguases, a fim de avaliar a sua qualidade físico-química: pH, cloro e cloreto. As análises foram realizadas no laboratório de controle de qualidade da Faminas-Muriaé. O gestor da escola assinou o Termo Anuência autorizando a realização da pesquisa e respondeu ao questionário com 14 questões, sobre as condições estruturais, armazenamento, higiene e manutenção do sistema de distribuição da água. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** No momento da coleta da água foi realizada a dosagem de cloro residual livre (em mg/L) os resultados obtidos em cada ponto de coleta foram: torneira da cuba dos banheiros femininos e masculinos nos primeiro e segundo andares 0,5; torneira da cuba da sala dos professores 0,5; torneira dos bebedouros localizados no primeiro e segundo andares 0 e torneira da cozinha 0. A portaria GM/MS N° 888, de 04 de maio de 2021 determina obrigatória a manutenção de, no mínimo, 0,2 mg/L de cloro residual livre em toda a extensão do sistema de distribuição e nos pontos de consumo. Justifica-se a concentração de cloro nos bebedouros em 0 mg/L dado que existe um filtro de carvão localizado anterior a torneira dos bebedouros com função de retirar cloro e eliminar odores tornando a água sem cheiro ou sabor. Os valores de pH segundo legislação podem variar de 6 a 9 e os resultados obtidos em todos os pontos de coleta variam entre 7,0 e 7,3. Os resultados obtidos para dosagem de cloreto (mg/L) foram: torneira cuba sala dos professores 14,81; torneira da cuba da cozinha 15,36; torneira cuba banheiro feminino 1° andar 14,8; torneira cuba banheiro feminino 2° andar 12,01; banheiro masculino 1° andar 16,62; banheiro masculino 2° andar 16,26; bebedouro 1° andar 15,53; bebedouro 2° andar 16,62. A presença de cloreto acima do valor máximo permitido de 250 mg/L, conforme Portaria 888/2021, sugere poluição, como esgotos domésticos e resíduos industriais. Todos os pontos de coletas analisados obtiveram valores de cloreto inferior ao limite máximo permitido que configura a ausência de poluentes em todo sistema de abastecimento da escola. **CONCLUSÃO:** A água de consumo da escola municipal Dr. João Batista de Resende atende aos critérios de qualidades determinados em legislação, com exceção da dosagem de cloro residual livre na torneira da cuba da cozinha. A qualidade da água para os critérios avaliados justifica-se pela manutenção do sistema de abastecimento com lavagem periódica dos reservatórios, bebedouros e troca de filtros e, portanto, não coloca em risco a saúde das crianças. **AGRADECIMENTOS:** À Faminas pela realização da pesquisa, e as professoras Adriana Soares e Fernanda Mara, pela supervisão do projeto. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ZERWES, Cristian Mateus *et al.* Análise da qualidade da água de poços artesianos do município de Imigrante, Vale do Taquari/R. **Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM**, Santa Maria, ano 2015, v. 37, n. 3, p. 1-14, 4 nov. 2015. Disponível em: file:///C:/Users/Leticia/Desktop/artigo%201.pdf. Acesso em: 16 maio 2022.

[2] MEDEIROS, Adaelson Campelo, LIMA, Marcelo de Oliveira e GUIMARÃES, Raphael Mendonça. **Avaliação da qualidade da água de consumo por comunidades ribeirinhas em áreas de exposição a poluentes urbanos e industriais nos municípios de Abaetetuba e Barcarena no estado do Pará, Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2016, v. 21, n. 3 [Acessado 16 Maio 2022] , pp. 695-708. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.26572015>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.26572015>. [3] BRASIL. Portaria nº. 888, de 4 de maio de 2021. **Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.** *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, v. 85, n. 888, p. 127. 07 maio. 2021. Secção . Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-888-de-4-de-maio-de-2021-318461562>. Acesso em: 16 maio 2022.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.06.04.00-6 - Química Analítica

ANÁLISE SISTEMÁTICA DAS AGRESSÕES POR MORDIDAS E HEMATOMAS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rafaella Marquezine de Oliveira **SOUZA** (IC)¹ e Mariana de Almeida **AZEVEDO** (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - 36888-233 - MURIAÉ-MG

Palavra-chave: Infantil, abuso, padrão

INTRODUÇÃO: A violência física se caracteriza pelo uso intencional da força para se ferir, promovendo marcas evidentes ou não [1]. Existem diversas manifestações cutâneas de abuso, como marcas de mordidas e hematomas [2]. As marcas de mordidas são frequentemente encontradas em órgãos genitais [3]. Já os hematomas, embora frequentes no dia a dia de crianças ativas, são um dos sinais físicos mais comuns em abuso infantil [4]. O presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sistemática de artigos publicados entre 2006-2021 visando identificar os principais aspectos de mordidas e hematomas nos maus tratos infantis. **DESENVOLVIMENTO:** Hematomas encontrados em locais protegidos do corpo como genitálias, nádegas, região interna da coxa, orelhas, pescoço e peito são normalmente relacionados ao abuso, principalmente se forem extensos, visto que, são áreas raramente feridas acidentalmente [2]. Entretanto, apenas a região acometida pelo abuso não é uma característica patognomônica, é preciso analisar a idade e o desenvolvimento do paciente, como exemplo, em bebês menores de 6 meses qualquer lesão de tecido mole é correlacionado ao abuso, já que não são capazes de se moverem sozinhos. Além disso, hematomas acidentais são comumente vistos nos joelhos e área tibial anterior [4]. Já as marcas de loop (bater na criança com um cabo flexível dobrado) são patognomônicas com padrões indicadores de abuso como: hematomas lineares produzidos por objetos como hastes, interruptores ou fios; hematomas verticais produzidos por batidas nas nádegas e os circunferenciais produzidos por lesões de ligação em volta dos pulsos e dos tornozelos [4]. Já no abuso infantil causado por mordidas, as áreas mais comuns são cabeça, pescoço, braço e mama. Além disso, a análise do padrão e do tamanho do arco dentário é significativa, podendo ser utilizado para a identificação do agressor dado que, cada indivíduo possui suas singularidades como restaurações, espaçamentos entre os dentes, perda dentária, dentes tortos, largura e comprimento [3]. Com relação a largura entre os caninos superiores pode-se presumir que a mordida é de um humano adulto (25-40 mm), de uma criança ou adulto pequeno (25 -30mm) ou ainda de uma criança (<25mm) [5]. Para ajudar no reconhecimento do abuso, outro aspecto importante, é distinguir se a mordida foi humana ou animal. A mordida humana possui uma impressão oval ou circular e normalmente são mais superficiais comparadas a mordida animal, apresentando apenas hematomas ou abrasões. Em contrapartida, as mordidas de animais são mais profundas possuindo lacerações e até avulsão dos tecidos [6]. **CONCLUSÃO:** Pode-se concluir que as mordidas e os hematomas mesmo frequentes no dia a dia infantil são usados como forma de abuso em crianças e adolescentes, promovendo lesões e aspectos específicos capazes de distingui-los de um acidente. Diante disso, é de suma importância que o profissional da saúde tenha conhecimento dessas diferenças, possibilitando intervenções imediatas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] HERRERA, L. M. *et al.* **Violência doméstica contra crianças e adolescentes.** São Paulo, 2015. Cartilha (Mestrado em Ciências Odontológicas) – FOU SP. [2] WAKSMAN, R.; HIRSCHHEIMER, M.; PFEIFFER, L. **Manual de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência,** SOCIEDADE DE PEDIATRIA DE SÃO PAULO – SPSP, 2018. [3] AMORIM, H.P.L. *et al.* **Levantamento de marcas de mordidas humanas em vítimas de violência periciadas no Instituto Médico Legal de Feira de Santana-BA, entre 2007 e 2014.** Arq. Odontol, Belo Horizonte, 52(3):165-174, set 2016. [4] KOS, L.; SHWAYDER, T. Cutaneous manifestations of child abuse. **Pediatric dermatology**, v.23, n. 4, p. 311-320, 2006. [5] JUNIOR, E.A. **Relação entre a distância Inter canina de humanos e o sexo, fenótipo cor da pele e a idade em marcas de mordida,** Salvador, 2011. Tese (Programa de Pós-Graduação em Processos Interativos do Órgãos e Sistemas) - UFBA. [6] MELO, M.V. *et al.* Identificação da análise de marcas de mordida em odontologia forense: uma revisão da literatura. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, p.1-10, out, 2021.

Área do conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 - Farmácia

Área do conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

AVALIAÇÃO DA ACIDEZ DE LEITE UHT COMERCIALIZADO EM MURIAÉ-MG

Rafaella Marquezine de Oliveira **SOUZA** (IC – rafaamarquezine@gmail.com)¹, Plínio Gomes **CAMPOS**¹,
Vitória Eulália de Fátima **DIAS**¹, Nathália de Oliveira Ramos **SOARES**¹, Luiz Henrique de **ARÊDES**¹, Bruna
Lourenço **NOGUEIRA**²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor. Centro Universitário FAMINAS - 36.880.000 – Muriaé- MG

Palavras-chave: Acidez titulável, Análise físico-química, controle de qualidade.

INTRODUÇÃO: Por ser altamente perecível, o leite pode ter suas características organolépticas alteradas por ação microbiana e ser veículo de doenças caso não passe por processos higiênico-sanitários ao longo do seu processamento. Nesse sentido, a determinação da acidez do leite é um dos testes preconizados para determinar a sua qualidade, uma vez que o aumento da acidez além dos valores que são considerados normais aponta a ação de microrganismos sobre a lactose que é metabolizada a ácido láctico [1]. Essa análise pode ser realizada através da titulação, que é um procedimento analítico no qual define-se a concentração de um composto através da reação deste com uma solução padronizada, fundamentada na reação estequiométrica que estabelece o ponto de equivalência [2]. Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo determinar a acidez total titulável de diferentes marcas de leite UHT, tipo integral, e verificar se os produtos estavam em acordo com os padrões de qualidade determinados pela legislação brasileira. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram avaliadas duas marcas de leite UHT comercializadas em um município da zona da mata mineira, no mês de maio de 2021. As amostras foram denominadas, aleatoriamente, leite A e leite B. Realizou-se a análise da acidez total titulável, em triplicata, utilizando-se uma base padronizada e fenolftaleína como indicador e os resultados foram expressos em porcentagem (g ácido láctico/100 mL) [3]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os valores médios da acidez total titulável observados para os leites A e B foram, respectivamente, 0,171% e 0,156%. As amostras avaliadas no presente estudo estão, portanto, em acordo com os parâmetros estabelecidos pela legislação brasileira, que estabelece que o leite UHT deve apresentar acidez titulável entre 0,14 e 0,18% [4]. Em uma pesquisa que avaliou a qualidade do leite UHT comercializado em três países do Mercosul, a acidez titulável das quatro marcas vendidas no Brasil estava em conformidade com a legislação vigente aos países do Mercosul. Os valores médios observados variaram de 0,160 a 0,168%, também em acordo com a legislação brasileira como no presente estudo [5]. Entretanto, em uma pesquisa que avaliou a acidez de cinco marcas de leite UHT integral e cinco marcas de leite UHT desnatado, comercializadas na cidade de Sete Lagoas-MG, os valores médios observados variaram de 0,19 a 0,22%, acima, portanto, da faixa estipulada pela legislação brasileira [6]. **CONCLUSÃO:** Todas as amostras analisadas estão em acordo com a legislação brasileira no que se refere ao parâmetro estabelecido para acidez titulável. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MAGRI, L.P. **Quantificação de acidez titulável e pH utilizando técnica potenciométrica como indicador de qualidade do leite bovino**. 2015. 76 p. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia em Leite e Derivados) - Faculdade de Farmácia e Bioquímica, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora, 2015. [2] BARBOSA, G.P. **Química analítica: Uma abordagem qualitativa e quantitativa**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014. 144p. [3] INSTITUTO ADOLFO LUTZ. **Métodos físico-químicos para análise de alimentos**. 1ª ed. Digital. São Paulo: Instituto Adolfo Lutz, 2008. 1020 p. [4] BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 370, de 04 de setembro de 1997. Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Leite UHT (UAT). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1997. [5] LUIZ, D.J.; SIMÕES, B.N.; TAMOSTU, S.R.; CASALE, A.L.; WALTER, S.E.H. Avaliação físico-química e microbiológica do leite UHT comercializado em três países do Mercosul (Brasil, Argentina e Paraguai). **ALAN**, Caracas, v.60, n.3, p.261-269, 2010. [6] OLIVEIRA, K.B.; KOBORI, C.N.; UBALDO, J.C.S.R. Avaliação da qualidade físico-química, rotulagem e ocorrência de adulterações em amostras de leite UHT. **Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes**, Juiz de Fora, v.74, n.3, p.195-206, 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia

Área do Conhecimento (CNPq): 5.07.00.00-6 – Ciência e Tecnologia de Alimentos

AVALIAÇÃO DO PERFIL DOS USUÁRIOS DE GENGIBRE E O LEVANTAMENTO DOS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS PELOS QUAIS OS PARTICIPANTES DA PESQUISA O UTILIZAM

Júlia Gomes da Silva do **CARMO** (IC-julia.gomes101@gmail.com)¹ Daniele de Jesus **BICÁRIO**¹, Ana Beatriz Pedrosa **CRUZ**¹, Karolainy Aparecida Braga da **SILVA**¹; Thayná Romão **MARTINS**¹, Adriana de Freitas **SOARES**²

1. Curso de Farmácia; 2. Professores *Centro Universitário FAMINAS – MURIAÉ* - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Plantas medicinais, Gengibre, Ação antioxidante.

INTRODUÇÃO: No Brasil, o hábito de utilizar plantas medicinais para tratamento de doenças foi propagado por diferentes culturas. Índios, africanos e europeus foram as principais influências [1]. Desde a antiguidade até o mundo atual, o uso de produtos naturais com intuito medicinal se expandiu [2]. Destaca-se neste estudo o gengibre, tubérculo de uma planta denominada *ZingiberofficinaleRoscoe*, proveniente do Sul da Ásia [3]. O objetivo do presente trabalho foi traçar o perfil dos usuários de gengibre e avaliar quais são os seus principais benefícios pelos quais os participantes da pesquisa o utilizam. **METODOLOGIA:** O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo de caráter descritivo e finalidade quantitativa iniciada após a submissão e aprovação de um projeto ao comitê de ética em pesquisa, número do parecer de aprovação nº CAAE nº39525420.6.0000.5105. Os dados foram obtidos com a aplicação de um questionário através do Google Forms a 82 participantes. Como critério de inclusão para participação da pesquisa foi o uso gengibre para tratamento e profilaxia de doenças, ler, concordar e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados obtidos foram analisados e armazenados visando à segurança dos participantes. A aplicação do questionário ocorreu entre os dias 01/11/2020 à 15/11/2020 os dados obtidos foram plotados em gráficos, analisados e discutidos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir da aplicação do questionário foi obtido um total de 82 participantes dos quais 65% eram do sexo feminino. Cerca de 82% dos participantes eram adultos, 12% classe jovem, os idosos representaram a menor participação com 6%. Dentre os participantes da pesquisa 87% possuem ensino médio completo, ensino superior completo e incompleto. Quando questionados sobre porque utilizam gengibre 73% dos entrevistados relataram utilizar a partir da ação antioxidante e anti-inflamatória. A razão pela ação antioxidante e anti-inflamatória do gengibre ser a mais empregada fundamenta-se em sua capacidade de redução de agentes indesejáveis no organismo e propriedades que auxiliam no fortalecimento do sistema imunológico através do teor de compostos fenólicos que atuam na diminuição do stress oxidativo [4]. Outras propriedades pelas quais os participantes utilizam gengibre foi 27,4% para perda de peso. Dos participantes entrevistados 54% obtiveram conhecimentos sobre propriedades medicinais do gengibre por familiares e amigos, 26% pela internet e 20% por outros meios. Quanto ao consumo de gengibre no dia a dia 56% afirmaram não consumir e 44% consomem diariamente. Quando questionados sobre qual forma utilizam o gengibre, a principal forma de utilização foi em chá com 51%, 46% afirmaram utilizar na água e apenas 3% alegaram utilizá-lo na salada. **CONCLUSÃO:** A partir dos resultados obtidos ao longo da pesquisa pode-se concluir que a maioria dos participantes da pesquisa que utilizam gengibre são mulheres e o utilizam pelas suas propriedades anti-inflamatórias e antioxidantes pelo elevado grau de escolaridade os participantes demonstraram ter grandes conhecimentos sobre a planta. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DA SILVA, Juma Gomes et al. **PLANTAS MEDICINAIS TRAZIDAS DA ÁFRICA PARA O BRASIL: AFRICANIZANDO O BRASIL.** Disponível em:<:http://congresso.rebibio.net/congrebio2016/trabalhos/pdf/congrebio2016-et-05-002.pdf:> Acesso em: 14 de nov de 2020; [2] MEDEIROS RONB. **Estudo da aplicação na área da saúde do gengibre, sua caracterização química.** [Mestrado]. Granja – Portugal: Instituto Superior De Ciências Da Saúde Egas Moniz. 2017; [3] LUCIO, I. B.; FREITAS, R. J. S.; WASZCZYNSKYJ, N. **Composição físico-química e aceitação sensorial da inflorescência de gengibre orgânico (ZingiberofficinaleRoscoe).** Revista Ciência e Tecnologia de Alimento, Campinas, 2010; [4] NICÁCIO, G. L. S et al. BREVE REVISÃO SOBRE AS PROPRIEDADES FITOTERÁPICAS DO ZINGIBER OFFICINALE–O GENGIBRE. **Sinapse Múltipla**, v. 7, n. 2, p. 74-80, 2018. **Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde**

CARACTERIZAÇÃO DAS REAÇÕES ADVERSAS TARDIAS À QUIMIOTERAPIA INFUSIONAL EM PACIENTES AMBULATORIAIS COM CÂNCER DE MAMA DO HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ-MG

Bruna Elisa Paiva **SILVA** (IC – brunaelisa67@gmail.com)¹, Maihara da Silva **BORGES**², Emílio Santana de **ABREU**³.

1. Curso de Farmácia 2. Fundação Cristiano Varella 3. Professor Faminas.
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Quimioterapia; Evento adverso; Farmacovigilância; Segurança do paciente.

INTRODUÇÃO: A quimioterapia constitui-se de uma modalidade terapêutica amplamente utilizada e promissora contra o câncer. Por atuar de forma sistêmica e inespecífica, afeta tanto as células malignas quanto as normais, podendo ocasionar reações adversas sérias [1]. Estas ocorrem precoce ou tardiamente, aguda ou cronicamente, e são causas significativas de hospitalização e de óbito [2] **OBJETIVO:** Identificar e caracterizar as reações adversas tardias à infusão de quimioterapia em pacientes ambulatoriais com câncer de mama no Hospital do Câncer de Muriaé-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, quantitativo, realizado entre Janeiro a Março de 2022, aprovado pelo comitê de ética e Pesquisa sob o registro CAAE 54327521.8.0000.5105. Foi realizada uma entrevista individual com o paciente no momento da infusão do quimioterápico, utilizando o formulário desenvolvido para o estudo, o que possibilitou a caracterização das reações tardias por sintomas descritos pelos próprios pacientes. As informações coletadas foram registradas em *EXCEL 2007* e submetidas à análise descritiva. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A população do estudo compreendeu 74 pacientes, sendo 100% do sexo feminino, com faixa etária de 40 a 54 anos (37%), tendo a hipertensão arterial como principal comorbidade (30%). O tempo de tratamento nos pacientes avaliados, variou de 1 mês a 17 anos. Quanto aos hábitos de vida, 12% eram ex-tabagistas. Os principais sinais e sintomas apresentados pelos pacientes desde o diagnóstico neoplásico foram: nódulo na mama (40%), dor (16%), perda de peso (4%), ganho de peso (3%), falta de apetite (2%) e outros (31%). As principais reações adversas tardias à infusão de quimioterapia descritas pelos pacientes foram: náuseas (28%), gosto amargo (21%), vômito (15%), constipação (14%), diarreia (12%), distensão e dor abdominal (7%). Constatou-se, portanto, maior incidência de alterações gastrintestinais nos pacientes avaliados. A maioria dessas reações (86%) surgiram entre 3 a 5 dias após a infusão do quimioterápico e, desapareceram em média após 15 dias. Cerca de 60% dos pacientes utilizaram medicamento de suporte prescrito pelo médico como medida corretiva. A gravidade das reações variou entre leve (40%) e severa (39%). Dos pacientes, 27% nunca tinha feito nenhum tratamento anterior. Os principais protocolos quimioterápicos envolvidos com as reações tardias nos pacientes que participaram do estudo foram AC-T (Doxorrubicina, Ciclofosfamida e Paclitaxel) (49%) e AC-TH (Doxorrubicina, Ciclofosfamida, Paclitaxel e Trastuzumabe) (22%). **CONCLUSÃO:** Foi possível descrever as principais reações adversas tardias à infusão de quimioterapia nos pacientes ambulatoriais com diagnóstica de câncer de mama, demonstrando alta frequência desses eventos, principalmente os relacionados ao trato gastrintestinal. Por impactar diretamente a adesão do paciente envolvido, a monitoração das infusões de quimioterápicos deve ser ininterrupta.

AGRADECIMENTO: Ao Hospital do Câncer de Muriaé-MG pela realização do trabalho, e ao professor EMÍLIO e co-orientadora MAIHARA pelos ensinamentos adquiridos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Instituto Nacional de Câncer Jose Alencar Gomes da Silva. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Educação. **ABC do câncer: abordagens básicas para o controle do câncer**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Inca, 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/livro-abc-6-edicao-2020.pdf>. Acesso em: 15/03/2022.

[2] CUPERTINO, Alenice; MARCONDES, Marta Ângela; GATTI, Reynaldo M. Estudo retrospectivo das reações adversas e interações medicamentosas na quimioterapia no tratamento de câncer de mama: relato de caso. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, São Caetano do Sul, SP- Brasil, v. 3, n. 17, p. 26-36, set. 2008.

DESENVOLVIMENTO FARMACOTÉCNICO DE CÁPSULAS DE CAFEÍNA: UMA PROPOSTA
MAGISTRAL

Joice Angélica de OLIVEIRA (IC – joice.angeliica@outlook.com)¹, Adriana Nascimento de SOUSA (PQ)¹,
Maria Betânia de FREITAS-MARQUES (PQ)^{1,2}

1. Curso de Farmácia; *Faculdade de Minas – Belo Horizonte* – 31774-007– Belo Horizonte-MG
2. Departamento de Química; *Universidade Federal de Minas Gerais* – 21270-901 - Belo Horizonte-MG

Palavras-chave: Comportamento térmico; cinética de conversão polimórfica; interação fármaco-excipiente; técnicas termoanalíticas.

INTRODUÇÃO: A área de pesquisa e desenvolvimento (P&D) são essenciais na formulação de medicamentos e a este setor é atribuída a escolha de insumos farmacêuticos e elaboração de técnicas para o processo produtivo e analítico garantindo à formulação qualidade, segurança e eficácia adequada. Os insumos farmacêuticos possuem características físicas e químicas que afetam a formulação farmacêutica. Os excipientes de uma formulação podem apresentar incompatibilidade entre si e com os ativos podendo gerar interações fármaco-excipientes que podem desencadear a degradação dos ativos, levando a ineficácia do medicamento e formando produtos de degradação tóxicos, expondo os consumidores a riscos ou agravando o quadro clínico. Dessa forma, a escolha dos excipientes são de extrema importância para a formulação, sendo essencial os estudos de pré-formulação para a previsão de possíveis incompatibilidades entre excipientes e entre fármaco-excipientes [1]. A análise térmica compreende testes que propiciam a identificação da compatibilidade entre componentes da formulação, juntamente com a identificação do ativo, estudo de pureza, estabilidade, polimorfismo e a cinética de degradação térmica [2]. Assim, neste trabalho os autores propuseram a manipulação de cápsulas de cafeína a partir de estudos prévios de análise térmica para a escolha de excipientes. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram manipuladas 60 cápsulas de cafeína na dose terapêutica padrão de 50 mg contendo o excipiente amido compatível de acordo com os estudos prévios conduzidos por calorimetria exploratória diferencial [3]. A cafeína foi pesada em balança analítica Marte AL200C® (3g) e transferida para uma proveta a fim de verificar o volume aparente do pó e o tamanho da cápsula. O excipiente amido foi adicionado em quantidade suficiente para o preenchimento de 60 cápsulas. Realizou-se a homogeneização e a cominuição dos pós em gral e pistilo de porcelana e o encapsulamento foi realizado de forma magistral em encapsuladora. Foram realizados testes de determinação de peso e desintegração, de acordo com o preconizado pela FB 6 ed., para a verificação da qualidade das cápsulas [4]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Para o preparo das 60 cápsulas de cafeína 50 mg foram pesados 3 g de ativo equivalente ao volume de 4 mL, portanto cada cápsula apresentou 0,06 mL o que indicou a escolha da cápsula nº 4 (volume máximo de 0,21 mL). Para o preenchimento da cápsula foram necessários 12,2 mL de amido solúvel. O resultado dos testes realizados nas cápsulas de cafeína foram peso médio de 0,142g e tempo de desintegração 7 minutos e 46 segundos, estando de acordo com o preconizado na FB 6ªed. (<30 min.). A escolha do amido como excipiente das cápsulas de cafeína sugere uma formulação adequada uma vez que o excipiente apresentou compatibilidade com o ativo. **CONCLUSÕES:** A partir de estudos prévios de análise térmica para a escolha de excipientes, escolheu-se o amido solúvel, que se apresentou compatível com a cafeína, o que tornou possível o preparo das cápsulas de cafeína na dose de 50 mg. Destaca-se a importância da técnica para a manutenção da garantia, qualidade e eficácia da formulação. **AGRADECIMENTOS:** A FAMINAS-BH pelo suporte. **BIBLIOGRAFIA:** [1] JR., Loyd V A.; POPOVICH, Nicholas G.; ANSEL, Howard C. **Formas Farmacêuticas e Sistemas de Liberação de Fármacos**. 9. ed. Artemed, 2013, 28-66 p. [2] SILVA, C. R. G. et al. Compatibility by a nonisothermal kinetic study of azathioprine associated with usual excipients in the product quality review process. **Journal of the Brazilian Chemical Society**, v. 32, p. 638-651, 2021. [3] OLIVEIRA, J. A. et al. Avaliação da compatibilidade entre a cafeína e excipientes por meio de análise térmica. In: III Congresso Brasileiro de Ciências Farmacêuticas On-line, v.3, n.2, 2022. **Anais eletrônicos...** Revista Multidisciplinar em Saúde (ISSN: 2675-8008). IME, 2022. Disponível em: DOI 10.51161/III-CONBRACIF/4361 Acessado: 03 mai.2022. [4] Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), **Farmacopeia Brasileira**. 6ª ed., V. 1, atualizado 2022, Brasília.

**ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO SENSORIAL DE DOCE DE LEITE EM PASTA COM
DIFERENTES CONCENTRAÇÕES DE AÇÚCAR**

Vitória Eulália de Fátima **DIAS** (IC - vitoriaeulalia92@yahoo.com)¹, Nathália de Oliveira Ramos **SOARES**,
Luiz Henrique de **ARÊDES**¹, Rafaella Marquezine de Oliveira **SOUZA**¹, Bruna Lourenço **NOGUEIRA**²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor. Centro Universitário FAMINAS - 36.880.000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Produtos lácteos, Reação de Maillard, Sacarose.

INTRODUÇÃO: Doce de leite é o produto resultante da concentração do leite ou leite reconstituído, com ou sem acréscimo de sólidos de origem láctea e/ou creme, adicionado de sacarose (na proporção máxima de 30 kg/100L de leite). O doce de leite pastoso deve apresentar coloração castanho caramelada, proveniente da reação de Maillard, sabor e odor característicos, e não deve conter cristais perceptíveis sensorialmente [1]. Trata-se de um produto largamente produzido no Brasil, de elevada aceitação sensorial, mas com grande potencial para melhorias, uma vez que geralmente apresenta elevados teores de açúcar em sua composição e os consumidores têm buscado cada vez mais por hábitos alimentares mais saudáveis [2]. Nesse sentido, o presente trabalho teve o objetivo elaborar e verificar a aceitabilidade de diferentes formulações de doce de leite em pasta. **MATERIAL E MÉTODOS:** As matérias-primas usadas na elaboração do doce de leite foram: leite pasteurizado integral, açúcar cristal e bicarbonato de sódio. Elaboraram-se duas formulações de doce de leite com diferentes concentrações de açúcar: a amostra A continha 0,2 kg de açúcar por litro de leite e a amostra B 0,15 kg de açúcar por litro de leite. Realizou-se o processo de concentração do doce de leite em uma panela de aço inoxidável sob agitação contínua. Após atingir o ponto, os doces foram resfriados até 70 °C, e envasados ainda quente em potes de vidro previamente esterilizados, e mantidos em temperatura ambiente. Para avaliar a aceitabilidade dos doces produzidos, foi realizada uma análise sensorial com uso de escala hedônica de nove pontos, com escores variando entre 1 (desgostei muitíssimo) e 9 (gostei muitíssimo), avaliando atributos cor, sabor e textura. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** A avaliação sensorial foi realizada com vinte provadores não treinados, estudantes de uma instituição de ensino superior. Os valores médios observados para os atributos cor, sabor e textura foram, respectivamente: 7,75 ($\pm 1,45$), 8,05 ($\pm 1,18$) e 8,05 ($\pm 1,23$) para a amostra A; e 7,75 ($\pm 1,33$), 8,10 ($\pm 0,94$) e 8,15 ($\pm 1,47$) para a amostra B. Observou-se que, em relação a amostra A, 85% dos provadores gostaram da cor e 95% gostaram do sabor e da textura do produto. Em relação a amostra B, 95% dos provadores gostaram da cor, 100% gostaram do sabor e 85% gostaram da textura. Considerando que os dois produtos apresentaram boa aceitabilidade entre os provadores para todos os quesitos avaliados, infere-se que, mesmo com baixo teor de açúcar, é possível agradar aos consumidores, uma vez que os doces foram formulados com teores de sacarose bem abaixo do valor máximo previsto pela legislação e inferiores aos frequentemente utilizados industrialmente. Nesse sentido, a amostra B mostra-se como uma opção mais interessante, principalmente para consumidores que desejam diminuir o consumo de açúcar, por motivos de saúde ou estéticos. Em um estudo que avaliou sensorialmente diferentes formulações de doce de leite pastoso, observou-se boa aceitação para o doce elaborado com 12% de sacarose: 84,93% dos provadores gostaram do sabor e da textura do produto [3]. **CONCLUSÃO:** As duas amostras apresentaram boa aceitabilidade para todos os atributos sensoriais avaliados. Nesse sentido, o consumo do doce de leite com o menor teor de açúcar apresenta-se como alternativa de um produto mais saudável, pois fornece um menor aporte calórico ao alimento. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria N° 354, de 4 de setembro de 1997. Regulamento técnico para fixação de identidade e qualidade de doce de leite. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1997. [2] GUIMARÃES, I.C.O. et al. Doce de leite light funcional com café: um estudo de mercado. **Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes**, Juiz de Fora, v. 67, n. 388, p. 53-59, 2012. [3] SYLVESTRE, A. C. et al. Produção, caracterização e análise sensorial do doce de leite pastoso. **Revista Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.6, p. 55785-55796, 2021.

**Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00- 5 – Farmácia
5.07.00.00-6 – Ciência e Tecnologia de Alimentos**

ESTUDOS DE PRÉ-FORMULAÇÃO PARA O REVESTIMENTO DE COMPRIMIDOS DE *Valeriana officinalis L.*

Emilly Lorrane Fonseca de SOUZA (IC - emillylf@hotmail.com)¹, Adriana Nascimento de SOUSA; (PQ)¹; Maria Betânia de FREITAS-MARQUES (PQ)²

1. Curso de Farmácia; Faculdade de Minas – Belo Horizonte – 31774-007– Belo Horizonte - MG

Palavras-chave: Desenvolvimento farmacotécnico, comprimidos, indústria farmacêutica, revestimento, núcleos.

INTRODUÇÃO: As formas farmacêuticas sólidas são as de primeira escolha para uso oral pois permite uma dose única e precisa do fármaco [1]. O desenvolvimento farmacotécnico e a indústria farmacêutica como um todo estão sempre desenvolvendo formas de aperfeiçoamento sobre as formas tradicionais, com o objetivo de promover benefício, segurança e também a aceitação e aprovação dos pacientes na terapia [2]. O revestimento de comprimidos é a aplicação de um material sobre a superfície externa dos comprimidos, com a intenção de proporcionar maior estabilidade e qualidade se comparada com comprimidos não revestidos [3]. Diante disso os autores propuseram os estudos de pré-formulação para a alteração de cor do revestimento dos comprimidos de 50mg de *Valeriana officinalis L.*, com o objetivo de diferenciar dos comprimidos de 100mg, já estabelecidos e disponíveis comercialmente. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram utilizados núcleos de *Valeriana officinalis L.* de 50mg, produzidos por uma indústria farmacêutica local, a partir da fórmula mestre padronizada. Para os estudos de pré-formulação do revestimento foram propostos quatro tons de cor e considerou-se os critérios de: opacidade e capacidade de recobrimento, viscosidade e formação de película e proteção do núcleo diante de uma possível higroscopicidade. Também foi otimizada a razão de aquecimento no processo de revestimento e feito controle de peso durante o processo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O revestimento utilizado foi o Opadry II® constituído por: álcool polivinílico (PVA), polietilenoglicol (PEG) e talco; simeticona e os corantes óxido de ferro amarelo e azul brilhante alumínio laca, seguido pelo processo de revestimento na revestidora LAWES COTA 07 - MANU iniciando na temperatura de 45 °C nos tempos 0, 5, 10 e 20 minutos, aumentando para 47 °C nos tempos de 30 e 40 minutos e 48 °C nos tempos de 50, 60, 90, 120, 150 e 180 minutos, definindo e finalizando então na temperatura de 48 °C. Mediante aos testes realizados e análise do marketing foi adotado o revestimento obtido na cor azul para os comprimidos de *Valeriana officinalis L.* de 50mg. **CONCLUSÕES:** As técnicas descritas foram realizadas para propor uma nova cor aos comprimidos revestidos de *Valeriana officinalis L.* de 50mg permitindo então uma diferenciação entre os comprimidos de 50mg e os de 100mg de cor verde. **AGRADECIMENTOS:** Cifarma Científica Farmacêutica LTDA - MG. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BANKER; ANDERSON. **Banker: Teoria e Prática na indústria farmacêutica.** 2. ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, v.2. P. 509-598. [2] SANTOS, et al. Revestimento pelicular de comprimidos: mais um passo na compreensão da influência dos diferentes polímeros na gastrorresistência. **Journal of Biology & Pharmacy and Agricultural Management**, p. 3-6, 2021. [3] HOGAN. **Delineamento de formas Farmacêuticas.** 2. ed. Artmed, 2005. Cap. 28, p.445.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia
Área do Conhecimento (CNPq): 1.06.00.00-0 – Química

EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS EM ESTÁGIO DE FARMÁCIA CLÍNICA

Welder Antônio Silva **ALVES** (weldersa3@gmail.com)¹ Lucas Duraes Fialho **ANDRADE**¹ e Micheline Luiza de Souza **LOPES** (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: farmácia clínica, atenção farmacêutica, medicamentos.

INTRODUÇÃO: A Farmácia Clínica é a área da farmácia que tem como objetivo primordial promover o uso racional de medicamentos. São ações da Farmácia Clínica: análise de prescrições, monitoramento da evolução terapêutica e reconciliação medicamentosa. Essas ações visam diminuir os efeitos adversos pelo uso de medicamentos e estão diretamente ligadas à promoção da saúde, racionalizando custos e potencializando resultados ^[1]. O farmacêutico clínico hospitalar é o profissional que atua diretamente com o cuidado ao paciente, realizando visitas, fazendo anamnese, elaborando o perfil farmacoterapêutico, obtendo informações necessárias que somadas ao seu conhecimento técnico permitem que ele tome as decisões mais indicadas dados ao seu amplo conhecimento sobre farmacocinética e farmacodinâmica, que é inerente à sua formação acadêmica ^[2]. No ato da visita ao paciente ele deve estar atento à medicação relatada e coletar informações sobre o modo de utilização dos medicamentos no dia a dia, como por exemplo: a posologia, o relato de efeitos adversos e de alergias. Posteriormente, ele poderá realizar a análise técnica das prescrições médicas, verificando: dose, via de administração, duração do tratamento, além de observar cuidadosamente os critérios recomendados para cada um dos medicamentos e então realizar as devidas orientações terapêuticas e reconciliação. Todas essas ações fazem parte da assistência farmacêutica e atenção farmacêutica. Ele atua também contribuindo com a farmacovigilância, na verificação de lotes, validades de materiais e medicamentos nos carrinhos de emergências e de diferentes setores do hospital, além de ser o profissional devidamente habilitado a realizar a dispensação de medicamentos ^[3]. Sobre as ações relacionadas à atenção farmacêutica, é ele quem avalia as medicações dos pacientes através da reconciliação medicamentosa, sempre com o objetivo de minimizar erros de medicação relacionados a: dose, via de administração e frequência. Ele avalia possíveis incompatibilidades das prescrições, em especial quando o paciente transita por diferentes setores, evitando problemas desnecessários relacionados ao uso de medicamentos ^[2]. Uma outra importante atividade do farmacêutico clínico é avaliar os pacientes que não tem prescrição quanto à profilaxia de TEV (tromboembolismo venoso), nesse caso ele realiza uma análise prévia dos exames laboratoriais e depois leva os resultados a equipe multidisciplinar que irá discutir com a equipe médica se o paciente necessita ou não da intervenção medicamentosa de profilaxia ao TEV ^[4]. **CONCLUSÕES:** A partir das experiências vivenciadas durante o estágio em farmácia clínica em âmbito hospitalar podemos afirmar que o mesmo nos possibilitou oportunidade de observar a rotina diária do profissional ao analisar tecnicamente: visitas ao paciente, anamnese da terapia medicamentosa, avaliação de processos alérgicos, análise de prescrição e reconciliação medicamentosa, além de ações relacionadas a farmacovigilância. Podemos afirmar que foi uma oportunidade ímpar que nos proporcionou maior conhecimento sobre essa área tão importante da farmácia.

REFERÊNCIAS: [1] FERRACINI, F.T.; ALMEIDA, S.M.; LOCATELLI J.; PETRICCIONE, S.; HAGA, C.S. **Implementation and progress of clinical pharmacy in the rational use of medicines in large tertiary care hospital**. Einstein (São Paulo). v.9, n.4, parte 1, p. 456-60, dez., 2011. [2] CRF-SP - Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo **Farmácia Clínica**. 2. ed. 56 p.; São Paulo: CRF-SP, 2019. [3] CFF - Conselho Federal de Farmácia. CFF. Conselho Federal de Farmácia. **Programa de Suporte ao Cuidado Farmacêutico na Atenção à Saúde – PROFAR**. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2016. [4] ROCHA, A.T.C.; PINHEIRO, T. B.; SOUZA, P. R. S. P.; MARQUES, M. A. Protocolos de profilaxia de tromboembolismo venoso (TEV) em hospitais brasileiros – PROTEV. **J Vasc Bras**, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 Farmácia

IDENTIFICAÇÃO DE TANINOS ATRAVÉS DA REAÇÃO DE PRECIPITAÇÃO COM GELATINA

Rafaella Marquezine de Oliveira **SOUZA**¹(IC – rafaamarqueezine@gmail.com)¹, Vitória Eulália de Fátima **DIAS**¹, Nathália de Oliveira Ramos **SOARES**¹, Luiz Henrique de **ARÊDES**, Juliana da Silva Brandi **OLIVEIRA**²

1. Curso de Farmácia; 2. Professores Centro Universitário FAMINAS- 36.880.000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: Folhas, gelatina, grumos

INTRODUÇÃO: Os taninos são substâncias polifenólicas oriundos do metabolismo secundário de várias espécies vegetais, podendo ser encontrados em raízes, casca, sementes, frutos e folhas. São conhecidos por sua capacidade adstringente formando complexos com proteínas. Apresentam uma grande diversidade estrutural e são subclassificados em taninos hidrolisáveis: galotaninos, elagitaninos e taninos condensados [1]. Os taninos apresentam propriedades farmacológicas, como anti-inflamatórios e diuréticos e plantas ricas em taninos são amplamente utilizadas pela população[2]. O objetivo dessa pesquisa experimental foi identificar e comparar a presença de taninos em folhas secas de goiabeira e de hortelã, comercializadas para consumo como chá. **MATERIAL E MÉTODOS:** Folhas secas de goiabeira (*Psidium guajava L*) e hortelã (*Mentha spicata*) foram obtidas mediante compra direta em uma loja revendedora de produtos naturais da cidade de Muriaé-MG. A presença de taninos foi determinada conforme protocolo modificado de Perez e colaboradores (1999): As folhas secas foram fragmentadas e um extrato aquoso na proporção de 1g da droga para 50ml de água foi obtido. Além disso, foi preparada uma solução de gelatina natural a 2,5%. Para evidenciar a presença de taninos, em 2ml de cada extrato filtrado foram adicionadas 3 gotas da solução de gelatina [3]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Como mencionado, os taninos possuem capacidade de formar complexos com proteínas, e, portanto, sua presença pode ser verificada pela reação com gelatina. A ligação de tanino e proteína acontece por meio de pontes de hidrogênio entres os grupos fenólicos dos taninos e sítios específicos das proteínas [4]. O extrato de goiabeira que apresentava coloração castanha, após a adição de gelatina apresentou-se mais claro, amarelo, com turvação e muitos grumos, indicando a presença maciça de taninos. Já o extrato de hortelã, após o teste, apresentou poucos grumos e pouca mudança de coloração, indicando que embora a presença de taninos tenha sido identificada nesse extrato, possivelmente ele está em concentração inferior à do extrato de goiabeira. Esses resultados são corroborados por Araújo e colaboradores (2008), que ao utilizarem 500 mg da droga fresca, evidenciaram menor quantidade de taninos em uma espécie de hortelã (8,57mg) que em folhas de goiabeira (18,16mg). Ainda, esses autores atribuíram uma forte associação entre o teor de tanino e os efeitos popularmente atribuídos às plantas cicatrizantes e anti-inflamatórias utilizadas pela população [5]. **CONCLUSÃO:** As folhas secas de goiabeira e hortelã, utilizadas nesse teste, apresentaram taninos e ainda, a quantidade observada foi maior nas folhas de goiabeira quando comparadas a de hortelã e a população ao comprar esses produtos, se bem orientada, pode ser beneficiada pelas propriedades farmacológicas dos taninos, sobretudo com o uso da goiabeira. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SIMÕES, C. M. O. et al. Farmacognosia: do produto natural ao medicamento. In: OLIVEIRA, L. F.; MAIOR, J. F. A. S.; DRESCH, R. R. **Farmacognosia pura**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. p. 183 a 192. [2] BRUNETON, J. Elementos de Fitoquímica y de Farmacognosia. Ed. Acribia, SA:Espanha, 1991. [3] PEREZ, Dorális et al. Determinação do Teor de Tanino de Quatro Variedades de Sorgo por Intermédio de Métodos Quantitativos. **Rev. bras. Zootec.** v.28, n.3, p.453-458, 1999. [4] MONTEIRO, Júlio Marcelino et al. Taninos: uma abordagem da química à ecologia. **Revista Scielo.** Quím. Nova, São Paulo, v. 28, n. 5, p. 892-896, Oct. 2005. [5] ARAÚJO T.A.S. et al. A new approach to study medicinal plants with tannins and flavonoids contents from the local knowledge. **Journal of Ethnopharmacology**, p.72–80, 2008.

Área de conhecimento (CNPq): 4.03.00.00 Farmácia

Área de conhecimento (CNPq): 2.03.00.00-0 - Botânica

OTIMIZAÇÃO BIOFARMACÊUTICA POR MEIO DE EXCIPIENTES: CASO DA SINVASTATINA

Gabriela Leão da SILVA (IC – gabileao.13@hotmail.com)¹, **Aline Rodrigues dos SANTOS** (IC)¹, **Vivian Alves MONTEIRO** (IC)¹, **Adriana Nascimento de SOUSA** (PQ)¹ e **Maria Betânia de FREITAS-MARQUES** (PQ)¹

1. Curso de Farmácia; *Faculdade de Minas – Belo Horizonte* – 31774-007–Belo Horizonte-MG

Palavras-chave: classificação biofarmacêutica, excipientes, solubilidade.

INTRODUÇÃO: A sinvastatina é um fármaco da classe das estatinas utilizada para o tratamento de dislipidemia, por inibição da hidroximetil-glutaril-coenzima A redutase (HMG-CoA), enzima que regula a velocidade de síntese do colesterol no fígado [1]. De acordo com o sistema de classificação biofarmacêutica, a sinvastatina pertence à classe II e os fármacos dessa classe apresentam solubilidade baixa e alta permeabilidade [2]. Este fármaco antilipêmico representa uma terapia bastante empregada na atualidade e, com isto, a demanda por fármacos manipulados está crescente. Assim, o objetivo dos autores foi propor formulações magistrais de sinvastatina com 3 excipientes diferentes, individualmente ou associações binárias entre eles, para verificar a contribuição para aumento da solubilidade do fármaco, garantindo assim uma melhor biodisponibilidade no organismo. **MATERIAL E MÉTODOS:** Com o intuito de avaliar a associação entre os excipientes e um possível efeito sinérgico na otimização da solubilidade, realizou-se um estudo fatorial por meio de análise combinatória entre os três excipientes selecionados, amido solúvel, lactose monohidratada e celulose microcristalina. Para a manipulação das cápsulas gelatinosas duras de sinvastatina 20 mg, pesou-se a matéria-prima, adicionou em proveta e em seguida os excipientes, individuais ou a combinação binária deles, até completar volume de 4,2 mL de pó na proveta. Essa mistura foi transferida para um gral para homogeneizar e deixar o pó bem fino e em seguida realizado o encapsulamento, o volume aparente do pó indicou a utilização de cápsulas de tamanho nº 4 (0,21 mL), e forma obtidos 6 lotes das cápsulas. Realizou-se o ensaio de determinação de peso, conforme preconizado pela FB 6ª ed., pesando-se individualmente 20 cápsulas de cada lote e suas respectivas cápsulas vazias, e o teste de desintegração conforme o mesmo compêndio. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A FB 6ªed. preconiza que na determinação de peso pode-se tolerar, no máximo, duas unidades fora do limite especificado de $\pm 10,0\%$, em relação ao peso médio do conteúdo das cápsulas, porém, nenhuma poderá estar acima ou abaixo do dobro das porcentagens indicadas. Os 6 lotes de cápsulas de sinvastatina apresentaram conformidade quanto ao peso. Para o teste de desintegração foram utilizadas 6 cápsulas de um mesmo lote de sinvastatina com os excipientes individuais e associados, em meio aquoso. O tempo total estimado para a desintegração das cápsulas era de no máximo 5 minutos. Verificou-se que as cápsulas se desintegraram no tempo estimado, exceto as cápsulas de Sinvastatina + celulose microcristalina não se encontravam totalmente desintegradas. A partir dos resultados obtidos pode-se constatar que as cápsulas de Sinvastatina + Lactose monohidratada obtiveram uma desintegração mais rápida, seguida pelas cápsulas de Sinvastatina + Amido. Também foi observado que as cápsulas com os excipientes associados apresentaram uma desintegração mais lenta. **CONCLUSÕES:** Observou-se diferentes excipientes podem alterar a desintegração das cápsulas e consequentemente a liberação do fármaco, alterando sua biodisponibilidade. Houve uma melhor desintegração das capsulas manipuladas com Sinvastatina + Lactose monohidratada. Estes resultados podem ser utilizados em estudos de pré-formulação para o desenvolvimento de medicamentos manipulados através da otimização biofarmacêutica. **AGRADECIMENTOS:** Á Amphora - Farmácia de Manipulação, pela doação de amostra e à FAMINAS-BH pelo suporte. **BIBLIOGRAFIA:** [1] OLIVEIRA, Marcelo Antônio de et al. **Análise térmica aplicada à caracterização da sinvastatina em formulações farmacêuticas.** Química Nova, v. 33, p. 1653-1657, 2010. [2] DOS SANTOS LACERDA, Denise; LIONZO, Maria. **Aspectos atuais da biodisponibilidade de fármacos com baixa solubilidade: um enfoque sobre a sinvastatina.** Infarma-Ciências Farmacêuticas, v. 23, n. 5/6, p. 3-9, 2013.

PERCEPÇÕES DE ACADÊMICOS SOBRE A EUTANÁSIA

Daniele de Jesus **BICÁRIO** (IC-danimachado151@gmail.com)¹Júlia Gomes da Silva do **CARMO**¹, Vanessa Vieira **NACÁRIO**¹, Vallentina Ferreira de Carvalho Raimundo da **SILVA**¹, Emílio Santana de **ABREU**²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor

Centro Universitário FAMINAS –MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Eutanásia, Bioética, Direito à vida.

INTRODUÇÃO: O termo eutanásia significa "Boa morte", sendo considerado o ato de abreviar a vida de pessoas acometidas por doenças graves e incuráveis, á pedido do próprio indivíduo. Diante do sofrimento, a eutanásia é vista como a solução de eliminar a dor [1]. O objetivo do presente trabalho foi realizar a aplicação de um questionário online, em alunos matriculados nos cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia, Direito e Engenharia Civil do Centro Universitário Faminas – Muriaé – MG, buscando identificar a percepção dos participantes sobre o tema Eutanásia. **MATERIAL E MÉTODOS:** Inicialmente foi criado um projeto e submetido ao comitê de ética e pesquisa sendo aprovado (nº CAAE nº12041519.0.0000.5105). Posteriormente iniciou-se a realização do trabalho, com caráter descritivo e finalidade quantitativa. Foi realizado a aplicação de um questionário online confeccionado pelos pesquisadores utilizando o *Google Forms*[®]. A aplicação do questionário ocorreu dentre os dias 31/05/2020 à 10/06/2020, no qual o público alvo obteve acesso ao questionário através de um *link* gerado e compartilhado entre os participantes por meio dos representantes de turma. Para dar início ao questionário, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e era necessário que os participantes marcassem a opção que tinham lido e concordado com o TCLE para depois começarem a responder o questionário. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foi obtido um total de 71 participantes dos quais 69% eram do sexo feminino. Cerca de 28,2% eram do curso de engenharia civil; 23,9% de fisioterapia; 21,1% de psicologia; 15,5% do curso de direito e 11,3% eram acadêmicos de enfermagem. Quando perguntados sobre o conhecimento do tema “eutanásia” 97,2% afirmaram saber o significado. Cerca de 63,4% dos participantes são a favor do ato de eutanásia, apenas 21,1% acreditam que a eutanásia é um crime e 66,2% não considera a eutanásia como homicídio. De acordo com o artigo 122 do código penal, é considerado crime quando alguém induz, instiga ou auxilia outrem ao suicídio [2]. No Brasil a eutanásia não é liberada e é um crime, porém é permitida em países como Holanda, Luxemburgo, Bélgica e suíça, em determinadas condições estabelecidas em lei [3]. De acordo com o resultado dos questionários aplicados, 62,0% dos participantes são a favor, caso houvesse a criação de uma lei que permitisse a eutanásia em casos de pacientes com doenças terminais aqui no Brasil. Dos participantes entrevistados 71,8% não considera justo o prolongamento de uma vida o qual será vivida de forma artificial e muitas vezes com dor e sofrimento. De acordo com a pesquisa 74,6% dos participantes acham que seria um avanço a realização da pratica da eutanásia em casos de pacientes terminais. Dos participantes 62,0% afirmam que a eutanásia é uma garantia de morte digna, para que possam evitar o sofrimento. Vale ressaltar, que existem os tratamentos paliativos que visa a amenização da dor e a melhora da qualidade de vida dos pacientes terminais aqui no Brasil [4]. **CONCLUSÕES:** Foi possível verificar as percepções dos participantes sobre a eutanásia utilizando o questionário aplicado aos acadêmicos. A reflexão acerca deste assunto é válida e com ampla diversidade. Eutanásia é um tema ético e complexo, o prolongamento da vida com sofrimento é encarado como algo que possa ser evitado pela prática da eutanásia de acordo com os participantes desta pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:**[1] HORTA, M. P.; Eutanásia - Problemas da morte e do morrer. *Revista Bioética*. Brasília-DF, v. 7, n. 1. 2008; [2] ARTIGO 122 DO DECRETO LEI Nº 2.848, Jusbrasil,2015. **O CRIME DA EUTANÁSIA**, Jusbrasil, 2016. [3] SAMBADO, Cristina EM QUE PAISES A EUTANASIA NÃO É CRIME?. Rtp, 2018. [4] GOMES, ANA LUISA ZANIBONI e OTHERO, MARÍLIA BENSE. Cuidados paliativos. *Estudos Avançados* [online]. 2016, v. 30, n. 88 [Acessado 19 Março 2022], pp. 155-166. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30880011>>. ISSN 1806-9592.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

REDES SOCIAIS E O ENSINO EM HISTOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO NO INSTAGRAN®

DANIELA REIS FIALHO (IC)¹, Rubia de Souza LIMA (IC)¹, EDUARDA FOFANO VIEIRA (IC)¹, Carla Moreira A. RAMOS (IC)¹ VICTORIA MARIA FERREIRA ATAÍDES (IC)¹ Alexandre H. C. BITTENCOURT (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia 2. Professor Centro Universitário - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Hemocultura, perfil de resistência, septicemia

INTRODUÇÃO: Com a ascensão das redes sociais, a atenção das pessoas está voltada para essas ferramentas de comunicação. Quando se fala do contexto escolar, as aulas frequentemente perdem espaço para a conexão com as mídias sociais, principalmente no ensino remoto, onde há uma distância física entre o professor e o educando. Além disso, é possível alcançar resultados proveitosos, pois se constitui em uma alternativa de fácil execução, presente na rotina social de professores e alunos, o que garante maior participação e adesão entre os envolvidos[1]. Em um estudo sobre o ensino da Histologia nas universidades dos Estados Unidos, [2] verificaram que há uma tendência ao declínio, a longo prazo, do número total de horas de ensino laboratorial nas escolas de Medicina, particularmente nos laboratórios de Histologia. Além disso, notou-se um aumento significativo do uso de diversas ferramentas didáticas auxiliadas por computador, o que revela uma nítida tendência, segundo os autores, de associação das novas tecnologias da informação e da comunicação. Nessa perspectiva, o objetivo desse trabalho é descrever a implementação de redes sociais como estratégia didática e avaliativa para o ensino de histologia no ensino superior, em especial o Tecido epitelial. **METODOLOGIA:** A partir da elaboração de uma página na rede social Instagram®, @fisionapele, elaborada na disciplina de Biologia Geral do Centro Universitário FAMINAS MURIAÉ. O grupo ficou responsável pela inserção dos materiais relacionados ao Tecido Epitelial, tomando como base materiais referenciados em artigos, sites confiáveis e bases de dados. Foram elaboradas nove postagens entre os dias 22 a 24 de maio de 2022, tomando como base para publicação no Feed, stories da página. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** As publicações mostraram o potencial de utilização das redes sociais em relação ao ensino de Histologia – tecido Epitelial. Destacamos a publicação 02, que tratava sobre as camadas da pele que teve 98 curtidas e 18 comentários e nos stories tivemos uma grande participação dos usuários da rede. Os dados mostram a eficiência da utilização da rede para o potencial de ensino. Assim, a criação de conteúdo digital possibilitou detalhar mais o conteúdo de acordo com a realidade do curso de odontologia. Isso é muito importante, visto que na maioria das vezes, o estudante vê as disciplinas do ciclo básico de modo desconexo da sua futura prática profissional[3]. Os dados do trabalho mostram que as metodologias ativas têm o potencial de despertar a curiosidade, à medida que os alunos se inserem na teorização e trazem elementos novos, ainda não considerados nas aulas ou na própria perspectiva do professor[4] **CONSIDERAÇÕES FINAIS :** Diante do exposto, percebe-se que a adesão das redes sociais como estratégia didática e avaliativa contribuiu para um melhor engajamento da turma no sistema remoto de ensino. Os estudantes puderam compartilhar saberes com a comunidade virtual, divulgando conhecimento científico de forma acessível e contextualizada. Além disso, houve cooperação entre os membros do mesmo grupo e entre os diferentes grupos para a execução das atividades. Tal fato possibilitou o uso de diferentes habilidades de acordo com as demandas para a confecção do material digital. Sendo assim, o uso de redes sociais para o ensino de histologia no ensino superior foi bastante eficiente. **AGRADECIMENTO:** A FAMINAS. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.** [1]DOMINGOS, J. C. Relatos de experiência, em busca de um saber pedagógico. Revista brasileira de pesquisa (auto) biográfica, v. 1, n. 1, p. 14-30, 2016. [2] Bloodgood RA, Ogilvie RW. Trends in Histology Laboratory Teaching in United States Medical Schools. The Anatomical Record 2006;298;169-175. [3]GRANJEIRO, E. M. Based teaching-learning method: a strategy to motivate and engage students in human physiology classes. Advances in physiology education, v. 43, n. 4, p. 553- 556, 2019.[4] SOUZA, A. A. N.; SCHNEIDER, H. N. Potencialidades do uso de sites de redes sociais no processo de ensino e aprendizagem. International Journal of Knowledge Engineering and Management (IJKEM), v. 3, n. 6, p. 181-196, 2014. **Área do Conhecimento: FISIOTERAPIA**

**A IMPORTÂNCIA DA DESPRESCRIÇÃO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE EM MEIO À
ASCENSÃO DA POLIFARMÁCIA**

PAULA LIMA SPERANDIO (paulasperandio@gmail.com)¹, POLYANA DA SILVA CAÇADOR¹,
BIANCA DE SOUZA NEPOMUCENO¹, LUCAS BARBOSA SANTANA¹, ANA CLÁUDIA ANDRADE
ARAÚJO²

1. Curso de Medicina; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000
- Muriaé-MG

Palavras-chave: Desprescrições, Polimedicação, Centros de Saúde

APRESENTAÇÃO: A polifarmácia consiste no uso de cinco ou mais medicamentos por um indivíduo. Porém, o uso associado de distintos medicamentos e suas interações podem culminar em malefícios. Nesse contexto, é relevante o ato da desprescrição, definida pela descontinuação do uso de determinados medicamentos, os quais proporcionam prejuízos superiores aos benefícios terapêuticos. Além disso, é essencial o conhecimento médico sobre o tema, principalmente no que tange ao médico de família e comunidade (MFC), o qual, atuando nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), acolhe os pacientes de maneira holística e auxilia na análise dos remédios utilizados por estes, verificando quais são indispensáveis e quais devem ser desprescritos. Destarte, através de pesquisas bibliográficas, o objetivo deste estudo é analisar a ascensão da polifarmácia no cenário atual e a importância da realização de uma correta desprescrição dos medicamentos pelos profissionais de saúde, ressaltando no que consiste esta medida, as formas de adotá-la e as barreiras que entravam a sua execução. **DESENVOLVIMENTO:** O aumento das doenças crônicas, associado a elevação da expectativa de vida e a facilidade da prescrição de medicamentos, são alguns dos fatores que corroboram para a polifarmácia (principalmente quando se trata do uso de inibidores da bomba de prótons, opioides, anti-inflamatórios não esteroidais, benzodiazepínicos, hipoglicemiantes e estatinas) [1]. Entretanto, em certas situações, a real necessidade do uso destes remédios por um longo período e suas interações medicamentosas não são consideradas. Consequentemente, observa-se o aumento da morbimortalidade, a redução da qualidade de vida e o aumento dos custos em saúde. Sendo assim, a desprescrição torna-se uma medida importante, visto que promove a constatação e a minimização do uso de medicamentos considerados potencialmente inapropriados (MPI), por meio de etapas que incluem a verificação das drogas utilizadas pelo paciente, a análise de seus potenciais riscos, a determinação de quais delas devem ser desprescritas e, de fato, a sua execução, finalizando com recomendações e monitoramentos que devem ser destinados ao doente. Nesse aspecto, deve-se destacar a relevância do MFC, que, agindo na Atenção Primária, analisa o paciente integralmente e longitudinalmente, verifica quais são os medicamentos utilizados por ele e filtra os que devem ser descontinuados. Para isso, os profissionais de saúde podem utilizar os Critérios de Beers e STOPP/START, os quais são ferramentas que ajudam a evitar a utilização de MPI em idosos [2]. Todavia, é válido ressaltar que essa proposta deve ser compartilhada com o paciente, para observar as suas necessidades, acatar suas preferências e adquirir adesão à mudança. No entanto, existem algumas barreiras que dificultam essa prática, tanto relacionadas ao paciente quanto ao médico, principalmente no que tange à deficiência de educação médica, dado que se observa uma carência de conhecimento e habilidade em como realizar a indicação da cessação medicamentosa. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do estudo realizado, nota-se que a desprescrição ainda é pouco conhecida pela comunidade médica, ainda que existam estudos e conclusões bem fundamentadas sobre o tema. Logo, é necessário incluir tal prática de modo mais concreto nas UBS e promover, aos profissionais, um conhecimento continuado sobre este ato, visto que suas ferramentas são atualizadas com periodicidade, visando erradicar a polifarmácia desnecessária e prover benefícios aos pacientes, principalmente entre os idosos. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS e à orientadora Ana Cláudia pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] NASCIMENTO RCRM et al. Polifarmácia: uma realidade na atenção primária do Sistema Único de Saúde. *Revista Saúde Pública*, v.51, n.2, p.1-19,2017. [2] PRAXEDES MFS, et al. Prescrição de medicamentos potencialmente inapropriados para idosos segundo os Critérios de Beers: revisão sistemática. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.26, n.8, p.3209-3219,2021. **Área do Conhecimento (CNPq):** 4.01.00.00-6 – Medicina

**ATIVIDADE BACTERIOSTÁTICA DO EXTRATO AQUOSO *SYZYGIUM AROMATICUM* SOBRE
ESCHERICHIA COLI E *STAPHYLOCOCCUS AUREUS***

Rachel Gava CHAVES (IC)¹Gabriela Toledo Schaeffer da SILVA (IC)¹Humberto Alves ANDRADE (IC)¹
Hugo Almeida REZENDE (IC)¹Isabela Goulart Peçanha VIEIRA(IC)¹Alexandre H. Couto
BITTENCOURT(PQ)²

1- Acadêmicos de Medicina, 2-Pesquisador e Professor – FAMINAS MURIAÉ-MG

Palavras-chave: Fitoterapia, Mecanismos de ação, Plantas medicinais

INTRODUÇÃO: Um grande número de espécies vegetais tem sido estudado na tentativa de comprovar cientificamente suas propriedades biológicas e terapêuticas. Muitas destas propriedades são atribuídas aos óleos essenciais produzidos pelo metabolismo secundário dessas espécies [1]. Alguns óleos essenciais possuem na sua composição substâncias que têm a capacidade de controlar o desenvolvimento de microorganismos como, bactérias contaminantes de alimentos processados, incluindo espécies gram-positivas e gram-negativas, fungos filamentosos e leveduras [2]. A espécie vegetal do *Syzygium aromaticum*, conhecida popularmente como Cravo da Índia, é uma árvore de 12 a 15 m de altura, que pertence à família das Mirtaceae. No Brasil, a planta é encontrada em regiões quentes, principalmente na região do baixo sul da Bahia. Seus botões florais contêm um óleo essencial de grande valor econômico no mercado internacional, devido ao elevado teor de eugenol (seu composto majoritário) o qual é largamente usado nas indústrias químicas e farmacêuticas[3]. **Materiais e Métodos:** Os extratos foram obtidos pela adição dos pós (separadamente por espécie) à água destilada, na proporção de 10g por 100ml; após agitados para homogeneizar e mantidos em geladeira por 72horas, para extração dos compostos. Após esse período, o material foi filtrado em tecido fino de voil, para retirada do material sólido, obtendo-se, assim, extratos aquoso 10% p/v de cada espécie vegetal. Os extratos prontos foram utilizados por um período não superior a 48 horas após o preparo, para que não ocorresse a perda dos princípios ativos de cada espécie. Para a preparação do meio de cultura foi utilizado Ágar Müeller Hinton. Foram utilizadas cepas ATCC de *E.coli* e *S.aureus*. Após ser ativada, as cepas foram semeadas em meio de cultura Mac Conkey, específico para gram-negativas e incubadas a 37°C por 24h.Foram montadas placas com controle positivo: Antibiótico: norfloxacin e controle negativo: sem antibiotico e duas placas com 5 discos cada com o extrato aquoso obtido. Os dados foram obtidos em medições após, 24 e 48h. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Para *S.aureus* os halos de inibição a partir dos extratos aquosos obtiveram média de, 1,5 cm, em comparação com o antibiótico que formou um halo de 2,2cm de inibição. Em relação a *E.coli* foram de 0.6cm, em comparação com o antibiótico que proporcionou um halo de inibição de 2,2cm. Os dados mostram que o potencial de inibição do extrato aquoso foi maior em relação a *S.aureus*, podendo estar relacionado a uma maior suscetibilidade dessa bactéria á ação do extrato aquoso. Estudos mostram que *C.longa* possui ações diversas, destacando-se ação antibacteriana, antiviral, antifúngica e antitumoral da curcumina[4] **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os dados obtidos nesse trabalho indicam o potencial de ação bacteriostática de *C.longa* frente a mecanismos patogênicos. A partir deste trabalho, bioensaios posteriores com variação da concentração dos extratos e um maior n amostral serão conduzidos para verificação do potencial bactericida, bem como a utilização de outros agentes extratores e a identificação dos componentes do extrato com possível identificação de ação. **AGRADECIMENTOS:** A FAMINAS pela realização do trabalho.**REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS** [1]CRUZ, C. D.; MARTINEZ, M. B.; DESTRO, M. T.; *Listeria monocytogenes*: UM AGENTE INFECCIOSO AINDA POUCO CONHECIDO NO BRASIL. Acessado em 12 out . 2017. Disponível em: < <http://servbib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/viewFile/247/241>>.[2] GANDRA, T. K. V. Aspectos genéticos envolvidos na formação de biofilme por *Listeria monocytogenes* avaliados por RT- qPCR em diferentes superfícies, temperaturas e tempos de contato. 2015. 109 f. Tese (Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) – FAEM, UFPEL.[3] HUSSAIN, A.I.; ANWAR, F.; SHERAZI, S. T. H.; PRZYBYLSKI, R. Chemical composition, antioxidant and antimicrobial activities of basil (*Ocimum basilicum*) essential oils depends on seasonal variations. *Food Chemistry*. n. 108, p. 986- 995. 2008.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

**AVALIAÇÃO DO POTENCIAL BACTERIOSTÁTICO DO EXTRATO AQUOSO DE *Curcuma longa*
L. sobre *Escherichia coli* e *Staphylococcus aureus***

Maria Cecília Fonseca FERREIRA (IC)¹Leticia Brum Leal(IC)¹Ana Alice Reis PORTES, Davy Loures de SOUZA (IC)¹Mirella Ferraz Lucas SANTOS(IC)¹. Alexandre H. Couto BITTENCOURT(PQ)²

1- Acadêmicos de Medicina, 2-Pesquisador e Professor – FAMINAS MURIAÉ-MG

Palavras-chave: Fitoterapia, Mecanismos de ação, Plantas medicinais

INTRODUÇÃO: A aplicação de planta com finalidade medicinal é antiga. Inicialmente seu uso ocorria junto a rituais e orações, sendo, considerado o único meio tradicional de prevenção e/ou tratamento de patologias e lesões dentro de comunidades tradicionais [1] *Curcuma longa* L. é uma planta originária da Índia e do sudeste da Ásia. Subsequentemente se difundiu pela América e em algumas regiões da Europa, na década de 80 foi introduzida no Brasil [2]. Esta espécie se desenvolve em solo úmido e argiloso, portanto, se adapta bem na maioria dos países tropicais. É uma planta utilizada há 6.000 anos pela medicina Ayurveda, tradicional na Índia, sendo prescrita na prevenção e controle de desordens físicas que incluem: resfriado, comprometimento de vias aéreas, sinusite, infecções bacterianas, alterações hepáticas, diabetes, feridas, reumatismo, anorexia [3]. O objetivo deste trabalho foi verificar o potencial bacteriostático de *C.longa* L, frente a *Escherichia coli* e *Staphylococcus aureus*. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Os extratos foram obtidos pela adição dos pós (separadamente por espécie) à água destilada, na proporção de 10g por 100ml; após agitados para homogeneizar e mantidos em geladeira por 72horas, para extração dos compostos. Após esse período, o material foi filtrado em tecido fino de voil, para retirada do material sólido, obtendo-se, assim, extratos aquoso 10% p/v de cada espécie vegetal. Os extratos prontos foram utilizados por um período não superior a 48 horas após o preparo, para que não ocorresse a perda dos princípios ativos de cada espécie. Para a preparação do meio de cultura foi utilizado Ágar Müeller Hinton. Foram utilizadas cepas ATCC de *E.coli* e *S.aureus*. Após ser ativada, as cepas foram semeadas em meio de cultura Mac Conkey, específico para gram-negativas e incubadas a 37°C por 24h. Foram montadas placas com controle positivo: Antibiótico: norfloxacina e controle negativo: sem antibiotico e duas placas com 5 discos cada com o extrato aquoso obtido. Os dados foram obtidos em medições após, 24 e 48h. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Para *S.aureus* os halos de inibição a partir dos extratos aquosos obtiveram média de, 1,5 cm, em comparação com o antibiótico que formou um halo de 2,2cm de inibição. Em relação a *E.coli* foram de 0.6cm, em comparação com o antibiótico que proporcionou um halo de inibição de 2,2cm. Os dados mostram que o potencial de inibição do extrato aquoso foi maior em relação a *S.aureus*, podendo estar relacionado a uma maior suscetibilidade dessa bactéria à ação do extrato aquoso. Estudos mostram que *C.longa* possui ações diversas, destacando-se ação antibacteriana, antiviral, antifúngica e antitumoral da curcumina[4] **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os dados obtidos nesse trabalho indicam o potencial de ação bacteriostática de *C.longa* frente a mecanismos patogênicos. A partir deste trabalho, bioensaios posteriores com variação da concentração dos extratos e um maior n amostral serão conduzidos para verificação do potencial bactericida, bem como a utilização de outros agentes extratores e a identificação dos componentes do extrato com possível identificação de ação. **AGRADECIMENTOS:** A FAMINAS pela realização do trabalho. [1]ABRANCHES, M. V. Plantas Medicinais e Fitoterápicos – Abordagem teórica com ênfase em nutrição. Viçosa: A.S. Sistemas, 2015 [2]KIM, M. H.; KIM, S. H.; YANG, W. M. Mechanisms of action of phytochemicals from medicinal herbs in the treatment of Alzheimer’s disease. *Planta Med*, v. 80, n. 15, p. 1249-58, Oct 2014. [3] ALONSO, J. *Curcuma*. In: ALONSO, J. Tratado de Fitofarmacos e Nutracêuticos. São Paulo: A C Farmacêutica, 2016. p. 364 – 373. [4]WANG, X. et al. Effects of curcuminoids identified in rhizomes of *Curcuma longa* on BACE-1 inhibitory and behavioral activity and lifespan of Alzheimer’s disease *Drosophila* models. *BMC Complement Altern Med*, v. 14, p. 88, 2014

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA USUÁRIOS DIABÉTICOS DA UBS SÃO CRISTÓVÃO, EM MURIAÉ-MG

Rodrigo Aparecido **GUIMARÃES** (IC-rodriogoapguimaraes@hotmail.com)¹; Elian **GOMES** (IC)¹; Janaina Cerqueira de **PAIVA** (IC)¹; Maria Clara Leal Oliveira de **SÁ** (IC)¹; Richard Duvanel **RODRIGUES** (PQ)².

1. Curso de Medicina; 2. Professor. *Centro Universitário FAMINAS - MURIAÉ – 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: Diabetes Mellitus tipo 2; Atenção Primária à Saúde; educação em saúde.

APRESENTAÇÃO: O Diabetes Mellitus tipo 2 (DM2) é uma doença crônica causada pela falta ou produção insuficiente da insulina, hormônio produzido pelo pâncreas e responsável pelo transporte da glicose no organismo. A doença traz graves consequências e geralmente está associada a outros problemas de saúde, como hipertensão arterial, obesidade, dislipidemia, doenças renais, entre outros. O estudo objetiva analisar o grau de informação dos pacientes em relação ao seu quadro e estimular a educação e a mudança de hábitos alimentares com a elaboração de uma horta na comunidade. **DESENVOLVIMENTO:** Segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes, o impacto que o DM2 tem na comunidade se dá pelo número de indivíduos acometidos na população economicamente ativa, como também pelos gastos elevados no controle da doença e tratamento das complicações após sua manifestação [1]. Os principais fatores associados são aqueles ligados ao desenvolvimento de síndrome metabólicas, como o excesso de peso, sedentarismo, envelhecimento populacional, urbanização crescente e veloz, transição nutricional e epidemiológica, e aumento da sobrevida das pessoas com esta patologia [2]. Associado a isso, o baixo nível de detecção na Atenção Primária em Saúde (APS), a precariedade da conscientização em saúde entre os usuários e profissionais de saúde e a manifestação insidiosa dos sintomas e da progressão do DM 2, corroboram para a falta do diagnóstico precoce e o desenvolvimento das complicações [1,2]. A APS como porta de entrada do sistema de saúde, prioriza a prevenção primária de doenças, sendo que a intervenção contra o DM2 deve abranger as doenças associadas, como a obesidade, hipertensão arterial e dislipidemia, reduzindo o risco cardiovascular e assim, a morbimortalidade e o custo em saúde pública [2]. A intervenção na comunidade deve ser realizada através da educação da população, através de palestras sobre alimentação saudável e estímulo aos pacientes diabéticos a verificarem a glicemia periodicamente; orientação sobre as substituições de alimentos ricos em carboidratos e açúcares; instrução sobre a análise correta de tabelas nutricionais nas embalagens de alimentos; encorajar e esclarecer a importância da adesão ao tratamento, tanto com o uso correto da medicação prescrita, quanto pela mudança de hábitos de vida, com a prática de dieta e atividade física. Por fim, a implantação da horta comunitária tem o intuito de incentivar o auto comprometimento e a promoção da saúde para toda a comunidade, convocando os indivíduos a serem atores modificadores da sua realidade em saúde. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Falar sobre DM2 na APS é sempre um assunto extenso e necessário, uma vez que a educação em saúde de profissionais, pacientes e seus familiares, são responsáveis para a manutenção da saúde e do bem-estar de maneira geral. Nestes casos, a empatia e cuidado são diferenciados, uma vez que se trata de uma doença crônica que demanda dedicação e comprometimento com sua condição diariamente e que controle da doença e de suas exacerbações são possíveis, desde que haja adesão a bons hábitos de vida. Assim, a equipe multidisciplinar deve estar preparada e atuar de forma efetiva, atendendo o paciente integral e longitudinalmente em todos os níveis necessários, sem sobrecarregar o sistema, conscientizando sobre seus problemas, necessidades e responsabilidades com a própria saúde.

BIBLIOGRAFIA: [1] SBD. Sociedade Brasileira de Diabetes. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes:** 2019-2020. São Paulo: Clannad; 2019. [2] SANTOS, I.S.C. et al. **Intervenção educativa na qualidade de vida e conhecimento da síndrome metabólica.** Acta Paul Enferm, v. 35, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ape/a/K334RLhCYR8r4PBMg4dmKPC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 05 maio 2022.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina
Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-9 – Saúde Coletiva

ESTUDO DAS ALTERAÇÕES HISTOPATOLÓGICA E USO DA IMUNO-HISTOQUÍMICO COMO FERRAMENTA COMPLEMENTAR À ANÁLISE DO PARASITISMO TECIDUAL EM PELE DE CÃES NATURALMENTE INFECTADOS COM *LEISHMANIA (LEISHMANIA) INFANTUM* CHAGASI ANTES E APÓS TRATAMENTO COM ANTIMONIATO DE MEGLUMINA ENCAPSULADO EM LIPOSSOMAS NANOMÉTRICOS E ALOPURINOL

Taynara Miranda BARROSO (IC-taynaramiranda47@yahoo.com.br)¹; Débora Miranda de Oliveira PEREIRA (PQ)²; Izabela Ferreira Gontijo de AMORIM (PQ)³; Wagner Luiz TAFURI (PQ)⁴.

1-Aluna do curso de medicina da Faminas BH; 2-Mestranda do *Laboratório de Patologia das Leishmanioses do ICB-UFMG*; 3-Professora de *patologia geral da Faminas BH* e orientadora do projeto de pesquisa; 4-Professor titular do *Laboratório de Patologia das Leishmanioses do ICB-UFMG e orientador do projeto de pesquisa*.

Palavras-chave: Leishmaniose visceral canina, Leishmaniose visceral humana, Antimoniato de Meglumina, Alopurinol, Lipossomas.

APRESENTAÇÃO: As leishmanioses são um conjunto de doenças infecto-parasitárias causadas por protozoários pertencentes à ordem Kinetoplastida, à família Trypanosomatidae e ao gênero *Leishmania*.¹ Destaca-se a leishmaniose visceral (LV) como a forma mais grave das leishmanioses, apresentando-se como doença sistêmica quase sempre fatal quando não tratada. No meio urbano, o cão é o principal reservatório da *L. infantum*. Devido a estreita proximidade de apresentação clínico-patológica da LV no homem e no cão, esse último é um bom modelo de estudo para compreensão da LV humana (LVH). Assim, foi realizado um estudo do tempo T(O) e T(140), com cães naturalmente infectados tratados com antimoniato de meglumina encapsulado em lipossomas e alopurinol. Nos dois tempos foram comparados o parasitismo tecidual, na pele da face interna da pua, associado com os achados histológicos. **DESENVOLVIMENTO:** Foram avaliados inicialmente 52 cães naturalmente infectados quanto ao parasitismo, pela técnica de IHQ e alterações histológicas da pele HE nos T(O) e T(140), posteriormente os mesmos foram separados nos seguintes grupos experimentais, sendo oito cães em cada grupo: **grupo I-ANT:** antimoniato de meglumina (AM) encapsulado em lipossoma manométrico; **grupo II-ANT + Alo:** ANT + alopurinol; **grupo III-Lip V:** lipossoma “vazio”; **grupo IV-Lip-V + Alo:** Lip-V + Alo; **grupo V- Alo:** Alo; **grupo VI-C:** controle. Nas biopsias de pele obtidas nos tempos determinados, foram avaliadas as seguintes alterações histopatológicas: hipoplasia/atrofia da camada espinhosa, acantose, hiperqueratose, espongiose, infiltrado inflamatório com padrão linfoplasmocitário (LHP) e/ou com presença de neutrofilia. A partir desses parâmetros de forma qualitativa, temos que em relação a acantose e a espongiose mantém-se inalterada em praticamente todos os grupos nos tempos estudados, ou seja, mesmo com a melhora clínica e a redução do parasitismo tecidual ao longo do tratamento, não se teve redução desses parâmetros. Já em relação a hiperqueratose tem-se um incremento, de cerca 25% (n=2), sendo mais expressivo nos animais do grupo IV. Outro parâmetro analisado foi a característica do exsudato inflamatório, em que se tem padrão LHP e neutrofilico com abundância de plasmócitos e macrófagos na derme, região perivascular e próximo aos anexos da pele, sendo que se observou um aumento, principalmente, na população linfocitária, quando comparamos T(0) e T(140), em especial no grupo IV e VI, que estava presente em cerca de 13%(n=7) dos animais antes do tratamento e 28%(n=15) da após tratamento, já em relação a neutrofilia não se observou mudança do padrão nos tempos T(0) e T(140) Observou-se uma redução do parasitismo tecidual, com diminuição na contagem de amastigotas e conseqüentemente, na infectividade do flebotômico com o cão sendo a IHQ uma ferramenta diagnóstica complementar a técnica molecular (PCR). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A partir das análises citadas acima, concluímos, então, que a técnica de IHQ importante para o clínico avaliar a infectividade do cão. Além disso, observamos nas lâminas coradas com HE, que os cães envolvidos no tratamento com alopurinol, principalmente no grupo II, apresentou redução evidente do parasitismo. Além de uma melhora dos sinais dermatohistológicos, reforçando o caráter benéfico do alopurinol e do antimoniato de meglumina no tratamento da LV. **AGRADECIMENTO:** Em especial a professora Izabela Ferreira Gontijo de Amorim pela orientação e direcionamento para realização deste trabalho.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

1. Da Silva, S. M. ; AMORIM, I. F. G. ; Ribeiro, R. R. ; Azevedo, E. G. ; Demicheli, C. ; Melo, M. N. ; Tafuri, W. L. ; Gontijo, N. F. ; Michalick, M. S. M. ; Frezard, F. . Efficacy of Combined Therapy with Liposome-Encapsulated Meglumine Antimoniate and Allopurinol in Treatment of Canine Visceral Leishmaniasis. Antimicrobial Agents and Chemotherapy (Print) , v. 56, p. 2858-2867, 2012.

Área do conhecimento(CNPq):4.01.00.00-6-Medicina

Reabilitação Visual em Paciente com Baixa Visão Secundária à Retinopatia da Prematuridade

Alessandra Juliana de CARVALHO (IC - alessandracarvalho@hotmail.com)¹, Galton Carvalho VASCONCELOS (PQ)², e Renato SATHLER-AVELAR (PQ)³

1. Curso de Medicina FAMINAS-BH; 2. Professor Adjunto da Faculdade de Medicina da UFMG; 3. Professor da FAMINAS-BH – 31744-007 – Belo Horizonte - MG

Palavras chaves: Retinopatia da Prematuridade, Rede de Assistência, Maternidade

INTRUDUÇÃO: A Retinopatia da Prematuridade (ROP) é caracterizada pela proliferação vascular retiniana, que acomete recém-nascidos pré-termos. A ROP, segundo classificação internacional, pode ser qualificada segundo sua gravidade em cinco estágios, sendo a ROP 4 (descolamento de retina subtotal) e 5 (descolamento total de retina), os mais graves. A singularidade e a relevância do presente caso frente a abordagem da assistência à ROP se dão pelo diagnóstico e intervenção oftalmológica tardia, o que resultou em descolamentos de retina bilateral e após cirurgia, retina hipoplásica em olho esquerdo. **DESCRIÇÃO DO CASO:** L.L.F.S., 19 anos, sexo feminino, procedente de Vitória - ES, idade gestacional (IG) 32 semanas, peso de nascimento 1470g, permaneceu em incubadora por 25 dias. Acompanhamento oftalmológico iniciado aos 4 meses em Belo Horizonte; diagnosticada com Retinopatia da Prematuridade (ROP); olho direito (OD) graus 4A, 4B e olho esquerdo (OE) grau 5. Foi realizada cirurgia vítreo-retiniana e laser em ambos os olhos (AO). Aos 6 meses encaminhada ao Serviço de Baixa Visão para estimulação visual. Aos 12 meses nova aplicação de laser AO e prescrição de correção de 1/3 da miopia. Aos 2 anos iniciou o uso de óculos esféricos. Aos 3 anos detectada percepção luminosa e de movimento de mãos em OE. Aos 6 anos iniciou a adaptação de auxílios ópticos para a leitura. Aos 7 anos foi diagnosticada epilepsia noturna com descarga occipital; iniciou uso de Depacot, 250 mg, com melhora da visão funcional. Foi detectada puberdade precoce e discalculia. Com 10 anos iniciou formação musical. Aos 11 anos, prescritas lentes gelatinosas AO, e óculos com filtro amarelo. Aos 17 anos foi detectado Glaucoma; iniciou o colírio Timoptol 0.5% e Lamitor. **CONCLUSÃO:** No Brasil a ROP é uma das principais causas de cegueira. A OMS recomenda para a de recém-nascidos prematuros com menos de 32 semanas de idade gestacional e/ou com menos de 1500 g de peso ao nascimento, além de prematuros com idades gestacionais de 33 a 36 semanas, com qualquer peso ao nascimento, que tenham feito uso de oxigenioterapia ou apresentem outros fatores de risco para a ROP. Apesar disso, uma rotina de rastreio ainda não é a realidade em muitas maternidades do Brasil, assim como serviços para tratamento. Neste contexto, o caso aborda um quadro grave de ROP com intervenções tardias, mas que quando realizadas com acompanhamento oftalmológico e atendimento multiprofissional adequados, bem como uso de recursos ópticos e apoio familiar, proporciona bons resultados, possibilitando uma efetiva inserção social/acadêmica. **REFERÊNCIAS:** Carrion JZ, Fortes Filho JB, Tartarella MB, Zin A, Jornada ID Jr. Prevalence of retinopathy of prematurity in Latin America. Clin Ophthalmol. 2011; 5:1687- 95. Hellström A, Smith LE, Dammann O. Retinopathy of prematurity. Lancet. 2013;382(9902):1445-57. Uma classificação internacional de retinopatia da prematuridade. O Comitê para a Classificação da Retinopatia da Prematuridade. Arco Oftalmol. 1984 Ago;102(8):1130-4. Chiang MF, Quinn GE, Fielder AR, et al. International Classification of Retinopathy of Prematurity, Third Edition. Ophthalmology. 2021 Jul 8:S0161-6420(21)00416-4. Mesquita, M.. (2021). Retinopatia da prematuridade: impacto de um programa de triagem multicêntrico da Fundação Visão e cooperação internacional. *Pediatrics (Assunção)*, 48(1), 3 - Freitas AM, Mörschbacher R, Thorell MR, Rhoden EL. Incidence and risk factors for retinopathy of prematurity: a retrospective cohort study. Int J Retina Vitreous. 2018;4(1):20. MOZETIC, Vânia; CRUZ, Matheus Ferreira Santos da; CRUZ, Natasha Ferreira Santos da; POLIZELLI, Murilo Ubukata; MORAES, Nilva Simeren Bueno de. Análise de Revisões Sistemáticas cochrane sobre a retinopatia da prematuridade. Rev Bras Oftalmol., v. 80, n. 1, p. 42-48, mar. 2021. Zin AA, Magluta C, Pinto MFT, Entringer AP, Mendes-Gomes MA, Moreira MEL, et al. Retinopathy of prematurity screening and treatment cost in Brazil. Rev Panam Salud Publica. 2014;36(1):37-43.

Área do conhecimento(CNPq):4.01.00.00-6-Medicina

RELATO DE CASO: ABORDAGEM NEUROCIRÚRGICA DE NEUROCRÍPTOCOCOSE EM INDIVÍDUO COM CLÍNICA NÃO APARENTE

Matheus da Fonseca **FELIPE** (matheusfonsecafelipe@gmail.com)¹, Leonardo Alves **MUZZY**¹, Ana Luisa Almeida **COSTA**¹, Talyta Berto de **SOUZA**¹, Jordan Câmara Moura (PQ)²

1- Curso de Medicina; 2- Professor Titular *Centro Universitário – FAMINAS* - 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Neurocirurgia, Neurocriptococose, Anatomopatologia

APRESENTAÇÃO: A criptococose caracteriza-se como uma doença fúngica de ordem sistêmica com tropismo pelo sistema nervoso central (SNC), frequentemente desencadeada pelas espécies *Cryptococcus neoformans* e *Cryptococcus gattii*, sendo responsáveis pela infecção principalmente à indivíduos imunocomprometidos, podendo acometer também à imunocompetentes, e se apresenta de forma mais frequente como meningoencefalite [1]. Acomete indivíduos de todas as faixas etárias, com maior incidência entre jovens e adultos entre 20 à 30 anos, preferencialmente do sexo masculino. [2]. O diagnóstico em casos de acometimento cerebral é realizado pela coleta de líquido cefalorraquidiano (LCR) para cultura de fungos pelo antígeno criptocócico líquórico e também pela realização de tomografia e ressonância (RNM) de crânio para avaliação de lesões com efeito de massa para realização de biópsia. Cerca de 50% dos casos não apresentam sinais e sintomas específicos, sendo os mais frequentes cefaleia, rigidez de nuca e febre [3]. Diante disso, evidenciamos um estudo neurocirúrgico correlacionado à fatores anatomopatológicos em um caso de neurocriptococoma insólito, confrontando as incidências mais comuns dos casos acometidos pela patologia. **DESENVOLVIMENTO** JSLT, sexo masculino, 47 anos, casado, trabalha como servente de pedreiro. Relata episódios de cefaleia holocraniana de intensidade considerável, iniciada há 5 meses, com piora progressiva. Procurou atendimento médico em algumas ocasiões devido a cefaleia, porém devido a clínica inespecífica, foi medicado e liberado. Até que há aproximadamente 15 dias evoluiu com déficit da acuidade visual em ambos os olhos, e hipoacusia que resultou no seu encaminhamento para internação hospitalar. Não relatou outros sintomas associados. Exame de HIV negativo, sem outras imunodeficiências, refere histórico de trabalho próximo a ninhos de pombos. Em investigação com exames de imagem, foi identificado em exame de RNM do crânio a presença de duas lesões tumorais, uma em cada hemisfério cerebelar, promovendo efeito de massa local, sem sinais expressivos de hidrocefalia. Foi indicado procedimento cirúrgico para ressecção de lesão maior em hemisfério cerebelar esquerdo para descompressão e coleta do material para análise. Identificou-se nos cortes histológicos a presença de leve infiltrado mononuclear perivascular e abundantes fungos leveduriformes com aspecto morfológico de criptococos, identificada assim a lesão como neurocriptococoma. Definiu-se como conduta terapêutica após ressecção da lesão em questão, conduta conservadora da lesão a direita em primeiro momento, a fim de evitar cirurgia de maior porte e consequentemente reduzir riscos associados. Foi iniciado tratamento farmacológico, em conjunto com a infectologia, em caráter hospitalar, com fluconazol e anfotericina-B parenteral, realizado análise do líquido periódica durante a internação, quando não houve, em nenhuma amostra, a presença de criptococo ou sinais de aumento de pressão intracraniana. O esquema foi mantido até a finalização do tratamento proposto e os sintomas estabilizados, para seguir com o acompanhamento ambulatorial com a neurocirurgia e a infectologia, ainda em uso de fluconazol via oral e RNM cerebral periódica. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Como foi apresentado no caso em questão, a apresentação clínica não segue padrões habituais da patologia, notadamente que o paciente não apresenta sinais de imunodeficiência, líquido negativo para a presença de criptococo, ausência de aumento de pressão intracraniana e localização atípica das lesões criptocócicas. Logo, trazem uma notoriedade, como também a devida relevância clínica e infectológica para o diagnóstico de formas atípicas da neurocriptococose. **BIBLIOGRAFIA:** [1] HILAIRE, I.T. Not Your “Typical Patient”: Cryptococcal Meningitis in an Immunocompetent Patient. *J Neurosci Nurs. Seattle*, vol. 37, n. 3, p. 144–148. Junho 2005 [2] HILAL-DANDAN, Randa; BRUNTON, Laurence. *Manual de farmacologia e terapêutica de Goodman & Gilman*. AMGH Editora, 2015. [3] HALL, John E. *Guyton y Hall. Elsevier Health Sciences Spain*, 2011.

**Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina
2.12.00.00-9 – Microbiologia**

SAÚDE INTEGRAL DA MULHER: DIREITO À EDUCAÇÃO SEXUAL

Ana Clara Fonsêca Souza de **JESUS** (anaclara_fsj@hotmail.com)¹, Maria Luiza Andrade **SIQUEIRA** (marialuizaandradeif@gmail.com)¹, Stephany Brini de **MENDONÇA** (stephany.b.mendonca@hotmail.com)¹, Aline Trindade **ROLA** (aline.tr@aluno.ufop.edu.br)², Amanda Cristina Madureira **REIS** (amanda.madureira@aluno.ufop.br)² e José Helvécio Kalil de **SOUZA** (jhkalil@gmail.com)³.

1. Curso de Medicina; 2. Curso de Direito; 3. Professor *Centro Universitário FAMINAS-BH* - 31744-007 - Belo Horizonte-MG

Palavras-chave: Saúde Reprodutiva; Direito à saúde da mulher; Educação Sexual.

APRESENTAÇÃO: Na Constituição Federal de 1988, o direito à saúde passou a ser reconhecido como um direito social fundamental, necessário a todos e dever do Estado. Essa inovação legislativa é um marco na luta pelos direitos sociais femininos no Brasil, principalmente aliada às diretrizes do Ministério da Saúde, que determinam que a educação sexual se configura como uma das ações inscritas no plano de promoção da saúde sexual e reprodutiva. Nesse sentido, visando promover ações e promoções em saúde é indispensável uma abordagem objetiva, objetivando aumentar o nível de saúde e educação para todas as mulheres por meio de amparo e de uma equipe multidisciplinar. **DESENVOLVIMENTO:** A educação sexual, no Brasil, é um tema pouco discutido. Apesar do acesso à saúde e à informação em saúde serem direitos garantidos por lei, porém há obstáculos na sua real efetivação. Ter acesso à igualdade e liberdade no exercício da sexualidade é evitar diversas consequências geradas para a mulher e o sistema de saúde tais como a gestação não planejada na adolescência, o aborto clandestino, o aumento da mortalidade materna e fetal e o aumento da incidência de infecções sexualmente transmissíveis (IST's) [1,2]. Na fase de campo, esse estudo observacional descritivo abordou 178 mulheres na faixa etária de 13 a 45 anos, que foram atendidas na maternidade do hospital Odilon Behrens no período de outubro de 2021 a abril de 2022. A coleta de dados para a construção da pesquisa ocorreu através da aplicação de um questionário que visa obter informações acerca do acesso a métodos contraceptivos, à planejamento familiar e a informações sobre IST's e o impacto que essas informações transmitidas podem gerar. Além desses critérios, o questionário aborda também a história obstétrica dessas mulheres, acesso à atenção primária e educação em saúde. Ademais, o questionário também incluiu questões com idade, escolaridade, instabilidade familiar e múltiplos parceiros sexuais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por conseguinte, embora a pesquisa ainda esteja em andamento, a fase de coleta de dados, por meio da pesquisa quantitativa, foi concluída. Após, será aplicada uma metodologia específica de análise de dados para solucionar os objetivos propostos, ou seja, compreender em qual medida o direito à saúde da mulher e, em consequência, o direito à educação sexual, está sendo efetivado. Espera-se, nesse sentido, analisar de que modo as informações acerca da saúde sexual e reprodutiva estão sendo repassadas para as mulheres dessa região. Outrossim, pretende-se, a partir do estudo dos dados, contribuir com o aprimoramento de estratégias e técnicas na promoção da saúde das mulheres por meio da fase de reprodução de dados por artigos científicos. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pela oportunidade proporcionada, ao professor orientador e as participantes da pesquisa pelo apoio concedido.

BIBLIOGRAFIA: [1] AVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 2, p. S465-S469, 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000800027&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000800027>. [2]- UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas.

– Contra minha vontade: desafiando as práticas que prejudicam mulheres e meninas e, impedem a igualdade. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/situacao_da_populacao_mundial_2020-unfpa.pdf>. Access on 10 Jan. 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

A MEMÓRIA AFETIVA E SENSORIAL COMO MECANISMO DE PROMOÇÃO DA
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA IDOSOS

Maria Eduarda Gomes dos **REIS** (IC)¹, Giovanna Mendes de **ALMEIDA**, Joyce Danielle Andrade **NUNES**,
Maria Isabel Gomes de **AZEVEDO**, Natany da Silva **ARAÚJO** e Vanessa Patrocínio de **OLIVEIRA** (PQ)¹

Faculdade de Minas FAMINAS – FAMINAS- BELO HORIZONTE- 31744-007 - Belo Horizonte- MG

Palavras- chave: Alimentação, envelhecimento, idoso, memória.

APRESENTAÇÃO: O envelhecimento, apesar de ser um processo natural, submete o organismo a diversas alterações anatômicas e funcionais, com repercussões nas condições de saúde e nutrição do idoso [1]. A adoção de um padrão alimentar saudável com um consumo diário de frutas e hortaliças ricas em antioxidantes, a diminuição do consumo de gorduras saturadas e aumento de consumo das gorduras insaturadas, parecem ser a melhor estratégia para a prevenção na deterioração da memória. Pois esses alimentos contêm os nutrientes necessários, que exercem papel fundamental no funcionamento cerebral [2]. A mudança da alimentação se apresenta na vida do idoso como um grande desafio. Os alimentos, celebrados como a mais importante relação humana com a vida, ficam restritos e, portanto, rompem com padrões culturais do indivíduo [3]. Nesse contexto, esse trabalho teve como objetivo promover hábitos alimentares adequados à população idosa por meio da utilização da memória afetiva e sensorial. **DESENVOLVIMENTO:** Foi desenvolvida dinâmica de educação nutricional com idosos de uma ILPI em Belo Horizonte, MG. Na primeira etapa da dinâmica a memória afetiva dos idosos foi estimulada por meio de música. Nesse momento observou-se que eles recordaram das músicas e situações nas quais as músicas eram significativas. Houve grande interação entre os idosos e maior abertura as atividades de educação nutricional. Foi realizada conversa em grupo sobre pontos importantes da alimentação, tais como, ingestão de frutas e verduras, consumo de água, consumo de sal e açúcar. Durante essa etapa da atividade, a memória sobre os alimentos e o significado deles para cada um. Observou-se que apesar da dificuldade de recordar dos nomes de alguns alimentos, havia recordação do momento ou nome de alguém. Esse fato demonstra que é de extrema importância que a pessoa idosa possa refletir sobre suas práticas alimentares, envolvendo aspectos afetivos e cognitivos. É a partir disso que se desenvolve uma atenção especial sobre os hábitos alimentares, que se tornam meio de interação do idoso com sua cultura e meio ambiente e proporcionam ao idoso lembranças relacionadas ao ato de comer, que não se resume apenas ao biológico (nutrir-se), mas sobretudo aos valores simbólico humanos [4]. Na aplicação da atividade foram identificadas algumas dificuldades, como o déficit auditivo, dificuldades de compreensão e a demência. Participaram da atividade 20 idosos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Apesar dos desafios encontrados, como o déficit auditivo, cognitivo e a demência, foi possível melhorar a interação e aproveitamento na atividade de educação nutricional por meio do acesso a memória afetiva dos idosos com música, em um primeiro momento, e a valorização da história que cada grupo alimentar trazia sobre os pontos abordados na dinâmica. Assim, sugere-se que o desenvolvimento de dinâmicas que valorizem os aspectos afetivos dos idosos tem maior potencial de efetividade. **AGRADECIMENTO:** Ao Sr. Moisés e seu violão que nos acompanhou durante a atividade, e a coordenadora Vanessa Patrocínio por todo auxílio e orientação.

BIBLIOGRAFIA: [1] CAMPOS, Maria Teresa Filho de Sousa; MONTEIRO Josefina Bressan Resende; ORNELAS Ana Paula Rodrigues de Castro. Fatores que afetam o consumo alimentar e a nutrição do idoso. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 13, n. 3, set/dez. 2000. [2] ABREU, Jéssica Tamires; TURRA, Bruna; HUTH, Adriane. Relato de experiência: ação de educação alimentar e nutricional com idosos sobre alimentos e memória. **XVIII Jornada de Extensão**, Rio Grande do Sul, 2017. [3] CORREIA, A. et al. **Nutrição e doença de Alzheimer**. 2015 SILVA, Valcilene Pinheiro; CARDENAS, Carmem Jansen. Aspectos simbólicos da alimentação na velhice. **Geriatrics, Gerontology and Aging**, Rio de Janeiro, 2010 [4] MENDES, Juliana. Alimentação como Memória e Identidade Social na Vida do Idoso. **Instituto Alce**, 2020, Porto Alegre. Disponível em: <https://institutoalce.org.br/alimentacao-identidade-social/>. Acesso em 23 de maio de 2022.

Área do Conhecimento (CS): 4.05.00.00-4 - Nutrição

**ALTERAÇÕES DE HÁBITOS E COMPORTAMENTOS ALIMENTARES DE DESPORTISTAS
RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ – MG DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL NA
PANDEMIA DA COVID-19**

Yasmin Moreira Silva (IC – yasminmoreiras2020@gmail.com)¹, Iury Antônio de Souza (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - Muriaé – 36880-000 – Muriaé-MG*

Palavras-chave: Hábitos alimentares, Isolamento social, Pandemia COVID-19

INTRODUÇÃO: É indiscutível que a pandemia da COVID-19 gerou impactos mundiais, e, considerando o contexto pandêmico e o número elevado de óbitos, o isolamento social foi uma das medidas cabíveis adotadas com o intuito de minimizar a propagação do vírus e reduzir os danos causados pelo mesmo [1]. Entretanto, essa medida interferiu em questões psicológicas, físicas e alimentares dos indivíduos [2]. Desse modo, o presente estudo teve como objetivo avaliar alterações nos hábitos e comportamentos alimentares de desportistas considerando o período de isolamento social em meio ao momento pandêmico. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado no período de março a abril do ano de 2021 após as concordâncias junto aos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido online. A pesquisa foi realizada com adultos desportistas residentes no município de Muriaé – MG. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário eletrônico disponibilizado na plataforma Google Forms®, o qual contemplava questões sobre hábitos e comportamentos alimentares do público em questão. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 49 indivíduos adultos com idade média de $30 \pm 9,18$ anos, com predomínio do sexo feminino, correspondendo a 63% dos entrevistados. Dentre os participantes, 87,8% afirmaram que devido ao isolamento social tiveram alterações em sua rotina de alimentação e 24,5% relataram que tiveram aumento de fome e de quantidade de refeições ao dia. Ainda, 57,1% dos respondentes afirmaram que tiveram o aumento do desejo por alimentos específicos, como doces e alimentos industrializados. Quando questionados sobre a vontade de consumir alimentos que normalmente não faziam parte do seu cotidiano, 44,9% dos mesmos relataram que sentiram vontade e consumiram frequentemente e 42,9% sentiram vontade e consumiram as vezes. Além disso, foi observado que 51% dos entrevistados relataram ter aumentado o número de pedidos de comidas via delivery e apenas 20,4% disseram ter cozinhado mais em casa no período de isolamento social. Considerando o maior tempo nas residências, 71,4% dos avaliados disseram que passaram a se alimentar mais vezes acompanhados de algum familiar ou conhecido, e em momentos de refeições sem acompanhantes, 42,9% afirmaram que consumiram uma maior quantidade de alimentos. Apenas 20,4% dos respondentes relataram que se mantinham concentrados na refeição e não utilizavam nenhum aparelho eletrônico no momento da mesma, em contrapartida, 79,6% tinham o hábito de utilizar algum aparelho eletrônico durante as refeições, fator este que se mostra de relevância para a alteração da percepção de porções e quantidades consumidas dos alimentos, sendo uma possível contribuição para a alteração dos hábitos e comportamentos alimentares e, ainda, pode corroborar para um maior risco de sobrepeso e obesidade, considerando a ocorrência de tal influência de forma rotineira e, possivelmente, em mais de uma refeição ao dia [3]. **CONCLUSÕES:** Conclui-se, portanto, que o isolamento social contribuiu para mudanças nos hábitos e rotinas alimentares, considerando o maior período dos indivíduos dentro das residências, o desejo por alimentos específicos, geralmente não saudáveis, por parte dos respondentes, além de uma maior ingestão de alimentos habituais e não habituais de acordo com as rotinas de cada participante e até mesmo pela maior utilização de eletrônicos em determinados momentos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] AQUINO, E. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 2423-2446, 2020. [2] GARRIDO, R. G.; RODRIGUES, R. C. Restrição de contato social e saúde mental na pandemia: possíveis impactos das condicionantes sociais. *Journal of Health & Biological Sciences*, v. 8, n. 1, p. 1-9, 2020. [3] OLIVEIRA, J.S. et al. ERICA: uso de telas e consumo de refeições e petiscos por adolescentes brasileiros. *Revista de Saúde Pública*, v. 16, n. 50, p. 1s-9s, 2016.

Área de Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

ASSISTÊNCIA HUMANIZADA AO IDOSO: COMO DIFERENTES PREPARAÇÕES PODEM INFLUENCIAR NA SAÚDE DO IDOSO

Priscila Gomes Mendes **FERNANDES** (IC priscilagmf2@gmail.com)¹; Jennifer Moia **VOISKI** (IC)¹; Sabrina De Assis **OLIVEIRA** (IC)¹; Brena Mara Alves De **CARVALHO** (IC)¹; Daphiny Mayra Rodrigues **ALVES** (IC)¹; Vanessa Patrocínio de **OLIVEIRA** (PQ)²

1 Curso de Nutrição, 2 Professor Faculdade de Minas - FAMINAS BH- 31744-007 - Belo Horizonte – MG

Palavras- chave: Idoso, alimentação, nutrição

INTRODUÇÃO: O envelhecimento populacional é uma realidade conhecida nos países desenvolvidos, e encontra-se como processo crescente nos países em desenvolvimento [1]. A carência do suporte necessário para os idosos, causa um grande impacto no sistema de saúde que desafia a previdência social. Por isso os países estão procurando alternativas para manter seus cidadãos idosos socialmente e economicamente integrados e independentes, mas nem sempre os serviços sociais de saúde dão conta da demanda [2]. Segundo a Organização Mundial da Saúde, muitas das doenças enfrentadas pelos idosos estão relacionadas a problemas de nutrição [3]. Estes estão associados a má alimentação em decorrência das modificações do envelhecimento, entre elas perdas sensoriais e capacidade de mastigação [4]. O presente estudo teve como objetivo promover a variação no preparo dos alimentos e, assim, a melhor aceitação alimentar de idosos. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Como forma de apresentar novas preparações foram selecionados os vegetais cenoura e beterraba por serem alimentos ricos em nutrientes, e por serem vegetais que podem estar presentes nas refeições de maneira rotineira. Geralmente, são servidos em forma de salada crua o que pode dificultar a mastigação dos idosos. Assim, no intuito de incentivar o consumo desses alimentos foi desenvolvida as receitas de bolo por ser um alimento de fácil aceitação e de fácil preparo. No dia 07/05/2022 na praça Floriano Peixoto em Belo Horizonte MG, idosos foram abordados, questionados sobre o consumo desses alimentos e apresentados a forma alternativa para o consumo destes. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Participaram da atividade cerca de 100 idosos. Em um primeiro momento relataram que deixaram de consumir as hortaliças devido a textura mais firme, estes mesmos idosos foram convidados a experimentar um bolo de beterraba ou cenoura. Foi observada grande receptividade diante das novas propostas. Os comentários mais frequentes foram: “vou replicar a receita”, “quais são os benefícios?” “Nesta preparação fica melhor para comer”. Esses resultados evidenciaram que ao mudar a textura dos alimentos em diferente preparação pode-se favorecer o consumo de alimentos saudáveis pela população idosa. A facilidade da mastigação, frente às alterações fisiológicas observadas na cavidade oral dos idosos como perda de dentes, diminuição da salivagem e alterações da espessura e motilidade da língua, parecem ser fatores preponderantes na escolha alimentar. **Conclusão:** Conclui-se com este estudo que as diferentes maneiras de preparo dos alimentos podem influenciar os hábitos alimentares dos idosos e conseqüentemente seu estado nutricional a longo prazo. **Referências:** [1] PARADELLA, Rodrigo. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017.** Agência IBGE Notícia. 2018 Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20manteve%20a,Domic%C3%ADlios%2C%20divulgada%20hoje%20pelo%20IBGE>> Acessado em: 07 março 2022. [2] MIRANDA, Gabriella Moraes Duarte. MENDES, Antonio da Cruz Gouveia. SILVA, Ana Lucia Andrade da. Population aging in Brazil: current and future social challenges and consequences. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. 2016, v. 19, n. 03. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbga/a/MT7nmJPPRt9W8vndq&dpzDP/?lang=pt#>> Acessado em: 10 Março 2022. [3] BRASIL. Ministério da Saúde. Fascículo 2 **Protocolos de uso do Guia Alimentar para a população brasileira na orientação alimentar da população idosa.** Universidade de São Paulo, Brasília, 2021. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_guias_alimentar_fasciculo2.pdf> Acessado 16 março 2022. [4] CAMPOS, Maria Teresa Fialho de Sousa, MONTEIRO, Josefina Bressan Resende. ORNELAS, Ana Paula Rodrigues de Castro. Fatores que afetam o consumo alimentar e a nutrição do idoso. **Revista de Nutrição**.

2000, v. 13, n. 3, pp. 157-165. Disponível em:<[**Área do conhecimento \(CNPq\): 4.05.00.00-4 – Nutrição**](https://www.scielo.br/j/rn/a/QJmdTgcwFkDt74cxPH5BNwc/?lang=pt#:~:text=Dentre%20todas%20as%20mudan%C3%A7as%20sensoriais,prejudicada%20tamb%C3%A9m%20a%20influen%C3%A7a%20negativamente.>Acessado 16 Março 2022]</p></div><div data-bbox=)

Área do conhecimento (CNPq): 4.06.00.00-9 - Saúde Coletiva

**ASSOCIAÇÃO ENTRE O ESTADO NUTRICIONAL E A INTENSIDADE DA DOR DE MULHERES
COM FIBROMIALGIA**

Edithiane CABRAL (IC – edithianecabral@gmail.com)¹ e Iury Antônio de SOUZA (PQ)²

1. Curso de Nutrição 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - Muriaé - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Estado nutricional, Excesso de peso, Fibromialgia.

INTRODUÇÃO: A fibromialgia é caracterizada por uma dor crônica generalizada que atinge cerca de 2,5% da população brasileira, sendo mais prevalente em mulheres [1]. Sugere-se uma relação entre a patologia e o excesso de peso, associada ao comprometimento de atividades diárias, e ressalta-se que a redução do peso pode contribuir para a minimização da dor [1,2]. Diante disso, o objetivo deste estudo foi avaliar o estado nutricional de mulheres com fibromialgia e a intensidade de suas dores. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado no mês de maio de 2022, com mulheres diagnosticadas com fibromialgia, residentes no município de Espera Feliz - MG e participantes de um grupo de apoio local. As participantes foram convidadas voluntariamente e concordaram em participar da pesquisa mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido disponibilizado de forma online. As participantes autorrelataram o seu peso (kg) e altura (m), os quais foram utilizados para o cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) e classificação do estado nutricional conforme a Organização Mundial da Saúde [3]. Além disso, foram questionadas sobre a intensidade da sua dor, demonstrando por meio da Escala Visual Analógica (EVA) para dor adaptada [4]. Os dados deste estudo foram analisados no programa Excel®, versão 2013. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Participaram da pesquisa 47 mulheres com idade média de 47 anos. Dentre as participantes, cerca de 47% apresentavam sobrepeso e 40% foram classificadas como obesas. O excesso de peso e o IMC elevado são fatores preocupantes para indivíduos com fibromialgia, assim como, para a população como um todo devido as consequências advindas [5]. Em relação a intensidade das dores, 50% das entrevistadas relataram sentir dores fortes habitualmente, 28% dores muito fortes e 13% possuíam dor máxima. O excesso de peso leva a sobrecarga na musculatura, bem como, a processos inflamatórios no organismo, semelhante ao quadro ocasionado pela fibromialgia, a qual, afeta a musculatura de forma generalizada [1,6]. Portanto, sugere-se, que o estado nutricional dessas participantes poderia estar favorecendo para que suas dores se intensificassem. De forma verbal, as participantes relataram dentro do grupo de apoio que o nível de suas dores afetava o seu cotidiano, impedindo de realizar tarefas domésticas rotineiras. Ainda, foi visto que 9% das avaliadas relataram sentir dor moderada, e ao observar o estado nutricional das mesmas verificou-se que foram classificadas como eutróficas. Ressalta-se que o peso adequado pode contribuir para uma menor intensidade de dor [1,6]. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a maioria das mulheres apresentava excesso de peso, assim como níveis mais elevados de dor, fatores estes que podem estar se influenciando, sendo importante a adoção de condutas que contribuam para a redução do peso e minimização da dor. **REFERÊNCIAS:** [1] SILVA, A.F.; SCHIEFERDECKER, M.A. Recomendações nutricionais para o tratamento da fibromialgia, **DEMETRA: Alimentação, nutrição e saúde**, v.12, n.3, p.751-765, 2017. [2] DIAS, D.N.G. et.al. Prevalência de fibromialgia em pacientes acompanhados no ambulatório de cirurgia bariátrica do Paraná – Curitiba. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v.57, n.5, p.425-430, 2017. [3] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Estado físico: uso e interpretação da antropometria**. Genebra; 1995. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/37003>. Acesso em: 26 de maio de 2022. [4] TEIXEIRA, M.J.; CORREA, C.F.; PIMENTA, C.A.M. **Escala de avaliação de dor**. In: Dor: Conceitos Gerais, 1994. [5] LOBO, M.M.M.T. et al. Composição corporal por absorciometria radiológica de dupla energia de mulheres com fibromialgia. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v.54, n.4, p.273 -278, 2014. [6] MALTA, D.C. et.al. Fatores associados a dor crônica na coluna em adultos no Brasil, **Revista de Saúde Pública**, v.51, p.1-9s, 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 - Nutrição

AValiação DA ACIDEZ TITULÁVEL DE LEITES FERMENTADOS COMERCIALIZADOS EM UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA

João Paulo Cândido da SILVA (IC- joaopaulocandidods51@gmail.com)¹, Mirelle CAMPOS (IC)¹, Bruna Lourenço NOGUEIRA (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora. Centro Universitário FAMINAS – FAMINAS-MURIAÉ – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Ácido láctico, Titulometria, Qualidade dos alimentos.

INTRODUÇÃO: A acidez dos alimentos pode influenciar a cor, sabor, odor, estabilidade e qualidade dos mesmos. Desta forma, a análise das propriedades físico-químicas dos alimentos como a acidez torna-se uma importante ferramenta para determinação do seu estado de conservação [1]. O leite fermentado, um produto muito presente na alimentação das crianças brasileiras, é resultante da fermentação do leite pasteurizado ou esterilizado, por fermentos lácteos próprios. Essa classe de produtos tem como característica a elevada acidez desenvolvida durante o processo fermentativo, mantendo-o preservado e aumentando seu tempo de prateleira [2]. O presente estudo teve como objetivo avaliar a acidez de diferentes marcas de leites fermentados comercializados na cidade de Muriaé-MG e sua adequação à legislação. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo realizado em março de 2022. Foram avaliadas duas marcas de leites fermentados, aleatoriamente denominadas A e B. As amostras foram homogeneizadas e submetidas à análise da acidez total titulável com uma base padronizada e utilizando-se fenolftaleína como indicador [3]. Os testes foram conduzidos em quadruplicata, sendo calculado o valor médio dos resultados para cada amostra. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Observou-se que as amostras A e B apresentaram, respectivamente, 0,77 e 0,80g ácido láctico/ 100g de amostra. O Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leites Fermentados determina que a acidez deve situar-se entre 0,6 e 2,0g de ácido láctico/100g para o leite fermentado, o que mostra que as marcas avaliadas nesse experimento estão em acordo com a legislação [4]. Em um estudo que avaliou a acidez de oito marcas de leites fermentados comercializados em Sete Lagoas-MG, os resultados observados variaram entre 1,0 e 2,0g de ácido láctico por 100g de amostra, adequados, portanto, à legislação como na presente pesquisa [5]. Teores adequados de acidez promovem melhor aceitabilidade do produto pelo consumidor, e garantem a manutenção da viabilidade das bactérias probióticas, promotoras de diversos benefícios à saúde [6]. **CONCLUSÃO:** Todas as marcas de leites fermentados avaliadas apresentaram características adequadas de acidez, em acordo com os parâmetros estabelecidos pela legislação brasileira. **BIBLIOGRAFIA:** [1] GARSKE, R.P. **Determinação rápida e direta de acidez de alimentos semi-sólidos através de entalpimetria no infravermelho**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Alimentos) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. [2] DE MEDEIROS, E.J.L. et al. Leite fermentado de marcas comerciais: estudo da aceitação e correlação com pH e acidez. **Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes**, v. 66, n. 381, p. 46-51, 2011. [3] INSTITUTO ADOLFO LUTZ. **Métodos físico-químicos para análise de alimentos**. 1ª ed. Digital. São Paulo: Instituto Adolfo Lutz, 2008. 1020 p. [4] BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 46, de 23 de outubro de 2007. Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de leites fermentados. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007. [5] CARVALHO, P.T.D. et al. Determinação de acidez e pH em diferentes marcas de leites fermentados. In: ANAIS DO SIMPÓSIO LATINO AMERICANO DE CIÊNCIAS DE ALIMENTOS, 2015, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: Galoá, 2015. [6] GALLINA, D.A. et al. Caracterização de bebida obtida a partir de leite fermentado simbiótico adicionado de polpa de goiaba e avaliação da viabilidade das bifidobactérias. **Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes**, v. 67, n. 386, p. 45-54, 2012

**Área do Conhecimento (CNPq): 4.5.00.00- 4 – Nutrição
5.07.00.00-6 – Ciência e Tecnologia de Alimentos**

COMBATE A FOME ATRAVÉS DE PAPINHAS NUTRITIVAS

Barbara Ferreira de **ALMEIDA** (barbara2002.bf@gmail.com)¹, Ana Camila Vieira **SANTANA**, Aristyane Brandão **SILVA**, Eduarda Emanuelle Inacio **DOMINGOS**, Maiara Rodrigues Ferreira **BENFICA**, Henrique **NASCIMENTO** (henrique.nascimento@professor.faminas.edu.br)².

1. Curso de Nutrição; 2. Professore Centro Universitário FAMINAS – FAMINASBH – 31744-007 - BELO HORIZONTE - MG

Palavras-chave: Fome, Alimentação, Papinha

INTRODUÇÃO: A alimentação é o consumo de alimentos a fim de garantir todos os nutrientes indispensáveis para um bom funcionamento do organismo [1]. Partindo disso, é válido lembrar que de acordo com a Ementa Constitucional de nº 64 fixado no artigo 6 da constituição federal de 1988, todas as pessoas possuem o direito à alimentação [2] No entanto, ter direito não significa ter acesso, uma vez que por causa da pobreza, do desemprego e de outros inúmeros motivos, existem muitas pessoas em situação de fome. No mundo 850 milhões de pessoas passam fome, das quais 300 milhões são crianças. O estado nutricional infantil reflete basicamente o consumo alimentar e o estado de saúde da criança. Contudo, por meio da criação da papinha temos como objetivo atender as necessidades nutricionais das crianças dentro da faixa etária abordada que sofrem com insegurança alimentar. [3] **METODOLOGIA:** Para a elaboração da preparação foram utilizados 70g de inhame, ½ abóbora, 2 folhas de couve, 500g de filé de frango, ½ cenoura, 1 concha pequena de feijão, 1 dente de alho, ½ cebola e um fio de azeite. Todos os ingredientes foram pré-preparados e batidos no liquidificador. Após o preparo, realizamos teste de análise sensorial com a turma para avaliar o nível de aceitação do nosso produto no mercado. Utilizamos o método de afinidade onde, distribuímos para oito provadores uma escala afetiva para que eles avaliassem os atributos sensoriais a respeito da preparação. Em seguida, analisamos os resultados e observamos que a média do produto ficou em sete, correspondendo a "gostei moderadamente". Ainda, foi relatado que o alimento ficou com um gosto agradável, porém o fato de não ter sal causou um estranhamento em alguns provadores. Portanto, acreditamos que não haverá aversão do nosso público alvo, que são crianças a partir de seis meses, que ainda não consomem sal. Desse modo, para a divulgação do produto foi desenvolvida uma propaganda em formato de vídeo, que foi publicada nas redes sociais, com linguagem informal para descrever a importância e a composição nutricional do alimento de maneira divertida, a fim de alcançar um grande número de clientes, para que o mesmo chegue até as comunidades mais carentes, com baixo poder aquisitivo. **DESENVOLVIMENTO:** Nosso produto foi desenvolvido para crianças a partir dos seis meses de vida, com o intuito de complementar a lactação. Este alimento será ofertado a crianças em situação de vulnerabilidade e fome, visando a importância da introdução alimentar adequada com todos os nutrientes necessários para o desenvolvimento. Os ingredientes escolhidos foram distribuídos em grupos: construtores, energéticos e reguladores, sendo alimentos ricos em nutrientes, fonte de proteínas, vitaminas e minerais. Na preparação utilizamos alho, cebola, abóbora, cenoura, inhame, peito de frango, couve e feijão. O consumo da papinha pode ser de forma diária, podendo ser congelada, e descongelada para seu uso, desde que esteja dentro do seu prazo de validade, que é de 30 dias desde a data da sua fabricação. **CONCLUSÃO:** A aceitação do produto pelas pessoas que participaram da análise sensorial foi importante para a conclusão do nosso trabalho, pois pudemos perceber que os ingredientes que utilizamos na preparação tiveram uma aceitação positiva. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SANTANNA, Lina C.; MARTINS, Pamela Catiúscia R. Alimentação e Nutrição para o Cuidado. Porto Alegre: Grupo A, 2018. 9788595027442. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027442/>. Acesso em: 28 mar. 2022. [2] Emenda constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2010. Disponível em: . Acesso em: 28, março, 2022. [3] (Monteiro CA, Benício MHD, Iunes RF, Gouveia NC, Cardoso MAA. Evolução da desnutrição infantil. In: Monteiro CA, organizador. Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças. 2.ed. São Paulo (SP): Hucitec; Nupens/USP; 2000.)

CONCIENTIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA HIGIENE E SAÚDE ORAL PARA A MELHORA DA NUTRIÇÃO DE IDOSOS: INTERVENÇÃO JUNTO A ESTUDANTES DE CURSO DE CUIDADOR DE IDOSOS.

Giovanna Nogueira **SANTOS** (IC)¹, Livia Soares **RIBEIRO** (IC)¹, Mayara Teles **SANTOS** (IC)¹, Nayara Stefane Prado **VIEIRA** (IC)¹ e Vitória Oliveira **ANUNCIACÃO**(IC)¹, Vanessa Patrocínio de **OLIVEIRA**(PQ)²

1. Curso de Nutrição; Faculdade de Minas - FAMINAS – BH - 31744-007 – Belo Horizonte - MG

Palavras-chave: Mastigação, idosos, alimentação, saúde oral.

APRESENTAÇÃO: A melhora da qualidade dos sistemas de atenção a saúde, assim como o avanço científico, propiciaram o aumento da longevidade do ser humano. O aumento na população idosa traz a necessidade da adaptação do olhar sobre a assistência a saúde e nutrição dos idosos. Sabe-se que o envelhecimento traz alterações funcionais e sensoriais do indivíduo, em especial na cavidade oral, comprometendo a capacidade mastigatória, a dificuldade de deglutição, a redução da produção de saliva e alterações na língua e produção de muco, levando a alteração no paladar. Considerando a relação entre as alterações da cavidade oral e seus impactos na nutrição do idoso o presente trabalho teve como objetivo promover a um grupo de estudantes do curso profissionalizante de cuidadores de idosos, o olhar voltado para a associação entre a saúde bucal e a nutrição do idoso. **DESENVOLVIMENTO:** Nosso trabalho foi feito na ONG Raio de Luz. Conhecemos o ambiente, a história da ong e os cursos ofertados. Foi feita uma mini palestra sobre percepção de sabores através de uma boa higiene bucal e sobre mastigação. Na parte teórica explicamos o que era a mastigação, fizemos a demonstração de como realizá-la e falamos sobre sua importância, junto com dicas. Na parte prática podemos concretizar o que havia sido falado, através de experimentos. Fizemos uma dinâmica com uma voluntária que estava no local, foi dado a ela uma barra de cereal, pedindo que quando terminasse de comer, ela fizesse a higiene bucal corretamente, esperasse 5 minutos e comesse a barriga de cereal novamente e sentir a diferença no sabor. Também foi feita uma simulação através de um efervescente e um copo d'água, de como o alimento se dissolve melhor no organismo estando em partículas menores. Entregamos uma lembrança com um kit de escova de dente com pasta acompanhada de bala e um cartão com uma frase. O grupo para qual apresentamos, estava finalizando um curso de cuidador de idosos e é de extrema importância trazer esse conhecimento para esses profissionais, já que eles fazem um acompanhamento e são responsáveis pelo acompanhamento dos idosos nos cuidados básicos do dia, podendo assim dar atenção a higienização da boca e também instruir os idosos sobre a mastigação correta, propondo uma melhor qualidade de vida e estado nutricional. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A alimentação é a principal fonte de nutrição do corpo, e através da nossa pesquisa, mostramos o quanto a mastigação tem influência na digestão, absorção e sensação dos sabores dos alimentos. Percebe-se que para melhorar esse processo entre os idosos é nítida a necessidade de melhor orientação da boa higiene bucal, tanto para os idosos em si, quanto para familiares, cuidadores e profissionais da saúde. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS em geral, à Vanessa por nos orientar no projeto e aos responsáveis tão receptivos da ONG Raio de Luz onde apresentamos o projeto. **BIBLIOGRAFIA:** **BARBOSA**, Kevan. Condições de saúde bucal em idosos: uma revisão da realidade brasileira. Revodonto. Odontol. Clín.-Cient. vol.10 no.3 Recife Jul./Set. 2011. Disponível em : < http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-38882011000300007 . Acesso em 27 de março de 2022.> Fatores que afetam o consumo alimentar e a nutrição do idoso. SciELO Brasil. Junho de 2003. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/tn/a/QJmdTgcwFkDt74cxPH5BNwc/?format=html> > **SILVA**, Silvio Rocha Corrêa; **VALSECKY**, Aylton Júnior. Avaliação das condições de saúde bucal dos idosos em um município brasileiro. SciELO SP. 16 de Maio de 2000. Disponível em: < <https://www.scielo.org/article/rpsp/2000.v8n4/268271/#:~:text=A%20falta%20de%20dentes%20foi,m%C3%A9dia%2C%204%2C94%20dentes%20Envelhecimento> . Disponível em: < <https://unric.org/pt/envelhecimento/#> > Acesso em 17 de maio de 2022.

CONSUMO ALIMENTAR E HÁBITOS DE VIDA DE MULHERES COM FIBROMIALGIA
RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ - MG

Edithiane CABRAL (IC – edithianecabral@gmail.com)¹, Alice MOREIRA (IC)¹ e Iury Antônio de SOUZA (PQ)²

1. Curso de Nutrição 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - Muriaé - 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Consumo alimentar, Estilo de vida, Fibromialgia.

INTRODUÇÃO: A fibromialgia é caracterizada por uma síndrome crônica que causa dores constantes, acometendo principalmente o sistema musculoesquelético. Esta destaca-se como o segundo distúrbio reumatológico mais encontrado no mundo [1]. Ressalta-se que a alimentação e os hábitos de vida podem influenciar no quadro em questão, assim, o entendimento em relação a esses fatores se torna necessário [2]. Diante disso, o objetivo deste estudo foi avaliar os hábitos alimentares e hábitos de vida de mulheres com fibromialgia. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado no município de Espera Feliz - MG, em maio de 2022, com mulheres diagnosticadas com fibromialgia, as quais, concordaram em participar da pesquisa mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido disponibilizado de forma online. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário online, disponibilizado via Google Forms®, contendo questões relacionadas aos hábitos alimentares e estilo de vida. Os dados foram analisados no programa Excel®, versão 2013. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 47 mulheres com fibromialgia, com idade média de 47 anos. Quando questionadas sobre seus hábitos alimentares, 73% das mulheres disseram consumir hortaliças todos os dias e 47% afirmaram consumir frutas diariamente. Cerca de 47% relataram consumir açúcar cristal ou refinado todos os dias, 40% disseram consumir laticínios 7 vezes ou mais na semana e 27% afirmaram consumir doces 7 vezes ou mais na semana. Além disso, cerca de 53% das participantes relataram consumir massas, pães e/ou bolos todos os dias. Ressalta-se que não se tem uma obrigatoriedade quanto a exclusão de alimentos do plano alimentar para indivíduos com fibromialgia, porém, sugere-se um menor consumo de alimentos que causam inflamação no organismo, podendo desencadear os sintomas característicos da patologia, como açúcares, fontes de glúten e industrializados em geral [3]. Em relação a suplementação de ômega-3, foi visto que 53% não utilizavam e 60% não consumiam alimentos fontes de ômega-3. Ácidos graxos ômega-3 reduzem os mediadores inflamatórios, auxiliando assim na redução da dor e na melhoria de doenças associadas [3,4]. Com relação a vitamina D, foi visto que 60% utilizavam sua suplementação e 51% se expunham todos os dias ao sol por pelo menos 15 minutos, tendo em vista que a vitamina D demonstra resultados favoráveis na redução dos sintomas da fibromialgia [1,3]. Além disso, verificou-se que 67% das entrevistadas não ingeriam 2 litros de água por dia e 80% não realizavam atividades físicas diariamente. Ressalta-se que, o sedentarismo aliado ao excesso de peso pode ocasionar dislipidemias, culminando em um conjunto de fatores de risco para o agravamento da fibromialgia [3]. Ademais, 47% das entrevistadas relataram nunca ter realizado acompanhamento nutricional. **CONCLUSÃO:** Conclui-se os hábitos alimentares podem ser melhorados considerando escolhas mais assertivas e que sejam benéficas em relação ao quadro de fibromialgia. Da mesma forma, hábitos cotidianos como a ingestão hídrica, prática de atividade física e o uso de ômega-3 podem ser revistos e melhorados. **REFERÊNCIAS:** [1] FRIEDRICH, J.V.; UHDE, S.P.R.; ZANINI, E.O. Fibromialgia: importância do conhecimento da doença e seus tratamentos. *FAG Journal of Health*, v.2, n.2, p.307-314, 2020. [2] ARAUJO, A.B.M.; TERRA, B.S.; BERARDINELLI, L.L.M. Fibromialgia, hábitos de vida e gerenciamento da dor: Uma reflexão antropológica para a enfermagem. *Revista Saúde Coletiva*, v.9, n.50, p.1702-1707, 2020. [3] BORGES, M. et.al. Ácidos Graxos ômega -3, estado inflamatório e marcadores bioquímicos de pacientes com lúpus eritematoso sistêmico: estudo piloto. *Revista Brasileira de Reumatologia*, v.57, n.6, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.rbre.2016.09.014>> Acesso em: 26 de maio de 2022 [4] JATOBÁ, D.M. et al. Alimentação como tratamento coadjuvante para pessoas com fibromialgia: uma revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v.15, n.1, p.1-11, 2022.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 - Nutrição

COOKIE NUTRITIVO PARA O COMBATE A INSEGURANÇA ALIMENTAR

Lorryne Bastos **OLIVEIRA** (IC – lohbastosoliveira@hotmail.com)¹; Nathália Gonçalves **GUIMARÃES**;
Marcos Vinicius da Silva **ONNIS**; Mariana Carolina Vicente de **OLIVEIRA**; Jimmy Anthony Squair
BOMFIM e Henrique **NASCIMENTO**².

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – FAMINASBH – 31744-007 – Belo Horizonte-MG

Palavras-chaves: insegurança alimentar, nutritivo, custos reduzidos

INTRODUÇÃO: A insegurança alimentar é um problema que atinge grande parte da população em todo o mundo, só no Brasil em 2020 acometeu 19 milhões de pessoas, de acordo com o Inquérito Nacional realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [1]. Estando de volta ao Mapa da Fome [2], devido a vários desafios enfrentados no atual cenário de pandemia da Covid-19. Além de outros problemas, um dos grandes motivos para tal situação é devido a desigualdade social, advinda de uma má distribuição de renda, mesmo que sejamos um país desenvolvido no quesito, grande produtor de alimentos [3]. O objetivo desse estudo é desenvolver um produto alimentício (cookie) que seja capaz de suprir parte das necessidades nutricionais do indivíduo, no intuito de diminuir as taxas populacionais afetadas pela fome.

METODOLOGIA: Para confeccionar o cookie foram usados os seguintes ingredientes bananas caturras, ovos, farinha de trigo, aveia em flocos, adoçante, fermento em pó, cacau em pó e castanha de caju. Designadas para a população que vive em situação de insegurança alimentar. Foi realizado uma análise sensorial do produto, com 8 participantes utilizando a escala hedônica de nove pontos. Após essa análise sensorial foram avaliados o teste de aceitação e afinidade. Sua conservação deverá ser em ambiente seco e fresco. Sua embalagem será em saquinho de papel, com o intuito de ajudar no transporte e armazenamento, conservando o meio ambiente e ainda reduzindo os custos. A propaganda foi feita por um vídeo explicativo, com linguagem verbal e não verbal, contendo narração e legenda, constando os benefícios do produto. E o público-alvo são empresas que se interessem em participar de ações sociais, na intenção de comprar os cookies e distribuí-los para população carente das comunidades.

DESENVOLVIMENTO: O trabalho elaborado pelo grupo, baseia-se na confecção de um cookie, constituído por nutrientes que agreguem valores positivos a saúde. O alimento preparado é assado, possui em média 143kcal, 24g carboidratos, 4g de proteína e 6,4g de gorduras totais, o produto final possui textura de um biscoito macio de cor marrom escuro, com aroma característico do cacau e sabor adocicado. Para estimar a aceitação do produto, foi realizada uma análise sensorial de degustação, onde foram aplicados 8 fichas de avaliação, uma para cada grupo. Os atributos sensoriais da amostra são a aparência (6), o aroma (7), o sabor (7) e textura (6), sendo classificados em: Gostei extremamente, Gostei muito, Gostei moderadamente, Gostei ligeiramente, Indiferente (não gostei nem desgostei), Desgostei ligeiramente, Desgostei moderadamente, Desgostei muito e Desgostei extremamente. Portanto a escala global foi 7, gostei moderadamente, tendo um resultado positivo.

CONCLUSÃO: Apesar de fazermos parte de um país, onde estão localizados os maiores produtores de alimentos, acabar com a insegurança alimentar é um obstáculo imenso para a nossa saúde pública. Visto isso, o nosso produto foi elaborado na tentativa de minimizar este cenário, sem que houvesse a necessidade de altos investimentos.

BIBLIOGRAFIA: [1] GANDRA, Alana. **Pesquisa revela que 19 milhões passaram fome no Brasil no fim de 2020**. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 06 de abril 2021. [2] FALÇONI, Sabrina Fernandes Santos *et al*. **Máquina do tempo: O Brasil de volta ao Mapa da Fome**. Observatório das Desigualdades, Volume 14, Minas Gerais, fevereiro 2022. [3] BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). **Acompanhamento da safra brasileira**. Volume 9, número 3, Terceiro levantamento, Brasília, dezembro 2021.

DESENVOLVIMENTO DE BARRA CEREAIS PARA O COMPLEMENTO ALIMENTAR NA DIETA DE CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR NO COMBATE A FOME E CARÊNCIAS NUTRICIONAIS

Camilla Boroni **SOARES** (camillaboroni@hotmail.com)¹, Carieglys Kerismar Poveda **PERALES**¹, Jaciane Vitória S.S. **COSTA**¹, Jessica Lorraine Costa **FRAGA**¹, Leticia Lucas Moraes de **ASSIS**¹ e Henrique **NASCIMENTO**²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS - BH – 31744-007 – Belo Horizonte - MG

Palavras-chave: Fome, Segurança Alimentar, Desenvolvimento, Análise Sensorial.

INTRODUÇÃO: A fome assume magnitudes alarmantes em nível mundial, repercutindo na saúde e qualidade de vida de grande parte da população. No Brasil, embora haja grande capacidade produtiva e exportação de produtos primários, há também deficiências na cadeia de produção até o consumidor final [1], somadas às desigualdades sociais, limitam o acesso ao alimento de forma igualitária, corroborando para o cenário de insegurança alimentar, resultantes da baixa ingestão alimentar e baixa biodisponibilidade nutricional. O período pós COVID-19 acentuou as desigualdades existentes e o crescimento da fome. Fator que assume repercussão ainda mais preocupantes entre crianças com até 5 anos [1]. Tal panorama, lança luz sobre as medidas adotadas para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e garantir Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) [2]. Com esse intuito, o trabalho teve como objetivo a elaboração uma barra de cereais para o complemento alimentar da dieta diária infantes. **METODOLOGIA:** Foi desenvolvido uma barra de cereais enriquecida com ferro, utilizando os ingredientes: banana, uva passas, aveia em flocos, quinoa em flocos, farinha de coco, canela e sementes de abóbora, conforme composição nutricional, e propriedades naturais ou agregadas de conservação, de modo a compor o aporte nutritivo proposto. O produto foi submetido a análises sensoriais para avaliação das características organolépticas obtidas e sua aceitação, por meio de escala hedônica. As propriedades apresentadas foram expostas em propaganda publicitária, a fim de promover o produto desenvolvido e seus benefícios. **DESENVOLVIMENTO:** O produto apresentou alto valor nutritivo, fonte de fibras, proteínas, carboidratos e ácidos graxos poli-insaturados, além de compostos bioativos, auxiliando na composição da ingestão energética diária. As características sensoriais avaliadas através de escala hedônica obtiveram média 7 (gostei moderadamente) em um total de 8 avaliadores [3]. Entre os componentes nutricionais presentes nos ingredientes, são encontrados: fibras com grande atuação na saúde intestinal e fortalecimento do sistema imune, ainda imaturo entre crianças, vitaminas, minerais e ácidos graxos essenciais, somados a fortificação com ferro, contribuindo para redução dos índices de anemia ferropriva, e homeostase dos processos metabólicos durante as fases de desenvolvimento. Ademais, o alto valor energético proposto visa atender as demandas diárias, deficientes em dietas hipocalóricas frequentes entre grupos em situação de insegurança alimentar. **CONCLUSÃO:** Constatou-se, que as propriedades nutricionais presentes na composição do produto, o baixo custo de produção e as características sensoriais obtidas, atendeu satisfatoriamente ao objetivo proposto, para elaboração de um produto nutritivo saudável e acessível, contribuído para a redução da fome, desnutrição e carências nutricionais. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL, FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Relatório da ONU: ano pandêmico marcado por aumento da fome no mundo**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/89u6mxrm>>. Acesso em: 28 mar. 2022. [2] BRASIL, MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ye2xjhrh>> Acesso em: 28, mar. 2022. [3] LANSING, T. **Elaboração, aceitabilidade e valor Nutricional de barras de cereais produzidas a partir de farelo de torrão**. Univates, 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

DESENVOLVIMENTO DE UM COOKIE NUTRITIVO DE CENOURA E RASPAS DE LARANJA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR PARA CRIANÇAS ASSISTIDAS EM CASAS DE ACOLHIMENTO

Rafael Cota VIEIRA (IC- vieiracr18@gmail.com)¹, Izabella Reis GOMES (IC)¹, Melissa Gabrielle Toledo MARTINS (IC)¹, Luisa Helena de Souza BARBOSA (IC)¹, Sara Vitória Machado ROCHA (IC)¹, Henrique Fabiano do NASCIMENTO (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS-BH
Belo Horizonte –MG

Palavras-chave: Cookie, Infantil, Aceitabilidade, Fome, Insegurança Alimentar

INTRODUÇÃO Um dos principais problemas enfrentados pela sociedade contemporânea é a fome e desnutrição, ocasionada por uma série de fatores, como a má distribuição de recurso, segundo um levantamento de dados realizado pelo Instituto da Cidadania no Brasil, estimou 44 milhões de pessoas como muito pobres¹, um dos fatores ligado indiretamente a fome. Na década de 70 houve a Revolução Verde, onde se acreditava que a produção em massa de alimentos era a solução para fome no mundo, segundo J. Gabriel Ayuzo a produção atual de alimentos, possivelmente, supriria as necessidades mundiais², contrapondo a ideia de que o problema era falta de alimento. O Art. 6º da Constituição de 88, menciona que cabe ao governo garantir ao ser humano alimentação adequada e balanceada³, mas o que percebemos é que este direito humano básico vem sendo violado, diante disso este trabalho tem por finalidade desenvolver um produto alimentício nutritivo que auxiliará ao combate desta mazela social com características sensoriais agradáveis ao palato do público infantil, além de promover seu consumo no meio infantil através de propaganda elaborada exclusivamente para esse nicho. **METODOLOGIA** Foi desenvolvido um cookie com os seguintes ingredientes: 100g de manteiga, 1/2 xícara de açúcar mascavo, 1 ovo, 170g de farinha de aveia, 50g de chocolate 70%, 1 colher de chá de fermento, 1 cenoura média ralada e raspas de 2 laranjas. Foi feita uma análise sensorial com a participação de oito voluntários para analisar a aceitação do produto. Foram analisados o parâmetro: cor, aroma, textura, sabor e global. Uma propaganda com personagens infantis foi realizada para contextualizar o produto em um meio atrativo para o público-alvo, com heróis infantis famosos no meio infantil. **DESENVOLVIMENTO** Visando atingir o público infantil, mais especificamente crianças em situação de vulnerabilidade em Instituições de acolhimento, o produto foi desenvolvido sob fatores visuais e sensoriais que aumentam a aceitabilidade infantil, fazendo referência à produtos já comercializados com sabor marcante de chocolate, sem que a criança perceba de fato a presença de ingredientes nutritivos como cenoura e aveia, que causam estranheza e preconceito entre o público infantil. Sobretudo, o produto foi bem aceito pelo público durante a análise sensorial obtendo um resultado global de nota 9 por 62% dos participantes da pesquisa, que ressaltaram como melhores pontos do produto o sabor, aroma e cor, atingindo com sucesso o objetivo do processo, o qual é desenvolver um produto com bons marcadores de aceitabilidade visual e palatável de crianças. **CONCLUSÃO** A receita apresentada apresenta-se como uma estratégia de Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN), uma vez que se trata de uma medida para combater a insegurança alimentar apresentando ao público infantil um produto acessível, nutritivo e agradável ao paladar, com ingredientes de fácil acesso e com a promoção do produto através de uma propaganda desenvolvida exclusivamente ao público infantil. Com a adoção dos cookies nutritivos elaborados na dieta do público-alvo, a dieta se tornará mais nutritiva, com um produto atrativo e aceito pela população, conforme o teste de aceitação aplicado posteriormente comprovou.

REFERÊNCIAS

1. BELIK, Walter; SILVA, José Graziano; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. São Paulo em Perspectiva. São Paulo. p. 119, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/nWXBS3LYccnQHjCbTgq6HHB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em março de 2022.
2. AYUZO, José Gabriel. Fome Mundial tem Solução. V. 29, n. 03, p.39, março de 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/download/27002/25870>. Acesso em março de 2022.
3. BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível

em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>.

Acesso

em: março de 2022.

DESENVOLVIMENTO DE UM CREME NUTRITIVO DE INHAME, BANANA E CACAU COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR DE CRIANÇAS ASSISTIDAS EM CASAS DE ACOLHIMENTO

Leila Rodrigues CALDEIRA (IC - leilarcaldeira@hotmail.com)¹, Nayara Mayer Fernandes TRINDADE (IC)¹, Tarcísio Eustáquio de OLIVEIRA (IC)¹, Henrique Fabiano do NASCIMENTO (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS-BH
Belo Horizonte –MG

Palavras-chave: Banana, Inhame, Cacau, Fome, Insegurança Alimentar

INTRODUÇÃO: A Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis [1]. Por outro lado, a insegurança alimentar é um agravo nutricional que tem como principal determinante a desigualdade social [2]. No Brasil, em 2020, 44,5% das crianças e adolescentes de 0 a 19 anos viviam em condição domiciliar de baixa renda e 4,3% das crianças de até 5 anos apresentavam desnutrição [3]. O objetivo deste trabalho foi o desenvolvimento do creme nutritivo à base de inhame, banana e cacau para fornecimento a crianças que vivem em casas de acolhimento, em risco de insegurança alimentar. **MATERIAL E MÉTODOS:** A proposta do trabalho seria a doação do alimento, três vezes na semana, sempre fresco, a crianças entre 7 meses e 8 anos, assistidas em casas de acolhimento. A receita foi preparada e elaborou-se a Ficha Técnica de Preparo, com definição de tamanho da porção. Foram feitos os cálculos de macro e micronutrientes por porção. Calculou-se o custo total da preparação. Foi realizada a análise sensorial por 11 provadores adultos. Um protótipo do produto foi entregue e desenvolvida uma propaganda para sua divulgação em meio televisivo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Definiu-se a porção ideal de 110 g. A produção foi de baixo custo, o que tornou viável. O cálculo nutricional indicou que a preparação é muito nutritiva, sendo fonte importante de carboidratos, proteínas, fibras, vitaminas (destaque para vit. B6) e minerais (principalmente potássio, magnésio e fósforo), além de ter densidade energética adequada, sendo um alimento adequado para o público a que se destina. Em relação à análise sensorial, o aspecto de maior aceitação do produto foi a aparência. Já a textura, foi o aspecto que causou maior divergência entre os provadores. De modo geral, podemos considerar que o teste de aceitação foi satisfatório, já que a maioria dos provadores gostou do alimento e nenhum provador afirmou que provavelmente/certamente não o compraria. Pelo fato de o público do teste ser muito diferente do público-alvo do produto existe uma limitação considerável na interpretação desses resultados, sendo provável que haja melhor aceitação pelo público infantil. Além disso, o número de provadores foi pequeno para conclusões mais amplas. Por fim, a propaganda desenvolvida empregou como estratégia o apelo emocional com o objetivo de sensibilizar possíveis patrocinadores a apoiarem financeiramente a causa ou a atrair o serviço de voluntariado para auxílio na produção do alimento. **CONCLUSÕES:** A receita proposta pode ser considerada uma estratégia de SANS. Os produtos escolhidos visaram a valorização de alimentos *in natura* ou minimamente processados, com origem na agricultura brasileira, nutritivos, abundantes durante todo o ano e baratos. A preparação apresentou textura, coloração, aspecto e sabor esperados e o custo de produção foi baixo. A receita apresentou qualidade nutricional, suprimindo parte considerável das necessidades nutricionais do público infantil em uma única porção. O teste de aceitação apresentou resultados satisfatórios para a preparação, embora seus resultados sejam de difícil interpretação devido a deficiências analíticas. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS e ao orientador deste trabalho, professor Henrique Fabiano do Nascimento. **BIBLIOGRAFIA:**[1] MACHADO *et al.* Adequação normativa dos planos estaduais de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, 2018.[2] FJP. Máquina do Tempo: O Brasil de volta ao Mapa da Fome. **Observatório das Desigualdades**. Boletim n° 14, fevereiro de 2022. [3] Fundação ABRINQ. **Cenário da Infância e do Adolescente no Brasil 2022**, 1ª ed., 2022.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ - MG

Edithiane **CABRAL** (IC – edithianecabral@gmail.com)¹ e Iury Antônio de **SOUZA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - Muriaé - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Estado nutricional, Nutrição da criança, Escolares.

INTRODUÇÃO: O estado nutricional de grande parte dos indivíduos vem demonstrando marcantes mudanças nas últimas décadas, considerando a transição nutricional, necessitando de ações e programas específicos para a minimização da problemática envolvida [1]. Nesse contexto, o estado nutricional das crianças também sofre influência devido a uma alimentação não adequada que pode se fazer presente, podendo gerar reflexos na fase adulta [2]. Diante disso, o objetivo deste estudo foi avaliar o estado nutricional de crianças em idade escolar do município de Espera Feliz – MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado no mês de setembro de 2021, a partir dos dados coletados pela plataforma do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN, referentes a crianças de 4 a 10 anos da rede pública municipal de ensino de Espera Feliz – MG. A coleta na base de dados foi realizada após a assinatura do termo de autorização pelo gestor municipal responsável pela plataforma. A pesquisa foi autorizada pela secretaria de saúde e pela secretária de educação e cultura do município em questão. Foram coletados os valores de peso (kg) e estatura (m) das crianças e posteriormente foi feito o cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC). Utilizou-se a escala de IMC por idade de meninos e meninas de 0 a 4 anos e de 5 a 19 anos (percentis) da Organização Mundial da Saúde dos anos de 2006 e 2007 como referência para a classificação do estado nutricional [3,4]. Os dados deste estudo foram analisados no programa Excel®, versão 2013. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram analisados dados de 232 crianças, das quais 52% eram do sexo masculino e 48% do sexo feminino. A partir do cálculo do IMC e classificação do mesmo, observou-se que 52% das crianças estavam eutróficas (percentil > 3 e < 85), 18% apresentavam sobrepeso (percentil >85 e <97), 18% obesidade (percentil > 97) e 12% encontravam-se em baixo peso (percentil <3). Em relação ao estado nutricional de crianças, a obesidade e a desnutrição são problemáticas relevantes. A obesidade infantil é um crescente problema de saúde pública. Estima-se que 33,5% da população infantil de 5 a 9 anos no Brasil apresenta excesso de peso [2]. Da mesma forma, a desnutrição é um outro quadro preocupante, pois, quando presente na infância afeta o crescimento e o desenvolvimento cognitivo, além de favorecer para maiores chances de ocorrência de doenças infectocontagiosas e doenças degenerativas na fase adulta [5]. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a maior parte das crianças se encontravam eutróficas, porém, as parcelas com baixo peso e excesso de peso, mesmo em menores percentuais, precisam ser consideradas para que recebam a sua devida atenção. Ressalta-se a necessidade de programas efetivos no ambiente escolar dando ênfase as questões alimentares e ao estado nutricional. **REFERÊNCIAS:** [1] PEDRAZA, D.F.; OLIVEIRA, M.M. Estado nutricional de crianças e serviços de saúde prestados por equipes de saúde da família. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.26, n.8, p.3123-3134, 2020. [2] GODINHO, A.S. et.al. Principais fatores relacionados à obesidade infantil na atualidade. *Revista Eletrônica Nacional de Educação Física*, v.9, n.3, 2019. Disponível em: <<http://www.renef.unimontes.br/index.php/renef/article/view/190/350>>. Acesso em: 26 de maio de 2022. [3] WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Child Growth Standards**. 2006. Disponível em: <<http://www.who.int/childgrowth/en>>. Acesso em: 17 de maio de 2022. [4] WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Growth Reference Data for 5-19 Years**. 2007. Disponível em: <<https://www.who.int/tools/growthref/en>>. Acesso dia 17 de maio de 2022 [5] OLIVEIRA, I.K.F. et al. Intervenções nutricionais em crianças obesas e desnutridas. *Research, Society and Development*, v.8, n.10, p.1-14, 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 - Nutrição

IOGURTE PROTEICO: CRIANÇAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Isadora Carla Salamim **TOLENTINO** (isadoracstolentino@hotmail.com)¹, Thaís Medeiros dos **SANTOS**², Jordânia **QUARESMA**¹, Júlia Regina Lisboa **PINTO**¹, Bruna Lourenço de **SENA**¹ e Henrique **NASCIMENTO**²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS - BH - 31744007 - Belo Horizonte -MG

Palavras-chave: Iogurte, Vulnerabilidade Social, Escola, Crianças, Proteína.

INTRODUÇÃO: Apesar de todo desenvolvimento econômico e tecnológico no Brasil, a partir de meados do século XX, esse não se mostrou suficiente para garantir erradicação da fome, que atinge as pessoas e, principalmente crianças. A questão da alimentação, da fome e da má nutrição é ligada intrinsecamente em sua dimensão econômica (acesso à renda), alimentar (disponibilidade de alimentos) ou biológica (estado nutricional) [1]. A população, de um modo geral, pode ser acometida por essa vulnerabilidade social, no entanto os pré-escolares constituem os grupos de maior fragilidade, por estarem mais susceptíveis a infecções e por isso necessitarem de um aporte maior de quantidade e qualidade dos micronutrientes para obter um crescimento adequado, visto que, a qualidade alimentar é de extrema importância para o amadurecimento das estruturas neurológicas que favorecem o processo de aprendizagem; contudo, as crianças brasileiras em geral chegam à escola com problemas de desnutrição crônica [2]. Neste contexto o incentivo a inserção de programas de alimentação escolar suplementar nas redes públicas de ensino tem contribuído positivamente na orientação e na oferta de alimentos saudáveis [3]. Nesse âmbito, o presente trabalho tem como objetivo a oferta de um produto que cubra as necessidades nutricionais durante o período letivo. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão de literatura através de artigos e sites de busca. Foram pesquisados ingredientes saudáveis que se adequem a alimentação de crianças e que poderiam ser usados na elaboração de um produto. A receita definida foi um iogurte natural e integral. Para a elaboração do iogurte foi utilizado um pote de 200ml de iogurte integral e 1L de leite integral, e como complemento foi acrescentado granola e uma porção de fruta (banana), focando em ingredientes para se ter uma melhor carga nutricional para essa refeição. Foi realizada uma análise sensorial do iogurte com a participação de 8 voluntários e utilizando a escala hedônica de nove pontos. Foi criada uma embalagem com as informações nutricionais do alimento, todos os ingredientes que o compõe, gramatura, logo da empresa para melhor informar os clientes. A estratégia de marketing foi feita no formato de vídeo. **DESENVOLVIMENTO:** Após a análise sensorial dos sete grupos, tem-se os seguintes resultados: cor do produto teve 71,4% de gostei extremamente e 14,3% para gostei muito e gostei moderadamente. No quesito aroma o resultado foi de 57,1% gostou extremamente e 42,9% gostou muito. No sabor tivemos que 57,1% gostou extremamente, 28,6% gostou moderadamente e 14,3% gostou muito. Textura temos 57,1% gostou muito e 42,9% gostou extremamente. A nota global do produto final foi de 71,4% gostei extremamente e 14,3% gostei muito e gostei moderadamente. Com isso, pode-se dizer que o produto foi bem aceito em todos os seguimentos. Obteve algumas sugestões como picar em menor tamanho a banana bem como servir tudo junto ao invés de cada alimento separado e será, então, seguido dessa maneira. O produto ofertado contém fontes de proteínas, fibras e vitaminas e minerais que podemos destacar o cálcio, potássio, vitamina A e C e algumas do complexo B. Sendo um alimento de alto valor nutricional e saciedade ao nosso alvo estabelecido. **CONCLUSÃO:** Com a realização deste trabalho foi possível criar um produto nutritivo e de baixo custo para ser distribuído em escolas públicas para crianças entre 7 a 14 anos com o intuito de ofertar pelo menos uma alimentação nutritiva no dia a dia das crianças a fim de combater a fome. **BIBLIOGRAFIA:** 1- BRASIL, **Ministério da Saúde. Secretaria de projetos especiais de saúde: metas da cúpula mundial em favor da infância — avaliação de meia década, 1990–1995.** Brasília: Ministério da Saúde; 1997. 2- SAÚDE, Ministério. **Secretaria de Atenção Primária à Saúde: Esplanada dos Ministérios. Bloco G, Edifício SEDE 7º Andar - CEP: 70058-900 - Brasília – DF, 2022.** 3- PHILIPPI, Sonia Tucunduva. **Tabela de Composição de Alimentos: suporte para decisão nutricional.** Coronário, n. 2, p. 135–135, 2002.

NUTFLOWER: CREME NUTRITIVO PARA POPULAÇÃO EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Débora Stéfany dos Santos **COSTA**¹ (dstefany2110@gmail.com), Julia Helen de **OLIVEIRA**¹, Luana Santiago **CAMPOS**¹, Mariah Meireles **COSTA**¹, Vivian Dornelas da **COSTA**¹ e Henrique **NASCIMENTO**²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS - BH - 31744007 - Belo Horizonte -MG

Palavras-chave: fome, nutflower, creme, biomassa, vegano, alergênico.

INTRODUÇÃO: A falta do acesso à alimentação sempre foi uma preocupação dos órgãos não governamentais e poder público mundial e nacional, porém a fome tem assumido proporções crescentes nos últimos anos. De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 19,1 milhões (9%) de cidadãos estão em situação de fome no Brasil [1]. Considera-se que hoje, no Brasil, o problema principal para as famílias terem acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade adequadas, não é a falta de produção de alimentos, mas a falta de renda para obtê-los [2]. O objetivo desse trabalho foi a criação de um produto que auxiliasse o combate a fome. Diante disso decidimos criar um creme que pode ser consumido sem misturar a outro alimento, ou seja, já chega ao cliente pronto para o consumo. **METODOLOGIA:** Produzimos três tipos de cremes: morango que é composto por biomassa de banana verde, semente de girassol, farinha de aveia, chia e suco em pó sabor morango, de chocolate composto por biomassa de banana verde, semente de girassol, farinha de aveia, chia, cacau em pó e açúcar e o de abacate possui abacate, semente de girassol, farinha de aveia, chia, cacau em pó e açúcar. Os ingredientes foram selecionados estrategicamente pois não são alergênicos e veganos, contribuindo assim para a preservação do meio ambiente. As embalagens serão em forma de sachês laminados que possuem 80g do alimento, portanto, quase nada é desperdiçado, incentivando também um consumo consciente. **DESENVOLVIMENTO:** Foi realizado um teste sensorial onde voluntários experimentaram o creme, e os resultados foram: aroma: 37,5% gostaram ligeiramente, 37,5% gostaram ligeiramente, 12,5% gostaram muito, 12,5% gostaram extremamente, cor: 12,5% são indiferentes, 37,5% gostaram moderadamente, 37,5% gostaram muito e 12,5% gostaram extremamente, sabor: 12,5% desgostaram ligeiramente, 12,5% são indiferentes, 12,5% gostaram ligeiramente, 37,5% gostaram moderadamente e 12,5% gostaram extremamente, textura: 12,5% desgostaram ligeiramente, 12,5% são indiferentes, 50% gostaram ligeiramente, 12,5% gostaram muito e 12,5% gostaram extremamente, nota global: 12,5% desgostaram ligeiramente, 25% gostaram ligeiramente, 25% gostaram moderadamente, 25% gostaram muito, 12,5% gostaram extremamente. **CONCLUSÃO:** Com esse presente trabalho foi possível contribuímos com a população carente, através da criação e desenvolvimento desse produto, conseguimos desenvolver o alimento rico nutricionalmente, saboroso e que atenda às necessidades nutricionais que a população necessita. **REFERÊNCIAS:** 1. ROCHA, Rayane. Fome avança e atinge 19,1 milhões de brasileiros. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/fome-avanca-e-atinge-mais-9-milhoes-de-brasileiros-nos-ultimos-dois-anos/>>. Acesso em: 29 mar. 2022. 2. CAMPANHOLA, Clayton, GRAZIANO DA SILVA, José (Org.). O Novo Rural Brasileiro. Campinas: Unicamp/IE, 2000. 4v. 3. Tabela Brasileira de Composição de Alimentos - USP. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Ciências Farmacêuticas. Departamento de Alimentos e Nutrição Experimental/BRASILFOODS (1998).

NUTRIÇÃO E MEMÓRIA: A ALIMENTAÇÃO COMO AGENTE PROMOTOR DA MEMÓRIA EM IDOSOS

Sabrina Silva Costa **CORREIA (IC)¹**; Isabelle Barbosa De **OLIVEIRA**; Denise De Sá **SILVA**; Adriene Soares **SEVERINO**; Thalita Gomes **MOTTA**, Júlia Salomão **CARVALHO** e Vanessa Patrocínio De **OLIVEIRA (PQ)²**

Faculdade de Minas – FAMINAS – FAMINAS Belo Horizonte – 31744-007 – BeloHorizonte/MG

PALAVRAS-CHAVE: idoso, alimentação, memória

APRESENTAÇÃO: A deterioração da memória e declínio cognitivo, comuns aos idosos, tem relação direta com a qualidade de vida e manutenção da autonomia [1]. Padrões alimentares, contendo antioxidantes, polifenóis e flavonoides, podem retardar a ocorrência dessas alterações neurológicas que levam à demência e melhorar a função cognitiva [2]. O presente trabalho tem como objetivo desenvolver material para a promoção da alimentação composta por alimentos que possuam efeitos potenciais na memória das pessoas idosas. **DESENVOLVIMENTO:** A ciência mostra que o estresse oxidativo pode comprometer a integridade do sistema nervoso central, afetando a capacidade cognitiva [3]. Esse estresse pode ser minimizado pela inclusão de alimentos fontes de nutrientes e substâncias antioxidantes. Compostos polifenólicos, flavonoides e antioxidantes têm sido bastante estudados devido aos seus benefícios para a saúde, principalmente a nível cerebral. Alimentos como nozes que possui ação antioxidante e anti-inflamatória, melhorando a cognição, a fluência verbal e retarda o início do comprometimento cognitivo em idosos [4]; o cacau é um dos alimentos mais ricos em flavonóides, contendo grandes quantidades de flavan-3-ol, epicatequina, catequina e procianidinas oligoméricas adicionais. Seus flavonóides demonstraram beneficiar a cognição em todas as idades e exercer efeitos agudos e crônicos [5]. O consumo diário de alimentos com potencial ação antioxidante, como frutas, vegetais, legumes, vitaminas A, C e E, pode atuar na prevenção de doenças neurológicas [6]. Diante da importância do consumo de tais alimentos pela população idosa, foi desenvolvida uma cartilha com o incentivo promover a introdução desses alimentos no hábito alimentar dos idosos. A cartilha teve como conteúdo: os alimentos que possuem potencial preventivo na perda de memória, suas maneiras de preparo e jogos de uso e treino cognitivo e da memória. O material foi distribuído na praça Floriano Peixoto em Belo Horizonte-MG no dia 07/05/2022 para os idosos transeuntes. Foram abordadas cerca de 50 pessoas. Por ser um tema ainda tabu, 50% não apresentaram boa receptividade ao serem abordados sobre o tema, observou-se que estes apresentavam grande resistência para a mudança do hábito alimentar e a introdução de alimentos fonte de compostos bioativos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Visto a importância da alimentação no contexto das modificações fisiológicas dos idosos, é fundamental à promoção de hábitos alimentares saudáveis e conscientes, a fim de mitigar as consequências que possam impactar negativamente na qualidade de vida e autonomia dessa população. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MENDES, P.A. et al. Declínio Cognitivo: Conhecimentos, Atitudes E Práticas Preventivas De Idosos Em Comunidade. **Cogitare Enfermagem**, v. 23, n. 3, 2018. [2] CANVELLI, M. et al. Reversão espontânea de comprometimento cognitivo leve para cognição normal: uma revisão sistemática da literatura e meta-análise. **Jornal da Associação Americana de Diretores Médicos**, v. 17, n. 10, pág. 943-948, 2016. [3] BAIERLE, M. **Influência do processo inflamatório, estresse oxidativo e metais sobre a cognição em idosos**. Porto Alegre, 2014. 172p. Tese (Doutorado em Ciências Farmacêuticas) - UFRS. [4] RAJARAM, S.; JONES, J.; LEE, G. J. Padrões alimentares à base de plantas, alimentos vegetais e declínio cognitivo relacionado à idade. **Avanços em Nutrição**, v. 10, n. Suplemento_4, p. S422-S436, 2019. [5] CRICHTON, Georgina E.; ELIAS, Merrill F.; ALKERWI, Ala'a. A ingestão de chocolate está associada a uma melhor função cognitiva: The Maine-Syracuse Longitudinal Study. **Apetite**, v. 100, p. 126-132, 2016. [6] ROCHA, E.C.; SARTORI, C. A.; NAVARRO, F.F. A aplicação de alimentos antioxidantes na prevenção do envelhecimento cutâneo. **Revista Científica da FHO| UNIARARAS**, v. 4, n. 1, 2016.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição; 4.06.00.00-9 - Saúde Coletiva

**PERFIL NUTRICIONAL, ASPECTOS ALIMENTARES E OCORRÊNCIA DE
COMPROMETIMENTOS GASTROINTESTINAIS EM IDOSOS ASSISTIDOS POR SERVIÇOS DE
ASSISTÊNCIA DOMICILIAR**

João Paulo Cândido da SILVA (IC- joaopaulocandidods51@gmail.com)¹, Mirelle CAMPOS (IC)¹, Breno da Silva LOZI (PQ)² e Iury Antônio de SOUZA (PQ)³

1. Curso de Nutrição; 2. Nutricionista responsável; 3. Professor
Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Estado nutricional, idosos, assistência domiciliar.

INTRODUÇÃO: O processo de inversão da pirâmide etária vem acontecendo em âmbito mundial, evidenciando um maior número de idosos na população, os quais podem ser mais vulneráveis aos agravos a saúde [1]. Nesse contexto, a nutrição representa uma ferramenta de suma importância para garantir qualidade de vida durante o envelhecimento, e o serviço de assistência domiciliar (*home care*) fornece toda atenção nutricional individualizada necessária [2]. Este trabalho teve como objetivo avaliar o estado nutricional, aspectos relacionados a alimentação e a ocorrência de comprometimentos gastrointestinais em idosos assistidos por *home care*. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo retrospectivo realizado mediante análises de prontuários após a assinatura do termo de autorização pelo nutricionista responsável. Foram coletados os seguintes dados: sexo, idade, classificação do IMC, via de alimentação, uso de suplementos alimentares, alterações gastrointestinais e aceitação da dieta. Estes são referentes a atendimentos realizados no período de setembro de 2017 a março de 2022. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliados 20 prontuários, dos quais 80% eram do sexo feminino e 20% do sexo masculino, com média de idade de $82,05 \pm 9,14$ anos. Constatou-se que 43,44% dos idosos estavam eutróficos, 38,37% com excesso de peso e, ainda, 18,19% foram classificados com magreza. Sobre a via de alimentação, 75% se alimentavam por via oral e 25% por via enteral, desses, 15% eram por gastrostomia e 10% por sonda nasogástrica. Nesse viés, apenas um dos pacientes que se alimentavam por via enteral fazia uso de dieta industrializada de sistema aberto, a qual era mesclada com a dieta caseira, devido a seu alto custo, podendo ter valor oito vezes maior que a alimentação caseira [3]. Quanto ao uso de suplementos alimentares, 50% dos pacientes faziam uso diário de suplementos, sendo eles: Nutren sênior em pó, Fibra em pó, Albumina em pó e Ensure Plus Líquido, todos de fácil digestão e visando fornecer o aporte diário de nutrientes. Em relação aos comprometimentos gastrointestinais ocorridos, diarreia acometeu 80% dos idosos. Ainda, verificou-se a ocorrência de vômitos em 20% dos assistidos, 15% fecaloma, 10% refluxo gastroesofágico, 5% gastrite e 5% de sangue nas fezes. Ao avaliar a aceitação da dieta, observou-se a aceitação total em 70% dos idosos, 25% com aceitação da maior parte da dieta e apenas 5% com aceitação inferior a metade da dieta. Estudo similar avaliou 100 idosos, dos quais, 78% apresentaram ao menos um comprometimento gastrointestinal, sendo 4% acometidos por diarreia e 8% por vômito, o que impacta diretamente na qualidade de vida dos idosos [4]. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a maior parte dos idosos se encontravam eutróficos, se alimentavam por via oral, apresentavam aceitação total da dieta e metade faziam uso de suplementos alimentares diariamente. Ainda, verificou-se uma grande ocorrência de comprometimentos gastrointestinais, com destaque para a diarreia. Ressalta-se a importância do acompanhamento nutricional diante do público em questão e vulnerabilidades associadas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] HUGUENIN, F.M. et al. Caracterização dos padrões de variação dos cuidados de saúde a partir dos gastos com internações por infarto agudo do miocárdio no Sistema Único de Saúde. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v.19, n.2, p.229-42, 2016. [2] CUTCHMA, G. et al. Nutrition formulas: influence on nutritional condition, clinical condition and complications in household nutrition therapy. *Nutrición Clínica y Dietética Hospitalaria*, v.36, n.2, p.45-54, 2016. [3] KUTZ, N.A. et al. Padronização de dietas enterais artesanais para uso domiciliar na Atenção Primária. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, v.1, p.298-305, 2018. [4] NAUFEL JUNIOR, C.R. et al. Prevalência de sintomas gastrointestinais em pacientes idosos. *Revista Médica do Paraná*, v.75, n.1, p.53-61, 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

**PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO COMO FATOR DE PREVENÇÃO DA SARCOPENIA EM
IDOSOS**

Samara Blenda Montalvão Magalhães **BATISTA** (IC)¹, Henrique Costa **CARDOSO** (IC)¹, Leticia Aparecida Matias de **SOUZA** (IC)¹, Samantha Camilo Barreto **SANTOS** (IC)¹, Maria Alice Ferreira **SANTOS** (IC)¹, Vanessa Patrocínio de **OLIVEIRA** (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2. Professor *Faculdade de Minas - FAMINAS-BH* – 31744-007 - Belo Horizonte - MG

Palavras-chave: Sarcopenia, idosos, nutrição.

INTRODUÇÃO: A população idosa é particularmente suscetível a alterações do estado nutricional, nomeadamente ao desenvolvimento de desnutrição e de sarcopenia [1]. Sarcopenia é uma palavra de origem grega que significa “perda de carne” e foi reconhecida como doença pela OMS e se caracteriza pela perda generalizada e progressiva da força, desempenho físico e massa muscular esquelética. [2]. Considerando o distúrbio e sua relação com a alimentação e nutrição, o presente trabalho teve como objetivos promover a alimentação adequada para a prevenção da sarcopenia em idosos e identificar fatores que poderiam favorecer ou prevenir o desenvolvimento da sarcopenia. **DESENVOLVIMENTO:** Para a promoção de hábitos saudáveis com o intuito de prevenir e combater a sarcopenia foi desenvolvido um panfleto informativo, com linguagem acessível e de fácil compressão, contendo orientações e dicas relacionadas ao consumo de boas fontes de proteínas, a prática de atividade física, o ato de pegar sol e dicas para uma melhor absorção proteica. A distribuição do material educativo foi realizada para 30 pessoas na praça Floriano Peixoto no município de Belo Horizonte MG. Durante a abordagem era realizada uma conversa sobre o tema e esclarecimento de dúvidas. As pessoas que participaram do estudo eram, em sua maioria, idosos. Não houve prevalência de gênero. Observou-se grande receptividade da população abordada sobre o tema, apensar de nenhum ter conhecimento conceitual da sarcopenia. Os adultos que participaram da atividade foram orientados quanto a prevenção da doença. Hábitos alimentares saudáveis foram reforçados com todos os participantes, além das boas práticas mencionadas no material educativo. Aos idosos reforçava-se a importância da qualidade proteica da dieta, uma vez que esse grupo apresenta alterações fisiológicas que dificultam a digestão adequada desse nutriente. O uso do material impresso para a divulgação de informações importantes para a prevenção da sarcopenia, foi de grande relevância pois permitiu ampliação do acesso, como foi o caso na participação de uma pessoa com deficiência auditiva. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo mostrou que a sarcopenia não é um tema de amplo conhecimento pela população, mas trata-se de um tema de grande relevância para a saúde no envelhecimento. O cuidado com a saúde muscular deve acontecer desde cedo para assim promover a independência, liberdade e qualidade de vida na terceira idade. Assim, justifica-se a produção e divulgação de material educativo sobre o tema, tendo em vista que em 2017 a população idosa chegou a mais de 30,2 milhões de pessoas, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [3]. Considera-se, então, necessárias mais intervenções para a promoção da prevenção da sarcopenia. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pela realização do trabalho, à coordenadora Vanessa Patrocínio, agradecemos o apoio concedido. Obrigado a colaboração de todos os idosos que participaram voluntariamente. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BERNARDO, Soraya; AMARAL, Teresa. Coexistência da Desnutrição com a Sarcopenia em Idosos do Concelho de Paços de Ferreira. 2016. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/89515>. Acesso em: 26 de mar. de 2022 [2] DIZ, Juliano Bergamaschine Mata et al. Prevalência de sarcopenia em idosos: resultados de estudos transversais amplos em diferentes países. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 18, p. 665-678, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2015.14139>. Acesso em: 26 de mar. de 2022 [3] Agência IBGE Notícias. Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. Agência IBGE Notícias, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 26 de maio.

Área do conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

**PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR POR MEIO DA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL:
COMO COMER MELHOR GASTANDO MENOS**

ISADORA CARLA SALAMIM TOLENTINO (isadoracstolentino@hotmail.com)¹ ANA CAROLINA VIEIRA (anacarolvieira31@gmail.com)¹ JORDÂNIA QUARESMA (jordaniaquaresma01@gmail.com)¹ DANIELE ALVES FIGUEIREDO (danielejkjfigueiredo@gmail.com)¹ VALDIRENE JULIÃO DOS SANTOS (lenejuliao12@hotmail.com)¹ VANESSA PATROCÍNIO DE OLIVEIRA (vanessa.oliveira@professor.faminas.edu.br)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora Orientadora *FAMINAS – FAMINAS-BH – 31744-007 – Belo Horizonte - MG*

Palavras-chave: Nutrição, segurança alimentar e nutricional, economia, alimentação saudável.

INTRODUÇÃO: Podemos definir a Segurança Alimentar e Nutricional como a construção e realização do acesso a alimentação de qualidade, em quantidade suficiente a toda população, sem interferir ou tirar o acesso a outras necessidades essenciais. Sempre respeitando a cultura da pessoa [1]. O cenário econômico/social atual é de grande insegurança alimentar, dada a alta dos preços dos alimentos, altas taxas de desemprego e inconsistência domiciliar. Esses aspectos afetam diretamente o acesso e a qualidade da alimentação, pois comprometem, também, outras necessidades que são essenciais a vida e dignidade do ser humano [2]. Por isso, se faz necessário informar e educar a população sobre as boas práticas que levam a segurança alimentar considerando o contexto financeiro. Diante da problemática identificada, o objetivo do presente estudo foi desenvolver e distribuir material educativo que demonstrasse de uma maneira simples e prática, as estratégias de como se alimentar de forma adequada em um cenário financeiro desfavorável. **DESENVOLVIMENTO:** O trabalho foi desenvolvido em duas etapas, primeiro a construção de material educativo e depois sua distribuição. A cartilha foi desenvolvida com informações a alimentação saudável, custo-benefício na alimentação e orientações sobre otimização dos gastos com alimentação (o que fazer com a “falta” de tempo, como deixar a alimentação saudável mais prática e como ter variedade na alimentação sem aumentar o custo pelo entendimento da safra de produção alimentar). Os dados foram referenciados por pesquisa bibliográfica em bases científicas e documentos governamentais como guias alimentares e cartilhas de educação nutricional do Ministério da Saúde. A distribuição do material foi realizada na ONG Raio de Luz para um público constituído por homens e mulheres adultos. Antes da distribuição do material foi realizada uma breve explicação sobre os conceitos da alimentação saudável e realizada a sensibilização sobre a importância do tema. Observou-se grande receptividade dos participantes sobre o tema, evidenciado pelos comentários e perguntas realizadas durante a distribuição do material. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A adoção de práticas alimentares mais saudáveis pode ser realizada em diferentes contextos econômicos. Mas é fundamental que políticas de controle do preço dos alimentos sejam implementadas para promover a segurança alimentar e nutricional sustentável e a alimentação saudável preconizadas no Guia Alimentar para a População Brasileira. Ações de educação alimentar e nutricional se fazem necessárias a todo o tempo, assim o desenvolvimento e disponibilização de cartilhas, palestras, livretos e todos outros materiais educativos são importante ferramenta para a conscientização da população sobre os impactos da boa alimentação na saúde e qualidade de vida. **AGRADECIMENTOS:** À Faminas pela realização do trabalho e a ONG Raio de Luz pelo apoio e a oportunidade de realizar a ação em suas dependências. **BIBLIOGRAFIA:** [1] KEPPLER, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceptualizing and measuring food and nutrition security. *Ciencia e Saude Coletiva*, v. 16, n. 1, p. 187–199, 2011. [2] PANIGASSI, Giseli *et al.* Insegurança alimentar intrafamiliar e perfil de consumo de alimentos. *Revista de Nutricao*, v. 21, n. SUPPL., p. 135–144, 2008.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

4.06.00.00-9 - Saúde Coletiva

RELAÇÕES COM O ATO DE COMER E COM A DOENÇA, E A QUALIDADE DE VIDA EM
PACIENTES COM DIABETES TIPO 1

Ana Lúcia Lopes dos SANTOS (*analopes.lucia1@gmail.com*)¹, Marcio Leandro Ribeiro de SOUZA²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor *Faculdade de Minas Gerais – FAMINAS BH – 31744-007 – Belo Horizonte – MG*

Palavras-chave: Diabetes Mellitus tipo 1, Comportamento, Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO: A insulinoterapia é a base do tratamento no Diabetes Mellitus tipo 1 (DM1). Contudo, mesmo com a insulinoterapia, as mudanças de hábitos, especialmente relacionados à alimentação, são importantes no tratamento [1,2]. Além do planejamento alimentar definido pelo nutricionista, as preferências do paciente e fatores culturais, o acesso a alimentos saudáveis e a capacidade e disponibilidade para fazer mudanças comportamentais também são importantes [1,2]. Sendo assim, a presente pesquisa teve como objetivo analisar as relações com o ato de comer e o controle da doença, e a qualidade de vida em pacientes adultos com DM1. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal e observacional realizado através de um questionário online com pacientes com DM1 na faixa etária de 18 a 60 anos. Para essa pesquisa foi utilizada a Versão Brasileira do Diabetes *Quality of Life Measure* (DQOL-Brasil), que é um instrumento internacional, traduzido para o português e validado em indivíduos com DM1, que apresenta uma escala de 1 a 5 e, quanto mais próximo de 1, melhor é a qualidade de vida. Além do DQOL-Brasil, algumas perguntas sobre a relação com a comida e controle alimentar foram acrescentadas na investigação, com o propósito de caracterizar a amostra e verificar suas relações com o ato de comer. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram incluídos na análise 103 voluntários com DM1 (85,4% eram mulheres). A idade média foi $29,4 \pm 8,5$ anos, sem diferenças entre os sexos ($P=0,420$). Destes, 53 voluntários (51,5%) disseram realizar acompanhamento com nutricionista frequentemente, porém 40 (38,8%) se consultaram com nutricionista no diagnóstico e não fazem atualmente, e 9,7% nunca foram em um nutricionista. Nas relações dos voluntários com o ato de comer, 57 (55,3%) disseram comer sem culpa e com prazer, porém 40 (38,8%) disseram comer com medo de ter episódios de hipo ou hiperglicemia. Ainda com base nas relações com a comida, 68,9% disseram sentir vontade de comer quando estão ansiosos, preocupados ou tensos; 35% disseram sentir vontade de comer quando estão com medo; 50,5% disseram que tentam comer menos do que gostariam de comer; e 86,4% disseram realizar algum ajuste na insulina antes de comer mais do que geralmente comeria. Sobre como quantificam sua comida, apenas 44,7% disseram usar a contagem de carboidratos (ou a lista de substituições) como guia, e que quantificam a comida ou lê rótulos. Por outro lado, 20,4% disseram comer a mesma quantidade em cada refeição, mas não quantificam nem usam a contagem de carboidratos, e 9,7% comem o suficiente para matar sua fome, sem seguir nenhum padrão de tipos ou quantidades de comida. Na análise da qualidade de vida em adultos com DM1 usando o DQOL-Brasil, o escore global foi $2,36 \pm 0,75$ (IC95% 2,22-2,51), e os valores mais altos foram observados nos domínios satisfação e preocupações relacionadas ao diabetes. Na análise de correlação, apenas idade teve correlação negativa com o escore global do DQOL-Brasil e com os domínios impacto, preocupações sociais/vocacionais e preocupações com o diabetes. **CONCLUSÕES:** A presente pesquisa demonstrou alta prevalência de problemas na relação que os pacientes com DM1 tem com o ato de comer e com o controle da doença, o que prejudica a sua qualidade de vida, com associação positiva com a idade. O tratamento do DM1 precisa ser multidisciplinar e é importante entender a relação do paciente com o ato de comer para planejar tratamentos individualizados, visando uma mudança no comportamento alimentar, já que a Nutrição tem impacto direto no sucesso do tratamento do paciente. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ADA. American Diabetes Association. Facilitating behavior change and well-being to improve health outcomes: standards of medical care in diabetes-2021. *Diabetes Care*; v.44, Supl1, p.S53-S72, 2021. [2] CAMPOS, L.F. *et al.* Diretriz BRASPEN de Terapia Nutricional no Diabetes Mellitus. *BRASPEN Journal*; v. 35, Supl.4. p.2-22, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

TORTA PROTEICA PARA IDOSOS AO COMBATE À DESNUTRIÇÃO

Emily de Freitas **BEZERRA** (emilydefreitas@yahoo.com.br)¹; Bruno Campos de **PAULA**¹; Érica de Miranda Moura **SOARES**¹; Franciele Pimenta da **SILVA**¹; Uiquixlane de Freitas **RODRIGUES**¹ e Henrique **NASCIMENTO**².

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS - BH - 31744007 - Belo Horizonte -MG

Palavras-chaves: desnutrição, idoso, produto, proteico, nutrientes.

INTRODUÇÃO: A Nutrição possui papel essencial na terceira idade. Com o passar dos anos a importância da alimentação foi e ainda é comprovada através de estudo epidemiológicos, clínicos e de intervenção, que demonstram forte ligação entre o tipo de dieta e o surgimento de doenças crônicas. Deste modo, faz-se necessário orientar quanto à alimentação adequada, a fim de minimizar problemas de saúde e melhorar a qualidade de vida [1]. Recentemente, no ano de 2020, cerca de 2,3 bilhões de pessoas não tinham hábitos alimentares saudáveis e a insegurança alimentar teve um grande aumento [2]. O presente trabalho propõe na elaboração de um alimento de forma nutritiva e barata para população idosa que se encontra em situação de insegurança alimentar que convivem em asilos. **METODOLOGIA:** A torta proteica foi elaborada a base de batata doce e frango, com adicionais de farinha de aveia, ovo, chia, açafrão e páprica defumada. Destinado aos idosos com insegurança alimentar que vivem em asilos. Foram aplicados testes de aceitabilidade utilizando a escala hedônica para 8 pessoas. O produto foi porcionado em 120g, dispostos em embalagens de papel biodegradável que poderá ser congelado e aquecido. Sua conservação deverá ser em refrigeração, se o consumo for até o outro dia, ou congelado para aumentar sua vida útil. A propaganda foi feita por um vídeo expositivo, com linguagem verbal e visual. E o público-alvo foi investidores que compreem a ideia do produto para financiar a sua execução. **DESENVOLVIMENTO:** O trabalho desenvolvido pelo grupo, consiste na realização de uma torta proteica composta por nutrientes benéficos a saúde e de grande importância nutricional, principalmente para os idosos, o público a qual será destinado. O alimento desenvolvido é assado e seus ingredientes principais são batata doce e frango. Possui em média 273 kcal sendo, 29 g carboidratos, 26g proteína, 0,2g de gorduras saturadas, 6,3g fibra alimentar, 5,9g gorduras totais, 0 gordura trans e 216 mg de sódio, o resultado possui textura macia de cor amarelo, com aroma característico do frango cozido e sabor agradável. Para avaliarmos a aceitação do produto foi feita uma análise sensorial, onde realizou-se degustação com a participação de 8 grupos. Um integrante de cada grupo experimentou o produto dando sua nota e considerações, onde pode ser avaliado aparência, aroma e sabor fazendo aplicação de notas entre 1 e 9. O resultado obtido da análise foi positivo, a média das notas foi de 8, com maior número de comentários bons em relação a torta, onde todos os grupos concluíram que provavelmente comprariam o produto analisado, dando mais confiabilidade ao produto e ao projeto desenvolvido. **CONCLUSÃO:** Para a faixa etária idosa a ingestão proteica é um desafio para a saúde pública, pois a quantidade diária adequada é essencial para a funcionalidade e manutenção da saúde do indivíduo e por meio da disposição do produto desenvolvido em nosso trabalho almejamos apresentar uma opção de alimento para suprir essa demanda de forma saudável e agradável. **REFERÊNCIAS:** [1] BERNARDI, Ana Paula et al. Educação nutricional e alimentação saudável para alunos da universidade aberta a terceira idade (Unati). *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, São Paulo, ano 2017, v. 11, n. 64, ed. 1, p. 224-225, 2017. [2] FAO. **A fome afeta 42,5 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe**. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/es/c/1201874/14>. Acesso em 12 de março de 2022. [3] Silva, Juliana Lourenço et al. Fatores associados à desnutrição em idosos institucionalizados. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia* [online]. 2015, v. 18, n. 2.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

PERCEPÇÃO SOBRE SUSTENTABILIDADE ENTRE ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA: UM ESTUDO PRELIMINAR

Ana Laura Machado de Vette Lima, Gabrielly Lemos Gomes, Gêssica Miranda de Faria, Adriely Cristina Costa Pinto, Laís Ferreira Wanderley, Janine Mayra da Silva

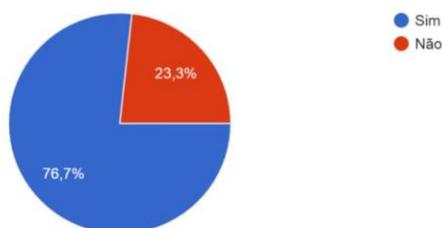
1– Estudantes do sexto período do curso de Odontologia, 2– Professora Orientadora

FACULDA DE MINAS - FAMINAS – BELO HORIZONTE

Palavras-chave: sustentabilidade, odontologia, meio ambiente

APRESENTAÇÃO: O tema da sustentabilidade é uma questão importante na contemporaneidade, haja vista que o foco principal é garantir o futuro das novas gerações. Nesse sentido, a prática odontológica demanda o emprego de energia e recursos, que acarreta significativos impactos ambientais relacionados à alta demanda por energia elétrica, uso de grande volume de água, embalagens plásticas, bem como o descarte de resíduos contendo mercúrio, emprego de radiação e poluição sonora. Logo, faz-se necessário a discussão sobre a temática e a adesão de práticas de proteção ao meio ambiente relacionado à odontologia. **DESENVOLVIMENTO:** Sendo assim, a presente proposta consistiu em uma pesquisa de corte transversal, realizada utilizando a ferramenta digital Google Forms®, direcionada a estudantes de graduação do curso de odontologia de faculdades privadas de Belo Horizonte-MG. O objetivo do projeto é avaliar o nível de conhecimento e fomentar a adesão de estratégias ecológicas por esses alunos em sua prática clínica. Assim, o questionário contendo 28 perguntas relacionadas a questões sociais, conhecimento básico de sustentabilidade e análise de hábitos individuais sustentáveis; foi embasado por meio de artigos relacionados a sustentabilidade direcionadas à prática odontológica. Este estudo preliminar, obteve 43 respostas, em que a maioria dos entrevistados (97,7%) apresenta algum conhecimento sobre sustentabilidade, porém, 27,9% não adotavam medidas sustentáveis no dia a dia. Por outro lado, 76,7% sentem dificuldades em colocar medidas de sustentabilidade em prática.

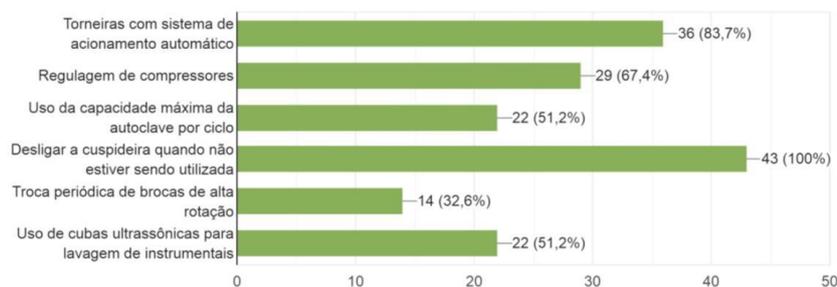
Você sente dificuldade(s) em colocar medidas de sustentabilidade em prática?
43 respostas



Além disso, foi observado que muitos não deram a devida importância para o descarte do sugador odontológico, sendo um material usado diariamente e composto por plástico resistente e aço em seu interior, o que leva anos para se decompor na natureza. O mesmo cenário se repetiu nas perguntas de recursos hídricos e energéticos, em que 100% concordam que para economizar água, devemos “desligar a cuspideira quando não estiver sendo utilizada”, mas apenas 51,2% entendem a importância de usar a capacidade máxima da autoclave por ciclo e sua influência com o consumo hídrico.

Analise quais dos hábitos abaixo você julga importante à redução do consumo de recursos hídricos (marque quantas opções desejar):

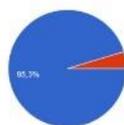
43 respostas



Referente aos materiais considerados mais prejudiciais ao meio ambiente, 95,3% afirmam que são: mercúrio, chumbo e plástico, o que apresenta um alto índice acerca do questionamento. Contudo, na pergunta sobre o descarte desses materiais citados, 81,4% desconhecem o procedimento ideal para o descarte correto.

Dos materiais utilizados no cotidiano odontológico, quais você considera mais prejudiciais ao meio ambiente?

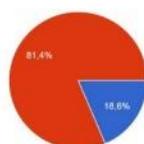
43 respostas



● Mercúrio, chumbo e plástico
● Papel, gaze e gesso
● Aumento que a quantidade de materiais descartados no cotidiano odontológico não é suficiente para acerrar danos ao meio ambiente

Você conhece a forma de envio dos resíduos de amálgama para reciclagem?

43 respostas



● Conheço
● Desconheço

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Por meio do questionário aplicado, é perceptível uma ausência de conhecimento mais específico relacionado aos materiais odontológicos usados no cotidiano. Por exemplo, a utilização racional da autoclave e descarte não só de plástico, mas também de mercúrio e chumbo. Dessa forma, ressalta-se que a sustentabilidade na prática odontológica carece de maior discussão e implementação, reforçando assim a necessidade de uma conscientização desde a base profissionalizante. Portanto, o ambiente universitário pode ser enriquecido com campanhas de conscientização em consonância com palestras dedicadas à sustentabilidade odontológica, para que seja apresentado aos estudantes soluções benéficas para a natureza, objetivando um avanço sustentável para o planeta.**REFERÊNCIAS:** 1. DE SOUZA, Lilian Cristina. Sustentabilidade na administração pública: proposta de agendamento ambiental na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais. 2016.. MULIMANI P. Green dentistry: the art and science of sustainable practice. Br Dent J. 2017 Jun 23;222(12):954-961. doi:10.1038/sj.bdj.2017.546. PMID: 28642517.3. VITÓRIA, ANTONIO ROBERTO CASTELIANO. A odontologia e a sustentabilidade: benefícios, limitações e desafios na interface saúde/meioambiente/Antonio Roberto Castaliano Vitória. - Governador Mangabeira - BA, 2019.

A TECNOLOGIA ALIADA A PREVENÇÃO DE ACIDENTES PERFUROCORTANTES

Cecylia Raquel dos Santos **DOURADO**; Adriely Cristina Costa **PINTO**, Amanda Amorim Gomes **RAMIM**, Gabriela Maria Andrade **SANTOS**, Renata Luiza Maciel **SOUZA**, Bruno Sérgio Bahia **LOPES**

1 – Alunos do sexto período do curso de odontologia 2 – Professor orientador Centro Universitário FAMINAS – BELO HORIZONTE

Palavras-chave: aplicativo, tecnologia, biossegurança, perfurocortantes

1 - INTRODUÇÃO A odontologia tem em seu escopo procedimentos de alto risco e complexidade que expõem os profissionais a intercorrências ocupacionais, dentre eles os acidentes com materiais perfurocortantes, que são os ferimentos causados por agulhas e materiais com tal capacidade de ferimento. Em geral, são considerados extremamente perigosos por serem potencialmente capazes de transmitir vários patógenos, sendo os agentes infecciosos mais comumente envolvidos, os vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), da Hepatite B e da Hepatite C. Portanto, o presente trabalho relata o desenvolvimento de um aplicativo feito por estudantes do sexto período de odontologia com intuito não só de mostrar como evitar ou proceder em acidentes perfurocortantes, mas também visando aumentar as condições de biossegurança dos acadêmicos da área da saúde. **2 - DESENVOLVIMENTO** De acordo com dados epidemiológicos sobre os acidentes perfurocortantes, o risco de uma lesão deste tipo, começa no momento em que o elemento, como por exemplo a lâmina de um bisturi, é inicialmente exposto e só termina quando o mesmo deixa definitivamente de estar no ambiente de trabalho. Portanto, para promover práticas de trabalho seguras, os trabalhadores da saúde necessitam ter consciência do risco de acidentes durante todo o tempo em que o elemento permanecer exposto e devem usar uma combinação de estratégias para se protegerem e a seus colegas de trabalho durante todo o tempo em que o perfurocortante é manuseado. Diante disso foi desenvolvido um aplicativo para sanar essas necessidades, o qual contou com 4 etapas e foi fundamentado em alguns pilares imprescindíveis. Além disso, a ferramenta criada contém opções como conceito de acidente e cita as doenças transmitidas, não só para contextualização do estudante sobre dados epidemiológicos, mas também para um conhecimento teórico em consonância com a prática clínica. O aplicativo também conta com as abas de como evitar e uma lista de EPIs que funcionam como Checklist práticos para prevenir a ocorrência desses acidentes. **2.2 - Etapas de confecção do aplicativo** 2.2.1 - Seleção do artigo: Cada integrante do grupo de trabalho selecionou e enviou uma sugestão de artigo para embasamento teórico do aplicativo idealizado. 2.2.2 - Seleção da plataforma: após verificação de cada sugestão enviada pelo orientador, foi escolhido para o desenvolvimento do aplicativo o site "fabapp". 2.2.3 - Desenvolvimento dos ícones: No site, CANVA, foram desenvolvidos os ícones para cada tema 2.2.4 - Ajustes finais: Foi feita a união de todos os dados e informações além de desenvolvimento final de todo design do aplicativo. **3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS** Portanto todo projeto é de grande valia uma vez que não promove somente uma reflexão, sobre como acidentes com exposição a materiais biológicos merecem maior atenção por parte dos docentes, das instituições de ensino e de profissionais da saúde. Mas também chama atenção para o desenvolvimento de estratégias tecnológicas que prendam a atenção dos acadêmicos para a redução do número dos acidentes e, ao mesmo tempo, estimula a adoção de condutas apropriadas para a vida, contribuindo para uma formação mais empática e sucinta. **4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** TREZENA, Samuel *et al.* **Práticas em biossegurança frente aos acidentes ocupacionais entre profissionais da odontologia.** Periódico UFMG. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/arquivesodontologia/article/view/13491>.. Acesso em: 25 fev. 2022. COSTA, Leandro de Assis Santos; BOTELHO, Nara Macedo. **APLICATIVOS MÓVEIS E A SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.** periódicos feevale. 2020. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/articledownload/2144/2655>. Acesso em: 3 mar. 2022.

**A PSICOPATOLOGIA PARA A PSICOLOGIA ARQUETÍPICA: UM OLHAR PARA O
SOFRIMENTO MENTAL SOB O PRISMA DE JAMES HILLMAN**

Karoline Beatriz Mendonça **Oliveira**¹ (IC- karolinemendonca19@gmail.com); Bruno de Oliveira Silva **Portela** (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador Centro Universitário FAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Psicopatologia; Patologizar; James Hillman; Psicologia Arquetípica; Carl Gustav Jung.

APRESENTAÇÃO: O presente projeto de iniciação científica norteia-se pelo estudo acerca da psicopatologia, campo da psicologia que se destina a investigação do sofrimento mental em suas variadas formas. Para isso dispõe-se do arcabouço teórico da Psicologia Analítica, tomando como referência os principais conceitos das obras de Hillman, tais como patologizar e psicopatologia. No que tange à metodologia, optou-se pela pesquisa conceitual em psicologia com base no método de revisão bibliográfica integrativa, destacando as obras do autor referido no que concerne aos conceitos demarcados. Em suma, compreender a concepção de Hillman sobre o adoecimento e como isso influi o modo de olhar e trabalhar com a psicopatologia através da abordagem Arquetípica. **DESENVOLVIMENTO:** Fundada pelo psiquiatra suíço Carl G. Jung no século XX, a Psicologia Analítica encontra-se no âmbito das teorias psicodinâmicas, e inaugura um modelo clínico pautado na análise do inconsciente coletivo, na relação terapêutica e na compreensão simbólica para o tratamento em saúde mental. Sob este prisma, o inconsciente possui íntima relação com a produção simbólica, motivo e origem das expressões dos sintomas em psicopatologia^{3,4}. Partindo da lógica circular e do viés hermenêutico, simbólico e psicogênico essa perspectiva trabalha tanto com o ‘Por quê de um sintoma psicopatológico’, quanto com o ‘Para quê do sofrimento^{3,4}. O método desta clínica é o hermenêutico construtivo ou amplificação, recorrendo à história individual do sujeito como ferramenta de trabalho^{1,2}, assim como a outros saberes, numa abordagem transdisciplinar³. Tal proposta está pautada na integridade do indivíduo e na relação estabelecida com o discurso via símbolos, salientando a autonomia e responsabilidade deste acerca do sofrimento mental³. Com vistas a reformular os conceitos de psicopatologia e compensação de Jung^{2,3}, Hillman¹ fundamenta uma perspectiva enfatizando os arquétipos enquanto pilares basais. O autor guia-se pela premissa da psique como um território do patologizar, termo cunhado para delimitar uma nova relação entre normal e patológico na psicologia. Visto que a rigidez afasta o sujeito da saúde mental, Hillman¹ destaca o cultivo da alma (*soul making*) como método de trabalho, cujo objetivo é o diálogo e uma postura de abertura à diferença. A fim de realizar uma pesquisa teórica no campo da Psicologia Arquetípica, a produção em questão lança mão da revisão de literatura integrativa como metodologia de pesquisa que viabiliza a reunião de materiais científicos pré-existentes e a análise da aplicabilidade prática dos estudos⁶. Ressalta-se que a divisão proposta por Samuels⁵ em relação às Escolas existentes no campo Junguiano foi utilizada como critério de inclusão dos livros, e quanto ao levantamento de literatura, efetuaram-se buscas nas bases de dados elencadas: SCIELO e PePSIC, Banco de teses e dissertações da CAPES. Em última instância, estão sendo utilizados artigos em português e em inglês publicados e indexados nos últimos dez anos, pertinentes ao estudo em questão, bem como as obras de Jung e Hillman que assinalam os conceitos supracitados. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em síntese, pretende-se compreender a concepção de Hillman sobre o adoecimento e em como isso influi o modo de olhar e trabalhar com a psicopatologia através da abordagem Arquetípica. **AGRADECIMENTOS:** Ao Grupo de Estudos em Psicologia Analítica de Muriaé-MG pelo saber e vivência compartilhada. **BIBLIOGRAFIA:** ¹HILLMAN, J. **Re-vento a psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2012. ²JUNG, C. G. **A prática da psicoterapia**. Petrópolis: Vozes, 2013. ³JUNG, C. G. **Psicogênese das doenças mentais**. Petrópolis: Vozes, 2015. ⁴PADUA, E. S. P.; SERBENA, C. A. A psicopatologia na perspectiva de Carl Gustav Jung. **Psicologia Argumento**, v. 35, n. 90, set. 2017. ⁵SAMUELS, A. **Jung e os pós-junguianos**. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1989. ⁶SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 01, p. 102-106, 2010.

Área de conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia

AGRAVAMENTO DO SINTOMA DEPRESSÃO EM PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON NA PANDEMIA DA COVID-19

SAMARA DE ALCANTARA VENTURA (samaraalcantara2000@outlook.com)¹, **ISADORA PORTES MIRANDA** (isadoraportes7@gmail.com)¹ e **RENATA MARIA SILVA SANTOS** (renata.santos@professor.faminas.edu.br)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professora *Faculdade de Minas - Faminas-BH* - 31744-007 - Belo Horizonte-MG

Palavras-chave: Parkinson's Disease, COVID-19, Depression

INTRODUÇÃO: A Doença de Parkinson (DP) é o distúrbio neurológico que mais cresceu no mundo e já é a segunda doença neurodegenerativa progressiva mais comum do sistema nervoso central [3]. A DP é caracterizada clinicamente pelos sinais motores como tremor, rigidez, bradicinesia e instabilidade postural [6]. A DP apresenta também um conjunto de sintomas não motores que inclui fadiga, sintomas neuropsiquiátricos e autonômicos, distúrbios de sono e dor [1]. A depressão é um dos sintomas psiquiátricos mais prevalentes na DP, afetando cerca de 90% dos pacientes [5]. Atualmente, o mundo vivencia a doença ocasionada pelo vírus 2019-SARS-CoV-2 (novo coronavírus), que tomou proporções pandêmicas, com grande número de mortes ao redor do mundo [4]. As tentativas de contenção da pandemia COVID-19 incluíram estratégias de isolamento social, que envolveram o fechamento de locais públicos e restrições de circulação populacional [2]. A necessidade de atendimento médico, bem como a propensão ao desenvolvimento de depressão, podem levar pacientes com DP a serem particularmente afetados pela pandemia. Além do isolamento social, essas pessoas precisaram lidar com o receio de serem infectadas, com a inatividade física, além de possíveis perdas de parentes e amigos. Esta revisão teve como objetivo investigar na literatura se houve mudança na depressão em pacientes com DP, na pandemia da COVID-19. **MÉTODO:** A revisão foi conduzida em conformidade com os itens de relatórios preferenciais para Revisões Sistemáticas e Meta-Análises – PRISMA e registrada no PROSPERO, sob o número CRD 42021289109. A busca dos artigos foi realizada no período de 26/07/2021 a 08/08/2021, utilizando os descritores "Parkinson's Disease", "COVID-19" e "Depression", combinados com os operadores AND e OR, nas bases de dados PubMed, PsycInfo e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram identificados 67 registros e avaliados 29 artigos, dos quais 10 foram incluídos nesta revisão. **RESULTADOS:** A maioria dos estudos reportaram aumento significativo nos escores de depressão, em pessoas com DP na pandemia. Além disso, o estresse relacionado a COVID-19; redução das atividades físicas; angústia e preocupações referentes à DP, devido ao momento pandêmico; solidão; distúrbios do sono; e os problemas psicológicos pré-existentes nos pacientes, contribuíram para o agravamento da depressão, em resposta ao sofrimento social causado pelo bloqueio. **CONCLUSÃO:** A depressão é um sintoma não motor da DP que merece atenção, principalmente em situações adversas como as impostas pela pandemia da COVID-19. Os limites estabelecidos pelo momento da pandemia e o isolamento social, ocasionaram, mesmo que de maneira reduzida, o agravamento da depressão. Entretanto, serão necessários estudos mais robustos, que avaliem se o agravamento do sintoma depressivo perdura, mesmo após o período pandêmico e o retorno à rotina habitual desses indivíduos. **AGRADECIMENTOS:** A professora Renata Maria Silva Santos por ter orientado na construção do artigo. **REFERÊNCIAS:** [1] AUBIGNAT, M.; TIR, M.; KRYSTKOWIAK, P. Les symptômes non- moteurs de la maladie de Parkinson de la physiopathologie au diagnostic précoce. *La Revue de Médecine Interne*, v. 42, n. 4, p. 251–257, Apr. 2021. [2] BEZERRA, K. P. et al. Remote teaching in state public universities: the future that is present. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 9, p. 77–86, Aug. 2021. [3] CABREIRA, V.; MASSANO, J. Doença de Parkinson: Revisão Clínica e Atualização. *Acta Médica Portuguesa*, v. 32, n. 10, p. 661–670, Oct. 2019. [4] CHAKRABORTY, I.; MAITY, P. COVID-19 outbreak: Migration, effects on society, global environment and prevention. *Science of the Total Environment*, v. 728, p. 1–7, Aug. 2020. [5] PONTONE, G. M.; MILLS, K. A. Optimal Treatment of Depression and Anxiety in Parkinson's Disease. *The American journal of geriatric psychiatry*, v. 29, n. 6, p. 530–540, June. 2021. [6] SANTOS GARCÍA, D. et al. MNCD: A New Tool for Classifying Parkinson's Disease in Daily Clinical Practice. *Diagnostics*, v. 12, p. 55, Dec. 2021.

Área de conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia

**AUTOCUIDADO NA PANDEMIA: UMA INTERVENÇÃO GRUPAL REALIZADA COM
PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO**

GRAZIELA MARIA MULANO DIAS (IC - grazielamulano2001@gmail.com), KAROLINE BEATRIZ OLIVEIRA (IC - karolinemendonca19@gmail.com)¹ e MAIRA RIBEIRO DE SOUZA (PQ - maira.souza@professor.faminas.edu.br)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 -Muriaé-MG

Palavras-chave: estágio remoto; autocuidado; professores, pandemia da COVID-19.

APRESENTAÇÃO: A conjectura pandêmica trouxe desdobramentos psicossociais diversos para a vida da população, exigindo ações coordenadas afim de minimizar seus danos. No campo da educação formal, as medidas de distanciamento social suscitaram mudanças no panorama da aprendizagem, tais como a suspensão de atividades presenciais e a transposição do modelo de ensino para a configuração remota [1]. Nesse aspecto, observou-se no cotidiano profissional a necessidade de conciliar atividades domésticas, de cuidado e de trabalho em um mesmo local. Mediante ao exposto, apresenta-se uma intervenção grupal realizada com professores da educação básica sobre autocuidado no contexto da pandemia, cujo a relevância social e científica resultada contribuição dessa proposta para a prevenção de agravos à saúde. **METODOLOGIA:** Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, sob a forma de relato de experiência do estágio do 5 período de psicologia, em que recorreu-se ao uso do diário de campo como fonte informações. O lócus de intervenção foi uma escola pública, situada na Zona da Mata Mineira. As ações foram realizadas entre abril e maio de 2021, pelas duas primeiras autoras sob a supervisão da terceira autora. Seguindo as orientações governamentais, do Comitê local de enfrentamento ao COVID-19 e do Conselho Federal de Psicologia, optou-se por executar uma intervenção focada em informações quanto aos impactos da pandemia sobre o processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento de estratégias de adaptação [1]. **DESENVOLVIMENTO:** A caráter de planejamento, produziu-se o cronograma de execução em que previu-se execução das etapas: 1) Grupo De Estudo: Análise da literatura científica e das normativas técnicas; 2) Discussão De Caso Em Grupo: Movimento de troca de experiência entre os alunos; 3) Reuniões De Planejamento: Alinhamento das estratégias interventivas; 4) Contato Inicial Com O Campo: Envio de um formulário online para diagnóstico de necessidades. Analisados os comentários de 11 respondentes, a principal demanda derivou-se do relato de estresse; 5) Confeção De Materiais Educativos E Atividades: Em vista da demanda identificada, optou-se pela prática meditativa e a construção de uma cartilha de autocuidado como recursos didáticos 6) Execução Dos Encontros: Realizaram-se 2 encontros, com duração média de 2 horas, contando com 33 participantes. O primeiro encontro iniciou-se com exercícios de meditação. Em seguida, efetuou-se uma roda de conversa sobre alternativas de autocuidado contextualizadas à realidade dos participantes. No segundo encontro, expôs-se a cartilha confeccionada pelas estagiárias, fundamentada na literatura científica e contendo informações referentes ao relato dos participantes. Ao fim, as graduandas permaneceram no ambiente virtual orientando o contato com profissionais e instituições da rede pública de saúde para cuidados específicos no âmbito da saúde mental; 7) Avaliação da Proposta: Enviou-se um formulário através do qual, por meio de 7 respostas obtidas, sobreveio sugestão de elaboração de uma atividade contínua com encontros numerosos em curtos intervalos de tempo; 6) Relatório Final: Nesse espaço salientou-se que o estágio promoveu o preparo acadêmico quanto ao manejo de intervenções na modalidade online. Ao que tange os desafios, verificou-se a escassez de referenciais teóricos e metodológicos direcionados para este meio. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Tal experiência destacou a relevância do estágio para o preparo acadêmico na construção de ações sob a modalidade online. Enquanto resultado, a intervenção propiciou aos professores o fortalecimento de vínculos e o compartilhamento de experiências, dificuldades e estratégias de enfrentamento entre os membros do grupo. **AGRADECIMENTOS:** Aos professores da rede pública de ensino que engajaram-se na proposta. **BIBLIOGRAFIA** [1] CFP. **Práticas e estágios remotos em Psicologia no contexto da pandemia da Covid-19 – Recomendações**, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 – Psicologia

**DESENVOLVIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA CARTILHA SOBRE HIGIENE DO SONO PARA
PROMOÇÃO DA SAÚDE**

Fabrcio Alves de **OLIVEIRA**(IC - allvez.f50@gmail.com)¹, ; Gabrielle Nunes Mendes Da **SILVA** (IC)²; Júlia Resende **SANTOS** (IC)²; Vitória Cunha **MAGALHÃES** (IC)²; Vanessa Patrocínio de **OLIVEIRA** (PQ - vanessa.oliveira@professor.faminas.edu.br)³

1. Curso de Psicologia; 2. Curso de Enfermagem; 3. Docente.

Palavras-chave: Sono, Hábito, Higiene do sono

INTRODUÇÃO: O sono é um garantidor das funções biológicas estáveis do ser humano, “sendo responsável pelas funções reparadoras, de conservação de energia, de proteção e imunológica” [1]. Nesse contexto, a higiene do sono é uma medida não farmacológica desenvolvida com intuito de assistir indivíduos com diagnóstico de insônia leve a moderada [2]. As estratégias a integram a perpassam por três fatores fundamentais: ambiente, horários e atividades prévias antes do sono [3]. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo elaborar uma cartilha com orientações sobre a higiene do sono de forma a promover a qualidade do sono da população.

MATERIAL E MÉTODOS: Para o desenvolvimento do material educativo foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema nas plataformas BVS, LILACS, MEDLINE e BDNF. Na cartilha foram apresentados os seguintes pontos: fatores que melhoram a qualidade do sono e fatores que pioram a qualidade do sono, além de um questionário para autoavaliação da qualidade do sono. A distribuição do material foi realizada na ONG Raio de Luz, junto aos alunos dos cursos profissionalizantes “cuidadores de idosos” e “segurança patrimonial”. Antes da entrega da cartilha foi realizada uma pequena explanação com o objetivo de conscientizar sobre a importância do sono de qualidade para a saúde e qualidade de vida, especialmente para as profissões que exigem grande estado de alerta. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram abordados cerca de 200 alunos, estes foram receptivos e atentos as informações apresentadas. De forma geral entenderam a importância das boas práticas de sono e foi possível identificar a conscientização do autocuidado para a atuação profissional e para a saúde individual. **CONCLUSÕES:** A pesquisa bibliográfica mostrou que a má qualidade do sono pode afetar a prevalência de agravos à saúde, assim como o ambiente e comportamento influenciam diretamente em sua qualidade. Nesse contexto, o desenvolvimento de materiais educativos como a cartilha, desenvolvida no presente trabalho, que promovam a melhor qualidade do sono, são de grande importância. Elas trazem e reforçam as boas práticas do sono, além de promover a autoanálise e identificação de distúrbios do sono na população, provocando assim a busca por intervenções adequadas como técnicas aplicadas à higiene do sono.

BIBLIOGRAFIA: [1]GOMES, Marleide da Mota, Quinhones, Marcos Schmidt, Engelhardt, Elias. Neurofisiologia do sono e aspectos farmacoterapêuticos dos seus transtornos: revisão. *Rev.bras.neurol*;46(1), jan.-mar.2010.tab, graf, ilus. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0101-8469/2010/v46n1/a003.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022; [2] MOREIRA, Ana Maria Souza. **Efeitos de um programa de treino cognitivo e das técnicas de higiene do sono para as funções executivas e para qualidade de sono em idoso saudavam**. 2015. 164f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Rio Grande do Norte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/20700/1/AnaMariaSouzaMoreira DISSERT.pdf>. Acesso em 20 de mar.2022; [3] MOREIRA, Ana Maria Souza. **Efeitos de um programa de treino cognitivo e das técnicas de higiene do sono para as funções executivas e para qualidade de sono em idoso saudavam**. 2015. 164f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Rio Grande do Norte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/20700/1/AnaMariaSouzaMoreira DISSERT.pdf>. Acesso em 20 de mar.2022.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.06.00.00-9 – Saúde Coletiva

O PAPEL DA ARTE NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS (CAPSad)

LAURA PEREIRA DE CALAIS (La0racalais@gmail.com)¹ e LAIS RAMOS SANCHES².

1. Graduanda em Psicologia; 2. Professor Orientador Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: CAPSad, Arte, Oficinas Terapêuticas, Arteterapia.

INTRODUÇÃO: Sabe-se que o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad), dispositivo que compõe a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), é um serviço assistencial em saúde mental, com vistas a desenvolver um cuidado de base territorial, sendo articulado aos direitos humanos e resultado de um processo de reforma psiquiátrica. Neste cenário, a arte surge como ferramenta importante permitindo a expressão intrínseca do sujeito, revelando emoções, sentimentos, afetos e pensamentos. Sendo assim, as Oficinas Terapêuticas, que têm como objetivo trabalhar múltiplos processos e linguagens, são de suma importância nesse contexto, visto que utilizam de atividades artísticas por meio das quais os sujeitos podem externar seus delírios e alucinações, desenvolver potenciais latentes, autoconhecimento [2], e ressignificar sua história e relação com a substância psicoativa. **OBJETIVOS:** O presente trabalho consiste em um relato experiência referente ao estágio supervisionado – observação e triagem, realizado em um CAPSad, situado na Zona da Mata Mineira, e, pretende-se refletir acerca da importância das atividades artísticas realizadas nas oficinas terapêuticas no referente dispositivo de saúde. **METODOLOGIA:** Para isso, foi realizado observações participantes e registro de dados no diário de campo, com vistas a construir elementos de análise da experiência em questão. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** As atividades realizadas nas Oficinas Terapêuticas foram acompanhadas uma vez por semana, durante dois meses, por meio da observação-participante e o relato experiência foi registrado no campo do estágio. As Oficinas Terapêuticas realizadas no CAPSad em questão, desenvolviam atividades artísticas como pintura, desenho, escrita, artesanato e costura, nesse sentido, foi possível observar durante as intervenções com o grupo, a arte como forma de socialização dos sujeitos que, durante as práticas artísticas, sentavam próximos uns aos outros e desenvolviam diversos assuntos entre si, com os profissionais e estagiários presentes. Foi notório que as atividades realizadas durante as oficinas ofereceram aos usuários a possibilidade de realizarem tarefas tão prazerosas quanto o uso da droga, fazendo com que percebessem que, além do uso excessivo de álcool e drogas, outros caminhos poderiam ser percorridos. Dessa forma, também foi possível observar o uso da arte como um processo de resgate da subjetividade dos sujeitos, possibilitando o conhecimento acerca de si próprio e o desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades, sendo elas físicas, motoras, cognitivas, psicológicas ou sociais que, em alguns casos, são prejudicadas pelo uso descontrolado de álcool e outras drogas [3]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através da vivência relatada, compreende-se que o uso da arte como forma de expressão, proporcionando que os sujeitos do grupo se expressem, desenvolvam habilidades, autonomia e afins, é um recurso terapêutico produtivo e positivo na reabilitação psicossocial e tratamento de usuários de álcool e drogas. **AGRADECIMENTOS:** À Faminas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] PICASSO, Raíssa; SILVA, Elisa Alves; ARANTES, Débora Jeronima. Oficina Terapêutica, Psicologia e arte: experiência de estágio no Centro de Atenção Psicossocial. Rev. NUFEN, Belém, v. 12, n. 3, p. 87-102, dez. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 maio 2022. <http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº03rex.34>. [2] Coscrato, G., & Bueno, S. M. V. (2009). A luz da arte nos Centros de Atenção Psicossocial: interface com o cuidado. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, 1 (2), 142-149. <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/1139/1379>>. Acesso em 20 maio 2022. [3] MACHADO, A. C. O USO TERAPÊUTICO DO ESTÊNCIL GRAFITE COM ADOLESCENTES NA OFICINA DE ARTES DO CAPS- AD CASCAVEL. Revista Educação, Artes e Inclusão, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 41 - 57, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/3806>. Acesso em: 20 maio 2022.

TRABALHOS CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

A EVOLUÇÃO DOS ESPAÇOS CELEBRATIVOS AO LONGO DA HISTÓRIA DA ARQUITETURA

ERIKA ROSA DE **SOUZA** (IC – erika_rsouza@hotmail.com)¹ e ANNA ELISA **MARTINS** (PQ)²

1. Curso de Arquitetura e Urbanismo; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: arquitetura, eventos, centro de convenções.

APRESENTAÇÃO: Desde o início da história, a humanidade construiu espaços de acordo com suas necessidades, sejam elas proteção, moradia, armazenagem de alimentos, manifestações religiosas, políticas ou fins celebrativos. As construções foram sendo modificadas acompanhando as transformações da sociedade, e sendo o homem um ser sociável, os eventos sempre fizeram parte de seu cotidiano. Através de pesquisas bibliográficas, pretende-se neste estudo entender a evolução da arquitetura destinada a eventos ao longo da história até os dias atuais. **DESENVOLVIMENTO:** Segundo Costa [1], arquitetura é toda construção concebida com propósito de organizar o espaço para uma finalidade humana. Dessa forma, as primeiras manifestações têm origem com os assentamentos pré-históricos, como exemplo do Stonehenge, que demonstra a capacidade que algumas civilizações possuíam para se organizarem e criarem locais cerimoniais. Outro exemplo são as civilizações da antiga Mesopotâmia, que começaram a cultivar plantações férteis e passaram a construir templos para homenagear deuses e armazenar os alimentos excedentes [2]. Em 776 a.C. na Grécia Antiga, ocorreu a Olimpíada em honra a Zeus, sendo o primeiro evento registrado da história, realizado em arenas. A partir dele, outras cidades passaram a realizar seus próprios jogos e atrações. Outro evento realizado na Antiguidade foram as Festas Saturnálias, precursoras do carnaval. Em 377 a.C. ocorreu o primeiro congresso com fins políticos, para elegerem Felipe como o generalíssimo da Grécia na luta contra os persas. Na Idade Média, surgiram junto com o Cristianismo os eventos religiosos, marcados por concílios e representações teatrais nas igrejas, e os eventos comerciais, com feiras que ocorriam próximos aos castelos e mosteiros. Com o fim da Idade Média, surgiram os eventos não religiosos, marcados pelo primeiro Congresso de Medicina Geral em 1681, na cidade de Roma. A partir dele, começaram os eventos técnicos, com o Congresso de Viena em 1815, que reuniu as potências europeias para elaborarem um acordo e redistribuírem os territórios conquistados por Napoleão [3]. O “Society of Arts” foi o primeiro espaço para realização de feiras, criado em 1754 em Londres. Após a Revolução Industrial, cresceu a necessidade de espaços mais adequados diante da evolução comercial da época, surgindo assim em 1851 o “Palácio de Cristal”, sendo um dos primeiros centros de convenções com esta finalidade [4]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através dos estudos realizados, percebe-se que quanto maior foi se tornando as evoluções tecnológicas e as interações humanas, maior se tornou a necessidade de espaços que atendessem as especificidades de cada demanda da sociedade. Ademais, em decorrência da Pandemia da Covid-19, cresceu a busca e valorização por espaços abertos e amplos, evitando grandes aglomerações. Dessa forma, o desafio da arquitetura para espaços celebrativos é adequar o ambiente para o tipo de evento que receberá, além de proporcionar segurança e conforto para os usuários. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS e à minha orientadora pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] COSTA, Lúcio (1902-1998). **Considerações sobre arte contemporânea (1940)**. In: Lúcio Costa, Registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p. 608. [2] FAZIO, Michael; MOFFETT, Marian; WODEHOUSE, Lawrence. **A história da arquitetura mundial**. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. [3] MATIAS, Marlene. **Organização de eventos: procedimentos e técnicas**. 2. ed. Barueri: Manole, 2002. [4] MENDONÇA, Maria José Alves; PEROZIN, Juliana Gutierrez Penna Almendros Perozin. **Planejamento e Organização de Eventos**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.04.00.00-5 – Arquitetura e Urbanismo

A IMPORTÂNCIA DO MERCADO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO - UM ESTUDO DE CASO PARA GUARAPUAVA – PR

Savio **SKIBA** ¹, Gihad Abdalla el **KHOURI** ² (Orientador)

1. Curso de Arquitetura e Urbanismo. *Centro Universitário de Tecnologia de Curitiba – UNIFATEC PR – Curitiba – PR*

Palavras – chave: desenvolvimento urbano, comércio, mercados públicos.

APRESENTAÇÃO: Os mercados municipais são equipamentos comerciais de abastecimento, que se caracterizam como elementos importantes dentro da gama de relações comerciais das cidades. Nota-se que conforme o tempo passa, o acesso ao produto também muda, antes feita pela troca/ permuta e posteriormente com o surgimento da moeda, veio a compra e venda, o lucro, o crescimento e desenvolvimento de cidades, resultando na evolução constante da economia. Por meio de pesquisas bibliográficas e da análise do caso de Curitiba - PR, pretende-se, neste estudo, discutir e levantar a questão da importância do mercado municipal para o desenvolvimento urbano e comunitário em cidades médias, tendo como objeto de estudo Guarapuava - PR. **OBJETIVO:** Compreender a potencial atuação de mercados públicos em cidades médias. **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** Revisar e analisar estudos sobre economia e desenvolvimento urbano ligados ao comércio regional, relacionando com dados de onde o mercado publicado é implantado e com seu potencial para cidades médias. **DESENVOLVIMENTO:** Quando se trata de mercado municipal, vem à mente um espaço que se pode encontrar tudo relacionado à cidade da qual ele pertence, para viver a experiência, a gastronomia, a história e a tradição, o modo que aquela região se desenvolve por meio do que ela oferece, assim criando memórias para quem o visita, trabalha ou tem qualquer tipo de contato com este. Guarapuava, mesmo tendo mais de 200 anos de história e cerca de 180 mil habitantes, tendo como principal fonte do PIB a prestação de serviços, ainda não possui um mercado municipal que atenda sua demanda. Para Ortigoza [1], a cidade é o espaço do consumo, foi criada por intermédio do consumo, levando em consideração a dinâmica do comércio urbano, suas formas e funções. Afirma que todo o conteúdo da forma de comércio, como, por exemplo, o shopping center, o hipermercado, entre outros, está vinculado ao seu objetivo central, obter lucros mediante o aumento das vendas e assim, a cidade se desenvolve, cria empregos e se torna mais atrativa.



Figura 1: Mercado Municipal de Curitiba - PR. **Fonte:** curitiba.pr.gov.br, acesso em 30/01/2022 [2]. Como afirma Yamaki [3], um dos mais interessantes modos de se conhecer uma cidade é visitando seu Mercado Municipal. Um dos exemplos que temos é o Mercado Municipal de Curitiba, ilustrado na Figura 1, que partindo de produtos, aromas e gostos, conta a história da cidade, do povo e de sua cultura.



Figura 2: PINTAUDI, S.

Benefícios. M. Os **Fonte:** Mercados

Públicos, acesso em 25/01/2022. [4] Além do desenvolvimento econômico, um Mercado Municipal pode trazer diversos benefícios para a comunidade em que está inserido, conforme a figura 2. Por meio do mesmo, podem ser inseridos programas para: doação de alimentos, produção de refeições gratuitas ou de baixo custo, aprendizagem e incentivo ao primeiro emprego. **CONCLUSÃO:** Sendo assim, conclui-se a importância e a necessidade da implantação de um Mercado Público para Guarapuava – PR, tal qual em cidades médias com as mesmas características, pois este é considerado ferramenta de desenvolvimento urbano, social e comunitário. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS e à UNIFATEC pela realização deste trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guamiere; CORTEZ, Ana Tereza C. **Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. [2] PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2019. Acesso 28/01/2022. Disponível em <<http://www.curitiba.pr.gov.br>>. [3] YAMAKI, H. **Mercados Municipais Alienados.** 2010. Disponível em <<http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index>>. Acesso em: 25/01/2022. [4] PINTAUDI, S. M. **Os Mercados Públicos: Metamorfoses de um Espaço na História Urbana.** Scripta Nova Revista electrónica de geografia y ciencias sociales, Barcelona, v 10, 2006.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.04.00.00-5 – Arquitetura e Urbanismo

A NEURORQUITETURA COMO FERRAMENTA EM BUSCA DE UM PARTO MAIS HUMANIZADO

Victória O. de RESENDE (IC-victoriaresende2010@hotmail.com) ¹ Anna Elisa MARTINS
(anna_elisa_martins@yahoo.com.br)²

1. Curso de Arquitetura e Urbanismo; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS –MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: arquitetura, neuroarquitetura, casa de parto.

APRESENTAÇÃO: A gravidez é um momento de muitas mudanças na vida da mulher, mudanças essas que transcendem o físico, ocorrendo também no estado emocional, onde oscilações de humor são frequentes em todo o processo de gestação devido aos níveis hormonais, que aumentam significativamente. Desse modo, a mulher se vê confrontada pelos seus medos e anseios, e a escolha do tipo e o local de parto o pode ser desafiadora, fazendo-se necessário uma arquitetura que proporcione acolhimento. **DESENVOLVIMENTO:** De acordo com Cardeal [1], a neurociência é parte da ciência que estuda o sistema nervoso tais como suas funções e estruturas, na busca por responder como o cérebro funciona. Já a neuroarquitetura se refere ao estudo da neurociência quando ligada à arquitetura, que por sua vez, procura compreender como o meio em que o indivíduo está inserido modifica a química cerebral, influenciada por emoções e mudanças comportamentais. Segundo Casamassima *apud* Kieling [2] passamos quase 90% de nossas vidas dentro de edifícios, o que expõe ainda mais a importância de explorar os benefícios emocionais que podemos promover por meio da arquitetura. Na psicologia ambiental, há um conceito denominado reciprocidade, a qual afirma que ao mesmo tempo que o indivíduo age sobre o ambiente, modificando-o, o ambiente age sobre o indivíduo, e o que gera impacto no ser humano, é a relação que ele estabelece com o aspecto físico do ambiente, a partir do espaço em si e de como ele é percebido. Ao mesmo tempo, o ambiente afeta as pessoas de tal modo que não seria exagero dizer que a arquitetura é capaz de estragar ou melhorar a vida afetiva ou profissional de alguém. No caso dos edifícios hospitalares, a arquitetura pode ser um instrumento terapêutico, auxiliando por meio do conforto ambiental, na recuperação dos pacientes, desde que, o espaço contribua para o bem-estar físico do usuário, recorrendo para a criação de ambientes que desenvolvam condições de convívio mais humanas, reduzindo as agressões causadas por ambientes hospitalares, sejam elas físicas, biológicas, ergonômicas e psicológicas. [3] Um dos primeiros passos para humanizar a assistência obstétrica em ambientes hospitalares, de forma resgatar o parto como um acontecimento mais humano e pessoal, foi à abertura da sala de parto (*delivery rooms*) para a presença do acompanhante nas maternidades, na busca dar à paciente a segurança de contar com alguém de sua confiança neste momento, proporcionando maior tranquilidade. Outra proposta efetiva, é a de transformar as salas de parto em ambientes similares aos de um quarto de uma casa, na tentativa de resgatar o ambiente familiar, uma vez que o hospital se apresenta como um local impessoal e desconhecido, criando um ambiente de desconforto e frieza. [4]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Nessa pesquisa, caracterizou-se a importância da prática da neuroarquitetura para que as mulheres parturientes tenham um momento de paz, por meio de atendimento mais humanizado, amenizando as preocupações e tensões, comuns no parto. **AGRADECIMENTOS:** À coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faminas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARDEAL, Catharina Castro et al. **NEUROCIÊNCIA COMO MEIO DE REPENSAR A ARQUITETURA: FORMAS DE CONTRIBUIÇÃO PARA A QUALIDADE DE VIDA.** Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE, v. 6, n. 3, p. 55-70, 2021. [2] KIELING, Rebeca Martins; MASUTTI, Mariela Camargo. **NEUROARQUITETURA: A NEUROCIÊNCIA APLICADA À ARQUITETURA.** *Anais do Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão*, 2021. [3] MARTINS, Vânia Paiva. A humanização e o ambiente físico hospitalar. In: **Congresso Nacional da ABDEH.** 2004. p. 63-67. [4] COELHO, Guilherme. A arquitetura e a assistência ao parto e nascimento: humanizando o espaço. **Guilherme Coelho.** Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2003.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.04.00.00-5 - Arquitetura e Urbanismo

ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS): AÇÕES DE COMBATE AO DÉFICIT HABITACIONAL, MURIAÉ-MG

Sara dos S. **CARVALHO** (IC-saracarv99@gmail.com) ¹ Victória O. de **RESENDE** (IC-victoriaresende2010@hotmail.com) ¹ Nayara V. R. de **SOUZA** (IC-nayara70x7@gmail.com) ¹ Josielle C. de S. **ROCHA** (PQ-josiellecintia@yahoo.com.br) ^{1,2}

1. Curso de Arquitetura e Urbanismo; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS –MURIAÉ* - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: ATHIS, déficit habitacional, moradia.

APRESENTAÇÃO: As cidades brasileiras têm sido objeto do debate urbano, com destaque para as questões referentes aos problemas decorrentes do processo de urbanização, como a situação da moradia. Desse modo, o objetivo dessa pesquisa é identificar o atual cenário do déficit habitacional no que diz respeito à habitação precária e coabitação no contexto brasileiro. Pretende-se, ainda, salientar propostas que buscam reverter o quadro de precariedade das moradias urbanas, destacando as ações de Assistência Técnica gratuita promovidas pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Faminas, por meio do Ateliê de Projetos. Para o desenvolvimento do trabalho, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica para subsidiar a análise do cenário do déficit habitacional no Brasil. Em uma segunda etapa, realizou-se um levantamento das atividades realizadas pelo Ateliê de Projetos dentro do programa ATHIS. **DESENVOLVIMENTO:** O mundo está cada vez mais urbano, conforme relatório da Organização das Nações Unidas, de 2018, 55% da população mundial vive em áreas urbanas, podendo atingir 68% em 2050 [1]. No Brasil, a taxa de população urbana é superior à mundial, devido, principalmente a criação de cidades e crescimento de outras durante o século XX. De acordo com Oliveira [2] esse fenômeno de urbanização tem agravado o histórico quadro de exclusão social, evidenciando a violência urbana, a marginalização e o contraste entre as áreas urbanizadas e não urbanizadas. Esse cenário de desigualdade social, fica mais evidente ao observarmos a situação da moradia urbana brasileira. De acordo com pesquisa da Fundação João Pinheiro [3], de 2019, o déficit habitacional atingiu 5.876.699 moradias. É importante ressaltar que o déficit habitacional é composto por 3 índices: (a) habitação precária; (b) coabitação; e, (c) ônus excessivo com aluguel. Destaca-se a participação dos índices habitação precária e coabitação, por se tratar de situações relativas às condições de habitabilidade e por representarem quase 50% da composição de tal déficit. Nesse cenário, 25,2% se referem à habitação precária, ou seja, com deficiências nas condições de habitabilidade, em grande parte, devido a condições insalubres. O índice coabitação, que representa 23,1%, se refere a moradias em cômodos, tais como cortiços ou casas de cômodos. Dados como esses ilustram situações inadequadas de moradia, que são questões emergentes no debate urbano. Destaca-se, aqui, uma possibilidade de transformação desse cenário ações que viabilizem serviços técnicos de arquitetura para a população de baixa renda que vive em situação inadequada. Em 2008 foi aprovada a Lei de Assistência Técnica, de nº 11.888, como uma política permanente de Estado, que tem por objetivo assegurar assistência técnica pública gratuita às famílias de baixa renda que necessitam de projeto de melhorias ou construção de habitação de interesse social. No município de Muriaé-MG, esse serviço de assistência técnica gratuita tem sido ofertado pelo Ateliê de Projetos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faminas, de forma a contribuir para uma mudança na situação das moradias precárias no município. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Nessa pesquisa, caracterizou-se o atual cenário de déficit habitacional brasileiro e identificou-se que ações, mesmo em pequena escala, tem se mostrado como boas práticas na tentativa de reversão no quadro de precariedade da moradia. **AGRADECIMENTOS:** À coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faminas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *The World's Cities in 2018*. New York, 2018. Disp. em https://www.un.org/en/events/citiesday/assets/pdf/the_worlds_cities_in_2018_data_booklet.pdf. Acesso em 23 jul 2020. [2] OLIVEIRA, I.C.E. de. *Estatuto da cidade; para compreender...*. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. [3] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil: 2016-2019*. Belo Horizonte: FJP, 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.04.00.00-5 - Arquitetura e Urbanismo

TRABALHOS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

A IMPORTÂNCIA DO ADMINISTRADOR PARA UM RESULTADO SUSTENTÁVEL

Isabela Guimarães **SIMÃO** (IC)¹, (isabelaguimaressimao@hotmail.com)¹, Joyce Silva **AUGUSTO** (IC)¹, e Samira Novaes **ALCON** (PQ)²

1. Bacharelado em Administração; 2. Professor *Centro Universitário Faminas – FAMINAS – Muriaé - 36888-233 – Muriaé - MG*

Palavras-chave: Tomada de Decisão – Administração – Sustentabilidade - Triple bottom line

APRESENTAÇÃO: A Administração, desde sua origem, esteve fortemente ligada à necessidade de possuir uma maneira para melhorar a resolução dos problemas relacionados ao comércio, a economia e aos bens dos indivíduos em uma sociedade. Em sua forma rudimentar, a sustentabilidade e a administração já trilhavam passos parecidos. Existem registros históricos de 5000 a.c que demonstravam que já naquela época os governantes buscam incansavelmente melhores práticas para se administrar seus bens e sua nação. Com o passar dos anos, essa preocupação com os recursos tomou diversos caminhos, como os dos chamados resultados sustentáveis existentes no dia de hoje [1]. Atualmente, com um mercado altamente competitivo, a administração é vista como o instrumento gerencial que auxilia os executivos nas decisões e no processo de gestão, planejamento, execução e controle. [2]. **DESENVOLVIMENTO:** O objetivo deste trabalho encontra-se em destacar a importância do Administrador frente as tomadas de decisões das organizações e interacionar a relevância dos aspectos sustentáveis no desenvolvimento das empresas. A pesquisa segue uma linha de trabalho qualitativa. Segundo a pesquisa Demografia das Empresas, realizada pelo IBGE, mais da metade das empresas fecharam as portas após quatro anos de atividade devido à má administração de seus proprietários[3]., outro dado importante foi divulgado pela Fundação Dom Cabral, que mostra que 78% das empresas afirmaram que a preocupação com o tema sustentabilidade, mas apenas 36% têm ações concretas nesta área [4]. Nesse âmbito, vale sobressair a importância da “A triple bottom line” que destaca a ideia de que as empresas devem possuir junto com a sua finalidade, denominada lucro, aspectos relacionados a proteção ambiental e semelhança social, para que a sustentabilidade de fato se faça presente na organização, Barbosa (2007) [5]. Além disso, vale destacar que uma pesquisa realizada pelo DataScope, assimila bem como conceito resultado sustentável é eficiente. Utilizando-se de dado específico a pesquisa revelou que, em média, um funcionário de uma empresa de médio porte gasta dez mil folhas de papel por ano, sendo que 50% dessas impressões são desperdiçadas. Tal desperdício pode levar, a curto prazo ao aumento considerável do custo do papel, desencadeando um aumento geral dos preços de tudo aquilo que dependa de tal produto e, a longo prazo resultar no esgotamento dos recursos naturais prejudicando toda a sociedade. [6] **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Fica evidente em todos os cenários abordados, o tamanho da importância do profissional administrador e suas ações de tomada de decisão para com a sustentabilidade e seus impactos na sociedade. Uma vez que a bibliografia consultada foi unânime em afirmar que a administração e a sustentabilidade são vias de mesmo sentido pode ser apontado como proposta de resolução ao problema apresentado a importância da existência de um administrador competente com papel ativo e com ideias voltadas para a triple bottom line nas decisões das organizações. **AGRADECIMENTO:** À FAMINAS pela realização deste trabalho, e a Orientadora deste Enic, Professora Samira Novaes Alcon. **BIBLIOGRAFIA:** [1] HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - Artigo UFLA Júnior - Disponível em: <<https://docplayer.com.br/5202671-Historia-e-evolucao-da-administracao.html>> Acesso em 22/04/2022 as 12h:30min; [2] Gestão Estratégica e Organizacional – Maximiliano (2000): Livro Introdução a Administração. [3] – Pesquisa IBGE – Demografia das empresas no Brasil: Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio>> Acesso em 29/04/2022 as 18:45hrs. [4] Fundação Dom Cabral – Sustentabilidade nas empresas – Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social>> Acesso em: 19/05/2022 as 20:34hrs. [5] BARBOSA, P. R. A. Dissertação (Mestrado em administração) - UFRJ, Instituto COPPEAD de administração, 2007. [6] **Sustentabilidade nas empresas** - DataScope – Disponível em <<https://datascope.io>> Acesso em 02/05/2022 às 22:43hrs.

Área do Conhecimento (CNPq) 6.02.00.00-6 - Administração

**ADAPTAÇÃO DA METODOLOGIA SCRUM PARA ESTRUTURAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE
AÇÕES ESTRATÉGICAS NAS EMPRESAS**

Emília Amorim **OLIVEIRA** (IC -emiliaamorimoliveira@hotmail.com)¹, Lorena Martins da **ROCHA** (IC lorenamrocha2009@hotmail.com)¹, Alexandre Rodrigues **FUMIAN** (IC alexandrefumian45@gmail.com)¹, Nilton **FREITAS JUNIOR** (PQ)²

1 – Curso de Administração; 2 – Professor

Palavras-chave: Administração, Gestão Estratégica, SCRUM

APRESENTAÇÃO: A gestão empresarial tem na Tecnologia da Informação (TI) uma aliada aos seus objetivos e deve desenvolver processos formais de aproximação da TI para com seus trabalhos tradicionais de condução em uma organização, de forma a usufruir resultados que melhorem processos gerenciais e situações de tomada de decisões estratégicas [1]. Nesse contexto, tem-se a presença das Metodologias Ágeis (MA) como tendência na aproximação de paradigmas de organização de processos inerentes ao desenvolvimento de softwares que podem oferecer possibilidades interessantes para o gerenciamento dos referenciais estratégicos de uma empresa [3]. Este trabalho apresenta uma proposta de utilização de princípios das MA, em específico através de elementos do framework SCRUM aplicado na implementação de ações estratégicas de empresas, estabelecendo um ambiente estruturado inovador para o controle de processos organizacionais. **DESENVOLVIMENTO:** A gestão estratégica empresarial aborda ações pontuais para o crescimento de uma organização, indicando direcionamentos a serem seguidos e objetivos a serem alcançados em seu diferencial de mercado, suas vantagens competitivas, no que diz respeito ao perfil de competência da empresa em relação à concorrência. Desenvolvida desde a década de 1960, a Análise SWOT é uma ferramenta simples e capaz de ajudar uma empresa a examinar fatores externos e internos que podem contribuir com ou ameaçar os objetivos estratégicos de uma empresa. A partir da análise de descobertas obtidas pelo método SWOT, é possível aos gestores desenvolver respostas que produzam ações práticas para as forças e as oportunidades, além de defesas contra as ameaças e fraquezas [2]. Tais ações precisam ser estruturadas para que não residam apenas no campo das intenções e tornem-se realmente atividades concretas na empresa. Esta estruturação pode ser obtida através da anotação de diretrizes claras sobre a realização dos processos estratégicos pretendidos. O planejamento 5W2H é um recurso que apresenta boa aderência neste contexto, pois estabelece um checklist dos itens que precisarão ser executados no desenvolvimento das ações estratégicas. Como forma de introduzir um ritmo de compromisso para com a realização do planejamento proposto, a gestão de uma empresa pode aplicar os princípios das MA, especialmente elementos do framework SCRUM [4], importando as atividades do planejamento 5W2H para a composição de um *Product Backlog*, cujas ações previstas alimentarão procedimentos iterativos de execução prática, nas chamadas *Sprints*, compostas pelas exatas atividades definidas para iniciar e terminar em um período delimitado de tempo, com a premissa de que sua realização e consequente obtenção de resultados positivos é responsabilidade daqueles que irão compor uma equipe de trabalho [3]. Adiciona-se a este cenário a presença do quadro SCRUM, baseado no modelo *Kanban*, de *lean manufacturing*, para organizar as tarefas em uma sequência de previsões para atividades em fila de produção, atividades sendo desenvolvidas e atividades concluídas, além do uso do artefato Gráfico Burndown para visualizar a evolução dos trabalhos dentro do prazo estabelecido na SPRINT [4]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ao se considerar que as metodologias ágeis prezam pela entrega constante de resultados concretos, para projetos realizados neste contexto, a possibilidade de aplicar tal visão às atividades de um planejamento 5W2H tendem a oferecer o alcance dos objetivos vislumbrados a partir da análise SWOT, cuja natureza conceitual não garante a execução das atividades relativas às descobertas. O perfil de entregas constantes inerente às MA pode conferir certeza de conclusão aos processos da Gestão Estratégica. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de informação**. Saraiva Educação SA, 2017. [2] LOBATO, David Menezes, et al. **Gestão estratégica**. Editora FGV, 2017. [3] PRIKLADNICKI, Rafael; WILLI, Renato; MILANI, Fabiano. **Métodos ágeis para desenvolvimento de software**. Bookman Editora, 2014. [4] SUTHERLAND, Jeff. **SCRUM: A arte de fazer o dobro do trabalho na metade do tempo**. Brasil, GMT, 2019. **6.02.00.00-6 - Administração**

**ESTUDANTES DE REDE DE ESCOLA PÚBLICA: PREPARAÇÃO PARA O INGRESSO AO
MERCADO DE TRABALHO**

Larissa Pereira da **SILVA** (larissacoper17@gmail.com)¹; Marcele Fernanda Silva **OLIVEIRA** (marcelefs.2015@gmail.com)¹; Alice Gonçalves **REZENDE** (alicegrezende@outlook.com)¹; Juliana Silva **PARANHOS** (julianasilvaparanhoss@gmail.com) ¹; Edson Moura Da **SILVA** (edson.silva@professor.faminas.edu.br)²

1. Curso de Administração; 2. Professor Orientador. Faculdade de Minas – FAMINAS BH – 31744-007 – Belo Horizonte – MG

Palavras-chave: Capacitação; Mercado de trabalho; Ensino médio; Rede Pública.

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho, tem por objetivo, identificar as dificuldades de inserção dos alunos da rede pública no mercado de trabalho. Para tanto, utilizou-se da pesquisa descritiva, analisando a realidade enfrentada pelos estudantes, e uma revisão bibliográfica, que complementa com o conhecimento de alguns autores referente ao tema, iniciando pelas observações sobre o ‘Programa Reinventando o Ensino Médio’, para em sequência avaliar a implantação do novo ensino médio, enquanto a sua análise, se deu pelo método qualitativo. A motivação do trabalho adveio por se perceber que, embora promova-se melhorias na rede pública, é visível que o método de ensino tradicional, oferece a capacitação apenas para o conhecimento básico, o que não é suficiente para o mercado de trabalho. **DESENVOLVIMENTO:** Após a reforma o ensino médio, os alunos começam a sua tentativa de inserção ao mercado de trabalho. Eles estão formando, sem uma qualificação profissional. No ano de 2012, o governo do estado de Minas Gerais implantou o ‘Reinventando o Ensino Médio’, sobre a gestão na época do governador Antônio Augusto Junho Anastasia. O projeto tinha como escopo, criar o sexto horário nas escolas estaduais, no qual seria destinado a disciplinas para além da grade curricular tradicional: comunicação aplicada, turismo, tecnologia da informação, e entre outros. “Os conteúdos foram destinados à geração de novas competências e habilidades para a empregabilidade.” [1]. Porém, em 2015 houve uma mudança na estrutura do ensino médio, que previa a retirada do sexto horário, cancelando o programa ‘Reinventando o Ensino Médio’. “O programa não foi efetivo em suas propostas em grande parte devido aos problemas na implementação que foram negligenciados pelos gestores, apesar de um forte aparato de monitoramento e avaliação das ações propostas” [2]. Com a aprovação do ‘Novo Ensino Médio’, haverá uma mudança na estrutura da grade tradicional. A Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, determina que a carga horária mínima anual, do ensino médio, deve ser ampliada para 1.000 horas aulas por ano. A carga horária será composta por itinerários formativos, onde o estudante poderá escolher uma das opções para compor a sua grade curricular, com o objetivo de fornecer uma formação complementar [3]. “Contudo, em alguns processos seletivos, além de serem analisados as “competências técnicas (*Hard Skills*), estão sendo avaliadas com mais precisão as competências comportamentais (*Soft Skills*)” [4]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Constata-se que o maior desafio para recém-formados, envolve a sua preparação profissional. O ‘Reinventando o Ensino Médio’, seria capaz de obter resultados positivos se implantado com as estratégias adequadas. Com o ‘Novo Ensino médio’, deve-se realizar atividades que proporcionam, não somente habilidades técnicas, como também oferecem a chance de desenvolver habilidades comportamentais, que promovam o incentivo para a escolha profissional. Contudo, caso o novo projeto tenha um retorno positivo, poderá se tornar um meio de inserção ao mercado de trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [3] BRASIL. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: sessão 1, Brasília, DF, edição 131, p. 47, 13 de julho de 2021.[1] CARVALHO, Marcio; CHAIMOWICZ, Luís; MORO, Mirella. Pensamento computacional no ensino médio mineiro. Workshop de Educação, p. 641-650, 2013. [4] Hendarman, AF, Cantner, U. Soft skills, hard skills e inovação individual. Autocarro da Eurásia Rev 8, 139–169 (2018). [2] SANTOS, Daniela; ASSIS, João; TIZZIOTTI, Catarine. REINVENTANDO O ENSINO MÉDIO: um estudo sobre a efetividade do Programa para Redução do Abandono e Evasão no Ensino Médio em Minas Gerais. Perspectivas em Políticas Públicas, Vol. X, nº 19, p. 165- 201, 2017. **6.02.00.00-6 - Administração**

O IMPACTO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA NAS EMPRESAS

Joyce Silva **AUGUSTO** (IC)¹, (IC augustojoyce176@gmail.com)¹, Isabela Guimarães **SIMÃO** (IC)¹, e
Wisley de Jesus **VIEIRA** (PQ)²

1. Bacharelado em Administração; 2. Orientador *Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia - 36888-233 – Muriaé - MG*

Palavras-chave: Tributação – Controle – Organizações

APRESENTAÇÃO: O cenário econômico atual traduz de forma clara os efeitos da carga tributária em toda sociedade brasileira. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT, pela quarta vez consecutiva, o Brasil está entre as 30 nações com as maiores cargas tributárias do mundo [1]. Nesse âmbito, segundo Esnolde (2008), o cenário econômico atual, traduz de forma clara os efeitos da carga tributária, uma vez que a mesma possui um peso extremamente significativo para o Balanço Patrimonial das empresas chegando até a decidir, em diversas circunstâncias, os resultados finais do estabelecimento [2]. O objetivo deste trabalho está em demonstrar a importância de uma gestão bem qualificada no dia a dia das organizações. **DESENVOLVIMENTO:** A pesquisa segue uma linha de trabalho qualitativa. Devido à complexidade da área tributária um obstáculo chamado indecisão surge para as empresas nos momentos chave de um processo de tomada de decisão e, por isso, a seguinte pergunta precisa ser respondida: Qual o impacto da gestão tributária nas empresas? Segundo Crepaldi (2021), considerando-se que há uma pressão cada vez maior e mais ágil do governo na cobrança das dívidas fiscais, cresce a preocupação dos empresários em evitar as consequências danosas oriundas da dívida com impostos, uma vez que seu objetivo é aumentar as receitas e reduzir os custos, inclusive os tributários da empresa. Desse modo, o planejamento tributário possibilita boa economia fiscal ou mesmo a redução de tributos, utilizando métodos e procedimentos técnicos que permitem o estudo personalizado minucioso dos diversos setores e atividades empresariais [3]. Em diversas organizações, principalmente as de menor porte, a parte de estudo e pagamento de tributos empresariais acaba sendo destinada aos seus contadores terceirizados ou advogados e vistos apenas como cumprimento de obrigações, ficando muitas vezes esquecida no momento de se tomar decisões. **[3] CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Torna-se perceptível que enquanto não houver maior conscientização das empresas brasileiras sobre a importância de gestores tributários, prejuízos e negligências serão seus problemas recorrentes. Nesse sentido, para que tal problema de insegurança seja resolvido, é imprescindível que um profissional da área de gestão tributária esteja presente, para que ao ser percebido impasses como: elevada carga tributária, pagamento indevido de tributos, regime de tributação inadequado, não aproveitamento de créditos fiscais e desconhecimento de isenções, benefícios e incentivos fiscais, seja desenvolvido pelo especialista, um planejamento tributário com o fito de tornar-se um instrumento preventivo e corretivo de defesa do contribuinte. Como proposta de resolução ao problema apresentado, cabe enfatizar que toda empresa deveria ter em sua equipe de funcionários ou sócios, um *controller*: um profissional que, além de participar das tomadas de decisões e atuar em situações estratégicas das organizações, tem como uma de suas principais funções a administração tributária. Por fim, pode-se afirmar que os tributos e sua gestão estão interligados ao lucro ou prejuízo das organizações, e por este motivo necessitam de tanta atenção ao serem estudados e analisados. **AGRADECIMENTO:** À FAMINAS pela realização deste trabalho, e ao orientador deste ENIC, Prof. Wisley de Jesus **VIEIRA**. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. **Brasil tem alta carga tributária, mas continua oferecendo menor retorno à população** [online]. Disponível em: <https://ibpt.com.br/brasil-tem-alta-carga-tributaria-mas-continua-oferecendo-menor-retorno-a-populacao>. Acesso em: 30 abr. 2022. [2] ESNOLDE, Adilson Leandro et al. Percepção dos controllers em relação à gestão tributária. **Anais do 6º congresso USP de controladoria e contabilidade**, São Paulo, v.1, n.1. 2009. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos92009/414.pdf>. Acesso em: 31 abr. 2022. [3] **CASTRO**, Flávia de Almeida Viveiros et al. **Gestão e planejamento de tributos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq) 6.02.00.00-6 - Administração

A INFLUÊNCIA DO AVANÇO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DA REGIÃO DE SANTA LUZIA

Rosiele CARVALHO DE SOUZA (rosielecarvalho@gmail.com)¹; Yasmin FREITAS VENTURA¹ (yasminfreitas015@hotmail.com); Rosália GONÇALVES COSTA SANTOS (rosalia.santos@professor.faminas.edu.br)²

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pela Faminas-BH; ² Docente do Curso de Ciências Contábeis Faminas-BH.

Palavras-chave: Tecnologia Digital. Contabilidade. Contadores. Inovações.

INTRODUÇÃO: Com os constantes avanços das tecnologias digitais, as empresas necessitam adequar-se às inovações para permanecerem competitivas no mercado em que atuam, atendendo com eficiência e agilidade às demandas dos seus clientes. As empresas buscam inovação e novas tecnologias digitais, com o objetivo de gerenciar serviços e infraestrutura de forma mais eficiente, exercendo papel preponderante no âmbito empresarial, possibilitando uma maior praticidade na mensuração das informações gerenciais, de forma automatizada, para assim, tornar o relacionamento empresa e consumidor mais efetivo [1]. A profissão contábil acompanha essa evolução tecnológica, pois as empresas necessitam de informações precisas e com agilidade para a tomada de decisões. Este estudo teve como objetivo identificar qual a percepção dos profissionais de contabilidade da região de Santa Luzia no que tange as influências do avanço das tecnologias digitais no exercício da atividade de prestação de serviços contábeis. **MATERIAL E MÉTODOS:** Para o levantamento das informações foi utilizado questionário elaborado pela ferramenta do *Google Forms*, com o objetivo de identificar a percepção dos profissionais de contabilidade sobre as influências do avanço das tecnologias digitais no exercício da atividade de prestação de serviços contábeis. O questionário foi encaminhado por *e-mail* à 25 profissionais contábeis da região de Santa Luzia, registrados no CRC-MG. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após realizada a pesquisa identificou-se que 84% dos respondentes concordam ser necessário se manterem atualizados quanto às normas de legislação, participando de cursos, palestras, congressos, ou seja, é imperativo a formação de um perfil consultivo e estudioso, em concordância com o estudo bibliográfico realizado [2]. Sobre os reflexos e ocorrências das atualizações tecnológicas, 76% concordam com o dinamismo das mudanças e multiplicidade exponencial, além de desencadear o aumento da competitividade do mercado contábil, motivado pela inserção da tecnologia digital. No que se refere aos investimentos realizados na adoção de ferramentas tecnológicas e adaptabilidade para receber essas inovações 72% confirmam que estavam preparados para a adaptação. O resultado indica que as empresas buscam inovação e novas tecnologias digitais, com o objetivo de gerenciar serviços e infraestrutura de forma mais eficiente, exercendo papel preponderante no âmbito empresarial, possibilitando uma maior praticidade na mensuração das informações gerenciais, de forma automatizada, para assim, tornar o relacionamento empresa e consumidor mais efetivo [1]. Questionados se houve dificuldade em se adaptar e utilizar as ferramentas oferecidas pelos avanços tecnológicos, a maioria representado por 64% discordou totalmente, enquanto 24% concordou parcialmente em ter dificuldade na utilização das ferramentas, o que indica que os profissionais contábeis procuram adaptar-se às mudanças, investindo nos conhecimentos de *softwares*, buscando equipamentos que possibilitem uma atualização permanente nas atividades [4]. **CONCLUSÕES:** Os quesitos que mais influenciaram os avanços da tecnologia digital para a profissão contábil, foram a agilidade, praticidade e produtividade; seguido de busca por conhecimento e habilidades; melhor interação entre fisco e empresa; exigência de maior autonomia no gerenciamento das operações, apresentando resultados mais ágeis e eficientes para os clientes. A pesquisa demonstrou que os profissionais adotam práticas inovadoras afim de se adaptar as evoluções da atividade, conhecendo as tendências de mercado, utilizando dos sistemas de gestão contábil, para as práticas da profissão, contribuindo assim, para a relação entre contador e cliente. A influência dos avanços das tecnologias digitais gera para o mercado contábil agilidade, praticidade e produtividade, fatores estes que fazem com que os profissionais contribuam pela interação do fisco e empresa, e também estejam em uma constante busca por conhecimentos e habilidades. É notório que a era digital colabora com o crescimento da profissão contábil,

perceptível pela mudança do perfil do profissional que enfatiza as competências comportamentais, técnicas, senso crítico e ética profissional, o que auxilia nas tomadas de decisões e aumenta a taxa de sucesso das empresas e clientes. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:**[1] KHAN, Shahyan. Leadership in the Digital Age - a study on the effects of digitalization on top management leadership. **Stockholm University, Faculty of Social Sciences, Stockholm Business School, Management & Organisation**. Independent thesis Advanced level (degree of Master). 2016. [2] VIELLE, A. P. D. L.; BIANCHI, M. Profissão Contábil Em Guias De Cursos De Graduação: Perfil Do Contador, Rotinas Profissionais E Mercado De Trabalho. **Revista De Administração E Contabilidade**, v. 15, n. 29, 2016. [3] BREDA, Z. I. Uma reflexão sobre os impactos da tecnologia na contabilidade. 2019. Disponível em: <<https://cfc.org.br/destaque/uma-reflexao-sobre-os-impactos-da-tecnologia-na-contabilidade/>> Acesso em: 25 abr. 2020. [4] SANTOS, P. S. G.; SILVA M. J. Avaliação do Nível de Dependência no Uso de Software Pelos Escritórios de Contabilidade do Interior da Bahia: **Revista Diálogos Interdisciplinares** (2017), v. 6 n. 2, p 145-161 - ISSN 2317-3793. Disponível em:<<https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/314>>. Acesso em 24/04/2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas
Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 – Administração (Ciências Contábeis)

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO DA EMPRESA VALE S.A. NO PERÍODO DE 2016 A 2021

Marília de Andrade **CRUZ** (IC – mariliaandradecruz20@gmail.com)¹, Weverton Felipe **DAMASCENO** (IC – wevertondamasceno13@hotmail.com)¹, Maria Augusta dos Santos **PEREIRA** (IC – mariaaugustasantos12@gmail.com)¹; Júlia Alves e **SOUZA** (PQ – julia.jasouza@gmail.com)².

1. Estudantes do curso de Ciências Contábeis; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – MURIAÉ* – CEP 36880-000 – Muriaé/MG

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis, Desempenho, Vale S.A.

INTRODUÇÃO: As demonstrações contábeis são relatórios obrigatórios para as empresas brasileiras e devem ser elaboradas seguindo os princípios da Contabilidade. Essas demonstrações constituem um conjunto formal de informações sobre as atividades das companhias, documentando suas movimentações econômicas e financeiras ocorridas em determinado período [1]. Com base em indicadores específicos, calculados a partir de dados das demonstrações contábeis, é possível analisar a evolução da situação de determinada empresa e concluir sobre sua capacidade de geração de lucros. Uma empresa que pode ser investigada sob essa ótica é a Vale S.A., que se destaca entre as maiores mineradoras do mundo. Considerando a relevância dessa empresa no cenário nacional, o presente trabalho tem o objetivo de efetuar uma análise do desempenho econômico da Vale S.A. no período de 2016 a 2021, enfatizando as variações na sua lucratividade. **MATERIAL E MÉTODOS:** Os dados necessários para o cálculo dos indicadores foram coletados a partir das demonstrações contábeis anuais da Vale S.A., disponibilizadas pela companhia. O estudo abrangeu o período de 6 anos, iniciando em 2016 e indo até 2021. Efetuou-se o cálculo dos indicadores econômicos de lucratividade “margem bruta” e “margem líquida”, bem como dos indicadores de análise vertical e de análise horizontal [2]. Na sequência, foi feita a comparação entre os indicadores para os diferentes anos e a identificação das principais mudanças que ocorreram na situação econômica da empresa. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Identificou-se, a partir dos indicadores de análise horizontal, que a Vale teve aumentos em suas receitas líquidas em todos os anos analisados. A margem bruta apresentou tendência de crescimento até atingir 60% (em 2021), enquanto que a margem líquida teve grandes oscilações no período. No ano de 2019, a empresa teve prejuízo de 6,7 bilhões de reais, com margem líquida de -5,9%. O desastre em Brumadinho foi o fato que mais influenciou no resultado negativo. Esse desastre se deu a partir do rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração (em janeiro de 2019), causando danos ambientais e a morte de muitas pessoas. No referido ano, a empresa teve uma despesa adicional de aproximadamente 28,8 bilhões de reais, que incluiu gastos como indenizações e reparação de áreas afetadas. Em 2020, houve o início da pandemia do COVID-19, que gerou grandes impactos no cenário econômico mundial. Enquanto muitas empresas sofreram com queda em sua receita de vendas e em sua lucratividade, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos nas operações da Vale. A receita de vendas aumentou 38,7% e a margem líquida subiu para 12%. Em 2021, o desempenho da empresa foi ainda melhor, gerando a margem líquida de 51%. Assim, para cada 100 reais em vendas, a empresa gerou 51 reais de lucro líquido para seus acionistas nesse ano. Destaca-se também que, no final do ano, a Vale atingiu a marca de 293,5 bilhões de reais em receitas de vendas (líquidas) e de 121 bilhões de reais em lucro líquido atribuído aos seus acionistas. **CONCLUSÕES:** Os resultados revelaram a melhora na capacidade de geração de lucros da Vale S.A. ao longo do período analisado. O ano de 2019 foi atípico para a empresa, com queda de desempenho e geração de prejuízos em decorrência do desastre de Brumadinho. Já 2020 foi um ano de recuperação e o desempenho da empresa não foi negativamente afetado pelos efeitos da pandemia. Por fim, o ano de 2021 foi marcado tanto pela elevação nas receitas de vendas quanto pela melhor lucratividade do período, o que reforça o aumento na capacidade de geração de lucros da Vale. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. *Administração financeira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. [2] BORINELLI, M. L.; PIMENTEL, R. C. *Contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017

.Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 – Administração

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE UMA EMPRESA DO SETOR
CINEMATOGRAFICO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: O CASO DA
CINESYSTEM S.A.**

Lucas Henrique de SOUSA (IC – luc4s.hs123@gmail.com) ¹, Guilherme Henrique Reis Antunes SILVA (IC – guilhermerantunes00@gmail.com) ¹, Lucas Nathan Nogueira da SILVA (IC – lucasnatam14@gmail.com)¹; Júlia Alves e SOUZA (PQ – julia.jasouza@gmail.com)².

1. Estudantes do curso de Ciências Contábeis; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – MURIAÉ – CEP 36880-000 – Muriaé/MG

Palavras-chave: Setor Cinematográfico, Pandemia, Cinesystem.

INTRODUÇÃO: A crise gerada pela pandemia de COVID-19 causou, além de problemas na saúde pública, diversos desajustes econômicos em vários países do mundo [1]. Um dos setores mais afetados nesse contexto foi o cinematográfico, cujo panorama passou por grandes alterações. Cinemas fechados, estreias adiadas e rodagens interrompidas foram alguns dos desafios enfrentados. Além disso, o *streaming* consolidou-se e se tornou a principal forma de ver filmes durante este período, aumentando as incertezas sobre o futuro do cinema tradicional [2]. Uma das principais empresas brasileiras que atua no referido setor é a Cinesystem S.A., a qual está entre as maiores exibidoras do país. No início de 2020, antes da expansão exponencial da COVID-19, a empresa contava com 160 salas de cinema em atividade, em 26 complexos de exibição distribuídos entre 10 estados. Considerando as mudanças ocorridas, o presente trabalho tem o objetivo de efetuar uma análise do desempenho econômico-financeiro da Cinesystem no contexto da pandemia de COVID-19, de forma a identificar os impactos causados na estrutura de capital e na lucratividade da empresa. **MATERIAL E MÉTODOS:** A coleta de dados da pesquisa foi realizada a partir das demonstrações contábeis anuais (referentes aos anos de 2016 a 2021) da Cinesystem, disponibilizadas pela própria empresa. Na sequência, foram calculados os indicadores de estrutura de capital e de lucratividade, além dos indicadores de análise vertical e horizontal [3]. Com base nesses indicadores, efetuou-se a comparação entre os anos e a identificação das principais alterações que ocorreram no contexto da pandemia. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Entre 2016 e 2019, a empresa vinha apresentando aumentos consistentes em suas receitas (líquidas) anuais. Entretanto, em 2020, houve queda de 75,3% nessas receitas, refletindo as restrições impostas pela pandemia e o fechamento temporário das salas de cinema. Em 2020, a lucratividade bruta foi negativa, com custos maiores que as receitas de vendas. No ano 2021, houve um movimento de recuperação nas receitas (com aumento de 46,04%), mas a margem bruta continuou negativa. Em termos de lucratividade líquida, se em 2019 a Cinesystem havia apresentado lucro líquido de R\$ 2,7 milhões, em 2020 ela teve prejuízo líquido de R\$ 44,6 milhões. Nesse primeiro ano da pandemia, o valor do prejuízo foi maior do que o valor da receita líquida obtida com as vendas, o que é refletido pelo indicador de margem líquida igual a -108,51%. Dessa forma, para cada R\$ 100 de receita líquida de vendas, a empresa gerou prejuízo líquido de R\$ 108,51. Além disso, a Cinesystem passou a ter patrimônio líquido negativo, diferentemente do que ocorria nos anos anteriores. O valor de dívidas com terceiros superou o valor total dos ativos que a empresa possuía, e em 2021 essa situação se agravou ainda mais, com o indicador de endividamento geral atingindo 115,22%. O valor dos ativos totais também apresentou redução, embora o prejuízo líquido (de R\$ 27,95 milhões) tenha sido menor que em 2020. **CONCLUSÕES:** Identificou-se que o desempenho econômico-financeiro da Cinesystem foi fortemente impactado pelos desdobramentos da pandemia, com quedas expressivas de receita. Houve aumento no endividamento e a empresa passou a ter patrimônio líquido negativo. O ano de 2021 trouxe uma recuperação parcial para a empresa, mas as margens de lucro negativas continuam preocupantes e refletem os desafios enfrentados nesse setor. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SANTOS JÚNIOR, P. J. dos *et al.* Análise sócio-histórica da pandemia da COVID-19. *Revista Transformar*, v. 14, n. 2, p. 30-39, 2020. [2] LOURENÇO, J. O Ano em que o Cinema que conhecíamos parou. *Observatorio Journal*, ed. especial, p. 45-55, 2021.[3] BORINELLI, M. L.; PIMENTEL, R. C. *Contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 – Administração

EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NOS PRAZOS MÉDIOS DE ATIVIDADE E NA LUCRATIVIDADE DA LOJAS RENNER S.A.

Wanderson Pereira dos Santos **FONTES** (IC – wandersonfontesnota10@gmail.com)¹, Hiasmym Andrade **COSTA** (IC – hiasmym_andrade@hotmail.com)¹, Jefferson Cardoso de **SOUZA** (IC – souzajefferson909@gmail.com)¹; Júlia Alves e **SOUZA** (PQ – julia.jasouza@gmail.com)².

1. Estudantes do curso de Ciências Contábeis; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – MURIAÉ* – CEP 36880-000 – Muriaé/MG

Palavras-chave: Desempenho econômico-financeiro, Pandemia, Lojas Renner.

INTRODUÇÃO: A pandemia de COVID-19 gerou desestabilidade em diferentes contextos mundiais. Os impactos, que ainda não foram totalmente mensurados, refletem na economia, na saúde, no comércio, nos serviços e nas empresas [1]. O isolamento social trouxe restrições e incertezas quanto ao futuro, gerando reflexos nas vendas e no faturamento dos negócios [2]. Um dos setores fortemente impactados foi o de comércio varejista. A Lojas Renner S.A. é a maior empresa varejista de moda do Brasil e uma das maiores do mundo em valor de mercado. Nesse contexto, torna-se relevante verificar quais impactos ocorreram e as mudanças nos resultados econômico-financeiros dessa empresa. Assim, o presente trabalho tem o objetivo de identificar os efeitos que a pandemia ocasionou nos prazos médios de atividade e na lucratividade da Renner. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram analisados os dados referentes aos quatro anos anteriores à pandemia de Covid-19 (2016 a 2019), o ano de início da pandemia (2020) e o segundo ano da pandemia (2021), com avanço da vacinação e cenário relativamente mais favorável. A coleta dos dados foi realizada a partir das demonstrações contábeis anuais completas da Lojas Renner S.A., disponibilizadas pela própria empresa. Na sequência, foram calculados os indicadores de lucratividade (margem operacional e margem líquida) e os prazos médios de atividade (prazo médio de estocagem, prazo médio de recebimento de vendas e prazo médio de pagamento de compras), seguindo as fórmulas definidas na literatura da área [3]. A partir dos valores obtidos para esses indicadores, efetuou-se uma análise comparativa destacando as alterações ocorridas no contexto da pandemia. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Em 2019, o prazo médio de estocagem era de 108 dias; já em 2020, esse prazo subiu para 155 dias. O prazo médio de recebimento de vendas também aumentou, passando de 370 dias para 426 dias. Com isso, o ciclo operacional da empresa (período que vai desde a entrada da mercadoria até o recebimento do pagamento dos clientes após a venda efetuada) aumentou 102 dias. Ocorreu também o aumento no prazo médio para a empresa pagar aos seus fornecedores, que passou de 105 dias para 157 dias. Mesmo com esse aumento, o ciclo de caixa da empresa teve variação desfavorável. A receita de vendas (líquida) vinha apresentando crescimento no período de 2017 a 2019, mas teve redução de 21,39%, em 2020, como consequência do menor fluxo de pessoas e dos fechamentos temporários de lojas. Quanto à lucratividade, o valor da margem líquida (ML), no ano de 2020, foi igual a 14,54%. Esse valor foi superior aos níveis de 2016 a 2019, os quais variaram entre 9,69% e 12,11%. Dessa forma, houve um aumento da ML da Renner no ano de 2020. **CONCLUSÕES:** Ao efetuar uma análise detalhada dos elementos que compõem os lucros da empresa, identificou-se que o aumento na ML, em 2020, foi devido a duas razões específicas: o aumento no resultado financeiro e a redução na despesa com imposto de renda. Analisando os resultados operacionais, observa-se que ocorreu uma queda significativa no desempenho da empresa. A margem operacional passou de 17,14%, em 2019, para 11,37%, em 2020. No ano de 2020, também se constatou uma queda de 21,39% nas receitas de vendas. Em 2021, segundo ano da pandemia, houve uma recuperação nessa receita, com aumento de 40,26%; entretanto, a lucratividade caiu para 6%, refletindo o aumento de despesas que aconteceu nesse ano. Portanto, a pandemia gerou efeitos significativos e desfavoráveis nos prazos de atividade e na lucratividade Renner. **BIBLIOGRAFIA:** [1] NASSIF, V. M. J.; CORRÊA, V. S.; ROSSETTO, D. E. Estão os empreendedores e as pequenas empresas preparadas para as adversidades contextuais. *REGEPE*, São Paulo, v. 9, n.2, p. 1-12, 2020. [2] BORINELLI, M. L.; PIMENTEL, R. C. *Contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 – Administração

EFEITOS GERADOS PELA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NA ESTRUTURA DE CAPITAL E NA RENTABILIDADE DA OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS CVC

Davi Julião Barcelos da **SILVA** (IC – davibarcelos28@gmail.com)¹, Rayssa Nogueira **PEREIRA** (IC – rayssanogueira0505@gmail.com)¹, Milena Cerqueira **CARVALHO** (IC – milenaccarvalho2@gmail.com)¹; Júlia Alves e **SOUZA** (PQ – julia.jasouza@gmail.com)².

1. Estudantes do curso de Ciências Contábeis; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – MURIAÉ* – CEP 36880-000 – Muriaé/MG

Palavras-chave: Estrutura de capital, Rentabilidade, CVC.

INTRODUÇÃO: Os desdobramentos da pandemia do coronavírus (SARS-Cov-2) geraram uma grave crise econômica. A necessidade de isolamento social, a ruptura de cadeias de suprimentos e a menor confiança do consumidor, dentre outros eventos, afetaram as empresas em todo o mundo [1]. Nota-se que pandemia impactou os negócios a partir da redução drástica da atividade econômica em seus diversos níveis (regional, nacional e internacional) [2]. Um dos setores mais afetados foi o de turismo, cujo panorama passou por profundas mudanças. A empresa CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. (“CVC”) é a maior operadora de turismo da América Latina, com cerca de R\$ 5 bilhões em ativos totais. Considerando a relevância dessa empresa, o presente trabalho tem o objetivo de investigar os efeitos que a pandemia do coronavírus gerou na estrutura de capital e na rentabilidade da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. **MATERIAL E MÉTODOS:** Os dados da pesquisa foram coletados a partir das demonstrações contábeis anuais da CVC, disponibilizadas pela empresa. Com esses dados, efetuou-se o cálculo dos indicadores de estrutura de capital e de rentabilidade, conforme preconizado pela literatura da área [3]. O período englobou os quatro anos anteriores à pandemia do coronavírus (2016 a 2019), o ano de início da pandemia (2020) e o segundo ano da pandemia (2021), com o avanço da vacinação e cenário relativamente mais favorável. Utilizando os indicadores, procedeu-se a comparação entre os anos e a identificação dos principais efeitos da pandemia. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Quanto à estrutura de capital, ocorreu um aumento progressivo do nível de endividamento da CVC entre 2016 e 2019, com o endividamento geral chegando a 88,41% em 2019. No ano de início da pandemia, houve um salto ainda maior nesse indicador, que passou a 98,87%. Assim, a empresa teve 98,87% de seus ativos financiados por dívidas com terceiros. Houve também uma redução significativa no capital próprio (diminuição de 92,79%), decorrente dos prejuízos acumulados nesse ano. Em relação à rentabilidade, identificou-se que a CVC teve prejuízo líquido de R\$ 1,2 bilhões em 2020. De 2016 a 2019, a empresa vinha com uma tendência de crescimento nas suas receitas líquidas totais; entretanto, no ano de 2020, ocorreu redução de 63,45% dessas receitas, resultado das restrições impostas pela pandemia e a impossibilidade de realização da maioria das viagens. Além disso, as despesas operacionais aumentaram 28,70%. O retorno sobre o ativo, que tinha sido de 5,92% em 2016, ficou em -24,07% em 2020. Isso significa que, para cada R\$ 100,00 de recursos aplicados no negócio, a CVC gerou prejuízo de R\$ 24,07. A rentabilidade sobre o capital próprio foi ainda mais impactada, com o indicador de retorno sobre o patrimônio líquido atingindo o -2.127,61%. Já em 2021, houve uma recuperação parcial no desempenho, mas a empresa continuou gerando prejuízo. O retorno sobre o ativo ficou em -9,82%, enquanto que o retorno sobre o patrimônio líquido foi igual a -129,67. **CONCLUSÕES:** Com o cenário de pandemia, o desempenho econômico-financeiro da CVC sofreu efeitos negativos bastante expressivos. Constatou-se o aumento no endividamento e a queda abrupta da rentabilidade no ano de 2020. Embora tenha ocorrido uma recuperação parcial em 2021, os resultados de rentabilidade negativos são preocupantes e refletem os desafios enfrentados pelo setor de turismo nesse período. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SALISU, A. A.; VO, X.V. Predicting stock returns in the presence of COVID-19 pandemic. *International Review of Financial Analysis*, v. 71, p. 1-10, 2020. [2] AVELAR, E. A. et al. Efeitos da Pandemia de COVID-19 sobre a sustentabilidade econômico-financeira de empresas brasileiras. *Revista Gestão Organizacional*, v. 14, n. 1, p. 131-152, 2021. [2] BORINELLI, M. L.; PIMENTEL, R. C. *Contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017. **Área do Conhecimento (CNPq):** 6.02.00.00-6 – Administração

ÉTICA E SUSTENTABILIDADE: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DOS PERÍODOS INICIAIS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS MURIAÉ

Carlos Denis Costa Soares (IC)¹, (deniscosta75@gmail.com)¹, Samira Novaes ALCON(PQ)²

1. Bacharelado em Ciências Contábeis; 2. Professor *Centro Universitário Faminas – FAMINAS – Muriaé* - 36888-233 – Muriaé - MG

Palavras-chave: Ética; Sustentabilidade; Contabilidade Ambiental.

INTRODUÇÃO: Sustentabilidade é um conceito amplamente difundido a fim de buscar atender as necessidades atuais sem comprometer futuramente as próximas gerações, ela implica uma relação de equilíbrio com o meio ambiente.[1] Assim, surge a Contabilidade Ambiental que é o conjunto de informações que mostra, de modo econômico, as atividades de uma organização que alteram o seu patrimônio. Ela surgiu para dispor informações adequadas à características de uma gestão ambiental. [2]**MATERIALEMÉTODOS:** Os dados foram coletados através de um formulário online, com quatro perguntas, obtendo 31 respondentes, sendo estes, alunos dos períodos iniciais do curso de Ciências Contábeis.**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Através do questionário, obteve-se os seguintes resultados: na primeira pergunta, que trata sobre a necessidade de uso do papel em escritórios de contabilidade e como as atuais tecnologias de comunicação e arquivamento de documentos influenciam o cotidiano dos processos, 6,5% dos alunos optaram por o uso de papel nos processos contábeis é algo indispensável, pois a existência de um documento físico torna-se extremamente necessário. 48,4% é necessária a utilização de documentos impressos nos escritórios contábeis, mas alguns processos já podem ser feitos de forma digital. 38,7% o emprego do papel na prática contábil já não é tão importante, pois grande parte dos documentos já está disponível de forma eletrônica, inclusive sua autenticação quanto a veracidade. 6,5% o uso do papel na rotina de um escritório de contabilidade se tornou algo obsoleto, já que o avanço da tecnologia possibilitou o uso de documentos de forma totalmente digital. Na segunda pergunta, sobre o que melhor define o conceito de sustentabilidade, 48,4% optaram por é atender as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades através do equilíbrio entre o social, ambiental e econômico. 29% é ter o equilíbrio entre cuidar do meio ambiente e da sociedade de forma que os seres vivos e recursos naturais estejam em equilíbrio independente do sacrifício econômico que deve ser feito em busca desta sinergia. 9,7% não é cuidar apenas do meio ambiente, mas também da sociedade. 12,9% é cuidar do meio ambiente fazendo uso das tecnologias já disponíveis e continuar pesquisando novas tecnologias que alie os interesses ambientais e econômicos. A terceira pergunta, que questiona se eles conhecem a Contabilidade Ambiental, 67,7% responderam que não conhecem. 3,2% que já leram algo sobre o assunto. 22,6% conheço superficialmente. E 6,5% sim, conheço. A quarta pergunta, marque uma das opções que melhor defina a ética na contabilidade, 25,8% optaram por é entendida como um conjunto de parâmetros que guiam atitudes corretas e honestas em uma profissão ou empresa. 3,2% tem como objetivo principal moldar os profissionais para que ajam sempre de maneira correta e saibam lidar com os desafios que virão. 35,5% diz respeito aos elementos que orientam a conduta dos profissionais e instituições da área, com o objetivo de atender às expectativas de comportamento correto. E 35,5% ela passa não só pelo respeito às normas legais, mas, principalmente, pela adoção de um conteúdo moral mínimo, como boa-fé, lealdade, honestidade e transparência.**CONCLUSÕES:** Conclui-se que os alunos, de forma geral, têm um entendimento satisfatório sobre ética e sustentabilidade e estão atentos aos avanços tecnológicos que diminuem os impactos das atividades dos escritórios no meio ambiente. Mas grande parte dos alunos desconhecem a Contabilidade Ambiental, o que é um fator a ser melhorado.**REFERÊNCIAS:**[1] CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE. Sustentabilidade/SESC Sorocaba. Disponível em: <https://sustentabilidade.sescsp.org.br/conceito-de-sustentabilidade>. Acesso em: 15/05/2022.[2] FARONI, W.; SILVEIRA, S. F. R.; MAGALHÃES, E. A.; MAGALHÃES, E. M. A contabilidade ambiental em empresas certificadas pelas normas ISO 14001 na região metropolitana de Belo Horizonte. Viçosa - Mg: Revista Árvore, v. 34, n. 6, p. 1119-1128. 2010.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.04.00-1-Ciências Contábeis

**IMPACTOS DA ADOÇÃO DO MODELO DIGITAL EM UMA EMPRESA DE SERVIÇOS
CONTÁBEIS**

Maria Augusta dos Santos **PEREIRA** (IC – mariaaugustasantos12@gmail.com)¹; Júlia Alves e **SOUZA** (PQ – julia.jasouza@gmail.com)².

1. Estudante do curso de Ciências Contábeis; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – MURIAÉ – CEP 36880-000 – Muriaé/MG

Palavras-chave: Contabilidade digital, Ciências Contábeis, serviços contábeis.

APRESENTAÇÃO: As empresas de contabilidade comercializam serviços que envolvem a produção de informação e o cumprimento de exigências legais. É interessante que esse tipo de empresa persiga formas para inovar e melhorar a qualidade dos seus serviços, uma vez que a tecnologia vem substituindo tarefas contábeis rotineiras, passíveis de serem automatizadas [1]. Nesse contexto, a contabilidade digital ganha força no mercado brasileiro. A contabilidade digital envolve a automatização dos processos manuais contábeis, agregando valor aos serviços. Muitos profissionais que antes atuavam no modelo tradicional, prestando serviços em escritório físico, passaram a atuar no modelo digital de forma remota. O presente trabalho aborda as características de uma empresa contábil que passou por essa migração e que desde 2021 presta exclusivamente serviços de contabilidade digital. O objetivo da pesquisa consiste em identificar os principais impactos que a adoção do modelo de contabilidade digital gerou para essa empresa. **DESENVOLVIMENTO:** A pesquisa desenvolvida tem cunho qualitativo e utilizou a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. A realização da entrevista deu-se no mês de março de 2022 e foi aplicada com a representante da empresa, sócia contadora que atua há 13 anos na área contábil. A abordagem do estudo foi subdividida em duas partes: na primeira parte, a ênfase foi para a dinâmica do negócio e a sua caracterização geral; já na segunda parte, tratou-se especificamente dos impactos gerados pela adoção do modelo digital. Observou-se que a empresa atua na prestação de serviços de contabilidade societária e fiscal e que as atividades são desenvolvidas de forma remota por três sócias contadoras. Os clientes atendidos estão localizados em vários estados do país, tais como Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Bahia e Goiás. Toda a documentação é arquivada “em nuvem”, utilizando o Google Drive®, e o principal *software* utilizado para a contabilidade é o Alterdata®. Também são utilizados *sites* de assinatura digital, para assinatura de contratos, e o aplicativo WhatsApp®, para contato com os clientes. A literatura científica aponta que as mudanças estratégicas nas estruturas empresariais e nas atividades contábeis são necessárias para melhorar a experiência dos clientes, tanto pela eficiência na execução das funções contábeis quanto por uma melhor forma de comunicação [2]. No caso da empresa analisada, com a adoção do formato de contabilidade digital, a mudança na relação com os clientes foi identificada como uma das principais vantagens. O relacionamento passou a ser mais próximo e a comunicação mais efetiva. Além disso, houve a vantagem em termos de redução de custos e despesas, eliminando gastos como o aluguel de um espaço físico e reduzindo gastos com deslocamentos e despesas como as de internet e energia elétrica. Por outro lado, junto ao fato de atender clientes de diferentes localidades surgiram dificuldades no atendimento de exigências de diferentes prefeituras. No caso de muitas prefeituras, não é possível realizar todos os procedimentos via internet. Quando isso acontece, a empresa contrata pontualmente pessoas que residem no município do cliente e que auxiliam a realizar os procedimentos, nos órgãos competentes, de forma presencial. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os resultados da pesquisa evidenciaram que os principais impactos que a adoção do modelo de contabilidade digital gerou para a empresa foram: i. melhoria na comunicação e proximidade com os clientes; ii. redução de custos e despesas. iii. dificuldades específicas por passar a atender clientes de diferentes regiões e municípios. A partir das análises desenvolvidas, constatou-se que o modelo de contabilidade digital gerou mais impactos positivos do que negativos para essa empresa de serviços contábeis, a qual obteve uma expressiva melhora na sua lucratividade.

BIBLIOGRAFIA:

- [1] BARON, J. **Disruptive trends accelerating for the accounting profession**. Toronto: Thomson Reuters, 2016.

[2] VIJANDE, M. L. S; MIERES, C. G; SÁNCHEZ, J. A. L. An assessment of innovativeness in KIBS: Implications on KIBS'co-creation culture, innovation capability, and performance. **Journal of Business & Industrial Marketing**, v. 28, n. 2, p. 86-102, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 – Administração

**IMPACTOS DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NA ESTRUTURA DE CAPITAL E NA
LUCRATIVIDADE DA GOL LINHAS AÉREAS S.A.**

Antônio Lúcio **LOMASSO** (IC – antoniolomasso@gmail.com)¹, Luana Maria da Silva **PEREIRA** (IC – luanamariadasilvapereira81@gmail.com)¹, Andreza da Silva Domingos **OLIVEIRA** (IC – andrezaoliver93@gmail.com)¹; Júlia Alves e **SOUZA** (PQ – julia.jasouza@gmail.com)².

1. Estudantes do curso de Ciências Contábeis; 2. Professora
Centro Universitário FAMINAS – MURIAÉ – CEP 36880-000 – Muriaé/MG

Palavras-chave: Pandemia, Estrutura de capital, Lucratividade.

INTRODUÇÃO: No término do ano de 2019, surgiu na China um novo vírus (o SARS-Cov-2) que ocasionou a pandemia do coronavírus; desde então, essa pandemia tem impactado em diversos segmentos, em âmbito mundial [1]. Entre as medidas que reduziram a velocidade de propagação e disseminação da doença causada pelo vírus, estão a recomendação de distanciamento social, as restrições e recomendações de redução de deslocamento e o fechamento de fronteiras. Conseqüentemente, o setor aéreo foi um dos primeiros e mais atingidos em suas operações e resultados. A Gol Linhas Aéreas S.A. é uma grande companhia aérea brasileira, que possui 38,8% de participação no mercado nacional e 13,3% de participação no mercado internacional [2]. Dada a relevância dessa empresa, esse trabalho tem o objetivo de investigar os impactos da pandemia do coronavírus na estrutura de capital e na lucratividade da Gol. **MATERIAL E MÉTODOS:** Os dados da pesquisa foram coletados a partir das demonstrações contábeis anuais, disponibilizadas pela própria empresa. O período abordado engloba os anos de 2016 a 2021, sendo 2020 o ano de início da pandemia. Para análise dos dados, foram calculados os indicadores de estrutura de capital e de lucratividade, bem como os indicadores de análise vertical e horizontal [3]. Com base nesses indicadores, efetuou-se a comparação entre os anos e a identificação dos principais impactos ocorridos a partir de 2020. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Quanto à estrutura de capital, identificou-se que a empresa teve patrimônio líquido negativo em todos os anos analisados. Nesse sentido, a principal fonte de obtenção de recursos da empresa foi o capital de terceiros, principalmente as dívidas de longo prazo. Em 2020, o endividamento geral da Gol deu um salto, passando de 153,74% para 218,13%. Tanto em 2020 quanto em 2021, o valor das dívidas com terceiros representou mais que o dobro do valor de todos os ativos que a empresa possuía. De 2016 a 2019, a Gol vinha com uma tendência de crescimento no total de recursos investidos em seus negócios, o que foi identificado pela variação nos ativos totais (passaram de R\$ 7,1 bilhões, em 2016, para R\$ 12,1 bilhões, em 2019). Entretanto, no ano de início da pandemia (2020), os ativos totais diminuíram 11%. Da mesma forma, a receita líquida, que havia apresentado aumentos consistentes de 2016 a 2019, teve queda de 54,8% em 2020. **CONCLUSÕES:** As variações desfavoráveis ocorridas em 2020 são reflexo das restrições impostas pela pandemia e das mudanças na demanda dos clientes. Em março de 2020, a Gol ajustou sua malha de 750 para 50 voos diários essenciais, reduzindo sua capacidade em 50 a 60% no mercado doméstico, e em 90 a 95% no mercado internacional. Em 2021, apesar de um aumento de 19,7% da receita líquida, em relação a 2020, os custos tiveram um aumento mais que proporcional (53,7%) e a Gol teve prejuízo bruto de quase R\$ 1,5 bilhão. Também ocorreu aumento das despesas operacionais e o prejuízo líquido em 2021 foi de aproximadamente R\$ 6,4 bilhões, ainda maior do que em 2020. Além disso, a margem líquida de 2021, com valor de -92,04%, indicou que, para cada R\$ 100,00 de receita líquida de vendas, a Gol apresentou R\$ 92,04 de prejuízo líquido. Em 2021, esse indicador também revelou que o prejuízo líquido representou mais de 90% da receita líquida de vendas, o que reflete o cenário desafiador e as dificuldades enfrentadas pela empresa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SANTOS, R. C. dos *et al.* Análise do impacto da pandemia do coronavírus na demanda do transporte aéreo internacional. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 4, p. 34094-34112, 2021. [2] AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. **Dados e estatísticas**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/dados-e-estatisticas>. Acesso em 11. mar. 2022. [3] BORINELLI, M. L.; PIMENTEL, R. C. **Contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 – Administração

**O AGRONEGÓCIO E SUAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS APLICADOS A UMA PEQUENA
COMUNIDADE RURAL DA ZONA DA MATA MINEIRA**

Vanessa de Fátima **BAGLI** (IC-baglivanessa@gmail.com)¹, Nívia Vitória **Nazareth**(IC)¹, Ismael Junio de **Melo Pena**(IC)¹, Samira Novais **Alcon** (PQ)

1. Bacharelado em Ciências Contábeis; 2. Professor *Centro Universitário Faminas – FAMINAS – Muriaé - 36888-233 – Muriaé - MG*

Palavras-chave: Agronegócio, Meio ambiente, sustentabilidade.

APRESENTAÇÃO: Sustentabilidade refere-se ao princípio da busca pelo equilíbrio entre a disponibilidade dos recursos naturais e a exploração deles por parte da sociedade. Visa a equilibrar a preservação do meio ambiente e o que ele pode oferecer em consonância com a qualidade de vida da população [1]. A sustentabilidade no agronegócio consiste na adoção de ações que busquem unir o trabalho realizado com ferramentas e medidas sustentáveis, ou seja, reduzindo os impactos no meio ambiente. O agronegócio baseia-se em três pilares, sendo eles, biotecnologia, tecnologia digital e tecnologia física, assim portanto a junção dessas áreas é a chave para o desenvolvimento sustentável. A agricultura alimenta o mundo, mas depende de recursos naturais vitais para produzir grandes quantidades a fim de satisfazer a demanda [2]. Assim, é visível a importância de alcançar a sustentabilidade da agricultura, visto que as atividades agrícolas responsáveis pela obtenção de alimento sempre exerceram grande pressão sobre o meio ambiente. O fato é que o uso inadequado dos recursos naturais tem promovido intensa degradação ambiental, visto que levam a destruição de hábitat e de espécies potencialmente úteis para a sobrevivência do planeta [3]. A constatação dessa realidade deve ser discutida com o intuito de encontrar possíveis caminhos para reverter e minorar tal impasse. **DESENVOLVIMENTO:** Com a aplicação do questionário da pesquisa de campo, quantitativa, realizada com quatorze gestores agrícolas da comunidade Rural do Pontão em Muriaé, Minas Gerais, atingiu-se os seguintes dados: na primeira pergunta foi de 50% dos entrevistados que apontaram a opção em que definem o conceito de sustentabilidade como: sustentabilidade e a elaboração de técnicas precisas de proteção sustentável de recursos para obtenção de um meio ambiente estimulado a uma manutenção de cuidados contínuos; 28,6% assinalaram a opção: sustentabilidade é compreendida como princípio ético de responsabilidade com a biodiversidade e respeito à natureza e 21,4% caracterizaram que a sustentabilidade tem como estruturação finalidades de redução da degradação do biosistema. Na segunda indagação 57,1% aprazaram que o relacionamento do agronegócio com a sustentabilidade é boa; 28,6% determinaram como ótima e 14,3% emprazaram como péssima. Na terceira pergunta questionada 62,3% dos entrevistados acreditam que o agronegócio se associa sustentabilidade: Na consistência da adoção de ações que busquem a união do trabalho realizado com ferramentas e medidas sustentáveis, possibilitando o declínio de impactos ambientais, 28,6% consideram investimentos em métodos sustentáveis geram economia ambiental, mesmo tendo Alto custo, a rentabilidade é obtida através da economia e conservação ambiental e 7,1% marcaram que as medidas aplicadas devem ser pensadas e analisadas, antes da ocorrência prática, assim conhecendo e estudando o exagero na geração de resíduos poluentes inadequação do uso de matéria-prima. Na quarta inquisição 78,6% dos entrevistados manifestaram que Produtores Rurais possuem como papel de ênfase o compromisso consciente com o solo, cultivando alimentos em solo sem queimadas e cultivando a pastagem de capim gordura para a criação de pecuária de corte; 14,3% singularizaram que possuem condutas regulares de cuidados, caracterizados, sendo arborização, preservação de nascentes, não agressão a área de Mata e 7,1% particularizaram que possuem o cotidiano de ênfase na ética animalésca, portanto não agredindo nenhum tipo de vida selvagem presente nas áreas cultivadas. Na quinta interpelação sendo a última: 100% dos entrevistados marcaram a opção que exprime claramente a forma correta de descarte de defensivos agrícolas, mantendo-os em local de armazenamento adequado evitando o contato, com crianças, animais e qualquer área de solo ou área fluvial. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Concluímos através deste trabalho que os produtores agrícolas entrevistados, possuem na amplitude geral uma boa relação com a sustentabilidade, todavia existem aspectos a serem transformados na gestão desses agricultores. Percebendo que estes reconhecem que precisam de melhorias em suas práticas de manejo sustentável e possuindo um papel de destaque no meio ambiente, é de enorme avanço para as práticas sustentáveis, sendo um agente de destaque na transformação da visão de recursos da natureza. **AGRADECIMENTO:** À FAMINAS pela realização deste trabalho, e a Orientadora deste Enic, Professora

Samira

Novaes

Alcon.

BIBLIOGRAFIA:1]REHDINBER, Eckard. Precaution and sustainability: two sides of the same coin? (precaução e sustentabilidade: dois lados da mesma moeda?). In: DERANI, Cristiane (org.). Transgênicos no Brasil e Biossegurança - Revista de Direito Ambiental Econômico, n. 1. Porto Alegre: sergio Antonio Fabris, 2005 [2] Barreto, R. C. S. (2004) Políticas públicas e o desenvolvimento rural sustentável no Estado 2005 Ceará: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), Universidade Federal do Ceará [3] Cavalcanti, C.(org.) (2003) Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez

Área do Conhecimento (CNPq) 6.02.04.00-1– Ciências Contábeis

A BANALIZAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA E SEUS REFLEXOS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Karen Luane **RIBEIRO** (IC-karenluaneribeiro@hotmail.com) ¹; Anderson Kristhian Reis **LOURENÇO** (PQ)²
1. Curso de Direito; 2. Professor. Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS - 36880-000- Muriaé- MG

Palavras-chave: prisão preventiva; ordem pública; liberdade.

APRESENTAÇÃO: A prisão preventiva instituída pelo Código de Processo Penal Brasileiro, é uma espécie de medida cautelar de natureza pessoal, tratando-se de uma medida de excepcionalidade, uma vez que mitiga a liberdade ambulatorial do acusado no curso da ação penal. Deste modo, sendo aplicada de forma demasiada, viola o Princípio Constitucional da Presunção de Inocência, pois outras medidas cautelares diversas da prisão poderiam ser impostas. **DESENVOLVIMENTO:** Os fundamentos da prisão preventiva estão previstos no art. 312 do CPP/1941, que sofreu alteração pela Lei Nº12.403/2011, devendo esta ser aplicada na condição de *ultima ratio*, ou seja, em último recurso. Contudo, o Poder Judiciário tem empregado a prisão preventiva como meio de garantir a “ordem pública”, sendo ela um dos requisitos essenciais para que ocorra a decretação desta prisão, evitando que o imputado pratique outros crimes, porém, o seu uso indiscriminado infringe direitos fundamentais, afastando assim, uma justa punição [1]. A prisão preventiva vista como garantia da ordem pública é inconstitucional, pois viola o princípio da Presunção de Inocência, previsto no art. 5º, LVII da CF/88, que expõe: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”, ressalta-se que a privação de liberdade como medida precoce para garantir a segurança da sociedade, se torna equivocada e desrespeitosa a Carta Maior [2]. Além disso, dados divulgados pelo INFOPEN em 2014, demonstram que o número de presos provisórios, sem sentença transitada em julgado, corresponde a 40% do total de presos no Brasil, funcionando como um gerador de injustiças frente ao Estado Democrático de Direito, contribuindo para a superlotação dos estabelecimentos prisionais [3]. O próprio Código de Processo Penal, propõe a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, conforme prevê em seu art. 319, ressaltando-se que a prisão preventiva é uma medida excepcional, portanto, sua decretação ou manutenção deve ocorrer em casos de extrema e comprovada necessidade, sendo citada respectivamente no art.315, §1º do CPP/41, o juiz deverá comprovar a existência de fatos novos ou contemporâneos que provem sua aplicação. A utilização de medidas cautelares diversas da prisão, se tornam viáveis e menos agressivas para o acusado, pois o mesmo tem a possibilidade de estar empregado, de conviver com sua família e contribuir para o sustento de sua prole, sendo que, na prisão preventiva isto não seria possível [4]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do exposto, é de suma importância a prisão preventiva para o ordenamento jurídico brasileiro, mas, ao aplicá-la de forma rotineira baseando-se em mera conveniência, buscando a antecipação da pena fere a Constituição Cidadã, os direitos e garantias fundamentais do acusado. Portanto, o Poder Público deve garantir o exercício da Lei através de uma fiscalização mais severa, rompendo com a banalização da prisão preventiva. Neste sentido, as medidas cautelares diversas da prisão, demonstram que tais modalidades podem ser mais sustentáveis e justas conforme o Estado Democrático de Direito. **AGRADECIMENTOS:** A Faminas pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SILVEIRA, F. L.D. A Banalização da Prisão Preventiva para a garantia da Ordem Pública. **Revista da Faculdade de Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 67, pp. 213 - 244, 2015. [2] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06.03.2022. [3] CASTRO, B. R. D. Relatório de Gestão - Supervisão do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas -DMF. **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, Brasília, 2017. Disponível em:<<https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2018/10/23902dd211995b2bcba8d4c3864c82e2.pdf>>. Acesso em: 06.03.2022. [4] BRASIL. **Código de Processo Penal de 1941**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 06.03.2022.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

A EFICÁCIA DA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS NO BRASIL

Mickaelly Victória Silva Picoli CAETANO (IC – mickaellycaetano@gmail.com)¹, Thaysa Navarro de Aquino Ribeiro (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Alimentos, prisão civil, devedor.

APRESENTAÇÃO: A prestação de alimentos advém de um dever familiar imposto pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 229, em que o Estado atribui aos pais, detentores do poder familiar, o dever de assistência aos filhos menores, afastando a sua própria responsabilidade, colocando-se assim em terceiro lugar – em segundo está a sociedade – na lista dos responsáveis pela manutenção do bem estar e da dignidade dos integrantes de uma família, como afirma o artigo 227 da Carta Magna. A obrigação de prestar alimentos é, portanto, norma de ordem pública, justificada pelo Princípio da Solidariedade Familiar, previsto no Artigo 3º, I, CF/88. Neste dispositivo, tal princípio é reconhecido como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, e deve-se entender por solidariedade o ato humanitário de responder, pelo outro, de preocupar-se, e de cuidar de outra pessoa. Aprovada pela Constituição Federal, justificada pela ratificação do Pacto de São José da Costa Rica, é certo que, apesar de se tratar de medida excepcional, sua aplicação da prisão civil é legítima no âmbito judicial executivo, com o objetivo de compelir o devedor a satisfazer sua obrigação de maneira mais célere [1]. **DESENVOLVIMENTO:** Entretanto, existem casos em que o pagamento não é realizado simplesmente porque o devedor não dispõe de condições financeiras para tal. Apesar de a fixação dos alimentos ser sempre baseada no binômio necessidade/possibilidade, observando o Princípio da Proporcionalidade, sabe-se que nem todos aqueles obrigados a prestar alimentos possuem condições de satisfazer a obrigação sem que sejam atingidas as suas próprias necessidades. Nestes casos, a decretação da prisão torna-se um agravante da situação, já que estando encarcerado, o indivíduo fica impedido de conseguir renda através do trabalho, conseqüentemente não cumprindo com sua obrigação. Neste caso, evidencia-se que não há o que ser feito a não ser esperar que finde o prazo da sanção – de um a três meses – e que o devedor seja solto, ficando sujeito à nova decretação de prisão. Outrossim, quando o devedor possui condições de pagar e por pura irresponsabilidade não o faz, deixando de prestar assistência ao alimentado, desobedecendo a ordem judicial anteriormente determinada, a decretação de prisão deste devedor pode resultar em imediata quitação da dívida, pelo fato de o mesmo possuir recursos e não querer ficar preso. Porém, quando o alimentante deixa de pagar a pensão pelo fato de não possuir meios para tanto, essa medida não traz benefício algum ao credor. Permanece a dívida, o alimentado não tem seu crédito adimplido, e o devedor é impossibilitado de buscar recursos para pagar o que deve, sofrendo restrições à sua dignidade. **CONCLUSÃO:** Assim, entende-se que o instituto da prisão civil deve ser aplicado de acordo com uma profunda análise do caso concreto, pois nem sempre a prisão é o método mais eficiente, seja pela falta de condições do devedor, ou pelo não cumprimento do mandado de prisão justificado pela falta de local para deixar o devedor preso. Cabe ao julgador observar as várias hipóteses de incidência, apreciando-as com cautela, fazendo a ponderação entre os direitos fundamentais envolvidos, além de priorizar o binômio necessidade/possibilidade, sem esquecer do Princípio da Proporcionalidade, aplicando a prisão apenas nos casos em que o devedor é irresponsável. Por todo o exposto, conclui-se que deve ser observado qual o meio mais adequado que levará ao cumprimento da obrigação de maneira mais rápida e eficaz, atendendo ao melhor interesse do menor e à capacidade de pagamento pelo alimentante, utilizando-se a prisão como medida de exceção, utilizada em último caso somente nas hipóteses do não pagamento pela desídia e irresponsabilidade do devedor. **AGRADECIMENTOS:** Ao Centro Universitário Faminas pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] TARTUCE, Flávio. *Direito Civil, v. 5: direito de família*. 9. Ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014. [2] CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil: volume 2*. 23ª Edição, Editora Atlas, São Paulo, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

Mickaelly Victtoria Silva Picoli CAETANO (IC – mickaellycaetano@gmail.com)¹, Thaysa Navarro de Aquino Ribeiro (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor(a) Centro Universitário FAMINAS – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Saúde, judicialização, Direito Fundamental.

APRESENTAÇÃO: A saúde é um direito social e fundamental de todos os brasileiros, prevista na Constituição Federal de 1988. Garantir a efetivação deste direito é tarefa dos governantes do Estado Brasileiro. Buscando por essa efetivação, fora criado o Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como objetivo garantir de forma gratuita o acesso de toda população a saúde. No entanto, este sistema não tem cumprido com seu papel precípua, apresentando diversas deficiências. A falta de medicamentos, de realização de exames, cirurgias, tratamentos, entre outros meios, faz com que os cidadãos busquem efetivar seus direitos recorrendo a vias não convencionais, neste caso, o Poder Judiciário, surgindo assim, a denominada judicialização da saúde, possibilitando para os indivíduos não atendidos devidamente no SUS ou em planos de saúde privados, o ingresso no Poder Judiciário com as demandas negadas por aqueles, causando impactos financeiros significativos para os gestores públicos [1]. **DESENVOLVIMENTO:** Como regra, não se tinha um padrão seguido pelos juízes para decidirem acerca deste tema. Isto fez com que os magistrados decidissem de maneira individual as demandas de saúde apresentadas ao Poder Judiciário. A consequência foi um aumento considerável dos serviços de saúde requisitados pela via judicial, tendo como um dos principais exemplos de inovação nas decisões proferidas pelos Tribunais, o reconhecimento do dever do Estado de fornecer medicamentos antirretrovirais para portadores do vírus HIV. A principal causa da judicialização é a falta de serviços públicos de saúde adequados para atender as demandas da população. O descumprimento de obrigações dos planos de saúde também é uma das causas da judicialização. Muitos pacientes acabam tendo cirurgias e procedimentos negados pelas empresas responsáveis pelo fornecimento de planos privados de saúde devido a afirmativa das mesmas de que o valor pago pelos usuários não possibilitam a cobertura de tais procedimentos, fazendo com que a única alternativa encontrada por aqueles seja recorrer judicialmente. Outra causa é a crise econômica pela qual o Brasil vem passando. O crescimento do desemprego, ocasionando a queda de renda nas famílias, contribui para a falta de acesso dos cidadãos aos serviços de saúde de alto custo, não fornecidos pelo SUS. O aumento de diagnósticos de doenças raras igualmente caracteriza-se como causa. Ocorrendo um aumento de pacientes com doenças raras que exigem tratamentos de alto custo, por diversas vezes não amparados pela saúde pública ou pela privada, havendo uma maior procura por estes indivíduos pelo alcance de seus tratamentos [2]. **CONCLUSÃO:** Conforme exposto anteriormente, mesmo com a criação do Sistema Único de Saúde, o Brasil ainda sofre com a falta de investimento e estrutura na área da saúde, e isso tem impactado na vida de vários cidadãos que, por não terem condições de pagar por planos de saúde privados, se veem obrigados a procurar atendimento na rede pública. Essa alta procura pelos cidadãos aliada com a deficiente estrutura do Estado em fornecer os serviços de saúde solicitados acabou gerando a judicialização da saúde. O fato que é deve-se ter cautela no que se refere a tal judicialização, pois estas situações deveriam ser exceções, ao passo que com tantas demandas em andamento, tal instituto fique “banalizado”. Deve-se tentar solucionar o problema nas suas causas, com ações e políticas públicas de modo que um dia, a população em geral não tenha mais que procurar a justiça para conseguir que se faça valer um direito básico garantido pela Constituição Federal de 1988. **AGRADECIMENTOS:** Ao Centro Universitário Faminas pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BORGES, Danielle da Costa Leite. **Uma análise das ações judiciais para o fornecimento de medicamentos no âmbito do SUS: o caso do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2005. Dissertação (Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2007.** [2] TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário. Vol III. Os Direitos Humanos e a Tributação – Imunidades e isonomia.* Rio de Janeiro. EdiTora Renovar. 1999.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

**A MUDANÇA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO PROVOCADAS PELOS APLICATIVOS DE TECNOLOGIA :
UBERIZAÇÃO E AS MUDANÇAS NOS MECANISMOS DE SUBMISSÃO E CONTROLE NAS
RELAÇÕES DE TRABALHO.**

Leonardo Henrique Miranda, Isabela Gomes

Palavras-chave: Uberização, relação, trabalho, controle, submissão

Introdução: Uberização é um fenômeno que carrega o nome da empresa que é o marco de um novo modelo de relação de trabalho no mundo, sobre tudo vamos nos ater a descrever esse fenômeno apenas no Brasil. Segundo pesquisa divulgada pelo site G1 realizado pelo Iepea já passam de 1,5 milhões o número de pessoas que buscam garantir seu sustento, sua subsistência através dos chamados serviços por aplicativos, um dos principais motivos dessa aderência tão massiva a esses aplicativos de prestação de serviço e o alto índice de desemprego que assola o Brasil vem se perpetuando ao longo dos anos, ainda mais agravado pela pandemia. Se valendo de condições favoráveis e de algumas estratégias de marketing as chamadas empresas plataforma tem recrutado muitos colaboradores ou os chamados parceiros, uma das estratégias usadas e justamente não assumir o status de empresa usando a nomenclatura de plataforma e dando aos seus supostos funcionários o status de parceiros. A Uber apesar de emprestar seu nome a esse fenômeno não é a única empresa plataforma que se vale desses fatores para estabelecer essas mudanças nas relações de trabalho, com o surgimento de novas empresas plataforma esse modelo de relação de trabalho tem se mostrado como uma tendência surgindo assim novos tipos de serviço sendo ofertados e prestados utilizando o mesmo modelo. Trata-se de um processo evolutivo natural das relações de serviço provocadas pelo surgimento de novas tecnologias ou apenas um novo método capitalista de exploração de mão de obra visando apenas retirar do trabalhador garantias fundamentais, resta aos operadores do direito um olhar atento para promover as adequações necessárias ao direito para absorver as mudanças promovidas na sociedade.

Desenvolvimento: A problemática a ser abordada por esse objeto de pesquisa consiste em analisar a possível existência de vácuo jurídico nas leis vigentes em nosso ordenamento jurídico em relação aos novos modelos de relação de trabalho promovido pelas empresas plataforma ou também chamados aplicativos de serviço, para isso será necessário expor alguns pontos relacionados a esses novos modelos de prestação de serviço. As empresas plataforma afirmam não estabelecer nenhum vínculo de emprego com seus colaboradores ou parceiros e como elas gostam de chamar os trabalhadores vinculados aos seus serviços, pois o mesmo não tem horários nem mesmo dia ou carga de trabalho a ser cumprida junto a plataforma, que são dotados de autonomia. Autonomia e empreendedorismo termos muito utilizados nas estratégias de marketing destas plataformas para atrair novos parceiros colaboradores, mas é necessário algumas reflexões, as plataformas oferecem menor parte ou quase nada do que é necessário a prestação do serviço, no caso de motoristas que prestam serviço de transporte por aplicativo em uma das plataformas eles são responsáveis por disponibilizar o veículo o aparelho smart fone para se conectar a plataforma, além de abastecer o veículo mantê-lo limpo e dispor até mesmo de troco para prestar o serviço, em contrapartida a plataforma conecta o parceiro aos possíveis clientes sem assumir nenhum risco. Empreendedores de si mesmo os colaboradores parceiros, autonomia se evidencia na ausência da plataforma nos meios de produção do serviço. Há uma substituição do “contrato salarial por uma relação contratual entre ‘empresas de si mesmo’”. Desse ponto de vista, o uso da palavra ‘empresa’ não é uma simples metáfora, porque toda a atividade do indivíduo é concebida como um processo de valorização do eu (...) A noção de ‘empresa de si mesmo’ supõe uma ‘integração da vida pessoal e profissional’, uma gestão familiar do portfólio de atividades, uma mudança da relação com o tempo, que não é mais determinada pelo contrato salarial, mas por projetos que são levados a cabo com diversos empregadores. (Laval, & Dardot, 2016).

As empresas plataforma também afirmam que seus colaboradores parceiros tem liberdade para escolherem os horários de trabalho e até mesmo a carga horária diária de trabalho, mas na prática fica evidenciado a utilização de mecanismos eletrônicos de controle por parte das empresas plataforma para garantir que o colaborador parceiro fique mais tempo a disposição para atender os usuários, um destes mecanismos são as chamadas missões que consiste em uma recompensa financeira que ofertada ao colaborador parceiro para que ele realize um determinado número de corridas. Tem também o sistema que determina o tempo máximo que um entregador tem para realizar uma entrega sob pena de não receber os bonos por não atingir suas metas forçando muitas vezes o entregador a ser imprudente no trânsito. Logaritmos executam mecanismo de controle afim de garantir o maior tempo de disponibilidade e maior eficiência e qualidade na prestação do serviço oferecido pelas empresas plataforma levando a longas jornadas de trabalho sem garantia de remuneração forçando o colaborador parceiro a abrir mão de garantias fundamentais a uma boa relação de trabalho.

Considerações finais: Conforme aponta a pesquisa realizada neste presente trabalho fica evidenciado a necessidade de mudanças em nosso ordenamento jurídico para que seja possível ao direito absorver as mudanças apontadas nas novas relações de trabalho promovidas pelas chamadas plataformas de tecnologia. Não é possível lhe dar com as mudanças promovidas pelo capitalismo para controle dos meios de produção sem enxergar que essas mudanças passam por mecanismos eletrônicos de submissão e controle. Cabe ao direito promover as mudanças necessárias para garantir equilíbrio a essa disparidade de força existente entre os trabalhadores comuns e os detentores dos meios de produção buscado sempre a garantia a defesa da dignidade

da pessoa humana. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Abilio, L. (2017) Uberização do trabalho: A subsunção real da viração, *Site Passapalavra/ Blog da Boitempo*. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Laval, C., & Dardot, P. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Brasil: Boitempo . UBER. Fatos e dados sobre a Uber. Disponível em <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>

A POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE PERFIS ANÔNIMOS EM REDES SOCIAIS E O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Alana Jéssica Gomes **DIAS** (alanajessica@hotmail.com)¹; Allan Xavier **SILVA** (allanxaviers@hotmail.com)²; Jônathas Martins **Carvalho** (jonathasapollo@gmail.com)³; Melissa Faria **Lucas** (melissa.faria12@gmail.com); Mariana De-Lazzari **Gomes**

Palavras-chave: Privacidade, redes sociais, eleições, política, internet, democracia.

APRESENTAÇÃO: Neste trabalho, foi analisado o risco que a democracia brasileira corre devido às brechas legislativas que o ordenamento possui em relação à regulamentação de criação de perfis anônimos em redes sociais, os quais foram usados nas eleições com intuito de manipular e desinformar os cidadãos brasileiros em benefício dos candidatos que estão na disputa eleitoral. Vale lembrar perfis anônimos podem ser utilizados para cometer outros crimes, como *stalker*, difamação, calúnia, racismo e entre outros. Embora o ordenamento jurídico brasileiro possua a Lei de nº 12.965/14, que regulamenta o uso da internet, ela não prevê determinações sobre as redes sociais. Com isso, o objetivo do presente trabalho é trazer à discussão a falta de normatização jurídica que regulamente a criação de perfis em redes sociais, trazendo mais segurança à democracia e sociedade brasileira. **DESENVOLVIMENTO:** Hodiernamente, o uso das redes sociais tem sido cada vez maior por parte da população, seja para lazer, entretenimento, informação ou fins lucrativos, pois é um grande veículo de comunicação em massa com alcances mundiais. Essa ferramenta tornou-se importantíssima para o exercício da manifestação de pensamento. O que, antigamente, ficava limitado aos convidados das empresas de rádio e televisão, hoje está nas mãos do povo. No entanto, apesar de as redes sociais, em consonância com a Constituição Federal Brasileira de 1988, se posicionarem contra ao anonimato em seus termos de adesão, há facilidade de se criar perfis anônimos. Dessa forma, alguns usuários têm transgredido as leis brasileiras, assim colocando em risco à sociedade, aos órgãos públicos e à democracia. O problema a ser discutido nesta pesquisa é a possibilidade da criação de perfis anônimos em redes sociais, o uso abusivo da liberdade de expressão a qual pessoas baseiam-se a fim de propagarem notícias falsas, discursos de ódio os quais se configuram em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro, ferem direitos cívicos e, por conseguinte, trazem riscos à democracia. Exemplo disso, as eleições Norte Americana (2016) e a Brasileira (2018) as quais foram conturbadas devido à polarização de ideias, extremos que cada candidato proferiu em suas falas uns contra os outros de forma anônima ou identificável e a polarização de opiniões, através das redes sociais, que prejudicaram o diálogo entre os eleitores. Ao desenvolver este raciocínio, não estaria o poder legislativo, ao não regulamentar a criação dos perfis em redes sociais, permitindo que tais atos continuem acontecendo e colocando em risco democracia? A fase inicial da internet brasileira começou no final dos anos oitenta, no entanto o seu uso para fins políticos teve seu ápice a partir de 2012, período que chamou atenção do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que tentou criar normas que protegessem os formatos pré-estabelecidos de propaganda, porém sem muita eficácia, pois as normas não exigem a definição dos responsáveis pelas fontes de informação. Essa brecha legislativa aliada permitiu a menor rastreabilidade dos responsáveis pelas divulgações as quais, segundo o autor Rodrigo Baptista, se forem *fake News*, possuem um alcance maior em relação às notícias verdadeiras. Isso é preocupante, pois, segundo o mesmo autor, 45% dos brasileiros, os quais podem estar sendo influenciados por desinformações, declararam que as decisões dos seus votos foram baseadas em informações de redes sociais. No entanto, a obra de Rodrigo mostra que a maioria dos entrevistados sabem que ocorrem desinformações e que buscam confiabilidade das fontes, ou seja, estão atentos ao que é fato ou fake, para não serem manipulados. Ademais, o público que mais foi impactado com as *fake News* foram os jovens os quais dão mais crédito às informações das redes sociais, com renda mais alta e com escolaridade mais alta também, o que mostra uma desigualdade social quanto ao acesso à internet. Além disso, vale acrescentar que quase a totalidade dos entrevistados defende a punição para quem cria ou compartilha notícias falsas pela internet, o que mostra que o legislativo não está atendendo os interesses da população em relação a esse assunto e que precisa tomar medidas para garantir a segurança à democracia brasileira e ao povo, para não serem influenciados erroneamente. A internet chegou ao Brasil no ano de 1995, trazendo praticidade para as pessoas que podiam usufruir desse meio tecnológico, porém, nos dias atuais, grande parte das pessoas possui acesso e depende do uso de dados. Com o avanço da tecnologia e o foco das pessoas voltado para internet, a televisão deixou de ser o principal meio de debate político. O acesso a dados, trouxe prós e contras no que se refere a política no Brasil e no mundo pois, com a migração dos debates político para redes sociais, com objetivo de atingir uma maior quantidade de pessoa que não eram interessadas em política, faz com que os candidatos tenham uma conduta exemplar, uma vez que qualquer pessoa comum pode se tornar um jornalista e divulgar um comportamento desfavorável, prejudicando a sua candidatura. De acordo com Alessandra Aldé, jornalista e doutora em Ciência Política, existem três tipos de perfis de internautas, o primeiro grupo são os usuários ávidos, conectados o tempo inteiro, que buscam várias fontes sobre uma mesma informação; o segundo grupo, as pessoas que estão sempre conectadas, mas não têm uso tão ativo, embora utilizem intensamente informações que estão na rede e o terceiro grupo que se torna o grande problema, pois é

caracterizado por aqueles que seguem tendências predominantes do momento, normalmente, pautadas pelos meios de comunicação de massa tradicionais. Portanto, o grande problema das eleições feitas através de mídias sociais são as pessoas que seguem tendências momentâneas ou predominantes, e as pessoas que discutem de maneira árdua na internet. Essas pessoas que seguem tendências predominantes geralmente são as mais fáceis de serem alienadas e as que mais espalham conteúdos inverídicos na internet sobre determinado candidato. Já os usuários que discutem de maneira árdua, são programados para não respeitarem opiniões adversas as deles, mesmo que haja argumentos relevantes do oponente de discussão. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Concomitantemente com o descrito neste estudo, apesar de haver vedação ao anonimato no art. 5º, inciso IV, da Constituição e as empresas de redes sociais estarem de acordo em seus termos, há possibilidade de perfis incógnitos. Diante disso, a fim de diminuir as transgressões da lei, seja na esfera penal ou cível, e a disseminação de falácias as quais, conforme o ex-designer ético do google, Tristan Harris, possuem velocidade seis vezes a mais (decorrente da repercussão) que postagens lícitas e verídicas, cabe aos legisladores complementarem a Lei nº 12.965/14 com medidas seguras de criação de perfis nas redes sociais, no intuito de coibir ilícitos, facilitar a localização dos usuários de má-fé e responsabilizá-los pelos seus atos. Vale lembrar que o autor Rodrigo Baptista, em sua pesquisa, mostra que a maior parte dos entrevistados acredita que os responsáveis devem ser punidos pela criação e compartilhamento de desinformações. Desse modo, além de o legislativo estar atendendo aos anseios da maioria, estará dificultando ou impedindo essas ações que além de poderem prejudicar um particular, podem colocar a democracia brasileira e a estabilidade social em risco. **REFERÊNCIAS** :ALVES, Felipe Malcorra. **A Revolução da internet e das redes sociais à luz da política brasileira:** uma real presença virtual. Disponível em: <http://metodistacentenario.com.br/jornada-de-direito/anais/9a-jornada-de-pesquisa-e-8a-jornada-em-extensao-do-curso-de-direito/artigos/o-direito-a-privacidade-na-sociedade-da-informacao/e5-04.pdf>. Acesso em 10 de jun. 2021 BAPTISTA, Rodrigo. **Redes sociais influenciam voto de 45% da população, indica pesquisa do DataSenado.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/12/redes-sociais-influenciam-voto-de-45-da-populacao-indica-pesquisa-do-datasenado>. Acesso em 10 de jun. 2021. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 15 de mar. 2021. BRASIL. **Lei nº 12.965/14. Marco Civil da internet.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em 16 de mar. 2021. DOS SANTOS, Tainá Turella Caetano. **Redes sociais e seu impacto na democracia atual.** Disponível em: <https://www.prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2020P17387A35202O343.pdf>. Acesso em 10 de jun. 2021. LANIER, Jaron. **Dez argumentos para você deletar agora as suas redes sociais.** Brasil: Intrínseca, 2018. SCHREIBER, Anderson. **Redes sociais, perfis falsos e liberdade de expressão.** GEN Jurídico, Rio de janeiro, 28, agosto, 2018. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2018/08/28/redes-sociais-perfis-falsos-e-liberdade-de-expressao/>. Acesso em 15 de mar. 2021. SERPRO. **Eleições e redes sociais: empoderamento ou onda de internet?.** Disponível em: <http://intra.serpro.gov.br/tema/noticias-tema/eleicoes-e-redes-sociais-empoderamento-ou-onda-de-internet>. Acesso em 10 de jun. 2021

A VIABILIDADE DO CONTRATO DE NAMORO PARA DESCARACTERIZAÇÃO DA UNIÃO
ESTÁVEL

Ana Beatriz C. COSTA (IC-beatrizcarbos@outlook.com)¹, Vanessa Silva de PAULA (IC)¹ e Danielle C. C. SILVA (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora. Centro universitário FAMINAS - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: união estável; contrato de namoro; família.

APRESENTAÇÃO: *A priori*, a Constituição Federal [1] reconhece como entidade familiar a união estável, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. Apesar disso, a sociedade contemporânea e, sobretudo o preceito sociológico de modernidade líquida, tem-se tornado perceptível a distância do interesse de constituir família. Neste viés, considera-se namoro qualificado aquele que há a convivência pública, contínua e duradoura, mas carece o *animus* de constituir família. Destarte, o presente estudo tem como escopo expor a relevância do contrato de namoro para a não caracterização de união estável. **DESENVOLVIMENTO:** À luz do exposto, resta-se evidente que o namoro qualificado difere da união estável tão somente pela ausência de *affectio maritalis*. Aduz a Súmula 382 do STF [2] que a vida sob o mesmo teto, *more uxorio*, é dispensável para a caracterização de união estável, assim, pode-se haver, para tanto, coabitação na constância de namoro, não implicando em união estável. Deste modo, nota-se que o contrato de namoro é celebrado com o fito de afastar a presunção de união estável, ante à união afetiva, através da convivência pública, contínua e duradoura, e, com a dissolução do relacionamento, não advir seus efeitos patrimoniais. Posto isto, o contrato de namoro é celebrado nos ditames previstos no Código Civil [3]. Assim, à luz do artigo 422 do CC/02, dentre outras regras, é imperiosa a observância dos princípios da probidade e boa-fé. Desta maneira, o contrato de namoro deverá ser disposto de forma condizente com a realidade do relacionamento, sob pena de nulidade por declaração mentirosa. De acordo com Maria Berenice Dias [4], o contrato de namoro possui como objetivo assegurar ausência de comprometimento recíproco e a incomunicabilidade presente e futura do patrimônio. Destarte, restando-se de comprovado que o contrato de namoro foi lavrado de forma fraudulenta e o relacionamento possuía a intenção de constituir família, visando, entretanto, a descaracterização da união estável, será anulado, de modo que haverá a caracterização de união estável e os efeitos consuetudinários, como por exemplo, direito à divisão de patrimônio, direito à herança ou pensão alimentícia. Neste sentido, sob égide do entendimento do STJ em sede de REsp 1850276/ MG [5], demonstrada a fragilidade da relação havida, configura-se mero namoro qualificado e não união estável. **CONCLUSÃO:** Assente ao exposto, verifica-se que o contrato de namoro é um instrumento recente no âmbito jurídico, visando a declaração de namoro, afastando, desta forma, os direitos inerentes à eventual caracterização de união estável. Além disso, é mister a fidelidade ao princípio da boa-fé para que o contrato de namoro alcance sua devida função. Urge salientar, por fim, que o contrato em comento é relevante para a caracterização da inexistência de união estável, haja vista que se trata da manifestação de vontade das partes em não constituir família. Destarte, havendo o desígnio de assegurar o patrimônio na constância do namoro e o ausente o *animus familiae*, faz-se imprescindível a celebração do contrato de namoro. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Constituição de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial Brasília, DF. [2] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 382. A vida em comum sob o mesmo teto, *more uxorio*, não é indispensável à caracterização do concubinato.. Diário da Justiça: Brasília, DF. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2488>. Acesso em: 25 de maio de 2022. [3] BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil de 2002**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. [4] DIAS, MARIA BERENICE. Manual de Direito das Famílias. 14ª ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Editora JusPODIVM, 2021. [5] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1850276/ MG**. Relator: Ministro Marco Buzzi – Decisão Monocrática. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, 01 de abril de 2020. Disponível:<https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?livre=HELIANA+BARBOSA+LIMA&b=DTXT&p=true&tp=T>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

ASPECTOS SOCIOJURÍDICOS DO FEMINICÍDIO

Edivani Viana PEREIRA (IC - edivanepereira@hotmail.com)¹e Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO (PQ)²
1-Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: feminicídio, gênero, violência contra mulher

APRESENTAÇÃO: Presente desde os primórdios, a violência contra a mulher tem, nos últimos anos, aumentado ainda mais a inquietude social, frente o grau de barbárie presente nas práticas violentas, o que enaltece a concepção de ódio que acompanha a sociedade moderna e, em especial, o ódio vinculado ao gênero. Como o ordenamento jurídico deve acompanhar as mudanças e anseios sociais, vem, neste sentido, se aperfeiçoando, por meio de normas que tentam prevenir e coibir esta violência, por meio da tipificação do feminicídio, mas também pela busca do fortalecimento de equipamentos mobilizadores que protejam as vítimas e punam seus agressores. Dessa forma, este trabalho objetiva analisar os aspectos sociojurídicos do feminicídio. Para tanto, foi utilizado o método teórico-jurídico, com técnica de pesquisa bibliográfica. **DESENVOLVIMENTO:** Uma das referências mais importantes na proteção das mulheres frente à violência doméstica foi a Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006 [1], engendrando no Brasil o processo de inspeção de políticas públicas em amparo aos direitos humanos das mulheres. Mesmo com a concretização da referida lei foi necessário reconhecer o feminicídio como um novo tipo penal, previsto no Código Penal Brasileiro. Por meio da Lei nº 13.104/2015 [2] o feminicídio foi tipificado como conduta criminosa, com o intuito de promover a justiça de gênero, com o pressuposto de diminuir a segregação ainda presente no Direito e no Poder Judiciário. Tal reconhecimento se deu, sobremaneira, por conta da promoção de poder, autoridade e afirmação político das mulheres, que passam a se reconhecer como sujeitos sociais detentores de direitos, visando reconhecimento da própria sociedade. Como a violência está arraigada nas estruturas sociais, o feminicídio é uma classe em construção no Brasil, tanto no campo social quanto no campo jurídico. Dessa forma, a tipificação do feminicídio tem por objetivo contribuir para a construção de políticas públicas de enfrentamento a essa forma excepcional de violência. A perspectiva mais relevante da tipificação é destinar foco para o fenômeno e promover uma maior compreensão sobre sua proporção e perfil nas diferentes realidades vividas pelas mulheres no país, possibilitando, assim, a evolução das políticas públicas para coibir tal ato [3]. Em suma, com relação aos direitos das mulheres, foram muitas mudanças nos discursos, nas searas legislativa e jurídica. Em que pese a deliberação primordial, diante da dívida que a sociedade possui para com as mulheres, a normatização do feminicídio é apenas um dos meios de transformações que o Estado deve efetuar a fim de modificar essa realidade, especialmente no que tange ao comportamento do agressor frente ao ciclo de violência envolvido na violência contra a mulher, exigindo da administração pública, em todos os âmbitos, ainda mais zelo, atenção e postura ativa dos gestores. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante das observações dos aspectos analisados no estudo em questão, a gênese historicamente construída de violência determinada às mulheres tem seus moldes promovidos pela dominação, patriarcalismo e obediência fundamentado em um sistema que assegura a subordinação do outro. Um modelo social que viola direitos, submete as mulheres em condição inferior em relação aos homens, testificada entre tantos tipos de violência, sendo a mais grave o feminicídio. Visando coibir tais atos, a Lei do Feminicídio de 2015 reconhece o homicídio de mulheres como crime hediondo. Em suma, modificar essa realidade demanda que políticas públicas voltadas para o combate à violência contra a mulher e o feminicídio sejam reconhecidas como política de Estado, pois a morte de mulheres, sequente da discriminação e violência de gênero, afronta o alicerçamento dos direitos humanos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] **Presidência da República. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: 12 de abr. 2022. [2] **Presidência da República. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 12 de abr. 2022. [3] PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs.). **Feminicídio invisibilidade mata.** Fundação Rosa Luxemburg. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

ASSÉDIO SEXUAL DE PROFESSORES CONTRA ALUNOS

Mickaelly Victtoria Silva Picoli CAETANO (IC – mickaellycaetano@gmail.com)¹, Thaysa Navarro de Aquino Ribeiro (PQ)²

1-Curso de Direito; 2. Professor(a) Centro Universitário FAMINAS – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Assédio sexual, professores, alunos.

APRESENTAÇÃO: O crime de assédio sexual é tipificado no art. 216-A do CP e consiste em constranger alguém com o intuito de obter vantagem sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou de ascendência (condição de mando) inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. É, em síntese, a insistência importuna de alguém em posição privilegiada, que usa dessa vantagem para obter favores sexuais de um subalterno. A doutrina discute se é possível o assédio sexual do professor contra o aluno. A controvérsia nasce a partir da interpretação que se pode conferir às expressões “superioridade hierárquica” e “ascendência”, condições elementares do tipo. O doutrinador Luiz Regis Prado argumenta que a ascendência, elemento normativo do tipo, não se exige uma carreira funcional, mas apenas uma relação de domínio, de influência, de respeito e, até mesmo, de temor reverencial, sendo esta a relação professor-aluno em sala de aula [1]. **DESENVOLVIMENTO:** São várias as condutas do assédio, como por exemplo, importunar, molestar com perguntas ou pretensões, gesticular, expressões verbais ou escritas, imagens transmitidas, comentários, ainda que sutis, entre outros. O assédio sexual na relação de professor-aluno também pode consistir no constrangimento oriundo de cantadas e ameaças visando a obtenção da vantagem sexual. Segundo o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Rogério Schietti Cruz, é evidente a ascendência, em virtude da função – outro elemento normativo do tipo –, dada a atribuição que tem a cátedra de interferir diretamente no desempenho acadêmico do discente, situação que gera no estudante o receio da reprovação. Recorda-se que o professor está presente na vida de crianças, jovens e também adultos durante considerável quantidade de tempo, tornando-se exemplo de conduta, guiando-os para a formação cidadã e profissional, motivo pelo qual a ascendência constante do tipo penal não pode se limitar à ideia de relação empregatícia entre as partes. Nessa perspectiva, no crime de assédio sexual, exige-se a finalidade de obter vantagem ou favorecimento sexual, o que na doutrina clássica se chama de “dolo específico” [2]. Outrossim, para Fernando Capez, no caso de professor que assedia sua aluna, ameaçando-a no desempenho escolar, constrangendo-a com a possibilidade de sua reprovação, caracteriza-se uma relação de sujeição autorizadora do assédio sexual [3]. Destarte, a responsabilização penal de autores de crime não é afastada pela aceitação social da conduta imputada ao professor, sob pena de permitir-se a sujeição do poder punitivo estatal às regionalidades e diferenças socioculturais existentes em um país com dimensões continentais e de tornar írrita a proteção legal e constitucional outorgada a específicos segmentos da população. **CONCLUSÃO:** Conquanto não haja pacificação doutrinária acerca do tema, reputa-se incabível desconsiderar a relação de superioridade hierárquica entre professor e aluna, nas hipóteses em que aquele se vale da sua profissão para obter vantagem sexual. Vale dizer, ignorar a notória ascendência que o mestre exerce sobre os pupilos é, equivocadamente, desconsiderar a influência e, mormente, o poder exercido sobre os que admiram, obedecem e, não raro, temem aquele que detém e repassa o conhecimento. Por todo o exposto, releva-se patente a aludida ascendência, em virtude da função, haja vista que os constantes assédios e procuras de professores contra alunos se dão somente em virtude da condição de professor. **AGRADECIMENTOS:** Ao Centro Universitário Faminas pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro: parte especial*. Editora Forense. 18ª Edição, 2020. [2] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.730.287 – SC. Relator: Rogério Schietti Cruz – Sexta Turma. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, 19/12/2019. Disponível em: Acesso em: 12 de maio de 2022. [3] CAPEZ, Fernando. *Curso de Direito Penal - Volume 1*. Editora Saraiva Jur. - 26ª edição, 2022.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CONFLITO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS: A LIBERDADE DE EXPRESSÃO VERSUS OS DIREITOS DE PERSONALIDADE

Mickaelly Victtoria Silva Picoli CAETANO (IC – mickaellycaetano@gmail.com)¹, Thaysa Navarro de Aquino Ribeiro (PQ)²

1-Curso de Direito; 2. Professor(a) Centro Universitário FAMINAS – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Liberdade de Expressão, Personalidade.

APRESENTAÇÃO: Se de um lado a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, incisos IV, IX e XIV, permite a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, de outro, no inciso X do mesmo artigo, oferece proteção aos direitos de personalidade da pessoa, quais sejam: intimidade, a vida privada, a honra e a imagem. O princípio basilar da liberdade de expressão é o princípio democrático, previsto no artigo 1º, da Carta Magna, uma vez que se fosse proibida, não se poderia considerar o Estado como sendo Democrático de Direito. Já os direitos de personalidade têm fundamento no Princípio Da Dignidade Da Pessoa Humana, descrito, igualmente, no artigo 1º da Constituição Federal, em seu inciso III. Todavia, imperioso salientar que a Constituição, ao reconhecer a liberdade de expressão como um direito fundamental, também assegura que serão aplicadas sanções proporcionais, em caso de seu exercício abusivo, caso, por exemplo, fira direito da personalidade de outrem [1].

DESENVOLVIMENTO: Ambos os direitos – de expressão e personalidade – devem respeitar as limitações inerentes à sua eventual subordinação a outros interesses superiores ou de igual valor. Para solucionar o conflito da colisão entre os direitos fundamentais, deve-se analisar cada caso concreto. Isso se deve, principalmente, ao fato de não haver hierarquia entre as normas constitucionais. Cada caso concreto possui suas particularidades e, é em função delas, que se deve submeter cada caso à um processo de ponderação, através do qual será encontrada a solução adequada. Para que o intérprete possa fazer a ponderação entre a liberdade de expressão e os direitos de personalidade, é necessário que ele observe determinados parâmetros: veracidade dos acontecimentos, licitude do meio empregado na obtenção da informação, personalidade pública ou estritamente privada da pessoa objeto da notícia, local do fato, natureza do fato, existência de interesse público na divulgação. A liberdade de expressão é uma característica do Estado Democrático. Desta forma, a circulação de notícias faz parte da natureza deste sistema. Assim sendo, a publicação de informações que são de interesse público geral será considerada válida e legítima. Não obstante, ao analisar o direito ao esquecimento à luz da liberdade de expressão, o que é importante observar é se existe algum interesse público atual na divulgação daquela determinada informação. Se houver, a sua publicação será considerada lícita. Se não houver, o direito ao esquecimento poderá ser exercido e a publicação da informação deverá ser impedida, podendo, inclusive, gerar indenização por danos morais àquele que possui o direito ao esquecimento. Assim sendo, pode-se dizer que o direito ao esquecimento atua como forma de limitar o direito de expressão, na medida em que impede que determinadas informações sejam publicadas, protegendo os direitos à personalidade de outrem [2].

CONCLUSÃO: Conclui-se, portanto, que a liberdade de expressão não é um direito absoluto. A própria Constituição, ao mesmo tempo que permite a liberdade de expressão, impõe limites, na medida em que assegura sanções proporcionais em caso de seu exercício abusivo. O direito ao esquecimento cuida de limitar a liberdade de expressão, conferindo àqueles que querem que determinado fato ocorrido em sua vida seja esquecido pela sociedade. Desta forma, o direito ao esquecimento garante que determinadas informações, que não são de interesse público atual, tenham sua publicação impedida. Este direito ao esquecimento está intimamente ligado aos direitos de personalidade, que também estão previstos e protegidos pela Constituição Federal.

AGRADECIMENTOS: Ao Centro Universitário Faminas pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARVALHO, Luiz Gustavo Grandinetti Castanho de. Direito à informação X direito à privacidade. O conflito de direitos fundamentais. Fórum: Debates sobre a Justiça e Cidadania. Revista da AMAERJ, n. 5, 2002. [2] NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Liberdade de Expressão versus Direitos da Personalidade. Revista CEJ, Brasília, Ano XIII, n. 45, p. 4-13, 2009.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

CPI: UMA ANÁLISE JURÍDICO HISTÓRICA DO INSTITUTO

DANIEL OLIVEIRA SANTOS (danielmgoliveira@gmail.com) e **RENATA ESTEVES FURBINO**
(renata.furbino@professor.faminas.edu.br)

1. Curso de Direito; 2. Professora Renata Esteves Furbino - Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS
– 31744-007 – Belo Horizonte – MG

Palavras-chave: inquérito, constituição, sucessão histórica.

APRESENTAÇÃO: O Poder Legislativo possui incumbências típicas e atípicas, como a função de criar e alterar leis, fiscalizar atos do Poder Executivo, e a de investigação, por meio das Comissões Parlamentares de Inquérito. À primeira vista, a função de investigar se demonstra como atípica, mas possui um encargo que lhe faz jus às incumbências do Poder Legislativo, conforme demonstrado a seguir. **DESENVOLVIMENTO:** A Comissão Parlamentar de Inquérito surge a partir do fortalecimento dos parlamentos nacionais frente ao absolutismo, à medida que os parlamentos evoluíram e as competências do Estado foram delimitadas, o Poder Legislativo ganha destaque merecido, principalmente em regimes parlamentaristas. A primeira comissão instituída, em 1689, juntamente com a Revolução Gloriosa, exercendo papel de controle e fiscalização. Foi constitucionalizado na Europa pela Constituição de Weimar, 1919, seguido de outros países europeus, e nas Américas, 1872, na Argentina, por uso costumeiro, e constitucionalizada em 1918 no Uruguai. Em solo americano, não há menção na “Bill of Rights” de 1787 sobre as CPIs, visto que o direito americano adota o *Common Law*, em condição peculiar, podendo aprovar projetos de lei dispensando apreciação da Casa dos Representantes. No Brasil, observamos uma singularidade, a instauração da primeira CPI se deu antes mesmo da publicação da Constituição de 1824. A primeira previsão constitucional se deve a Constituição de 1934, e a partir desta, todas as demais constituições vieram a conservar o instituto, com exceção da Constituição Polaca de 1937, caracterizada pelo autoritarismo. A Constituição Imperial de 1824 talvez não viesse a prever a CPI por firmar-se no entendimento de que apenas um poder se sobreporia aos demais, o Poder Moderador, e assim, omitiu-se quanto ao tema. A Constituição de 1891 também não previa o instrumento da CPI. Entretanto, 19 inquéritos foram instaurados, sendo que nenhum levou a cabo sua missão. Na Constituição de 1934 havia expressa previsão instrumental, entretanto, a abertura da possibilidade era vedada ao Senado Federal, pelo seu status de Câmara Alta. Ficava implícito uma divisão de classes entre deputados e senadores, sendo a CPI uma espécie de bravata e histeria sem frutos prevista apenas aos representantes da Câmara Baixa. Após a Constituição de 1937, o instrumento voltou com a Constituição de 1946 com a admissibilidade legítima ao Senado Federal em realização de inquéritos, além da observação da proporcionalidade partidária. As Constituições do período militar de 1967 e 1969, pasmem, preservaram e otimizaram as CPIs, prevendo a forma conjunta (CPMI) e prazo certo para findar as averiguações. Já a “Constituição Cidadã” de 1988, inseriu a equiparação dos poderes dos órgãos judiciários e das polícias às CPIs, dando mais mobilidade e abrangência às suas tomadas de decisões. A elevação dos poderes investigativos contribuiu para a majoração do instituto, tornando-se um foro investigativo de fatos relevantes, não mera pressão política, com fundamentação prescrita no texto constitucional de 1988, Leis nº 1.579/1952, nº 10.001/2000 e nº 10.679/2003, e regimentos internos legislativos e de aplicação subsidiária das diretrizes do CPP. A natureza jurídica da CPI encontra elementos interseccionais com a natureza jurídica do Poder Legislativo, quais sejam o exercício das funções representativas e fiscalizadoras, servindo como mecanismo de equilíbrio entre minoria e maioria, pois enquanto a maioria funciona pela quantidade de sua bancada, a minoria trabalha pela pressão constante, principalmente em temas caros a sua agenda. Entretanto, esse mecanismo de equilíbrio não pode ferir o princípio da colegialidade, pois o § 1º do art. 58/CF garante representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que se assentam na respectiva casa, limitando-se pela divisão constitucional de competências. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A CPI entendida como assevera Pontes de Miranda, sendo um comportamento de resistência da minoria na luta democrática, não pode ser obstaculizada pela atuação da Maioria da Casa, do Poder Executivo, da Mesa Diretora ou da Presidência da Casa. Assim, cumpridos os requisitos legais, a CPI deve ser prontamente instaurada. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS e a Unidade de Ensino de Belo Horizonte pelo apoio concedido pelo corpo docente. **BIBLIOGRAFIA:** SANDOVAL, Ovídio Rocha Barros. CPI ao pé da letra. Campinas: Millennium, 2001.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

**DESINFORMAÇÃO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO: O QUE ESPERAR DAS REDES SOCIAIS
EM ANO ELEITORAL?**

Gabriella Nogueira Kern e Rosana Costa Freire, Mariana De-Lazzari Gomes

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS- Belo Horizonte- MG*

Palavras-chave: Desinformação, liberdade de expressão, redes sociais

APRESENTAÇÃO: Enquanto direito fundamental reconhecido tanto na Constituição Federal de 1988 quanto por inúmeros tratados e declarações internacionais, a liberdade de expressão é um direito individual que tem impactos sociais e coletivos. Assim como outros direitos de caráter principiológico, precisa ser analisado dentro do contexto e em relação a outros direitos fundamentais. Os incisos I e III da Constituição Federal de 1988 trazem, respectivamente, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político como fundamentos de nossa República, sendo o que o artigo 5º, em seu caput, garante a igualdade de todos perante a lei e, em seu inciso IV, assegura ser livre a manifestação do pensamento sendo vedado o anonimato” A mídia já é regulada, com limites constitucionais e legais. Já nas redes sociais a questão está na responsabilização de quem escreve, o que, atualmente, desenvolve um papel crucial na formação da opinião pública, conformando um cenário de desinformação. No Brasil, três em cada quatro brasileiros têm acesso à ‘internet’ e as informações do mundo inteiro em tempo real, isso significa que 75% da população está exposta a notícias falsas e aos danos que elas podem causar. Mediante o contexto, o presente estudo pretende abordar os efeitos nocivos que a disseminação de notícias falsas a desinformação e a liberdade de expressão nas redes sociais podem refletir nas eleições.

DESENVOLVIMENTO: Ninguém pode duvidar da relevância da internet para a construção de uma sociedade melhor. De outro lado, surgem relevantes preocupações com a privacidade e com o impacto sobre as preferências das pessoas. As notícias falsas deterioram a qualidade da democracia, porque produzem um cenário falso que interfere ilegítimamente no processo de escolha dos eleitores. O tema da desinformação, ou “fake News”, como ficou popularmente conhecido, tornou-se um dos principais na agenda de debates acerca da recente crise das democracias. A desinformação é entendida como informação comprovadamente falsa ou enganadora que é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens econômicas ou para enganar deliberadamente o público. A liberdade de expressão trata-se de direito fundamental constitucionalmente previsto e de elemento central para a existência da democracia. As redes sociais são por excelência espaços virtuais de comunicação com pouca limitação aos usuários e, com um único clique, milhares de pessoas são alcançadas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Na comparação com a última disputa presidencial, haverá mais instrumentos jurídicos, de um lado, para combater mensagens falsas e campanhas de ódio. O principal movimento vem do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que aprovou resoluções as quais miram o impacto da desinformação sobre o processo eleitoral e deve adotar uma postura mais rígida nesse ano. É possível, sem desfigurar a liberdade de expressão dos usuários, aprimorar a internet e as redes sociais com a adoção de ferramentas simples, mas que promovem resultados sociais benéficos, e necessária a reestruturação nas leis que visem ao combate a fake News e a proteção de dados e controle de matérias ou notícias que venham a vincular falsamente. É necessária, ainda, a adoção de novas tecnologias e metodologias para melhoria. Apesar de tais esforços, todo cuidado na rede é válido, como a boa e velha pesquisa ao receber conteúdos de fontes duvidosas e, principalmente, a busca por informações em canais confiáveis. Apenas com conteúdo de qualidade é possível formar a opinião de uma forma realmente livre. **REFERÊNCIAS:** BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União. Brasília, 08.out.1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 abril de 2022. BUCCI, Eugênio, **existe democracia sem verdade factual?** Organizado por Lucia Santaella. Barueri-SP. Estação das letras e cores, 2019. GIGANTE, Natalia, **Desinformação e liberdade de expressão**. 2022. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/360266/o-que-esperar-das-redes-sociais-em-ano-eleitoral>. Acesso em 08 de abril de 2022. KANAYAMA, Rodrigo Luís, **Liberdade de Expressão, Redes Sociais e a Democracia** 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jul-10/observatorio-constitucional-liberdade-expressao-redes-sociais-democracia>. Acesso em 09 de abril 2022. **Área do Conhecimento 6.01.00.00-1 - Direito**

**DIREITO AO ESQUECIMENTO *VERSUS* EXPOSIÇÕES MUDIÁTICAS: UMA ANÁLISE DA
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA**

Karen Luane **RIBEIRO** (IC-karenluaneribeiro@hotmail.com) ¹; Pedro **FRAGA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor. *Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS - 36880-000- Muriaé- MG*

Palavras-chave: direitos da personalidade; liberdade de imprensa; imprensa.

APRESENTAÇÃO: O mundo digital decorrente de grandes inovações tecnológicas permite uma ampla divulgação de conteúdos, em variados meios. Com o subterfúgio de manter a sociedade informada, porém, a liberdade de expressão e de imprensa muitas das vezes extrapolou preceitos éticos e íntimos de cidadãos, gerando imbróglis jurídicos que vieram a desaguar no Poder Judiciário. O presente resumo pretende, com abordagem qualitativa, analisar tal embate de direitos fundamentais, identificando o tratamento dado pelos tribunais pátrios ao se debruçarem sobre o tema, o qual veio a ser conhecido na doutrina brasileira como o Direito ao Esquecimento. **DESENVOLVIMENTO:** O Direito ao Esquecimento está intimamente voltado à proteção dos direitos inerentes ao indivíduo, tais como a vida, a honra, intimidade e a privacidade, estando entrelaçado ao princípio da dignidade da pessoa humana previsto no art. 1º, III, da Constituição de 1988, princípio este basilar e essencial ao Estado Democrático de Direito [1]. Segundo a concepção doutrinária, o direito ao esquecimento vem tratar da possibilidade de as pessoas evitarem ou restringirem fatos passados de suas vidas, para que não retornem a ter ênfase na mídia, prestigiando, assim, os direitos da personalidade. Insta salientar que, apesar de o Direito ao Esquecimento não possuir uma norma específica para solucionar seus litígios, podemos considerar a Lei nº 12.965/2014, que assegura por meio da imposição de princípios e garantias a respectiva proteção à privacidade e os dados pessoais divulgados na Internet, conforme prevê o art. 3º, II e III e o art. 7º, I, desta Lei, que possibilita a indenização por dano moral e material em caso de descumprimento [2]. Em contrapartida, a liberdade de imprensa, prevista no art. 220 da Carta Magna, decorre da liberdade de expressão consagrada em seu art. 5º, IV e IX, ambas consideradas valores intrínsecos à Democracia. A liberdade de imprensa, por meio dos veículos de comunicação, tem por objetivo transmitir os acontecimentos e fatos relevantes de forma transparente, fundamentando-se no direito à informação da sociedade. Neste viés, o Supremo Tribunal Federal, em 2021, manifestou-se sobre o tema por meio do Recurso Extraordinário nº. 1010606, cujo julgamento concluiu que é incompatível com a Constituição Federal a ideia de um direito ao esquecimento que possibilite impedir, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos em meios de comunicação. Percebe-se pelo julgado, portanto, que o Supremo privilegiou a liberdade de imprensa e de expressão, contudo deixando claro que eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, com base em parâmetros constitucionais e na legislação penal e civil [3]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É de suma importância considerar que os direitos fundamentais expostos, apesar de conflitarem entre si, representam parâmetros constitucionais imprescindíveis ao exercício da Democracia, sem que haja relação de superioridade entre eles, mas devem se pautar no critério da ponderação de valores, conforme análise do caso concreto. **AGRADECIMENTOS:** À Faminas, pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 03.05.2022. [2] FUJITA, J. S.; BARRETO JUNIOR, I. F. O Direito ao Esquecimento e a Liberdade de Informar na sociedade da Informação. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v.25, n.2, p.5-27, 2020. [3] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário RE 1.010.606**. Rio de Janeiro - RJ, 4 de fevereiro de 2021. Relator: Ministro Dias Toffoli. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE1010606VOTOMDT.pdf>>. Acesso em: 03.05.2022.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: UM NOVO CENÁRIO PÓS-PANDEMIA

Emanuele Cristina de **Paula** (IC – emanuelepaula65@gmail.com)¹ Wilson Sebastião Rodrigues **Soares** (PQ – wilsonsr@hotm.com)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-chave: informatização; judiciário; processo civil.

APRESENTAÇÃO: A globalização intensificou a transferência de informações, produtos e serviços, o que provocou expressivas mudanças na vida em sociedade, inclusive no sistema judiciário. Antes da pandemia da COVID-19, algumas inovações tecnológicas decorrentes desse fenômeno estavam sendo inseridas no poder judiciário brasileiro, no entanto, devido à crise de saúde pública e aos protocolos sanitários derivados dela, foi necessário ampliar rapidamente essas medidas. Assim, é de extrema importância a realização de pesquisas sobre as modificações ocorridas, mais especificamente, no direito processual civil. Nesse sentido, o presente trabalho tem o objetivo de analisar e discutir, por meio de revisão bibliográfica, algumas medidas adotadas pelo sistema judiciário brasileiro, que a princípio teriam caráter temporário, mas que hoje apresentam grande potencial de permanência, analisando também, possíveis cenários para o Processo Civil no pós-pandemia.

DESENVOLVIMENTO: A respeito do processo civil, Cândido Rangel Dinamarco afirma que “o processo é uma técnica para a solução imperativa de conflitos, criada a partir da experiência dos que operam nos juízos e tribunais” [1]. Desse modo, é evidente suas contribuições para a sociedade. A promulgação da Lei nº 11.419 de 19 de dezembro de 2006 [2] foi um grande avanço na legislação do país, pois informatizou a prática dos atos processuais e instituiu o processo eletrônico. Dessa forma, no decorrer dos anos várias adaptações foram realizadas e a tecnologia passou a desempenhar um papel importante na prestação jurisdicional. Com a eclosão da pandemia provocada pelo novo coronavírus e o estabelecimento do distanciamento social, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da resolução nº 313 de 2020, [3] implementou o regime de plantão extraordinário com o intuito de preservar direitos, como o acesso à justiça. Nesse contexto, foi imprescindível a aplicação de intervenções alternativas como: o teletrabalho, a utilização com mais frequência do processo eletrônico, a ampliação da quantidade de audiências realizadas por videoconferência, a realização da digitalização em massa de processos físicos e a implementação do atendimento remoto. Tais medidas, proporcionaram uma otimização do tempo e possibilitaram encerrar muitas demandas rapidamente, por meio de audiências de conciliação virtuais. O que fez com que os advogados se reinventassem e começassem a exercer a profissão no ambiente digital. No entanto, embora essas ações sejam as mais viáveis no momento, para permanecerem em vigor, existem problemáticas que deverão ser solucionadas, como: a prestação jurisdicional a grupos hipossuficientes, que possuem menor acesso a essas ferramentas, os danos causados pela rede instável de internet e outros que possam acarretar prejuízos às partes envolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Dadas as premissas discutidas, ficou evidente que o judiciário e a advocacia nunca mais serão os mesmos após a pandemia. Notou-se que as medidas de informatização adotadas geraram resultados positivos, pois deram maior celeridade ao processo. Por conseguinte, o novo cenário do direito processual civil será marcado pela inserção dos advogados no mercado de trabalho digital, realização de audiências por vídeo chamada, assistência virtual e outras inovações tecnológicas, intercaladas com os serviços presenciais. Destarte, para que essas mudanças sejam eficientes a longo prazo, será necessário que ocorram investimentos para que todos consigam ter acesso à justiça de forma igualitária.

BIBLIOGRAFIA: [1] DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. Teoria geral do novo processo civil. 3. ed. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2018. [2] BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111419.htm>. Acesso em: 03 mar. 2022. [3] CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Resolução No 313 de 19/03/2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3249>. Acesso em: 06 mar. 2022.

Área do Conhecimento (CNPQ): 6.01.00.00-1 - Direito.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SEUS REFLEXOS NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Sara AMORIM (IC – sara.demarque@gmail.com)¹, Maria Julia SOUZA (IC)¹ e Thaysa RIBEIRO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Dados, empresas, legislação.

APRESENTAÇÃO: Com a publicação do Código Civil de 2002 foi assegurado a todos os cidadãos o direito fundamental à inviolabilidade da vida privada. Porém, com o passar do tempo esse direito foi sendo negligenciado por pessoas jurídicas e naturais, que coletavam dados de seus clientes e funcionários visando vantagens econômicas. Sendo assim, fez-se necessário a implementação, no Brasil, da Lei nº 13.709/2018, intitulada de Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Assim, o objetivo desse artigo é estudar essa lei tão importante e seus reflexos nas relações do trabalho. **DESENVOLVIMENTO:** Com o frequente aparecimento de escândalos nas empresas por conta de seus algoritmos, que fornecem anúncios personalizados, com base no perfil traçado das pessoas, surgiu-se a necessidade de debater sobre a ética desse procedimento, no qual as informações são geradas pelo processamento e análise do material que é a princípio ofertado por todos de modo gratuito. Contudo, o que a maioria desses indivíduos não sabem é que essas informações pessoais são coletadas por meio de diversas ferramentas tecnológicas utilizadas cotidianamente, um exemplo, são os “cookies”, presentes em “sites”, que coletam seus dados pessoais ao serem aceitas determinadas condições para visualizar o conteúdo da página [1]. Esta situação deixa claro que as pessoas deveriam ter o direito de saber como seus dados serão utilizados, quando, por quanto tempo e por quem, o que só foi possível com a criação de novas legislações, como a LGPD que trata sobre os dados das pessoas naturais dispostos tanto em meios físicos quanto digitais e afirma que para que se possa ter os dados de um indivíduo é preciso que se defina um prazo e uma finalidade. Dessa forma, para fiscalizar essas ações, a Lei nº 13.709/2018 também trouxe modificações nas rotinas trabalhistas, uma vez que esta protege os direitos fundamentais de liberdade e privacidade da pessoa natural, nesse caso, o trabalhador, que como sujeito de direito da relação contratual, faz com que as empresas de direito público e privado devam se adequar à essa legislação. Essa adequação pode ocorrer por meio da identificação, análise e verificação do armazenamento dos dados, também, faz-se necessário limitar a quantidade de funcionários que tem acesso a essas informações, bem como capacitar estes quanto ao comportamento que devem ter diante às modificações geradas por esta lei. Embora, atualmente haja práticas, como as vistas anteriormente, que visam minimizar o uso irrestrito dos dados pessoais, não se pode esquecer o que ocorreu no passado, um episódio revelado em janeiro de 2021, que foi o vazamento de dados de mais de 223 milhões de brasileiros, incluindo falecidos, que ainda não foi resolvido pela polícia [2]. Além disso, soma-se o fato de o Brasil ter sido um dos últimos países a integrar essa lei, o que expôs à fragilidade milhões de pessoas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em face do exposto, observa-se que, atualmente, a sociedade encontra-se totalmente afetada pela coleta imoderada de dados pessoais, sendo assim, a proposição de um modelo mais ético, mais justo e menos discriminatório para o uso desses dados é importante. Dessa forma, para minimizar o entrave devem ser levadas em consideração a implementação da LGPD, bem como sua fiscalização de forma efetiva, no âmbito nacional, tendo como base o uso não abusivo para fins econômicos dos dados pessoais e a proteção destes que pode ser realizada, por exemplo, por meio da criptografia dos bancos de dados das empresas. **AGRADECIMENTOS:** À professora Thaysa pela realização do trabalho e à FAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] OLIVEIRA, Kaynã. **Coleta de dados pessoais pelos “cookies” só pode ser feita com consentimento.** Jornal da USP. 06 nov. 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/?p=368360>>. Acesso em: 25 mai. 2022. [2] ARAGÃO, Alexandre. **5 grandes vazamentos de dados no Brasil - e suas consequências.** JOTA. 28 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.jota.info/tributos-e-empresas/mercado/vazamentos-de-dados-no-brasil-28012022>>. Acesso em: 26 mai. 2022.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00.1 – Direito

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E HATE SPEECH NO BRASIL: O CASO ELLWANGER

Karen Luane **RIBEIRO** (IC-karenluaneribeiro@hotmail.com)¹; Pedro **FRAGA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor. Centro Universitário FAMINAS - 36880-000- Muriaé- MG

Palavras-chave: direitos fundamentais; liberdade de expressão; *hate speech*.

APRESENTAÇÃO: A liberdade de expressão é essencial e fundamental ao Estado Democrático de Direito, influenciado pela Revolução Francesa de 1789, que honrava o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” e lutava contra o absolutismo da época. A liberdade de expressão, como um dos direitos fundamentais de Primeira Geração, resguarda todos os meios e formas de expressão de opiniões e pensamentos dos indivíduos em face do controle do Estado. Contudo, o denominado *hate speech*, ou seja, o discurso de ódio propagado por determinadas pessoas ou grupos, impregnado de falas e expressões discriminatórias, impõe questionamentos aos limites de tal liberdade. Este resumo, por meio de abordagem qualitativa, trará breves reflexões sobre o tema.

DESENVOLVIMENTO: O Estado Democrático de Direito encontra nítida observância aos direitos e garantias dispostos pela Constituição Federal de 1988. A liberdade de expressão, neste contexto, está prevista no art. 5º, IV e X, da Carta Maior. Esta garantia é imprescindível para a dignidade humana individual, promovendo, deste modo, a liberdade da manifestação do pensamento e assegurando a pluralidade de posicionamento, seja pelo viés político, econômico e social, sendo vedada a censura ou qualquer outro meio que possa impedir o seu pleno exercício na sociedade [1]. Ressalta-se também, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Organizações das Nações Unidas, outro documento fundamental e garantidor de direitos e liberdades indispensáveis, dispõe a respeito de tal direito, incorporando-o como ilimitado e determinante para a democracia. Todavia, a liberdade de expressão não é um direito absoluto, podendo sofrer limitações, uma vez que não pode ferir direito de outrem baseando-se em declarações hostis [2]. Em virtude disso, o *hate speech*, denominado como discurso de ódio propagado e concebido pela sociedade, referencia-se por ofensas e preconceitos que ensejam a violência contra determinados grupos sociais e indivíduos, seja por questões econômicas, políticas e sociais. Deste modo, o discurso de ódio mitiga o direito à liberdade de expressão quando abordado de maneira inadequada, caracterizando-se como expressão livre e desimpedida do pensamento. O Supremo Tribunal Federal manifestou-se de forma contundente ao caso de Siegfried Ellwanger, editor e escritor, que em uma de suas obras proferiu discursos tido como inspirados em ideais nazistas e antisemitas. Foi sentenciado pelo crime de racismo, demonstrada a sua clara intolerância racial contra os judeus, configurando o *hate speech* disseminado em seus livros contra o grupo étnico religioso, com o objetivo de promover a sua exclusão social. Neste viés, perante a análise do HC 82.424/RS julgado em 2003, entendeu-se que houve ofensa ao direito à liberdade de expressão, sendo inadmissíveis manifestações de cunho imoral como as perpetradas por Ellwanger na ocasião [3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante do exposto, é de suma importância resguardar o princípio da liberdade de expressão, que mesmo sofrendo limitações, demonstram que o direito individual de um indivíduo não pode se sobressair ao de outrem quando este carrega exposições preconceituosas e ofensivas, infringindo o insculpido em nossa Carta Magna. Portanto, o *hate speech* revela-se como ato importunador ao Estado Democrático de Direito, sendo necessário contê-lo em respeito às garantias e direitos fundamentais e à paz social.

AGRADECIMENTOS: À Faminas, pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 27.04.2022. [2] BRASIL. **Direitos Humanos: atos internacionais e normas correlatas**. 4ª ed. Brasília: **Senado Federal - Coordenação de Edições Técnicas**, 2013. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508144/000992124.pdf>>. Acesso em 27.04.2022. [3] NAPOLITANO, Carlo José; STROPPIA, Tatiana. O Supremo Tribunal Federal e o discurso de ódio nas redes sociais: exercício de direito versus limites à liberdade de expressão. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, nº 3, p. 313-332, 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

O CONFLITO NA UCRÂNIA E O DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS

Vinicius CAMPOS (IC-viniciusilva266@gmail.com)¹ e Pedro FRAGA²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chaves: Conflitos armados; Guerra; Direito Humanitário.

APRESENTAÇÃO: Os conflitos entre a Rússia e a Ucrânia tiveram seu início em 24 de fevereiro de 2022. Dada a atualidade do tema, o presente resumo busca abordar, com abordagem qualitativa, as diversas resoluções e tratados internacionais para os conflitos armados. Assim, destacam-se as convenções de Genebra, de 1949, cujas pautas trazem à tona os mínimos critérios para o respeito aos direitos humanos no conflito armado internacional, surgindo assim a base para o DICA (Direito Internacional dos Conflitos Armados). Além disso, no último século, a sociedade ficou marcada por duas grandes guerras que nos levaram a refletir acerca de tais violações, a fim de se garantir um padrão mínimo de humanidade na conflagração armada.

DESENVOLVIMENTO: Neste sentido, é de elevada importância mencionar, acerca do DICA, que segundo Swinarski [1], “é o conjunto de normas internacionais, de origem convencional ou consuetudinária, especificamente destinado a ser aplicado nos conflitos armados, (...) e que limita, por razões humanitárias, o direito das Partes em conflito de escolher livremente os métodos e os meios utilizados na guerra, ou que protege as pessoas e os bens afetados, ou que possam ser afetados pelo conflito”. Desta forma, o DICA deve ser aplicado a todos os conflitos armados em nome da preservação da vida humana e sua dignidade. Para tanto, os métodos e meios utilizados durante a guerra devem salvaguardar os direitos humanos. Todavia, no conflito atual, denúncias de desrespeito ao DICA vêm sendo realizadas devido ao fato de a Rússia estar utilizando munições e armamentos que estão em desconformidade com as convenções internacionais, acrescidos de atentados contra a população civil. Dessa maneira, a utilização de munições e meios indiscriminados de sofrimento desnecessário contra soldados e civis, caracterizam crime de guerra. Também há notícias de uso de métodos proibitivos de ataques, como bombardeio em hospitais, em áreas civis, desrespeito de corredores humanitários e maus tratos aos prisioneiros de guerra. Há determinação do DICA de que os bens de caráter civil não podem ser atacados, portanto, somente aqueles de caráter militar devem ser alvo da ação bélica, preservando assim os não combatentes. Segundo Accioly [2] “a existência e a liberdade dos habitantes pacíficos do território inimigo devem ser respeitadas (...), os habitantes que não tomam parte na luta e se mostram inofensivos não devem sofrer qualquer arbitrariedade”. Logo, demonstra-se a necessidade de preservar a população civil, fazendo com que o ataque com bombas de fragmentação em zonas de habitação civil seja responsabilizado, com punição aos responsáveis. Verifica-se, pois, que o DICA objetiva limitar o uso da força, não prestando a legitimar a barbárie, visando o equilíbrio dos conflitos armados. Lado outro, menciona-se os maus tratos sofridos pelos prisioneiros de guerra russos, através do exército ucraniano, havendo relatos pela mídia da brutalidade e desumanização sofridos, demonstrando total desvio de tratamento, ignorando-se as medidas de respeito a tais prisioneiros. Entre os princípios que hoje constituem a base da doutrina internacional a tal respeito, figura que os prisioneiros devem ser tratados com humanidade e que não é lícito matá-los [2].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conclui-se, portanto, que o DICA visa à proteção de princípios humanos mínimos, conforme rege o Direito Internacional, limitando o uso exagerado de força. Porém, no conflito Rússia-Ucrânia, ambos os países atentam contra os princípios fundamentais mediante utilização de procedimentos e materiais que afetam os civis. Desta maneira, frente às necessidades extraordinárias do conflito, visando a garantia de efeitos *erga omnes*, é imprescindível o emprego do DICA nos conflitos armados, a fim de assegurar a integridade de todos.

AGRADECIMENTOS: À FAMINAS, pelo incentivo e apoio à pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: [1] SWINARSKI, Christophe. Introdução ao Direito Internacional Humanitário. revista dos Tribunais, 1996. 74 p. [2] ACCIOLY, Hildebrando. Manual Direito Internacional Público. 24 ed. Saraiva, 2019.

Área do conhecimento (CNPq):
6.01.00.00-1- Direito

O DIREITO À MORADIA, A IMPORTÂNCIA DE MORADIA ADEQUADA E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

Maria Vitória Inácio **GONÇALVES** (IC- mvitoriaa.inacio@gmail.com)¹_ Lineia Alves Bandeira de **ARAÚJO** (IC-lineia.bandeira@faminas.edu.br) Mariana De-Lazzari **GOMES** (PQ- mariana.lazzari@professor.faminas.edu.br)³ Rafael Augusto de Moraes Andrade **SANTOS** (PQ)⁴

1. Curso de Direito; 2 Curso de Direito; 3 Professora do Centro Universitário FAMINAS BH; 4 Professor do Centro Universitário FAMINAS BH - 31744-007 – Belo Horizonte-MG

Palavras-chave: moradia, população, regularização.

APRESENTAÇÃO: No Brasil, aproximadamente 11 milhões de pessoas vivem em ocupações desordenadas como, por exemplo, as comunidades e palafitas. Contudo, esta quantidade de indivíduos corresponde a 6% da população brasileira que moram em terrenos desregularizados. A falta de moradia para a população de baixa renda, principalmente nas grandes e médias cidades, têm dado causa às invasões e loteamentos irregulares o que vêm se constituindo em um dos maiores problemas da atualidade, como a desagregação social. Assim, pode-se observar que os cidadãos vivem em moradia pautada por irregularidade e inadequação, e ocorre a violação do seu direito à moradia por questões de desregularidade ou até mesmo por questões de pobreza extrema. O problema desta pesquisa é que os Entes Federativos podem combater as causas de pobreza ou até mesmo promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais? Mediante o contexto, o presente estudo pretendeu analisar o Direito à moradia, a importância de moradia adequada e a necessidade de Políticas Públicas de Regularização Fundiária Urbana. **DESENVOLVIMENTO:** A falta de moradia pode atingir tanto os países em desenvolvimento quanto os desenvolvidos, é um dos sintomas mais visíveis e graves do não usufruto do direito à moradia adequada. As causas desse fenômeno são muitas e incluem não apenas a pobreza extrema, mas também a falta de moradia de interesse social, a especulação de terra e moradia, a imigração urbana forçada ou não planejada e destruição ou deslocamentos causados por conflitos, desastres naturais ou grandes projetos de desenvolvimento (ROLNIK, 2009). Diante da desregularização do terreno do imóvel, foi criada a lei da Regularização Fundiária Urbana (REURB), com o objetivo de regularizar os imóveis informais ou que estejam em locais desapropriados para ocupação, ou seja, as moradias desordenadas passaram por uma regularização. Inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, com a finalidade de integrar assentamentos irregulares ao contexto legal das cidades e garantir o direito à moradia de seus ocupantes. Por isso, também é um processo administrativo que tem o objetivo de trazer o imóvel para a guarda do direito, com o intuito de garantir que aquelas áreas urbanas consideradas informais sejam regularizadas com os nomes de seus respectivos moradores. Vale ressaltar que haverá alguns imóveis de difícil regularização como, por exemplo, os que estão dentro de áreas cujo domínio é do município. A maioria da população não conhece os seus direitos elencados no ordenamento jurídico, pois a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, estabelece que é fundamental o direito à moradia, reconhecido como um direito humano pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamado na Assembleia Geral das Nações Unidas. O direito à moradia digna está ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana e visa assegurar esse princípio.

Contudo, uma moradia digna, conforme adverte Gerardo Pisarello, é fundamental para a sobrevivência e para uma vida decente, em paz e segurança. Isso faz do direito à moradia um direito composto, cuja transgressão acarreta a de outros direitos fundamentais. Sua violação põe em risco o direito a um emprego, que se torna difícil de assegurar e manter, dificulta o direito à educação, afeta o direito de escolher residência, privacidade ou vida familiar, e até condiciona os direitos de participação política (PISARELLO, 2004, p.145).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conforme o artigo 23, IX, CF/88, todos os Entes Federativos têm competência administrativa para promover programas de construção de moradias e melhorias das condições habitacionais e de saneamento básico. Não há dúvida de que o direito à moradia busca consagrar o direito à habitação digna e adequada, tanto é que o art. 23, X, estabelece que compete também aos entes federativos combater as causas de pobreza e os fatores de marginalização promovendo a integração social dos setores desfavorecidos. Conclui-se que os Entes Federativos devem proporcionar melhorias habitacionais para os moradores e as populações devem cobrar esses direitos que estão elencados na Constituição Federal de 1988 em rol taxativo.

O não cumprimento desses direitos fere os direitos fundamentais e sociais da população e até mesmo a sua dignidade. **BIBLIOGRAFIA:** BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União. Brasília, 08.out.1988. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 22 mar. 2022; LENZA, Pedro. *Direito Constitucional: Esquematizado*. 25 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021; PASSOS DE FREITAS, Gilberto. *Direito à moradia, ocupações irregulares, regularização fundiária e segurança pública*. *Revista do Advogado*. Nº 145. São Paulo, 2020. Disponível em: [Revista AASP 145.indb \(megalhas.com.br\)](http://megalhas.com.br). Acesso em: 22 mar. 2022; ROLNIK, Raquel. *Direito à moradia*. *Revista Desafios do Desenvolvimento*. 51 ed. Brasília, 2009. Disponível em: [Direito à moradia - Raquel Rolnik.pdf \(usp.br\)](http://usp.br). Acesso em: 22 mar. 2022; SUGIMOTO, Erick. *O que é Regularização Fundiária Urbana (REURB)? Jusbrasil*. Disponível em: [O que é Regularização Fundiária Urbana \(REURB\)? \(jusbrasil.com.br\)](http://jusbrasil.com.br). Acesso em: 22 mar. 2022.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1

O DIREITO DE IMAGEM APLICADO À REALIDADE DA PESSOA PÚBLICA

Maria Julia M. de **SOUZA** (IC - mariajuliamaximiano32@gmail.com)¹, Sara Demarque de S. **AMORIM** (IC)¹ e Thaysa N. de Aquino **RIBEIRO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: Direito à imagem, internet, pessoa pública.

APRESENTAÇÃO: O Direito de imagem, classificado como direito fundamental, diz respeito ao controle do uso e exposição da imagem da pessoa natural, sendo assegurado a todo indivíduo. Assim como os outros direitos da personalidade, não pode ser revogado, transferido ou abdicado mesmo que seja por vontade própria do indivíduo, tendo exceção apenas para a limitação voluntária quando esta não é nem geral, nem permanente. Nesse viés, o presente estudo tem por objetivo discorrer sobre as atribuições do Direito de imagem e sua aplicação à realidade da pessoa pública por meio de pesquisas bibliográficas. **DESENVOLVIMENTO:** Sabe-se que para utilizar a imagem de uma pessoa é necessária a sua autorização expressa. Sendo assim, excepcionalmente, em casos que irão contribuir para aplicação da justiça ou manutenção da ordem pública, é concedida a autorização tácita, visto que não se tratam de objetivos pessoais ou de natureza comercial. Entretanto, casos envolvendo pessoas públicas mostram como a autorização deduzida é usada de forma equivocada e muitas vezes cruel. A esse respeito, podemos citar o caso da atriz Camila Pitanga que teve cenas de nudez, em um filme que protagonizou, publicadas em uma revista sem sua autorização [1]. O ocorrido coloca em pauta a distorção das atribuições do Direito de imagem da pessoa pública como, por exemplo, o argumento que diz que a circulação da imagem de pessoas famosas, mesmo sem consentimento delas é algo benéfico, pois é uma forma de torna-las mais conhecidas. Ademais, não é por ter personalidade pública que alguém perde seu Direito de imagem, este está atrelado a ela desde o seu nascimento de maneira indispensável, sendo determinante o conhecimento e concordância da mesma para que sua imagem seja usada para fins comerciais. Seguindo a linha da evolução tecnológica, a doutrina se viu obrigada a assistir também casos semelhantes ao citado anteriormente, mas que acontecem na internet [2]. Este meio de comunicação supera a velocidade e alcance de outros meios como jornais e revistas e possui capacidade de causar danos muito maiores. Nesse sentido, casos como da atriz Carolina Dieckmann, que teve fotos íntimas vazadas na internet, levaram à criação de leis específicas para a violação do Direito de imagem na internet visto que esse tipo de incidente tem acontecido com grande frequência, um exemplo é a Lei nº 12.737/2012, que dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos e dá outras providências [3]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por meio da análise das situações apresentadas em nossa pesquisa, como os casos das atrizes Camila Pitanga e Carolina Dieckmann, podemos considerar que ter o seu Direito de imagem respeitado garante à pessoa, também, a dignidade humana, princípio base da Constituição Federal de 1988, e por isso, além de ser protegido por lei, precisa ter seu valor reconhecido pela sociedade. Dessa forma, faz-se necessário ressaltar que os danos advindos da violação deste direito muitas vezes podem ser irreparáveis e acarretar prejuízos à vida da vítima de maneira incalculável. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS, à professora Margarida e à professora Thaysa pela realização do trabalho. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] Superior Tribunal de Justiça STJ - RECURSO ESPECIAL: REsp 1726206 RJ 2017/0005905-0. Caso Camila Pitanga; [2] SPADACCINI DE TEFFÉ, Chiara. **Considerações sobre a proteção do direito à imagem na internet;** [3] BRASIL. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 03 dez., 2012. Seção 1. pt. 1;

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00.1 – Direito

O DIRETO À EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS NO BRASIL.

Giovani Eli de **Aguiar** (giovanisjl@gmail.com); Joziene de Fatima Costa De **Souza** (joziedefatima@gmail.com); Mariana De-Lazzari **Gomes** (PQ).

1-Curso de Direito; 2. Professora FAMINAS-BH – Av. Cristiano Machado, 12001 - Vila Clores, Belo Horizonte - MG, 31744-007 - 31744-007 – BELO HORIZONTE

Palavras-chave: Ressocialização; Remissão; Prisões.

INTRODUÇÃO: A Constituição de 1988 estabelece direitos do cidadão, que devem ser assegurados pelo Estado (BRASIL, 2016). Conforme os princípios constitucionais, tais direitos permanecem preservados mesmo durante o encarceramento. Dentre esses direitos, está o acesso à educação. A promoção de valores morais e éticos, através de atividades educacionais, laborais, socioculturais, jurídicas e socioassistenciais, aparece como uma alternativa para a ressocialização do indivíduo que se encontra recluso. Nesse sentido, a Lei de Execução Penal nº 7210/84 estabelece a remição de pena através da prática da leitura pelos presos. Apesar de essa lei representar um reconhecimento da educação como estratégia de ressocialização, seu conteúdo ainda é insipiente. A LEP 7210/84 cita a prática de leitura apenas como uma recomendação aos gestores do sistema prisional, sendo opcional a implantação deste programa (BRASIL, 1984). Além disso, a proposta é seletiva, já que a redução da pena pela da leitura beneficia apenas presos alfabetizados. Sendo assim, as atividades educacionais, como estratégia de reinserção social da população encarcerada, precisam extrapolar o acesso a material educativo, mas também incluir atividades de alfabetização e formação. Assim o objetivo desta pesquisa foi analisar os dados de acesso da população carcerária brasileira a atividades educacionais.

MATERIAIS E MÉTODOS: Trata-se de estudo quantitativo, de caráter descritivo, a partir de dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, publicadas pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil. Os dados foram obtidos através do Sistema de Informações do Departamento Penitenciários Nacionais referentes ao período de janeiro a junho de 2021 e disponibilizado para acesso público no site do referido Departamento. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** De janeiro a junho de 2021, excluindo aqueles em prisão domiciliar, o Brasil possuía 673.614 e 549 pessoas privadas de liberdade, em celas físicas, nos sistemas prisionais estadual e federal, respectivamente (BRASIL, 2022). No mesmo período, foram realizadas 254.527 atividades educacionais no cárcere estadual, sendo que apenas 46.072 (18,1%) destas atividades estavam associadas à remição da pena pelo estudo e pelo esporte. No sistema federal, foram realizadas 1.009 atividades educacionais, das quais 320 (31,7%) referiram-se à remição pelo estudo e esporte (BRASIL, 2022). Observa-se que, nas prisões federais, o número de atividades educacionais é aproximadamente o dobro do número de presos, indicando que cada indivíduo tem acesso a mais de uma atividade educativa. Além disso, 31,7% destas atividades estavam relacionadas a programas de remição da pena através do estudo e esporte. Em contraste, o sistema prisional estadual ofereceu atividades educacionais em número que representa apenas 37,8% do total de indivíduos encarcerados. Desta minoria, apenas 18,1% das atividades educativas estavam relacionadas à remição da pena por meio do estudo e esporte. Fica evidente a desigualdade de acesso a atividades educativas entre os sistemas prisionais estadual e federal. Esse fato exclui a grande maioria da população carcerária brasileira, já que 99,9% dos presos estão em unidades estaduais. Nesse sentido, a LEP 7210/84 necessita de regulamentações e normatizações para validar as atividades educativas. Isso significa tornar a implementação de atividades socioeducativas, com foco na reabilitação, uma atividade obrigatória em todas as unidades, e não apenas programas opcionais. A parceria e colaboração entre outros órgãos devem ser firmadas para alcançar resultados satisfatórios. Programas já existentes como EJA, PRONATEC e outros devem ser disponibilizados a estes indivíduos, através de normalização com força de lei. Além desta expansão, carece também de outros investimentos, principalmente relacionados à estrutura física e recursos humanos das unidades prisionais, permitindo incorporar os programas educativos no ambiente prisional. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS-BH pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** BRASIL. Lei de execução Penal. Lei no 7210 de 11 de julho de 1984. Brasília, 1984. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em: .
Acesso em: 25 abr. 2022.

**O RECONHECIMENTO DA INDIGNIDADE DO ADOLESCENTE QUE MATOU MÃE E IRMÃO
NO SERTÃO DA PARAÍBA SOB A ÉDIGE DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.943.848**

Ana Beatriz C. COSTA (IC- beatrizcarbos@outlook.com)¹, Vanessa Silva de PAULA (IC)¹ e Danielle C. C. SILVA (PQ)²

1-Curso de Direito; 2. Professora. Centro universitário FAMINAS - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: indignidade; ato infracional; homicídio.

APRESENTAÇÃO: Reza a Constituição Federal [1], que o direito à herança é garantia fundamental. Não obstante, o Código Civil [2] antevê que a sucessão hereditária não se perfaz, devido ao gravame ocasionado ao autor da herança ou contra seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente, de modo a tornar o herdeiro indigno para adquirir os seus bens. À vista disso, o presente estudo, tem como objetivo precípuo tratar sobre o reconhecimento da indignidade do adolescente de 13 anos que matou mãe e irmão mais novo no sertão da Paraíba [3] à luz do julgamento do recurso especial nº 1.943.848 [4].

DESENVOLVIMENTO: Em data de 19 de março de 2022, na cidade de Patos, interior da Paraíba, um adolescente foi apreendido após matar a mãe e o irmão e baleado o pai, depois de ter sido proibido de utilizar o telefone celular [3]. Neste viés, em sede do REsp nº 1.943.848 [4], sob relatoria da Ministra Nancy Andrighi, entendeu-se que ato infracional praticado contra os pais se enquadra na regra do artigo 1.814, inciso I do Código Civil [4]. Posto isto, é imperioso evidenciar que há uma tendência majoritária da doutrina ao classificar o rol do artigo 1.814 do CC/02 [4] como *numerus clausus*. A *contrário sensu*, a Min. Nancy Andrighi expõe que é admitido interpretação literal, adotando o método hermenêutico teleológico-finalístico. Assim, entende-se que o uso da palavra homicídio doloso deve ser interpretado à luz do Direito Penal, de maneira que o ato infracional análogo ao homicídio praticado pelo filho contra os pais não configura o crime de homicídio propriamente dito, conseqüentemente, não acarreta a exclusão da sucessão. Para mais, face ao Princípio da Separação dos Poderes, o Poder Judiciário tem por função típica a aplicação da lei ao caso controvertido, devendo, portanto, observar, além da literalidade da lei, os valores a serem tutelados. Desta maneira, é notório que o ato do herdeiro atentar contra a vida dos pais se funda em razões de ordem ética e moral. Nota-se, por fim, que no âmbito penal, homicídio doloso e ato infracional análogo ao homicídio doloso diferem apenas que tange às conseqüências e repercussões jurídicas. Entretanto, na esfera civil, não deixa de se considerar homicídio doloso praticado pelo filho em desfavor dos pais, uma vez que os valores éticos e morais, ora tutelados, foram atingidos. Destarte, entende-se pela produção dos efeitos cíveis, independentemente de se tratar de ato cometido por pessoa capaz ou incapaz, pautado no fato que, ao editar a lei, o legislador intencionou penalizar aquele que atentasse contra a vida dos pais, de maneira a excluí-lo da sucessão. **CONCLUSÃO:** Sabe-se que indignidade consiste em sanção cível que acarreta a perda do direito sucessório do herdeiro que tenha efetuado ato lesivo contra a vida do autor da herança, ou à sua honra ou liberdade de testar. Neste ínterim, verifica-se que a jurisprudência em comento aduz que a prática do crime de homicídio ou mesmo a tentativa contra o autor da herança ou de seu cônjuge ou companheiro, descendente ou ascendente traz como conseqüência a exclusão da sucessão. Destarte, ante ao atentado contra à vida da mãe e do irmão e tentativa de ceifar a vida do pai, o adolescente de 13 anos será excluído da sucessão, frente ao reconhecimento da indignidade, com assento no artigo 1.814, inciso I do Código Civil [2]. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Constituição de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial Brasília, DF. [2] BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil de 2002**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. [3] **ADOLESCENTE MATA A MÃE E O IRMÃO APÓS TER O CELULAR CONFISCADO**. Correio Braziliense, 21/03/2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/03/4994788-adolescente-mata-a-mae-e-o-irmao-apos-ter-o-celular-confiscado.html>. Acesso em: 23 de maio de 2022. [4] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recuso Especial nº 1943848/PR**. Relator: Ministra Nancy Andrighi – Terceira Turma. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, 15 de fevereiro de 2022. Disponível:

https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202101790877&dt_publicacao=18/02/2022. Acesso em: 23 de maio de 2022.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

**O SUJEITO E A SUA REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA PELO NOME À LUZ DO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Bárbara **DELGADO** (IC- barbaradelgado@gmail.com)¹ e Vânia Ágda de Oliveira **CARVALHO** (PQ)²

1-Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: autodeclaração, autodeterminação, identidade, pertencimento, sujeito.

APRESENTAÇÃO: O nome possui importante papel no processo de particularização pessoal, haja vista ser instrumento de identificação absoluto, imutável e irrenunciável. Tanto que, o artigo 16 C.C./02 traz que “toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome[1] e, em alguns casos, o agnome. Ademais, nome pode apresentar caráter público, frente ao interesse do Estado, representando segurança quanto à identificação dos indivíduos, ou privado, referente à garantia do exercício dos direitos e cumprimentos das obrigações. Este último remete à autodeterminação de identidade, reivindicando pertencimento a determinada categoria juridicamente relevante. Assim, este estudo visa analisar acerca das possibilidades de modificação do nome, abarcando o processo de mudança por pessoas transgêneros e uso de prenomes vexatórios como autodeclaração. Para tanto, usou-se o método dedutivo com técnica de pesquisa bibliográfica.

DESENVOLVIMENTO: Ao se falar em autodeterminação é preciso estender o conceito para abarcar tanto o viés identitário, respeitada a “noção atual de identidade como processo dinâmico” [2], quanto o de tratamento respeitoso e de consideração, ambos, remetendo às categorias juridicamente relevantes, posto a relação de interdependência, ao pensar em construção e convivência social, em seu fluxo cultural, e em direitos e deveres relacionados aos sujeitos e para os sujeitos. Com isso, autodeterminação expandiu-se para o âmbito individual, vislumbrando o instituto da autodeclaração. Deve-se, isso, ao reconhecimento da diferença conceitual entre “gênero” e “sexo”, tendo em vista que o primeiro está vinculado à construção social, trazendo os papéis de gênero e identidade de gênero e, o segundo, aos aspectos meramente fisiológicos. Nesse sentido, o Provimento nº 73 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) [3] que permite a mudança do prenome e do gênero para qualquer pessoa maior de 18 anos, sem ação judicial e necessidade de cirurgia de designação sexual, trazendo segurança e real prova de identificação pessoal para transgêneros que se sentiam sem representação legal, possibilita, na verdade, que o sujeito se autodeclare conforme sua identidade de gênero que pode ou não se coadunar com o sua característica fisiológica (sexo); com isso, o sujeito vê-se inserido em categoria juridicamente relevante, tendo reconhecido seus direitos, para além de seus deveres. Ponto outro, o fator pejorativo sob casos de prenomes vexatórios, o qual a Lei de Registros Públicos, em seu art. 55, possibilita recusa de registro pelos oficiais do registro civil, contribuindo para uma garantia de bem-estar futuro do sujeito. Destaca-se que o nome vexatório pode ser trocado mediante a Lei de Registros Públicos, independente de qual idade tenha o sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante do apresentado, nota-se avanço no ordenamento jurídico brasileiro para compreender o sujeito enquanto autodeclarado, destacando a importância da alteração de nome e gênero em sua documentação, sem a necessidade de ação judicial, bastando apenas se dirigir a um cartório e fazer o pedido, sem a obrigatoriedade da realização de cirurgia de redesignação sexual, fato importante, acessível e inclusivo à sociedade, frente ao reconhecimento identitário e de pertencimento. O nome é o dado mais denotativo de uma pessoa, sendo assim, todas as suas maneiras se constituem como forma de identificá-la e distingui-la como indivíduo social, por isso merecem ser analisadas criteriosamente, tanto que o Estado, por meio do oficial de registro público, pode interferir para o bem-estar do indivíduo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] NEGRAO et al. Código Civil e Legislação Civil em vigor, 39 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. [2] REZENDE, Matias Falcone de. Ser ou não ser: os limites da autodeterminação de identidade e a dialética do reconhecimento. 2020. [3] CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais; DJe/CNJ nº 119/2018, de 29/06/2018, p. 8.

Área do conhecimento (CNPq):
6.01.00.00-1- Direito

**PROMOÇÃO DA DIGNIDADE: DESENVOLVIMENTO DE CARTILHA SOBRE DIREITOS
TRABALHISTAS.**

Emanuele Júnia Ferreira **MACHADO** (IC)¹; Alex Rodrigues M. **LIMA** (IC)¹ e Vanessa Patrocínio de **OLIVEIRA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora FAMINAS, Belo Horizonte - 31744-007 - Belo Horizonte-MG

PALAVRAS-CHAVE: direto trabalhista, educação, educação em direito.

INTRODUÇÃO: Segundo o Art. 208 da Constituição Federal “é dever do Estado assegurar o ensino básico aos cidadãos, sendo inconstitucional toda forma de omissão violadora do conhecimento” [1]. A educação é o principal dos direitos uma vez que os demais se derivam dele, e para a efetiva aplicação e cumprimento dos direitos ela é necessária. Entretanto, a facilidade de acesso aos conhecimentos jurídicos não alcança toda parcela da população e que as classes sociais mais baixas são as mais vulneráveis, fica evidente essa situação principalmente quando se tem estatísticas preocupantes quanto ao trabalho análogo a escravidão, já que alcançou 1937 pessoas apenas no ano de 2021. Tendo em vista esse cenário, é perceptível a relevância de ações que promovam o conhecimento, afinal assim como dito por Francis Bacon "Saber é Poder"[2]. Com o intuito de conter abusos sofridos nas mais diversas esferas e gravidades o presente trabalho buscou promover o conhecimento jurídico da população sobre direitos e deveres do trabalhador, contribuindo assim, para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. **DESENVOLVIMENTO:** A forma de combater a ignorância sobre a legislação brasileira é criar meios mais incisivos para a divulgação das leis, por isso foi elaborada uma cartilha informativa e explicativa acerca do tema. A cartilha foi escrita de forma didática e de fácil entendimento, ela foi baseada na Consolidação das Leis de Trabalho e na Constituição Federal de 1988. O foco foi citar direitos indispensáveis para todo trabalhador celetista, trazer a definição de Microempreendedor individual e alguns benefícios e alertar sobre alguns abusos comuns sofridos no ambiente de trabalho. Ademais, o material foi entregue em uma das unidades da ONG Raio de Luz, situada em Belo Horizonte, pois é um local onde a população mais carente tem a oportunidade de realizar cursos gratuitos e se inserir/ realocar no mercado de trabalho. No desenvolvimento do trabalho pode-se observar a importância do conhecimento da Constituição, fato que permite ao cidadão ter uma visão crítica/reflexiva sobre seus direitos e deveres, além de romper a verticalização do sistema estatal. Nesse novo contexto, “o governo passa a funcionar em conjunto com o povo e não para o povo, as tomadas de decisões passam pelo senso crítico do cidadão” [3]. A legislação trabalhista tem por objetivo principal resguardar todos os direitos e deveres do trabalhador, percebemos que é de suma importância conhecê-la para evitar possíveis prejuízos, não apenas financeiro, mas abusos psicológicos, físicos e/ou morais. Assim, se faz evidente a necessidade pujante de ampliar o conhecimento das pessoas comuns sobre o tema que muitas vezes é incompreendido ou desconhecido, como pode ser o caso dos direitos trabalhistas. A maneira mais de garantir um direito é fazendo com que seu público alvo tome conhecimento do mesmo, logo, usando uma abordagem mais coloquial e de fácil acesso ao público. O formato de cartilha foi escolhido por sua fácil difusão e aceitação junto as pessoas alvo do trabalho. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do exposto, reforça-se que educação é um direito de todos, e mesmo sendo um dever do estado e da família, é fundamental que a sociedade a promova e incentive, pois só por meio da educação haverá um estado equilibrado e organizado. **AGRADECIMENTO:** A Profa. Ds. Renata de Lima Rodrigues pelas correções técnicas e apoio à realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SENADO FEDERAL. **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas.** Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022. [2] RODRIGUEZ, Américo Plá. **Princípios de direito do trabalho:** Direito Trabalhista. 33. ed. Editora Ltr, 2014. p. 1-454.[3] RIBEIRO, Matheus Vinicius. Quais direitos e benefícios eu posso perder ao me tornar MEI?Jornal Contabil, 2021. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/quais-direitos-e-beneficios-eu-posso-perder-ao-me-tornar-mei/>>

Área do Conhecimento (CNPq): 7.09.00.00-0 - Ciência Política

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS: COMPETÊNCIA
LEGISLATIVA EM MATÉRIA DE DIREITO E FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO

Vitor de Souza Lima e SILVA (IC-vitor.lima@trfl.jus.br)¹ Pedro FRAGA (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: entes federativos, competências legislativas, direito do trabalho, fiscalização do trabalho.

INTRODUÇÃO: Pretende-se, com este estudo, apresentar uma breve análise acerca da repartição de competências entre os entes federativos, presentes nos artigos 21 a 32 da CF/88, através da abordagem de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, que decidiu sobre a competência legislativa estadual em matéria de direito e fiscalização do trabalho. **DESENVOLVIMENTO:** União, Estados, Município e Distrito Federal, entes autônomos que compõem a República Federativa do Brasil, possuem competências para atuar, dentro dos limites traçados pelo constituinte originário, de forma a manter o pacto Federativo. A repartição das competências federativas têm o objetivo de impedir a invasão de competências nas matérias de uma ou outra entidade. Contudo, não é raro se observar casos em que esta invasão ocorre, em grande parte pelo sistema bastante complexo adotado pela CF/88, exigindo-se a atuação do Judiciário [1]. É o que podemos observar da análise da ADI 3.165/SP, na qual se discutiu a constitucionalidade da Lei Estadual nº 10.849/2001, que versava sobre a punição, com perda da inscrição estadual, para as empresas que exigissem a realização de teste de gravidez ou apresentação de atestado de laqueadura como um requisito para admissão de mulheres no trabalho. Em que pese a relevância social na proteção do direito das mulheres na inserção no mercado de trabalho, a decisão da Corte Suprema, por maioria, foi pela declaração da inconstitucionalidade da referida lei, sob a justificativa de que a competência para legislar sobre direito do trabalho é privativa da União, nos termos do art. 22, I, da CF/88. Asseverou, ainda, que houve também afronta ao inciso XXIV do artigo 21 da Carta Magna ao invadir a competência exclusiva da União para organizar manter e executar a inspeção do trabalho. Nesse ponto é necessário ressaltar que a competência privativa admite delegação, através de lei complementar que autorize aos estados legislar sobre questões específicas, conforme assegura o art. 22, § único da CF/88, o que não ocorre no caso das competências exclusivas. A decisão judicial aponta que, apesar da possibilidade de delegação, esta se demonstra desnecessária face a existência de Lei Federal nº 9.029/95, anterior à Lei Estadual em comento, que já disciplinava a matéria e impunha sanções penais e administrativas àqueles que exigissem atestados de gravidez ou de esterilização, bem como praticassem outras formas de discriminação com a finalidade de manutenção ou início da relação de trabalho relativa às mulheres [2]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** No presente caso, apesar de discutir-se questão de relevante apelo social, têm-se que a atuação do Estado de São Paulo só seria possível em dois casos. O primeiro seria em caso de delegação, por meio de lei complementar e para tratar de questões específicas relativas ao direito do trabalho, guardando relação com especificidades regionais, ou em caso de omissão da União, o que não ocorreu, tendo em vista que o exercício de sua competência de maneira eficaz, sendo, portanto, a declaração de inconstitucionalidade da Lei Estadual uma medida imperativa, em razão de vício formal. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BULOS, UADI LAMMÊGO. CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL. São Paulo/SP. Editora Saraiva, 2014. Disponível em: <<https://forumturbo.org/wp-content/uploads/wpforo/attachments/35553/2056-Uadi-Lammgo-Bulos-Curso-de-Direito-Constitucional-2014.pdf>> Acesso em, 27 fev. 2022. [2] BRASIL, Supremo Tribunal Federal (Plenário). Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.165/SP. Lei Estadual nº 10.849/2001 e Lei Federal nº 9.029/1995. Requerente: Governador do Estado de São Paulo. Interpelado: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur347765/false>. Acesso em 27 fev. 2022.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

SISTEMA CONSTITUCIONAL DE CRISES E A LIMITAÇÃO À LIBERDADE DE REUNIÃO

Vinicius CAMPOS (IC-viniciusilva266@gmail.com)¹ e Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chaves: Constituição Federal; Direitos fundamentais; Sistema Constitucional de Crises.

APRESENTAÇÃO: Os direitos fundamentais individuais presentes na Constituição federal de 1988 (CRFB/88) segundo Silva [1] “são aqueles que reconhecem autonomia aos particulares, garantindo a iniciativa e independência aos indivíduos diante dos demais membros da sociedade política e do próprio Estado”. Porém, como tais direitos possuem caráter relativo, há ocasiões excepcionais em que os direitos fundamentais serão limitados, encontrando-se no Sistema Constitucional de Crises (SCC), por meio do Estado de Defesa e Estado de Sítio, parâmetros para referida limitação. Nesse sentido, o presente resumo visa, em que pese referir-se às limitações de direitos fundamentais, analisar o SCC como meio de preservar a integridade da República Federativa frente à instabilidades no país. **DESENVOLVIMENTO:** Somando-se a isto, o SCC é, segundo Santos [2], “um conjunto ordenado de normas constitucionais, que embasado pelos princípios da necessidade e da temporariedade, tem por objeto as situações de crises e por finalidade [...] o restabelecimento da normalidade constitucional”, em situações que, porventura se limite, por exemplo, o direito individual de reunião (art. 5º, XVI da CRFB/88) [3], pautado na necessidade de se estabelecer a ordem e a paz, estar-se-ia limitando um direito fundamental. Entretanto, tal liberdade, que é ínsita em tempo de paz, pode ser relativizada, conforme o próprio texto constitucional, visando a preservação da Federação em casos extraordinários de instabilidade. Assim, caso o Presidente da República decreta Estado de Defesa para restabelecer a ordem e a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional (art. 136 CRFB/88) [3], repercutirá em uma situação de legalidade extraordinária. E, frente a tal situação, dentre limitações a direitos fundamentais, encontra-se a legitimidade para limitar o direito de reunião, ainda que exercido no seio das associações (art. 136, §1º, I, a CRFB/88) [3]. O decreto do Estado de Sítio, por sua vez, tem uma proporção de gravíssima inconstitucionalidade, sendo decretado nos casos de comoção grave de repercussão nacional, ineficácia do Estado de Defesa, por declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira (art. 137, I e II CRFB/88) [3]. Durante a sua vigência, poderão ser adotadas medidas ainda mais restritivas. Consoante o art. 139, IV da CRFB/88 [3], tal direito de livre reunião, anteriormente mencionado, de caráter livre e sem nenhuma restrição que, de acordo com Silva [1] é fundamental e representa autonomia, visto determinar a independência dos indivíduos. Com isso, evidenciam-se que os direitos fundamentais, tão importantes para a sociedade e, em especial o direito de reunião, foco desta pesquisa e de caráter fundamental, poderão ser suspensos para que seja evitada e suprida a calamidade pública e/ou agressão estrangeira, tudo a fim de manter a soberania da República Federativa do Brasil. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se, portanto, que os direitos e garantias individuais e coletivos, expressos ou não no art. 5º do dispositivo constitucional brasileiro vigente, de caráter fundamental para a sociedade, e de elevada importância para a população brasileira, não apresentam caráter absoluto, podendo o direito de reunião sofrer limitações frente às necessidades extraordinárias, visando a garantia de efeitos *erga omnes*, encontrando-se respaldo na própria CRFB/88 para salvaguardar esta limitação. Assim, a fim de preservar a soberania nacional, o conjunto de normas que compõem o SCC, sistema que visa a autopreservação e a soberania da República Federativa do Brasil, embasa a relativização de direitos fundamentais para que essa reestruturação constitucional ocorra. **AGRADECIMENTOS:** Ao Centro Universitário FAMINAS pelo incentivo e apoio à pesquisa. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989. [2] SANTOS, Aricê Moacyr Amaral. O Estado de Emergência. 1 ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1981. 32 p. [3] BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 05 out. 1988.

Área do conhecimento (CNPq):
6.01.00.00-1- Direito

UMA ANÁLISE PAUTADA NA CONTEMPORANEIDADE: ANIMAIS COMO BENS MÓVEIS OU
SUJEITOS DE DIREITO?

Vanessa S. de PAULA (IC- vanessinhasilvadepaula@gmail.com)¹, Ana B. C. COSTA (IC)¹ e Danielle C. C. SILVA (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora. Centro universitário FAMINAS- 36880-000- Muriaé- MG

Palavras-chave: animais, bens, sujeitos de direito

APRESENTAÇÃO: É notório que a inserção dos animais na sociedade e a indagação como bens móveis ou sujeitos direitos é tema alvo de debate no direito brasileiro. Especialmente, atentando-se a discriminação entre as espécies e pensamentos retrógrados. Arelado à perspectiva apresentada, o presente tema se encontra ainda mais em voga diante das insuficiências legislativas e das discussões jurisprudenciais quanto à possibilidade de compartilhamento de guarda diante do término de casamentos. Isso porque, trata-se não apenas de seres capazes de sentir dor e prazer, mas também, de laços de afetividade decorrentes da contínua convivência. Nesse sentido, o presente estudo tem como escopo retratar a perquirição: animais, bens ou sujeitos de direito? **DESENVOLVIMENTO:** Sabe-se, que a sociedade é instituída por costumes que persistem em ser prestigiados por grupos de pessoas que detêm certas formas, conceitos e teorias. No entanto, com as constantes mudanças evolutivas, faz-se necessário impor limites à abordagem da presente temática. A Constituição, no artigo 225, §1º, VII [1], aduz que incube ao poder público, a proteção da fauna e da flora, principalmente no que tange a atos que podem acarretar a extinção de espécies ou submeter os animais a crueldades. Nesse viés, muito se discute entre os operadores do direito se os animais deveriam ser considerados como bens móveis ou sujeitos de direito, já que não teriam personalidade jurídica. O fato é que os são seres que necessitam que os seus direitos sejam devidamente salvaguardados, sobretudo, a vida e a integridade física e psicológica. Ocorre que, como se nota, sempre existiu uma inferioridade da vida animal quanto à vida humana, de modo que Lucy Ferry [2] entendeu pela lógica do “especismo”. Assim, mesmo o ser humano estando vinculado aos deveres e obrigações para com os animais, são os únicos titulares de benefícios e regalias. Ademais, laços de afetividade fazem nascer a capacidade de se viver em paz e harmonia com tudo que consta nas mediações inerentes à vida humana. Logo, nota-se que a cada dia os animais ocupam lugar de grande valia e valor sentimental, haja vista muitos os considerarem como se filhos fossem, o que faz gerar responsabilidades para o seu dono. Em virtude disso, por ocupar lugar singular na vida da família, os animais não são mais reputados como propriedades. Percebe-se que, atualmente, inexistem leis específicas que abordem sobre os direitos dos animais. Em 2011, o ex-deputado Federal Márcio França, propôs um PL de número 1.058, cujo intuito era resguardar aos animais as suas devidas garantias [3]. Tal projeto retratava sobre um ponto de extrema relevância, isto é, o deferimento da guarda dos animais. Dispunha, que para a tomada de uma decisão, o juiz deveria analisar qual era o ambiente mais adequado, a disponibilidade de tempo e zelo para cuidados, bem como o grau de afetividade. Todavia, tal projeto encontra-se arquivado. Parte das indagações sobre os direitos dos animais pautam-se neste questionamento de como fica a conjuntura de um animal quando da dissolução conjugal de seus donos. Apesar dessa carência legislativa, existem entendimentos jurisprudenciais tratando sobre essas questões, dentre eles, destaca-se o caso Dully, um cão da raça Coker Spanie, em que o juiz determinou pela guarda de um dos cônjuges, mas com finais semana alternados [3]. Além disso, também se discute em juízo acerca dos alimentos, uma vez que a necessidade de alimentação é intrínseca à vida. **CONCLUSÃO:** Viu-se que os apontamentos levantados concernentes à matéria apresentada são imprescindíveis. Nota-se, que assim como os seres humanos, os animais carecem de cuidados, motivo pelo qual tais incumbências devem ser compartilhadas entre os seus donos, ainda que após a dissolução matrimonial. Como exposto, os animais são seres hábeis a sentir apreço e afeição. À vista disso, faz-se imperioso que o poder legislativo redija regras pertinentes ao caso, dado que o direito como fenômeno histórico e social precisa atender às demandas sociais. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Constituição de 5 de outubro de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial Brasília, DF. [2] FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem*. Rio de Janeiro: Difel, 2009. [3] GOMIINHO, Leonardo. *Compreendendo o direito: os animais como bem ou sujeito de direito*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/67359/compreendendo-o-direito-os-animais-como-bem-ou-sujeito-de-direito>. Acesso em: maio de 2022.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

TRABALHOS PÓS-GRADUAÇÃO

**ATÉ QUE O CRIME AS EVIDENCIE: MULHERES, CRIMINALIDADE E TRAJETÓRIAS EM
SANTA LUZIA DO CARANGOLA NO FIM DO OITOCENTOS**

Patricia de Oliveira Guerra Radsack Corrêa¹

Randolpho Radsack Corrêa²

Introdução

Uma série de pesquisas no Brasil vem desenvolvendo e revelando particular interesse em estudos sobre as mulheres nas suas variadas faces e desdobramentos, buscando ressaltar a participação feminina nos processos históricos. O presente trabalho traz alguns apontamentos do cotidiano feminino através da análise dos processos criminais de Santa Luzia do Carangola no final do Oitocentos. Mais precisamente, por meio de práticas criminosas cometidas por e contra mulheres.

Sobre Santa Luzia do Carangola, foi na segunda metade do século XIX, que a referida região passou por um efetivo processo de ocupação e desenvolvimento, se destacando como uma espécie de referência regional no final do século XIX, na Zona da Mata mineira. (BOECHAT, 2006). De acordo com o censo demográfico de 1890, Carangola possuía 21.698 habitantes, sendo 11.413 homens e 10.285 mulheres.³

Com o processo de crescimento político, social e econômico, Carangola passou a se caracterizar pela diversidade de produção agrícola, não apresentando um gênero que se destacasse isoladamente dos demais. É na transferência do século XIX para o XX, que Carangola ganhou ênfase na produção cafeeira. (BOECHAT, 2006). Em relação ao contexto jurídico, três instâncias delimitavam a institucionalização da Justiça entre os municípios do recorte proposto. Inicialmente, a categoria de “Distrito de Paz” era a primeira instância efetivada em uma região. Sob esta condição, Carangola esteve entre os anos de 1860 e 1880. A instância intermediária da presença da Justiça em uma determinada localidade é a categoria de “Termo”. O Termo de Santa Luzia do Carangola esteve em funcionamento entre os anos de 1880 e 1890. Em um período de dez anos, Carangola foi rapidamente elevada à categoria de “Comarca” em 1890, a instância mais importante para um município com as estruturas de Carangola. (HOSKEN, 1992). O que delimitava o nível da instância jurídica era a quantidade de residências e habitantes. (CHAVES, 2013).

Os processos criminais verificados entre a efetivação do Distrito de Paz, a elevação ao Termo e a concretização da Comarca enquanto instâncias jurídicas somam 307 conflitos oficializados. Conforme mencionamos anteriormente, dos 307 crimes realizados para Carangola, 44 processos envolveram mulheres na condição de vítimas e rés. (VELLASCO, 2005).

Nossa fonte principal será o processo-criminal e os autos constantes em seu ritual. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo que a fonte seja de uma riqueza significativa, é preciso levar em conta a sua oficialidade e sua intencionalidade na produção das informações. Os processos criminais permitem acessar parcialmente o cotidiano dos grupos sociais envolvido nos autos. Podemos verificar algumas dinâmicas relacionadas aos hábitos, às trajetórias e aos costumes de uma determinada parcela da sociedade. Também analisaremos fontes de outra natureza, como a legislação de época, jornais da referida região e o código de postura vigente para o município.

É preciso atentar para a análise das entrelinhas do processo, uma vez que o seu conteúdo é produzido por órgãos oficiais e são recheados de intencionalidades. Tendo em vista que o conteúdo advindo da fonte judiciária é um produto social, profissional e político, o documento assim deve ser analisado. É importante conhecer os contextos em que a fonte fora produzida, não tomando o seu conteúdo como “verdade literal”. MAUCH, 2013). Levando em consideração os atos de violência que se transformaram em crime pela oficialização da Justiça, o processo criminal é inserido em um ritual que vai da denúncia até a sentença final. Dentro dos referidos autos, encontramos, além das partes envolvidas, importantes atores e atrizes que são componentes do corpo burocrático da Justiça e do arrolamento de testemunhas. Sendo assim, nas entrelinhas do discurso, podemos resgatar parcialmente este cotidiano, especialmente com a atuação das mulheres.

Afinal, quem são essas mulheres? Quem são esses homens? Eis o nosso desafio!

¹ Mestranda em História pela Universidade Salgado de Oliveira – Niterói-RJ. Professora da Rede Particular de Ensino em Carangola-MG.

² Doutorando e Mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira – Niterói-RJ. Professor da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

³ Recenseamento de 1890. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>>. Acesso em 02 de jan. de 2022.

Crime, violência e mulher: Conceitos e perspectivas

(...) a violência não pode ser explicada apenas como resultado derivado das condições de marginalização e escassez. Era parte constitutiva e indissociável da forma como o mundo era percebido e aceito como tal; e as próprias condições de dominação se justificavam largamente, em função da legitimidade da violência, como forma necessária e naturalizada das interações sociais, que definiam as situações de poder e de submissão, o que garantia, afinal, uma estreita correspondência entre as disposições mentais e a estrutura social.(VELLASCO, 2005, p. 175-176).

Com base nessas afirmações, se faz necessário realizar uma análise acerca dos conceitos que permeiam a questão da criminalidade em consonância à participação das mulheres no mundo do crime. A violência está relacionada à conjuntura natural das relações sociais e de suas respectivas interações. O conflito atrelado ao embate de posturas e suas respectivas defesas, é inerente ao próprio estigma social, independente do contexto vivido. Contudo, o conceito de crime possui representações significativas nas sociedades, uma vez que nos referimos aos conflitos que foram oficializados nos tribunais e posteriormente formalizados em rituais processuais. De acordo com Marinete Rodrigues:

Criminalidade, crime e criminoso, são categorias que ajudavam a compor a representação justa do projeto de nação, pois serviam para sancionar as divisões sociais e as classificações segundo os preceitos universais de uma almejada ordem social. Assim, as noções de civilização, progresso e ordem, divulgada por diversas correntes de pensamento e ideias percorriam o mundo em transformação e, com maior ou menor intensidade, influenciou as ações dos magistrados, políticos e grupos sociais que lutavam nesse período pela manutenção dos “bons costumes” e da “boa sociedade”. (RODRIGUES, 2007).

Dessa maneira, os responsáveis pela normatização da legislação ao longo do século XIX no Brasil, definiram uma série de mecanismos com o intuito de reprimir, coibir e punir os elementos envolvidos na quebra de padrões e normas sociais. É perceptível que no final do século XIX, o Estado brasileiro havia concretizado sua interferência mais contundente na vida social, independente das categoriais existentes. (CARVALHO, 1990). A pluralidade de conflitos ocorria no Brasil de distintas maneiras. As variações estavam intimamente ligadas ao contexto político, geográfico, cultural e econômico. As referidas pluralidades levavam em conta a proporção dos conflitos, a conjuntura das propriedades e seus contextos rurais ou urbanos. De acordo com Edward Palmer Thompson, as relações de costumes e culturas só podem ser devidamente analisadas se forem contextualizadas às transformações históricas, sendo analisadas empiricamente em uma dinâmica de tempo e espaço. (THOMPSON, 1998).

Compreendemos que, a partir dos conflitos e dos embates, que são inerentes às relações humanas, houve o intuito de se efetivar o controle social com normas e regras adotadas com base nas dinâmicas culturais de uma determinada sociedade. A busca pela resolução de questões pessoais, de propriedade e das relações sociais foi efetivada a partir da elaboração do processo-crime e da legislação criminal enquanto meios formais e burocráticos de encaminhar os casos para os tribunais. Sobre a instituição da Justiça e de suas respectivas particularidades, Pierre Bourdieu afirma que:

Nesta luta, o poder judicial, por meio dos vereditos acompanhados de sanções que podem consistir em atos de coerção física, tais como retirar a vida, a liberdade ou a propriedade, manifesta esse ponto de vista transcendente às perspectivas particulares que é a visão soberana do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima. (BOURDIEU, 1989, p. 236).

O autor alega que o direito exerce uma função dinâmica em relação ao trabalho de codificação, no estabelecimento de fórmulas e parâmetros das regras e suas jurisdições. De acordo com o autor, definir regras dentro das sociedades conduz as mesmas para “novas práticas, novos costumes e, sobretudo, novos grupos”, anunciando “aquilo que está em vias de advir”. (BOURDIEU, 1989, p. 238). De acordo com Marcos Bretas, o crime:

(...) era encarado como um dos sinais mais visíveis da desordem social e acreditava-se que o aumento do conhecimento da sociedade poderia contribuir para o controle ou até mesmo a eliminação desse tipo de “patologia” social. O crime era apontado como um desvio do comportamento normal, como o lugar do incomum no estudo das sociedades, em oposição à normalidade da vida dos cidadãos comuns. (BRETAS, 1991, p. 49).

Interpretado como desvio comportamental do indivíduo, o referido fenômeno não teria lugar nos aspectos de “normalidade” e no cotidiano social. Porém, o fenômeno da “criminalidade” sempre teve espaço ao longo da história e de seus diferentes contextos e abordagens.

A disputa construída de acordo com a visão de mundo em que os diferentes grupos sociais procuravam impor influenciava diretamente nos comportamentos e nas consequências do conflito. A análise dos padrões comportamentais coletivos e individuais, com a verificação de seus embates materializados nos processos criminais, nos permite uma compreensão mais contundente sobre as dinâmicas e as relações sociais, tendo em vista o comportamento específico dos gêneros. No século XIX era comum a tentativa de se elaborar uma imagem da mulher totalmente submissa e incapaz. Em meio aos discursos políticos, médicos e até na historiografia tradicional, a imagem da mulher foi estereotipada por uma inferioridade intelectual, que comprometia a realização de atividades complexas, excluindo-a até mesmo da prática de atos de violência. De acordo com Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues, parte significativa desta problemática esteve relacionada com a sexualidade, virgindade feminina e a manutenção da honra de homens, mulheres e da família. (RODRIGUES, 2016). Sobre a historiografia envolvendo mulheres, Rachel Soihet aponta que a grande reviravolta ocorreu nas últimas décadas, uma vez que as temáticas e os grupos sociais, até então excluídos da História, alçaram às condições de objetos e sujeitos no campo de investigação. (SOIHET, 1997). De acordo com a autora:

O desenvolvimento da história das mulheres, articulando às inovações no próprio terreno da historiografia, tem dado lugar à pesquisa de inúmeros temas. Não mais apenas focalizam-se as mulheres no exercício do trabalho, da política, no terreno da educação, ou dos direitos civis, mas também introduzem-se novos temas na análise, como a família, a maternidade, os gestos, os sentimentos, a sexualidade e o corpo, entre outros. (SOIETH, 1997, p. 280).

Quando elencamos esse debate ao mundo da criminalidade, precisamos compreender que é comum que parte dos eventos criminosos e, conseqüentemente, dos estudos relacionados a esse campo, destaquem o estereótipo da mulher como vítima de crimes violentos. Na contramão da chamada história “miserabilista”, podemos analisar que, além dos eventos onde mulheres foram elencadas na condição de vítimas, temos um significativo protagonismo das mesmas nas barras do tribunal, sendo comumente relacionadas na categoria de réus, conforme iremos discriminar ao longo do trabalho. O processo de ampliação da Justiça ao longo do Império apresentou grande limitação ao arbítrio do poder privado, permitindo o acesso aos tribunais por homens e mulheres que buscavam a resolução de seus litígios. Além disso, a composição patriarcal existente no século XIX efetivou grande parte das relações e dos modelos onde a mulher esteve inserida.

Sobre o conceito de patriarcalismo, podemos obter definições clássicas na construção da historiografia brasileira, junto às novas interpretações que dialogam com o protagonismo da mulher e seus atos de resistência. Sendo o patriarcalismo uma forma de construção social com base no patriarcado, podemos interpretá-lo como domínio social centralizado na figura masculina. Nesse sentido, quando analisamos a perspectiva tradicional brasileira, o conceito não se limita à descrição de um modelo ou das características da relação de gênero. É importante verificar a intenção de descrever toda uma ordem social onde o poder patriarcal junto à família se

coloca como elemento fundamental (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003). Em definição clássica sobre o patriarcalismo no Brasil, Gilberto Freyre caracteriza como a base da sociedade, enfatizando os parâmetros de procriação, administração financeira e política. (FREYRE, 1981). No entanto, temos acesso às novas interpretações sobre o contexto, que enfatizam as ações de protagonismo por parte das mulheres. Emília Viotti da Costa destaca que:

Durante muito tempo, esses dois retratos – o da mulher dependente e o do poder patriarcal com seu inegável viés classista – ocultaram dos historiadores não só a complexidade e variedade da experiência feminina, como também as mudanças que estavam tendo lugar na vida das mulheres no decorrer do século XIX. (COSTA, 2007, p. 496).

Nesse sentido, é fundamental o cuidado com a historicização do conceito, trazendo o contexto para o centro do debate. Para Durval Albuquerque:

(...) os conceitos nunca dirão plenamente as coisas; faz-se necessário, pois, entender que condições históricas possibilitaram a emergência de um determinado conceito, que fundamento ele teve, e a que relações de poder esteve ligado, num dado momento histórico. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p. 137).

Entendendo a ressignificação do próprio conceito, podemos compreender que o patriarcalismo faz parte de um contexto relacional, onde a mulher participava de seu processo de construção. De acordo com Marcus Carvalho:

A dinâmica deste feixe de tensões eventualmente também poderia voltar-se contra os homens, uma vez que a eles eram atribuídas pesadas regras de honra e o dever de prover o sustento das mulheres da família, uma obrigação que nem sempre eram capazes de cumprir. Ao jogar com essas contradições, algumas mulheres aprendiam a gerenciar melhor suas relações com os homens, aumentando sua esfera de atuação, pressionando os limites dos rígidos códigos patriarcais de conduta. Conquistavam assim espaços políticos e econômicos que normalmente lhes seriam vedados. (CARVALHO, 2003).

Trazendo as especificidades para cada região, as particularidades dos grupos sociais evidenciaram as mudanças na condição feminina por uma vida nitidamente mais social, na contramão da imobilidade dos estereótipos das matronas apáticas, reclusas e sedentárias. (COSTA, 2010). E, para romper com o silêncio dos referidos estereótipos femininos e com as imagens que as tornam “contraditórias”, é preciso rastrear as trajetórias e as minúcias, para compreendermos as tensões entre mulheres e homens que são tecidos da narrativa histórica. (PRIORE, 1992). De acordo com Maria Sylvia de Carvalho Franco, as agressões eram recorrentes nas estruturas familiares no século XIX:

Mesmo nas relações que são apontadas como o protótipo do modelo comunitário – as relações de família – observa-se a violência incorporada, com alguma regularidade, às formas de ajustamento. Também nesta área de relações sociais, a luta não resulta de motivos ou de circunstâncias que, por sua excepcional relevância, quebrem o consenso harmonioso e levem à oposição. (FRANCO, 1997, p. 43).

Nos espaços onde as mulheres protagonizaram suas ações, na condição de vítimas ou réis, podemos identificar que, além da desconstrução da “invisibilidade” no campo da História, quebrou-se o estereótipo da mulher enquanto vítima de crimes violentos que ressaltavam o argumento da “fragilidade”. Utilizamos a criminalidade para verificar esse protagonismo, tendo em vista a relevância na robusta presença do feminino na história criminal do recorte proposto nesta pesquisa. É importante destacar que, muitas e extensas são as

narrativas nos autos que delimitavam o papel da mulher, tendo em vista a necessidade do cumprimento dos “deveres de esposa” e das limitações no cotidiano feminino.

Em um evento ocorrido em 1880, Joaquim Antonio da Rocha esfaqueou sua mulher de nome Júlia Maria do Espírito Santo, ao tentar impedir que a mesma se dirigisse a uma festa. De acordo com o inquérito policial encaminhado à Justiça:

(...) no dia 28 de agosto do corrente anno, (1880) às 9 horas da noite, pouco mais ou menos, sahindo Júlia Maria do Espírito Santo de sua casa, na povoação do Senhor Bom Jesus, no Districto do Divino Espírito Santo do Carangola, d'este município, para ir à um divertimento que se fazia na referida povoação, encontrou-se em caminho com o denunciado Joaquim Antonio da Rocha o qual começou instar com a mesma par não ir ao divertimento, não sendo porem attendido o denunciado servio-se de uma faca, que consigo trasia, e fes na dita Júlia Maria do Espírito Santo os ferimentos constantes no auto de corpo de delicto junto ao inquérito policial que instrue a presente denuncia; ferimentos estes que produzirão na paciente inabilitarão de serviço por mais de um mes.⁴

O simples evento em que uma mulher fosse desacompanhada para uma festividade, era motivo para que uma série de conflitos surgisse em torno do debate da moralidade. Conceitos como “deveres de esposa” e “mulher de família” fizeram parte de uma realidade nos processos envolvendo mulheres para Carangola no recorte proposto. O que identificamos é o ato da contradição dos valores tradicionais, onde a mulher passou a questionar normas e regras que determinavam seus papéis sociais dentro da família. Ao vivenciar e questionar os constrangimentos comuns às circunstâncias do contexto, essas mulheres tiveram a oportunidade de reconfigurar seus relacionamentos e parte de suas trajetórias. (RODRIGUES, 2007). A festa como contexto social induzia as relações antagônicas, permitindo as afirmações de supremacia e destemor. (FRANCO, 1997). A vontade de Júlia em frequentar o divertimento, estremeceu a “superioridade” masculina de Joaquim na tentativa de proibição e controle dentro da relação. O réu então lançou mão de uma faca e feriu gravemente a vítima. Por se tratar de um processo incompleto, não conseguimos verificar o desfecho deste caso.

A valorização de um modelo doméstico idealizado pelos grupos sociais advindos do Império foi incorporada e personificada a partir de uma série de padrões. (CALEIRO; SILVA; JESUS, 2011, p. 312). A discussão historiográfica relacionada à história da mulher possui seu marco efetivo na Escola dos Annales, abordando novos campos e novas perspectivas metodológicas. Os estudos mais expressivos surgiram a partir da década de 1970, rompendo com a visão tradicional da invisibilidade da mulher. De acordo com Rachel Soihet:

A grande reviravolta da história nas últimas décadas, debruçando-se sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse, contribuiu para o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres. Fundamental, neste particular, é o vulto assumido pela história cultural, preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais; os operários, camponeses, escravos, as pessoas comuns. Pluralizam-se os objetos da investigação histórica e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto da história. (SOIETH, 1997, p. 275).

A autora enfatiza que esta linha historiográfica se voltou para a história dos seres vivos, concretos, relacionando-os com os cotidianos e seus contextos. Mesmo que, inicialmente, as mulheres não tivessem sido incorporadas diretamente na historiografia pela Escola dos Annales, houve uma contribuição significativa para que tal realização pudesse ser concretizada posteriormente. (SOIETH, 1997, p. 276). A questão de gênero começou a ser debatida de forma mais expressiva na década de 1970, buscando teorizar a questão da “diferença sexual”. Sobre o conceito de “gênero”, Soihet afirma que:

A palavra indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero se torna, inclusive, uma maneira de

⁴CDH, 1880, Caixa 28, Feito M-23-08; p. 2.

indicar as “construções sociais”- a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. (SOIETH, 1997, p. 279).

Sobre o debate historiográfico brasileiro, Margareth Rago aponta que, a partir dos anos 1980, a produção historiográfica sobre a mulher se modificou intensamente. (RAGO, 1995, p. 82). O campo passou a ser desenvolvido dando foco à atuação da mulher como sujeito histórico, tentando identificar a sua presença na vida social, reinventando seu cotidiano e criando estratégias informais de resistência às explorações sofridas por elas. O trabalho de Margareth Rago ligado à história social (RAGO, 1985), também segue essa segunda vertente de produções acadêmicas, trabalhando com formas de resistência feminina na sociedade patriarcal no começo do século XIX. A historiografia brasileira também contou com contribuições relevantes de Raquel Soihet, com produções sobre a violência contra a mulher nos anos iniciais da República (SOIETH, 1989) e Mary Del Priore, relacionando as histórias íntimas do cotidiano feminino no Brasil. (PRIORE, 2015).

Ao relacionarmos crime e gênero feminino, podemos compreender que a construção ideológica em torno da figura da mulher, conduz para que tudo que se desprenda do “padrão” patriarcal seja encarado como algo a ser enfrentado de maneira contundente, seja pela quebra de uma norma, seja pela própria entrada da mulher em um ambiente criminal. (PRIORE, 2013). Não surpreende que tais fenômenos ocorressem, uma vez que, no recorte proposto, inúmeros direitos eram negados às mulheres no espaço de poder e em suas ações sociais. (CARVALHO, 1996). Devemos estar atentos para a renovação nas pesquisas históricas com essa abordagem, uma vez que, a transformação da história das mulheres acabou por destacar que as relações sexuais devem ser avaliadas também como relações de poder. Isso demonstra que as diferenças entre os sexos ao longo do século XIX, eram mais de aspecto cultural do que biológico. (RODRIGUES, 2016). Esse modelo de relação conduzia os comportamentos cotidianos e seus respectivos interesses políticos e econômicos também nas investigações policiais e nas decisões judiciais, sobretudo quando o tema envolvia violência e mulher. (RODRIGUES, 2016).

A Mulher e a criminalidade: um debate estatístico e real

Sobre a análise relacionada ao gênero feminino, debater as ações das mulheres em meio à dinâmica criminal nos propõe relevantes desafios. Tendo em vista às complexidades atreladas à questão de gênero, Rachel Soihet alega que “as dificuldades de penetrar no passado feminino têm levado os historiadores a lançarem mão da criatividade, na busca de pistas que lhes permitam transpor o silêncio e a invisibilidade que perdurou por tão longo tempo neste terreno”. (SOIETH, 1996, p. 296). É de fundamental importância a desconstrução da fragilidade e da submissão da mulher enquanto sujeito da História. Nos autos processuais observamos como a questão da violência e resistência da mulher se registrava e, progressivamente, se deslocava da esfera privada para a pública durante a oficialização do crime. A presença das mulheres como vítimas, réis e testemunhas no âmbito jurídico denota uma interação mais densa e conflituosa com as demais categorias sociais embutidas no cotidiano. (RODRIGUES, 2016). De acordo com Mary Del Priore:

As relações entre as duas esferas – pública e privada – não se dão mais num senso único de dominação de uma esfera por outra, mas realizam-se numa relação de articulação entre dois polos ente os quais existe uma dialética constante. (...) Assim, o imenso campo da vida privada e cotidiana se define como um lugar derivado de historicidade, mas, sobretudo, espaço produtor de história. (PRIORE, 1997, p. 268)

Com base nessas afirmações, temos a possibilidade de testemunhar parcialmente o protagonismo das mulheres em meio às tipologias e aos padrões pré-estabelecidos nas trajetórias verificadas para o nosso recorte. Estamos nos referindo ao processo de resistência e persuasão da mulher nas diversas relações sociais, seja na esfera pública e na esfera do privado. Resistência que denota o embate contra o controle do comportamento, cuja dominação masculina se fundamentou em padrões morais e seus respectivos costumes. (RODRIGUES, 2016).

Mesmo que o nosso objetivo utilize a análise criminal para estudar o cotidiano e a trajetória das mulheres relacionadas nos autos, o debate acerca do feminino se coloca como fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Na utilização mais simples do conceito, “questão de gênero” se tornou sinônimo de estudo relacionado

às mulheres. As produções acadêmicas que se debruçam sobre o tema da história das mulheres, acabaram por substituir o termo “mulheres” por “gênero”. (SCOTT, 1992). De acordo com Joan Scott:

O termo "gênero" faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens. (SCOTT, 1995, p. 71).

Para a autora, a definição de “gênero” é efetivada em duas frentes. Primeiramente, o “gênero” é um conceito intimamente ligado ao constitutivo das relações sociais com base nas diferenças entre os sexos. Em segundo lugar, o gênero seria uma forma primária de dar significado às relações de poder entre as sociedades. (SCOTT, 1995). Se nos basearmos na afirmação de Michelle Perrot, onde “as mulheres não são passivas nem submissas” (PERROT, 1988, p. 212), podemos compreender que a presença do feminino nos autos criminais denota o ato de insubmissão em relação à condição onde as mesmas foram inseridas, seja pela reação contrária aos seus agressores, ou pelo ato de não aceitação de um determinado contexto onde as mesmas foram categorizadas na condição de réis.

A ausência de vestígios relacionados ao passado das mulheres, produzidos pelas mesmas, se tornou um grande problema enfrentado pelos historiadores que se debruçam sobre esse tema. Contudo, é comum encontrarmos fontes estruturadas com a narrativa masculina, com as determinações que procuram dizer quem são as mulheres e qual o seu lugar no espaço em que viviam. A dificuldade de remontar uma parcela do passado das mulheres, fez com que alguns historiadores desenvolvessem novas estratégias que permitissem romper a invisibilidade e o silêncio destas personagens. Nesse sentido, a História das mulheres contribui significativamente nesta proposta de trabalho. (SOIEHT, 1997).

Na análise das experiências individuais, temos a possibilidade de resgatar as trajetórias que se encontravam em consonância ou não com o contexto vivenciado no recorte. No distanciamento de uma narrativa ou de uma linearidade histórica, as análises individuais podem destacar certas variações das configurações sociais com permanências, rupturas e redefinições de um aspecto mais amplo. (CARNEIRO, 2020). Podemos ter acesso a um percurso individual que externa uma configuração baseada nas relações sociais mais abrangentes. (GRIBAUDI, 1998) Partindo do princípio que o espaço social é marcado pelas incoerências, temos a oportunidade de verificar os pontos de tensão e de estabilidade no coletivo e no individual. São trajetórias individuais que se conectam com zonas sociais.

Utilizar o processo criminal nos permite resgatar uma série de relatos, existências reais, histórias coletivas e individuais que não foram construídas de maneira voluntária. As partes envolvidas nos processos figuraram em suas ações por meio da quebra de regras e padrões, sejam eles escritos ou informais. (MAUCH, 2013). A composição da fonte criminal ocorria quando um ato conflituoso se submetia à interferência da Justiça. A fonte ganha robustez, na medida em que ocorrem seus trâmites e seus rituais processuais. Mesmo que o documento apresente variações em relação aos recortes, eles possuem certa padronização em seu ritual. Ivan Vellasco e Cristiane Viegas apontam que o processo criminal pode ser verificado em três frentes na compreensão histórica: dados sobre o processo, dados sobre o crime e dados sobre as partes envolvidas. (VELLASCO; ANDRADE, 2018). Na primeira frente, verificam-se a tramitação do caso e o roteiro que vai da denúncia até a sentença. Na segunda frente, podemos constatar a tipologia criminal e a classificação dos delitos. Na terceira frente, podemos verificar os dados específicos das partes e dos envolvidos de forma geral.

Como se trata de uma fonte oriunda do século XIX, algumas complexidades inerentes à temporalidade da mesma podem ser observadas. Neste caso, estamos nos referindo à incompletude de 10 processos em um universo de 44 casos. Contudo, mesmo que não tenhamos apenas a sentença dos respectivos processos, as fontes se encontram em excelente estado de conservação, o que não compromete totalmente as informações e os dados das trajetórias e dos cotidianos de seus envolvidos. Os processos criminais são originados do Centro de Documentação Histórica de Carangola – MG, estando disponíveis em formato digital em nosso arquivo pessoal. Sobre o trabalho com o processo-crime, Maria Helena Machado alega que:

Apesar do caráter institucional desta fonte, ela permite o resgate de aspectos da vida cotidiana, uma vez que, interessada a Justiça em reconstituir o evento criminoso, penetra no dia-a-dia dos implicados, desvenda suas vidas íntimas, investiga seus

laços familiares e afetivos, registrando o corriqueiro de suas existências. (MACHADO, 1987, p. 23).

Acerca do uso da documentação criminal enquanto fonte histórica, Elione Guimarães ressalta que:

Os processos criminais apresentam-se como um conjunto documental serial em que as massas populares estão presentes e têm a possibilidade de se manifestar, o que permite recuperar os testemunhos de personagens anônimos e marginalizados, pois neles se fazem presentes diversos grupos sociais. (GUIMARAES, 2006, p. 42).

De acordo com a autora, é possível analisar nas entrelinhas desta fonte, as permanências e as rupturas dos padrões existentes nas sociedades desse período, mesmo com o seu caráter de documentação oficial e serial. Entendemos que o processo-crime se configurou em um documento oficial, elaborado por grupos que detinham o poder, e que de certa forma, eram responsáveis pela constituição e manutenção da ordem. Contudo, independente do ritual processual, é possível detectar neste tipo de fonte histórica, uma parcela das características do cotidiano destas sociedades.

Na primeira parte da pesquisa, realizamos a análise quantitativa dos 44 processos criminais julgados pelo Termo de Santa Luzia do Carangola, criando um banco de dados para a análise das características destas fontes que envolveram mulheres em seus trâmites. A análise dos processos criminais se deu nos seguintes aspectos: a) Identificação da condição e do gênero das partes envolvidas nos autos, entre vítimas e réus; b) Identificação do motivo do crime em conjunto ao tipo de delito cometido; c) Avaliação dos meios e dos recursos utilizados para a realização do crime; d) Análise dos resultados dos trâmites processuais no tribunal; e) Criação de uma tipologia para a criminalidade envolvendo mulheres, contendo as características dos conflitos e seus respectivos envolvidos.

Em um segundo momento, sob um prisma qualitativo, avaliamos os motivos, as condições, os contextos e as formas de julgamento dos crimes onde o feminino se fez presente. Em relação à referida abordagem, o processo-crime se consolida como uma fonte provida de riquezas e minúcias dentro de seus procedimentos judiciais. Podemos constatar as ações dos sujeitos envolvidos juntamente com seus discursos, mesmo com a intermediação realizada pelo escrivão. (VELLASCO, 2004). Além do processo-crime, utilizamos fontes secundárias para compreendermos e confrontarmos o contexto referente ao recorte proposto. Referimo-nos aos jornais do município, ao Código de Posturas de Carangola e à legislação criminal de época.

Na tabela seguinte, podemos verificar a participação de homens e mulheres nos respectivos processos em que o gênero feminino esteve presente.

Tabela 01 – Divisão de Gênero e Participação nos Processos Criminais envolvendo mulheres – Santa Luzia do Carangola – 1876-1892

Tabela Vítimas	
Mulheres	Homens
37	13
Tabela Réus	
Mulheres	Homens
18	38

Fonte: Processos Criminais – Centro de Documentação Histórica – Carangola – MG

Nos 44 processos criminais identificamos as participações de vítimas e réus. Em relação às vítimas, identificamos 37 mulheres e 13 homens. No que diz respeito ao quadro de réus, observamos 18 mulheres e 38 homens. Mesmo que os homens tenham cometido mais crimes que as mulheres para o recorte proposto, temos 32,14% dos crimes cometidos por mulheres. Esse dado descontrói a perspectiva de invisibilidade da mulher, até então sustentada pela historiografia tradicional. No entanto, verificamos que, das 50 vítimas registradas nos processos, 74% são de mulheres que sofreram algum tipo de ação criminosa. Em 44 processos criminais temos

a participação de 55 mulheres e 51 homens. Em relação aos resultados dos 44 processos já levantados, observamos que o número de absolvições foi superior às demais sentenças.

Tabela 02 – Resultado dos Trâmites Processuais Envolvendo Mulheres – Santa Luzia do Carangola – 1876-1892

Resultado dos Trâmites Processuais	
Absolvições	16
Condenações	6
Incompletos	10
Arquivados	12
Total	44

Fonte: Processos Criminais – Centro de Documentação Histórica – Carangola – MG

Percebemos que o número de condenações foi extremamente baixo se observarmos as outras sentenças. Em um universo de 44 processos, verificamos 16 absolvições, 06 condenações, 10 processos incompletos e 12 arquivamentos. Cabe a ressalva de que os processos arquivados são absolvições que não chegaram ao conselho de sentença do Júri. São processos interpretados como improcedentes, prescritos ou com desistência formalizada. Era muito comum que as denúncias de ofensas físicas contra mulheres não passassem das denúncias. É possível verificar algumas desistências nesses tipos de crime. (RODRIGUES, 2016). O que se identifica é um número expressivo da participação feminina nos eventos criminosos ocorridos em Carangola. Além da participação mais efetiva das mulheres nos autos criminais a partir de 1880, verificamos um número significativo de absolvições masculinas, mesmo com provas materiais, autos de corpo de delito e testemunhas arroladas comprovando as ações criminosas.

Tabela 03 – Crimes realizados por localidade–Santa Luzia do Carangola – 1876-1892

Carangola	17
Divino	9
Tombos	5
São Francisco do Glória	4
São Manoel do Carangola	2
Faria Lemos	2
Arraial do Senhor do Bom Jesus	2
Indaya	1
São Sebastião da Barra	1
Jequeri	1
Total	44

Fonte: Processos Criminais – Centro de Documentação Histórica – Carangola – MG

Em relação a localidade, notamos o número expressivo de casos levados a Justiça em Santa Luzia do Carangola. Como todas as localidades mencionadas pertencem à região de Carangola, cabe a ressalva de que os números mais expressivos em relação ao registro de crimes se destacam próximo à sede da Justiça, em relação à frequência.

Tabela 04 – Instrumentos utilizados para o crime – Santa Luzia do Carangola– 1876-1892

Força Física (Espancamento, estupro, agressão)	17
Arma de fogo	11
Cacete	8
Arma branca (faca, foice)	7

Injúria	2
Ameaça	1
Total	46

Fonte: Processos Criminais – Centro de Documentação Histórica – Carangola – MG

Em relação a avaliação dos meios e dos recursos utilizados para a realização dos crimes, notamos o uso da força física e de armas de fogo como os itens mais frequentes em relação aos casos. Para a compreensão do uso de força física, interpretamos o mesmo como espancamento, estupro e agressão. Posterior a este dado, temos o uso da arma de fogo.

De acordo com o Código Criminal de 1830, os crimes de ofensa física e lesão corporal se destacam da seguinte maneira: “Art. 201. Ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano, ou fazer qualquer outra offensa physica, com que se cause dôr ao offendido” (BRASIL, 1830). (...) “Art. 205. Se o mal corporeo resultante do ferimento, ou da offensa physica produzir gravo incommodo de saude, ou inhabilitação de serviço por mais de um mez”(BRASIL, 1830).

Mesmo levando em consideração a complexidade das fontes, foi possível detectar algumas profissões das mulheres réis tendo em vista que algumas foram mencionadas nos tramites processuais. A tabela a seguir evidencia algumas dessas ocupações:

Tabela 05 – Profissão de Mulheres Réis– Profissão de Homens Réus - Santa Luzia do Carangola – 1876-1892

Profissão Ré / Mulher	
Costureira	3
Jornaleira	1
Lavradora	1
Domestica	1
Não consta	12
Total	18
Profissão Réu/ Homem	
Jornaleiro	5
Carpinteiro	4
Lavrador	3
Dentista	1
Tropeiro	1
Negociante	1
Taberneiro	1
Militar	1
Oficial de Justiça	1
Roceiro	1
Não consta	19
Total	38

Fonte: Processos Criminais – Centro de Documentação Histórica – Carangola – MG

Sobre as profissões das réis, destacamos o vínculo domiciliar relacionado à ocupação das mulheres que cometeram crimes. Neste caso, evidenciamos as 3 costureiras. Destacam-se também outras profissões com porcentagens mais baixas, como é o caso de 1 jornaleira, 1 lavradora, 1 doméstica e 12 casos onde não constam a profissão.

Em relação às profissões dos réus homens, observamos que suas referidas ocupações constam com mais frequência nos processos se comparados aos mesmos dados das mulheres. Temos 5 jornaleiros, 4 carpinteiros e 3 lavradores dentro das atividades agrícolas. Em menor escala, temos 1 dentista, 1 tropeiro, 1 negociante, 1 taberneiro, 1 militar, 1 oficial de justiça, 1 roceiro e 19 casos onde esses dados não constam.

Tabela 06 – Estado Civil de Homens Réus– Estado Civil de Mulheres Réis– Santa Luzia do Carangola – 1876-1892

Homem	
Casado	8
Solteiro	5
Viúvo	1
Não consta	24
Total	38
Mulher	
Casada	3
Solteira	2
Viúva	1
Não consta	12
Total	18

Fonte: Processos Criminais – Centro de Documentação Histórica – Carangola – MG

Dentro da análise do estado civil dos réus homens, destacam-se 8 casados. Na sequência, observamos 5 solteiros, 1 viúvo e 24 casos onde os referidos dados não constam. A tabela nos chama a atenção para a ausência desses dados. Mesmo com esta ressalva, analisaremos o dado expressivo de homens réus casados. Nota-se que estes indivíduos, provavelmente, eram pertencentes a um núcleo social familiar, sendo responsáveis por um lar.

Ao observarmos o estado civil das mulheres réis, verificamos a ausência dessas informações em 12 casos. Em relação aos processos que fornecem essas informações, temos 3 réis casadas, 2 solteiras e 1 viúva.

Tabela 07 – Idade de Mulheres Réis– Idade de Homens Réus – Santa Luzia do Carangola – 1876-1892

Idade Ré / Mulher	
15-20	1
21-25	0
26-30	3
31-40	1
41-50	1
Não consta	12
Total	18
Idade Réu / Homem	
15-20	2
21-25	1
26-30	2
31-40	6
41-50	4
51-60	1
Não consta	21
Não sabe a idade	1
Total	38

Fonte: Processos Criminais – Centro de Documentação Histórica – Carangola – MG

Ao analisarmos os dados referentes à idade das mulheres réis, observamos que a faixa etária que cometeu mais crime foi a de 26-30 anos. Em menor proporção, temos 1 caso de 15-20 anos, nenhum caso de 21-25 anos, 3 casos de 26-30 anos, 1 caso de 31-40 anos, 1 caso de 41-50 anos e 12 casos onde os dados não aparecem.

Sobre a idade dos réus homens, notamos primeiramente que temos 21 casos onde a idade não aparece. Seguindo de 6 casos com indivíduos entre 31-40 anos e 4 casos entre 41-50 anos. Em menor escala, 2 casos de

15-20 anos, 2 casos de 26-30 anos, 1 caso de 21-25 anos, 1 caso de 51-60 anos e 1 caso onde o indivíduo declarou não saber a idade.

Considerações Finais

Para finalizarmos, ressaltamos que este trabalho teve como finalidade demonstrar parcelas do cotidiano feminino através da análise conceitual sobre o tema e de práticas criminosas que encontramos nos autos processuais. Observamos, também, a necessidade de ampliação do debate das tabelas para penetrarmos de forma mais profunda no cotidiano de homens e mulheres, personagens deste trabalho. Cabe a ressalva de que o presente trabalho se encontra em fase de pesquisa e elaboração.

Referências Bibliográficas

- BRETAS, M. L. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. **BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 32, pp. 55, 2º. sem. 1991.
- CALEIRO, R. C. L.; SILVA, M. P. da; JESUS, A. L. F. de. Os processos-crime e os arquivos do Judiciário. *Dimensões*. **Vitória**, v. 26, pp. 302-320, 2011.
- CARNEIRO, D. F. “A Microstoria italiana e os desafios biográficos na historiografia recente (1980-2000)”. **Locus: Revista de História**, 26, n. 1, pp. 211-234, 2020.
- CARVALHO, J. M. de. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.9, n.18, pp. 337-360, Dez, 1996.
- CARVALHO, M. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. **Áfro-Ásia**, Bahia, n.º 29/30, pp. 41-78, 2003.
- CHAVES, E. R. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico a região Norte. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, pp. 817-845, set./dez. 2013.
- MAUCH, C. O processo crime para além dos crimes. In: XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: **CORAG**, 2013. v. 11. pp. 17-31, 2013.
- PRIORE, C. Violência Cometida pelas Mulheres: Práticas e Construções discursivas. **Anais do Colóquio de Estudos de Gênero e História – LHAG/UNICENTRO**, 2013.
- RODRIGUES, M. Visões da criminalidade em Mato Grosso no Século XIX. In: XXIV Semana de História: Pensando o Brasil no centenário de Caio Prado Júnior. **Anais do XXIV Semana de História**. Franca: 2007. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/Home/Eventos/SemanadeHistoria/marinete.PDF>>. Acesso: 03 jan. 2022.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995.
- VELLASCO, I. de A. A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais Século XIX. **Tempo**, Niterói, vol.9, n.18, pp.171-195, jun. 2005.
- _____; ANDRADE, C. V. Criminalidade e violência em perspectiva histórica: mapeamento de dados, reconstrução de estatísticas e dados censitários: 1830-1929. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, n. 477, pp. 137-170, mai./ago. 2018.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **Nordestino**. A invenção do falo – uma história do gênero masculino. Maceió: Catavento, 2003.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**. 8. ed. São Paulo: Unesp, 2007.
- FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.
- FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 21a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- GRIBAUDI, M. Escala, Pertinência, Configuração. In: **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Jacques Revel. (Org.) 121-150. Rio de Janeiro: EdFGV, 1998.
- GUIMARÃES, E. S. **Violência entre parceiros de cativeiro**: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: Fapeb, Annablume, 2006.

- HOSKEN, J. M. **Centenário da Comarca de Carangola**. Belo Horizonte: Inédita Editoria de Arte, 1992.
- MACHADO, M. H. P. T. **Crime e Escravidão**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PRIORE, M. Del. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo Contexto, 1992.
- _____. História do cotidiano e vida privada. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.) **Os domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- _____. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- RAGO, M. **Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar, 1890-1930**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1985.
- _____. As Mulheres na Historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- RODRIGUES, M. A. Z. **Mulheres, Violência e Justiça no Século XIX**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- _____. **Criminalidade e relações de poder em Mato Grosso (1870-1919)**. Jundiaí, Paco Editorial: 2012.
- SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de: Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- SOIHET, R. **Condição Feminina formas de violências. Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- _____. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da História**. Ensaos de teoria e metodologia. 1.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.
- VELLASCO, I. de A. **As Seduções da ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – Século 19. Bauru: Edusc, 2004.
- Recenseamento de 1890. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>>. Acesso em 02 jan. 2022.
- Legislação**
- BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso: 05 jan. 2022.
- Teses e Dissertações**
- BOECHAT, M. C. C. R. **A ocupação da região de Carangola**: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas da zona da mata mineira na segunda metade do século XIX. Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006. Dissertação (Mestrado em História).
- COSTA, M. L. F. **A escrita e o desejo**: As relações de gênero na produção literária de Clodoaldo Freitas. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010. Dissertação (História do Brasil).

**A JUSTIÇA E A VIOLÊNCIA NO INTERIOR: CRIMINALIDADE E TRANSFORMAÇÕES
SOCIAIS EM SANTA LUZIA DO CARANGOLA - 1873-1889**

Randolpho Radsack Corrêa⁵

Patricia de Oliveira Guerra Radsack Corrêa⁶

Palavras- chaves: Justiça, Criminalidade, Carangola.

Introdução

Foi com a intervenção da Justiça e o ritual jurídico que nos fins do século XIX, uma série de crimes passou a ser oficializado constantemente em Santa Luzia do Carangola, na província de Minas Gerais. Esta região, localizada na parte leste da Zona da Mata Mineira, ocupada a partir da segunda metade do século XIX, se destacou como uma espécie de referência regional, principalmente após sua emancipação em 1882. (BOECHAT, 2006).

Ao longo da segunda metade do Oitocentos, a Zona da Mata Mineira passou por profundas transformações, seja pelo processo de ocupação, como também pelo fenômeno da expansão demográfica nestas terras. Relacionam-se a esses eventos, o aumento da população, a presença da mão-de-obra escrava, junto ao processo de produção agrícola diversificado, com ênfase no cultivo cafeeiro na transição entre os séculos XIX e XX. (CARRARA, 1993).

É importante destacar que o processo de crescimento e expansão das fronteiras, além de ampliar as perspectivas de mercado, contribuiu para a elevação do fluxo demográfico. A partir desta reflexão, compreendemos que junto ao crescimento demográfico, se ampliaram os interesses, as mobilidades, as disputas por espaços e demandas, ocasionando uma série de conflitos sociais que passaram ser monitoradas e administradas pelo Estado e suas instituições.

Este trabalho tem por finalidade analisar parcialmente a atuação da Justiça frente às transformações ocorridas na região de Santa Luzia do Carangola, a partir da implantação de suas representações jurídicas na segunda metade do século XIX⁷. Objetivamos caracterizar os impactos dessa expansão e desenvolvimento, no cotidiano das sociedades integradas à região, por meio da análise dos 307 processos criminais tramitados pelo Termo de Santa Luzia do Carangola desde sua criação, até o fim do Império.

A partir deste trabalho, nossa tentativa se enveredará para a análise dos crimes ocorridos no Termo de Santa Luzia do Carangola, avaliando o fenômeno da criminalidade sob o prisma das diversas camadas sociais envolvidas nos conflitos regionais, na transição do Império para a República. A análise das percepções, aspirações, sentimentos e da sociabilidade de determinados grupos sociais, permite avaliar o impacto dos confrontos que se estabeleceram com a divisão das funções sociais e hierárquicas no interior de uma sociedade que transitava por mudanças regionais e nacionais. (RODRIGUES, 2013).

⁵ Doutorando e Mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira – Niterói-RJ. Professor da Secretaria de educação do Estado do Rio de Janeiro.

⁶ Mestranda em História pela Universidade Salgado de Oliveira – Niterói-RJ. Professora da Rede Particular de Ensino em Carangola-MG.

⁷ No ano de 1873 foi registrado o primeiro processo criminal no distrito policial em Santa Luzia do Carangola.

A disputa que se constrói a partir da visão de mundo que cada grupo social procura impor, interfere diretamente nos padrões de comportamento sobre as oportunidades no exercício do poder. O exercício da análise de uma determinada coletividade a partir de seus conflitos, oficializados nos processos criminais, permite uma compreensão mais profunda sobre sua dinâmica, seu desenvolvimento, expansão e suas complexidades. (SOUZA, 2007). Avaliar o impacto da criminalidade como consequência dos eventos de desenvolvimento e expansão relacionados ao município, seu aumento populacional e sua diversidade social torna-se relevante para a construção desta análise.

Claramente definida pela expansão de suas fronteiras e de suas funções econômicas, Santa Luzia do Carangola evidenciou uma série de oposições em relação à visão de mundo dos grupos sociais e de seus respectivos papéis nesta sociedade. Cada grupo passava a se impor aos demais, influenciando nos comportamentos sociais e nas oportunidades de exercício de poder.

As transformações regionais atuaram diretamente na mudança de comportamento da sociedade, na inserção de novos protagonistas nessas relações e conseqüentemente, na ampliação dos conflitos que se oficializaram nas barras do tribunal.

Ao analisarmos o uso e a aplicação da legislação criminal que tratava dos casos envolvendo os indivíduos de uma determinada comunidade, nos servimos das ideias de Thompson (1998), ao percebermos uma diferenciação entre os códigos das leis e os costumes em comum de uma região. Segundo o autor, “cultura” e “costumes” são maleáveis ao diálogo entre os grupos sociais e dentro dos grupos sociais, permitindo o equilíbrio e remodelando a formação do habitual. O costume considerado como “prática”, é o que se realiza a partir do cotidiano dos grupos sociais. Sendo executado com frequência, o dito costume acaba por se tornar “regra”, formando o que Thompson considera como direito consuetudinário. No entanto, a partir da quebra de acordos tácitos possíveis dentro do referido contexto, este “equilíbrio” se rompia, podendo por muitas vezes se encerrar na formação do processo criminal e na resolução dos conflitos nas barras do tribunal.

Contudo, percebemos ações, negociações e escolhas, em um contexto de resistências e acomodações de tradições consuetudinárias e da emergência de mudanças comportamentais que vão adquirindo consistência com a consolidação de um novo mercado e de uma nova visão governamental. No que se refere aos códigos criminais, entendemos que os mesmos foram criados a partir da necessidade de se estabelecer um conjunto de regras para a prevenção e tratamento de conflitos, além de se constituírem um instrumento legal para embasar o julgamento dos crimes e dos delitos de uma sociedade. No entanto, esta sociedade estava submetida não somente a uma legislação oficial publicada. Como poderemos perceber, as diversas categorias sociais poderiam dispor de normas não escritas, configurando um conjunto de costumes e regras particulares de uma comunidade, não dependendo a princípio do uso da Justiça formal.

No momento em que a mesma se aproxima da realidade da comunidade, os diversos conflitos já existentes se oficializam nas peças documentais e passam a ser controlados e regidos pelo Estado, por meio da intervenção judicial. Evidentemente, os diversos conflitos se caracterizavam de diferentes formas no Brasil. Essa variação estava ligada às diversidades políticas, geográficas, culturais e demográficas. A proporção dos conflitos e suas diversas características estavam totalmente condicionadas ao tamanho das propriedades, ao contexto rural ou urbano, à quantidade de cativos por proprietário e à condução do regime de acordo com cada realidade regional. Em suma, estamos falando de dois ambientes. O Brasil formal, dotado das recentes legislações no Império, com a formação de um sistema jurídico que foi implementado. E o Brasil real, com sua grande extensão

territorial, a pluralidade cultural de suas sociedades e as regiões mais distantes dos centros de poder, onde este aparato legal teve dificuldade de chegar.

Segundo Thompson (1998), as relações de costume e de cultura só podem ser devidamente interpretadas se forem contextualizadas, levando em consideração as transformações históricas e analisadas empiricamente dentro de um recorte de tempo e espaço. A busca pela resolução de questões pessoais, de propriedade e das relações sociais foi efetivada a partir da elaboração do processo crime enquanto meio formal e burocrático de encaminhar os casos para a Justiça.

Um estudo desse tipo possui a relevância de poder personificar essa massa documental, até então esquecida por décadas no município. Avaliando que a presença da Justiça na região possui mais de um século, consideramos que esse tipo de estudo pode contribuir com a história da região, a partir de sua configuração jurídico-criminal e com suas características de formação, desenvolvimento e expansão. Para além de um estudo específico sobre Santa Luzia do Carangola, nossa análise contribuirá para uma melhor compreensão das perspectivas e ações da Justiça, de uma parcela da legislação criminal e suas trajetórias em uma região de fronteiras.

A análise sucinta dos conteúdos provenientes do processo criminal, mesmo como um documento oficial, passível de inúmeros cuidados com sua interpretação, corporifica em suas linhas e entrelinhas, toda a estrutura da montagem, negociação e expressão final dos embates. Desvendam dramas individuais e coletivos de indivíduos anônimos que se tornam atores no curso da Justiça.

Sobre a função da Justiça: sociedade e violência no interior

A própria pasta da Justiça, que se formaria após a Independência, traria fortes marcas de nascença: por um lado, pela tentativa de circunscrição da esfera da justiça separada da administração, desde a alta cúpula; de outro, pelas ações que estariam debaixo de sua jurisdição, as quais incluíam, para além dos conflitos ordinários, a manutenção da ordem pública em função do poder de policiamento das autoridades judiciárias (veja-se que a Guarda Nacional seria criada sob sua jurisdição), incluindo também questões eclesiásticas, o que se relacionava com o amplo espectro das tradicionais autoridades judiciárias até então. (SLEMIAN, 2011).

Partindo do princípio que podemos entender a função da Justiça como pilar da proteção da ordem pública, mediante o estabelecimento de padrões e dinâmicas sociais, será importante a compreensão da origem e da construção de suas esferas. Sejam elas inspiradas por modelos anteriores, ou até mesmo elaboradas a partir das realidades e interesses inerentes ao contexto brasileiro.

Elaborada na tentativa de cumprir uma função normativa, penal e reguladora por meio da lei (SANTOS; COSTA, 2004), tentaremos compreender como a presença da Justiça se consolidou como entidade reguladora do âmbito individual e coletivo, realizando o fenômeno da interferência do Estado no cotidiano e na realidade das sociedades. Em outras palavras, perceber como o Estado impunha sua legitimidade em relação à sociedade, estabelecendo uma rede de relações e interdependências. (BOURDIEU, 2014).

É relevante pontuar a assertiva de Bourdieu, uma vez que o autor indica que na manutenção da ordem simbólica o campo jurídico possui significativo papel na legitimação do Estado e suas relações sociais.

Segundo o autor:

A função da manutenção da ordem simbólica que é assegurada pela contribuição do campo jurídico, das suas divisões e das suas hierarquias, e do princípio de visão e de divisão que está no seu fundamento – produto de inúmeras ações que não têm como fim a realização desta função e que podem mesmo inspirar-se em intenções opostas, como os trabalhadores subversivos das vanguardas, os quais contribuem, definitivamente, para determinar a adaptação do direito e do campo jurídico ao novo estado das relações sociais e para garantir assim a legitimação da forma estabelecida dessas relações. (BOURDIEU (1989).

Segundo o dicionário do século XIX, Luiz Maria da Silva Pinto, o termo Justiça se caracterizava como “virtude, que nos move a obrar conforme as leis divinas, e humanas. Execução do que elas prescrevem. O Juiz, ou Juizes, e todas as pessoas encarregadas da execução da lei, e de administrar a justiça. Direito, razão.” (PINTO, 2019). Sendo nossa proposta neste item, analisar a Justiça e suas determinações acerca do crime, é necessário realizar uma breve discussão sobre este fenômeno social.

Segundo Marcos Bretas, o crime:

(...) era encarado como um dos sinais mais visíveis da desordem social e acreditava-se que o aumento do conhecimento da sociedade poderia contribuir para o controle ou até mesmo a eliminação desse tipo de “patologia” social. O crime era apontado como um desvio do comportamento normal, como o lugar do incomum no estudo das sociedades, em oposição à normalidade da vida dos cidadãos comuns. O que menos se esperava encontrar nas análises sobre o crime eram os padrões da vida cotidiana. (BRETAS, 1991).

Apontado anteriormente como desordem social, a patologia até então interpretada seria fruto do desconhecimento e das ausências de informação por parte destas sociedades. Julgado como desvio comportamental do cidadão, este fenômeno não teria lugar na normalidade e no cotidiano da sociedade. Contudo, o fenômeno social da criminalidade ocorreu ao longo da história, independente dos contextos, dos recortes temporais e do grau de conhecimento das diferentes sociedades. Por vezes, o desconhecimento mencionado estava atrelado à pobreza e a limitação material das sociedades. Ao analisar este respectivo fenômeno, o autor não relaciona a cultura da violência às condições de pobreza e limitações materiais.

O autor alega que:

Não há, entretanto, nenhuma razão para se afirmar que os indivíduos que aparecem nos arquivos criminais venham de um segmento especial de pobres, uma vez que todos os grupos das camadas baixas da sociedade estão expostos à possibilidade de encontro com a polícia e, provavelmente, sabem como apresentar seus discursos para as autoridades. (BRETAS, 1991).

Sob a mesma perspectiva para a compreensão de violência, Ivan Vellasco apresenta um argumento semelhante ao afirmar que:

(...) a violência não pode ser explicada apenas como resultado derivado das condições de marginalização e escassez. Era parte constitutiva e indissociável da forma como o mundo era percebido e aceito como tal; e as próprias condições de dominação se justificavam largamente, em função da legitimidade da violência, como forma necessária e naturalizada das interações sociais, que definiam as situações de poder e de submissão, o que garantia, afinal, uma estreita

correspondência entre as disposições mentais e a estrutura social. (VELLASCO, 2005)

Concordamos com os autores. No entanto, uma avaliação conceitual é necessária, pois estamos nos debruçando sobre vários termos. Mesmo que nosso trabalho envolva os termos como “crime”, “violência”, “conflito” e outros, é importante mencionar que nossa compreensão de crime se dá na oficialização do conflito, violento ou não, mas que foi reconhecido como tal e ritualizado a partir de denúncia, investigação e julgamento por parte dos tribunais. Por isso, se faz necessário a compreensão e análise desses conceitos para que identifiquemos com mais responsabilidade seus usos e aplicações.

É importante destacar que o Brasil nos tempos de colônia foi marcado por um regime que conviveu cotidianamente com a naturalidade da violência. Em um sistema cuja dinâmica foi imposta aos nativos ou escravizados, com interferências culturais, religiosas, sociais e econômicas, a violência teve um papel sempre presente na condução do projeto de colonização. Seja pela violência física direta ou pela violência restritiva, esta realidade não seria diferente após a emancipação.

Segundo Ivan Vellasco:

(...) a cultura da violência que marca a sociedade oitocentista, sociedade na qual à violência da escravidão e da ação repressiva do Estado, com seu repertório de execuções, castigos corporais e sevícias, se aliavam a brutalidade no trato entre homens e mulheres, o espancamento das crianças como recurso pedagógico rotineiro, a agressividade como moeda corrente das relações sociais e a valentia como premissa da honra. A violência constituía um ethos, que atravessa as relações sociais, fossem verticais ou horizontais, fossem entre estranhos ou próximos, entre amantes, parentes ou inimigos. (VELLASCO, 2005)

Evidentemente, não podemos compreender que as sociedades do século XIX eram conduzidas e balizadas, exclusivamente, por contendas. Contudo, a realidade da violência não pode ser desconsiderada, uma vez que o fenômeno do conflito é inerente à natureza das relações políticas, econômicas e sociais. Logo, é preciso compreender a violência como um fenômeno que ultrapassa as relações de fissuras, transições ou rupturas. Essas relações podem, sim, interferir nas dinâmicas sociais. Mas, não são exclusivas da origem dos conflitos. As ações de violência não devem ser interpretadas de maneira frívola ou simplista, não devem ser interpretadas como produto do uso indevido das regras simplesmente.

O autor enfatiza ainda que:

Entender a violência, antes de tudo, como um fenômeno cultural, permite contornar as dificuldades postas pelas concepções de anomia, como recurso explicativo das condutas que, aparentemente, indicariam uma incapacidade de apreensão de regras e normas desejáveis e pela ideia de irracionalidade desta violência, uma vez que, aos olhos do observador, haveria uma desproporção entre seu uso e as finalidades pretendidas. Ambas acabam por esclarecer menos sobre o tema do que sobre os julgamentos e os valores do observador. Homens e mulheres – e sempre mais os primeiros – em todos os estratos sociais, tornavam-se violentos, ou melhor, recorriam à violência física, como forma corriqueira de solução dos problemas, de enfrentamento de conflitos, como defesa do que julgassem seus direitos e, enfim, na afirmação de sua posição e na defesa de seus valores, tais como honra, valentia e coragem, estes outros nomes da dignidade. E, neste sentido, o uso da força era amplamente reconhecido e valorizado. Honra era, afinal, a possibilidade de ser

respeitado pelos demais e a violência, um teste de força, de coragem e valentia, pelo qual se demonstrava a disposição de estar no mundo e ocupar aquele espaço que, de outro modo, não lhe pertenceria. (VELLASCO, 2005).

De acordo com o autor, o recurso ao ato da violência em resposta aos conflitos ocorria independente da natureza de seus autores e as ações nasciam das mais diversas situações sociais, não caracterizando, assim, um grupo social específico. Conforme os parâmetros observados, o que estava em jogo era a possível defesa de um posicionamento, da delimitação de um espaço social e das aspirações do indivíduo ou do coletivo. (VELLASCO, 2005).

Sobre a possível diferenciação entre os conceitos de violência e criminalidade como fenômenos coletivos sociais, Alysson Freitas ressalta que:

Obviamente, entendemos criminalidade e violência como conceitos distintos, tendo em vista que a discussão sobre violência perpassa a condição da agressão ao outro, em uma lógica de relações cotidianas próprias, o que acaba por criar características particulares a cada tipo de violência que aparece em uma determinada sociedade e realidade.

Da Idade Média até os dias atuais, a percepção sobre violência mudou junto com as transformações que se operaram em toda a sociedade, em seus vários níveis. (...)

Por outro lado, a criminalidade é uma construção jurídica, com base na qual é possível perceber como uma sociedade pode considerar a criminalidade como legítima ou não. (FREITAS, 2014)

Ainda sobre as interpretações acerca do estudo da criminalidade, o autor enfatiza que:

Estudar a criminalidade, dessa forma, não significa apenas estudar uma “história do desvio, daquilo que a sociedade repele intensamente”, afinal, “a criminalidade expressa, a um tempo, uma relação individual e uma relação social indicativa de padrões de comportamento, de representações e valores sociais”. (FREITAS, 2014)

Dessa forma, podemos interpretar o crime a partir de seu registro oficial e seus respectivos desdobramentos no âmbito judicial. É a oficialização do ato interpretado como irregular que resulta na ruptura de um sistema normativo previamente determinado e que passa a ser ritualizado no tribunal, da denúncia até a sentença proferida pelo juiz.

Sobre a interpretação conceitual do crime, Claudia Mauch ressalta que:

O que define um ato como crime não é sua natureza e sim a aplicação da legislação criminal em vigor, e o fato de alguém figurar como réu ou vítima em um processo criminal significa, obviamente, que seus atos passaram por uma série de procedimentos e classificações anteriores ao teatro do tribunal propriamente dito. Tais procedimentos normalmente figuram no processo, na forma de queixa ou denúncia, autos de perguntas, autos de corpo de delito e inquérito policial. Portanto, mesmo que o pesquisador vá em busca de um processo crime porque sabe que nesse tipo de documento irá encontrar fontes para, por exemplo, relações de vizinhança e formas de morar num dado período e local, ele deve levar em conta que suas informações estarão marcadas pelo conflito e provavelmente pela violência fundadora do ato que foi classificado como crime e gerou um processo. Os depoimentos, principalmente em processos criminais envolvendo violência, mas não somente neles, estarão marcados pela quebra do cotidiano que o ato que justifica

sua presença diante de um oficial da lei representa e à luz do qual farão suas declarações. (MAUCH, 2013)

Em publicação sobre o tema, Ivan Vellasco e Cristiana Andrade propõem que:

Crime é algo que é produzido pela ação de criminalizar. É um fenômeno que se materializa no seu processamento pelo aparato de justiça. No entanto, descartadas as concepções mais inocentes e mais simplistas a respeito, cremos ser possível controlar os dados de forma a isolar os efeitos de contaminação de um sobre o outro. Um aumento na taxa de crimes violentos não, necessariamente, reflete a capacidade de puni-los, mas, em grande parte das vezes, de apenas registrá-los através do sistema legal. (VELLASCO; ANDRADE, 2018).

Segundo os autores, o número impactante de registros dos atos considerados criminosos, não evidenciam os reais aumentos de criminalidade. Cabe ressaltar que, a partir do surgimento da Justiça enquanto órgão oficial, o que se verificou foi a oficialização dos eventos que já ocorriam anteriormente sem que os mesmos dados fossem registrados em um ritual jurídico institucionalizado. Com as diretrizes iniciais para o seu surgimento, a Justiça do Brasil independente nasce com a tentativa de cumprir um papel de regulação dos meios sociais e, sobretudo, como um importante instrumento de controle social, com mecanismos próprios e dinâmicos, embasados em leis e códigos que foram construídos e atualizados ao longo do século XIX.

O que se pode verificar de antemão é que, a partir da instalação dos órgãos judiciais em uma determinada região, os conflitos passaram a ser registrados e submetidos ao ritual jurídico. Contudo, a quantidade de crimes não deve ser interpretada como maior ou menor número de atividades conflituosas. Evidentemente, se existe a quebra de um acordo comum, dentro de uma perspectiva consuetudinária, algum crime poderá ser identificado, desde que seja registrado e submetido ao processo jurídico. Ou seja, o controle da sociedade a partir das atribuições da Justiça é destinado a quem está submetido ao seu controle.

Ivan Vellasco e Cristiana Andrade apontam que:

Os crimes resultantes de disputas entre conhecidos e familiares, envolvendo bebida, ciúmes e traições somam quase setenta por cento de toda a amostra. Esse dado parece confirmar que a função precípua da justiça local no período voltava-se para o controle dos conflitos entre aqueles que se colocavam sob sua jurisdição, por estarem ao alcance e não possuírem meios de escapar de suas fronteiras, homens e mulheres comuns que, ainda que recorrendo frequentemente à violência, teriam que seguir administrando suas vidas e seus negócios. (VELLASCO; ANDRADE, 2018).

A partir desta reflexão, o que os autores identificam em pesquisa sobre criminalidade na Vila de Tamanduá na transição do Império para a República, é que, em virtude da interiorização da Justiça em regiões pequenas, as adaptações do cotidiano em relação às exigências de conduta conforme a legislação vigente poderia ocasionar uma série de impasses, oficializando os conflitos e “aumentando” o número de processos criminais. Como mencionado acima, um volume muito grande de processos não significava necessariamente uma jurisdição violenta ou criminosa. O que poderia ocorrer é que, com a presença da Justiça, os conflitos passaram a ser oficializados e submetidos ao ritual jurídico nos tribunais. Em outras palavras, o que se resolvia nos parâmetros privados e individuais antes da presença da Justiça, passou a ser quantificado e tratado diretamente pela Justiça.

Os autores enfatizam ainda, que:

A sensibilização à violência, reduzindo a tolerância e a permissividade sociais às suas formas extremas, ter-se-ia constituído num elemento de legitimação do desenvolvimento do aparato de vigilância e punição, responsáveis pela implementação da ordem, sob o Império da lei. (VELLASCO; ANDRADE, 2018).

Devemos ter a clareza que o fenómeno da criminalidade é, sobretudo, um conceito estatístico, principalmente ao identificarmos primeiramente a soma dos eventos registrados nos órgãos que produziam e tramitavam os processos. Segundo os mesmos autores, quando tratamos de reconstruir as evidências do fenómeno da criminalidade, lidamos com a relevância do próprio tema, ao analisarmos seus impactos nas sociedades e a viabilidade de encontrarmos informações no processo que respondam ou não as questões sobre o cotidiano da região. (VELLASCO; ANDRADE, 2018).

Sobre o fenómeno da criminalidade, os autores alegam que:

Vale dizer que criminalidade é evidentemente um conceito estatístico, na medida em que se refere às taxas construídas a partir da soma dos eventos registrados em determinado período de tempo em relação a uma determinada população. Isso não significa que não se possa abordar o fenómeno a partir de temas e de fontes de outra natureza, tais como debates na imprensa ou no parlamento, ou sua construção no discurso jurídico etc. Obviamente a quantificação é um instrumento de produção de dados que não se esgota em si – pelo contrário, exige esforços ainda mais meticulosos de análises à luz de uma percepção mais acurada do contexto histórico e de suas conjunturas, ao quais os dados quantificados fornecem luminosidade. (VELLASCO; ANDRADE, 2018).

A análise das informações referentes aos trâmites processuais pode se relacionar com a ação dos mecanismos de controle social e sua eficácia ao longo do tempo e do espaço, ao verificarmos a quantificação do fenómeno. (VELLASCO; ANDRADE, 2018). Podemos identificar, sobretudo, os indicadores de mudanças nos padrões de conduta da sociedade e no uso da violência.

Os embates em relação aos distintos pontos de vista, as demandas pessoais que geraram conflitos, são concretizados em uma luta simbólica que faz do Estado o regulador dos antagonismos sociais. Neste embate, a presença do Estado por meio da Justiça, utiliza o monopólio do poder aplicando a ideia de equidade para impor sua regulação e seus interesses. (BOURDIEU, 1989).

A institucionalização da Justiça como reguladora da sociedade em nome do Estado traz a ideia de oficialização do que até então era consuetudinário. A partir da garantia da legitimidade de sua atuação, ao estabelecer que os conflitos só pudessem ser resolvidos juridicamente, entrar no campo jurídico é, sobretudo, aceitar seus princípios. Para tal, é necessária a atribuição de inúmeras funções deste campo, para que a o ritual implementado nas barras do tribunal pudesse ser garantido. A interpretação da lei não é um ato solitário do magistrado.

Segundo Bourdieu:

(...) o conteúdo prático da lei que se revela no veredito é o resultado de uma luta simbólica entre profissionais dotados de competências técnicas e sociais desiguais, portanto, capazes de mobilizar, embora de modo desigual, os meios ou recursos jurídicos disponíveis, pela exploração das (regras possíveis), e de utilizar

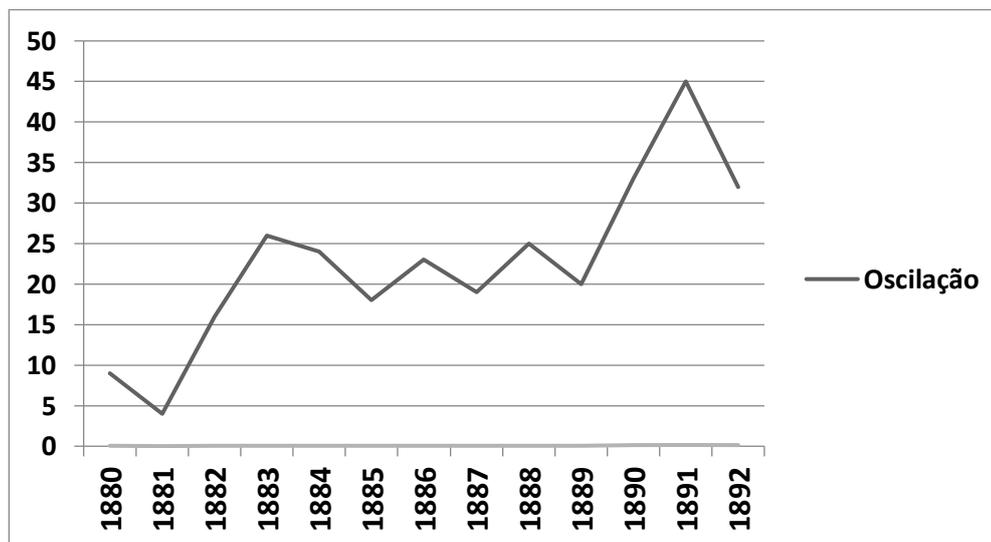
eficazmente, quer dizer, como armas simbólicas, para fazerem triunfar a sua causa (...). (BOURDIEU, 1989).

Em suma, a Justiça estabelece uma fronteira entre os sujeitos que estão preparados para fazer parte do jogo e os que, mesmo lançado nele, permanecem excluídos. (BOURDIEU, 1989). Como verificamos anteriormente, a construção da legislação brasileira apresentou com clareza e até mesmo com a omissão sintomática, as intencionalidades inerentes aos grupos dominantes que condicionaram sua elaboração.

A presença da Justiça passou a permitir os registros dos conflitos, efetivando o crime e a ritualização do processo criminal. Possíveis oscilações dos índices criminais em um determinado recorte podem estar intimamente relacionadas por variáveis institucionais, econômicas, culturais e demográficas. (VELLASCO; ANDRADE, 2018). Contudo, podemos compreender que as transformações inerentes ao município e suas elevações, podem condicionar uma parcela desses conflitos.

No gráfico a seguir, podemos compreender as oscilações ocorridas no mesmo recorte, tendo em vista o aumento significativo de registros dos crimes referentes ao Termo e a Comarca.

Gráfico 1 – Oscilação do Registro de Processos Criminais na Região de Santa Luzia do Carangola entre os anos de 1880 - 1892



Fonte: Processos Criminais – Centro de Documentação Histórica – Carangola – MG

Como podemos identificar, a partir da implantação do Termo de Santa Luzia do Carangola, verificamos o aumento dos registros dos processos. Entre os anos de 1882 e 1889, se manteve a média anual entre 20 e 25 registros criminais. A partir da elevação à categoria de Comarca, observamos um salto significativo que demonstra os impactos da Justiça desde a sua presença efetiva até a sua ampliação na jurisdição.

A análise estatística dos processos criminais em larga duração pode auxiliar na verificação do crime de maneira mais consistente. A análise pormenorizada transformada em abordagem estatística pode contribuir para uma reflexão mais robusta acerca de temas relacionados aos padrões de relações sociais entre as partes, origens

e procedências, comportamentos, cultura popular, gênero, tipos de crimes realizados, recursos utilizados para a concretização do conflito, extraindo assim, importantes aspectos do cotidiano da região. (VELLASCO; ANDRADE, 2018). Entretanto, a exposição e a quantificação dos dados exigem esforços analíticos para uma percepção mais refinada do contexto histórico e de suas respectivas conjunturas.

Na análise dos quadros acerca da frequência do crime por ano, torna-se visível o aumento do registro dos conflitos na Justiça. Ressaltamos que, o aumento dos registros anuais não traduz necessariamente, o aumento da violência. Como ressaltamos, a presença da Justiça e suas possíveis intervenções, contribuíram para a produção de processos criminais e seus respectivos rituais jurídicos. Contudo, as transformações referentes ao município e suas respectivas instâncias, podem sim, possibilitar o conflito entre grupos antagônicos, as disputas de interesse e os embates em meio às aspirações pessoais.

Estudos de Caso

No dia 20 de dezembro de 1890, o português Manoel Gomes Grillo, de trinta anos, foi acusado de furtar uma bolsa de Jayme Gomides dentro da locomotiva da estrada de ferro Leopoldina, no trecho que ia de Santa Luiza do Carangola a Faria Lemos. Jayme, que era empregado na Capital Federal, alegou ter em sua bolsa valores em dinheiro, cheques e documentos, com valor estimado em dezoito contos de réis. De acordo com a vítima, ao se distrair no vagão em que estava, foi surpreendido no momento em que Manoel havia levado sua bolsa em uma parada na caixa d'água, próximo à estação de Faria Lemos. Manoel saltou da locomotiva e disparou a correr. Ao ser avisado do ocorrido por uma mulher próxima ao seu assento, Jayme, o chefe do trem Bento Jozé Maria, e outros passageiros perseguiram Manoel após a fuga. Após tentar resistir à prisão, Manoel sacou uma garrucha que foi tomada posteriormente pelo chefe do trem. Ao chegarem a Faria Lemos, o réu foi entregue à autoridade policial para a abertura dos procedimentos de prisão em flagrante.

Na presença das autoridades, foi realizada a acareação do réu com algumas testemunhas. Marcolina de Rosa de Lima presenciou o fato, alegando que:

(...) ella testemunha viajava na primeira classe e o preso comprando cartão de segunda viajou na primeira, apesar das observações dos chefes. Elle continuou nas ditas primeiras, até a caixa d'água desta estação e sendo alli disse: eu vou mudar de classe e passou a mão em uma bolça de viagem e saltou com ella correndo, e, perguntando um homem na quelle ponto quem lhe tinha tirado a bolça apontou ella testemunha a pessoa que si acha presa sahindo o dono da bolça com mais pessoas o prendeu no mesmo momento pertinho da caixa d'agua avistando sempre o mesmo individuo com a referida bolsa.⁸

No mesmo auto de prisão em flagrante, Manoel alegou que estava embriagado por beber vinho e aguardente. O réu alegou não saber sua idade e não tinha nada a depor, pedindo água às autoridades policiais. No ato da prisão em flagrante, Manoel alegou não ter roubado a bolsa. Nos primeiros procedimentos inerentes à subdelegacia, algumas testemunhas afirmaram que o réu havia embarcado em Santa Luzia do Carangola e se encontrava aparentemente embriagado. Como o processo trata de prisão em flagrante, o réu permaneceu preso até os tramites referentes à Justiça.

⁸ CDH, 1890, Caixa 07, Feito M-06-06; p. 4v.

Já no âmbito da Justiça, o réu foi submetido ao auto de qualificação. Manoel tinha trinta anos, era serrador de madeiras e natural de Marinha Grande em Portugal. Essas informações apresentam alguns dados do cotidiano do réu, uma vez que, diferente dos outros casos relatados, Manoel não trabalhava especificamente na agricultura. Como podemos perceber, a presença de estrangeiros nesse período é uma realidade constante dentro do recorte proposto.

No auto de perguntas destinadas ao réu, Manoel argumentou que recebeu a bolsa de Marcolina, que serviu como testemunha inicial no auto de qualificação. Esta argumentação não se sustentou, uma vez que Marcolina foi relacionada como testemunha ocular do evento em favor da vítima. Além disso, Manoel se comprometeu criminalmente ao pular do trem e fugir com a bolsa. Ao relacionar as testemunhas para a análise do caso, o juiz incluiu o nome das testemunhas oculares Marcolina Rosa de Lima e Marcelina Maria de Jesus. De todas as testemunhas intimadas e inquiridas, as referidas não foram encontradas, tendo em vista que se mudaram para a província do Rio de Janeiro, sem informar o local específico de suas residências.

Ao longo de todo trâmite processual, o promotor interpretou que houve crime de furto no ato de Manoel de acordo com o Artigo 331, parágrafo 4º do Código Penal de 1890. Ao ser interrogado pela Justiça, Manoel argumentou que residia na fazenda de dona Josephina havia dois anos. No ato do crime, o réu se dirigia de Santa Luzia do Carangola para Faria Lemos.

Ao final do trâmite processual o juiz indicou que houve a tentativa de furto da bolsa, sendo essa restituída ao dono momentos após a fuga de Manoel. Cabe contextualizar que, no ato da sentença, o réu já havia cumprido cinco meses e dezessete dias de prisão. Ao apresentar os argumentos de sentença, o juiz alegou que os valores constantes na bolsa furtada foram apenas declarados pela vítima. Os valores referentes à bolsa de Jayme poderiam influenciar na intensidade da pena do réu. Contudo, além da não verificação dos valores reais constantes na bolsa da vítima, a referida foi devolvida a Jayme imediatamente após a tentativa de furto. O juiz alegou que, pelo fato de o furto não ter se concretizado, o enquadramento da pena destinada ao réu indicava a aplicação do grau mínimo que não ultrapassava um mês de prisão. Sendo assim, em virtude do cumprimento de cinco meses e dezessete dias que, excedia o grau mínimo para a pena que deveria ser imputada a Manoel, o juiz julgou o caso improcedente, expedindo o alvará de soltura ao réu.

Ao longo desse processo, tivemos a oportunidade de avaliar alguns pontos que indicam a influência em relação a algumas transformações no município. No ano de 1885 temos a chegada da linha férrea em Santa Luzia do Carangola. Em 1889, essa mesma linha se estendeu para o distrito de Faria Lemos, facilitando o fluxo de pessoas. Essa mobilidade propiciou o contato de indivíduos com rotinas, perspectivas e posicionamentos plurais. Além disso, a presença de estrangeiros no processo de interiorização das redes, poderia também propiciar os embates e os enfrentamentos, através do choque de culturas e padrões comportamentais distintos.

No ano da extensão da linha férrea para Faria Lemos, José Lourenço do Carmo transitava pela linha férrea que estava em construção. Como o acesso aos trilhos estava proibido em função das obras e das manutenções, o português Sebastião Cardoso que trabalhava na referida construção advertiu José Lourenço para que não transitasse sobre os trilhos. Não cumprindo a advertência, Sebastião Cardoso agrediu José Lourenço com golpes de broca de ferro. Após a agressão realizada com o instrumento de trabalho do réu, o conflito foi levado aos trâmites processuais.

Logo no início do processo, um comunicado foi anexado aos autos, comunicando a partida de Sebastião para Portugal. Contudo, por conta das investigações que seriam necessárias, este subterfúgio não se concretizou. Para que a denúncia oferecida pela promotoria fosse avaliada, na sequência dos autos foi realizado

o auto de perguntas ao ofendido. Neste ato, José Lourenço alegou que foi advertido por Sebastião, para que não caminhasse pelos trilhos do trem. A vítima voltava com suas ferramentas após o trabalho na lavoura. José Lourenço argumentou ao réu que, quando o trem se aproximasse ele se retiraria da estrada. Contudo, no próprio depoimento, José Lourenço relatou que foi advertido normalmente por Sebastião, dizendo que “ali não era estrada”. Após esta advertência, recebeu três “bordoadas”.

No auto de Corpo de Delito, a narrativa dos peritos relata graves ofensas físicas. Os peritos, José Marcos da Rocha e Martinho José Rodrigues foram os responsáveis para o procedimento executado na vítima. De acordo com os peritos:

(...) encontrarão no ofendido hum ferimento na cabeça do lado direito com huma brecha com 7 centímetros d’estenção e hum de profundidade que se observa o osso do crânio quebrado, e huma contusão no hombro direito, que lhe proibe mover com o braço, e uma leve contusão sobre o braço esquerdo; tendo a camisa e a calça toda manchada de sangue (...).⁹

No mesmo documento, os peritos informaram que o ferimento foi decorrente de ofensas físicas, que era considerado mortal, efetivado por um instrumento de ferro. Pontuaram ainda que houve comprometimento de membros e possível inabilitação dos mesmos. Alegaram que a ofensa poderia resultar em deformidades, pela forte pancada, resultando na perda de força da vítima. Argumentaram que a pancada dada na cabeça poderia influenciar em perturbação de José Lourenço, criando grave incômodo de saúde e a inabilitação de seu serviço por mais de trinta dias. Os peritos avaliaram o valor do dano causado em cento e oitenta mil réis.¹⁰

Ainda nos procedimentos realizados na subdelegacia, algumas testemunhas foram arroladas para a verificação do crime. A primeira testemunha se chama João da Silva Callado, tinha 40 anos, era negociante, natural de São Paulo e residente no distrito de Faria Lemos. De acordo com a sua qualificação, podemos verificar a presença de indivíduos de províncias externas residindo na região. Do mesmo modo, observamos uma qualificação profissional que denota outras atividades além das relacionadas à lavoura. A qualificação das testemunhas referentes a esse caso apresentou situações semelhantes.

A testemunha relatou ter visto o réu conduzindo a vítima ensanguentada. Perguntou ao ofendido o que havia ocorrido. A vítima esclareceu que Sebastião o havia agredido na linha do trem. Questionando Sebastião sobre o motivo da agressão, o réu perguntou o que João Callado tinha com isso. A testemunha perguntou aos presentes o motivo da agressão. Soube também que havia sanções e multa de cinco mil réis para quem estivesse obstruindo a linha do trem. Foi informado pelos presentes que Sebastião espancou a vítima após ter solicitado que a mesma saísse da linha do trem. A testemunha informou que o ofendido foi entregue ao Mestre de Linha, sendo o réu Sebastião designado para a continuidade do trabalho na linha férrea. Ao ser questionado sobre o perfil das partes, a testemunha alegou que a vítima era um homem de bons costumes e bem conceituado. Já em relação ao réu, ouviu dizer que o referido era “muito bom no cassete”.¹¹ A testemunha foi questionada se aprovava o ato do réu. Contudo, respondeu que se existia uma multa prevista, nada justificava uma agressão física.

⁹ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 7v-8.

¹⁰ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 8.

¹¹ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p.12.

As próximas testemunhas que colaboraram com o procedimento na subdelegacia, foram Domingos da Silva Cunha e Antônio Prudência. Domingos tinha trinta e nove anos, era negociante, natural do Porto de Santo Antônio em Minas Gerais e residente em Faria Lemos. Antônio Prudência tinha vinte e cinco anos, era lavrador, natural de Rio Novo em Minas Gerais e residente em Faria Lemos. Ambas as testemunhas alegaram que a vítima era bem conceituada e que o réu era provocador.

Nos procedimentos encaminhados à Justiça, a defesa questionou a intensidade dos exames discriminados no auto do corpo de delito. Neste ato do processo, a mesma defesa solicitou novos exames em relação à vítima. Da forma como foram discriminados os ferimentos no corpo de delito inicial, as referidas ofensas categorizavam o ato como delito cometido por Sebastião. Conforme verificamos, a forma como foram relacionados os ferimentos no corpo de delito, os movimentos da vítima estariam comprometidos, inabilitando a mesma para o trabalho. No entanto, com a solicitação de um exame de sanidade física, a defesa buscou provar que a intensidade dos ferimentos não foi tão impactante conforme atestaram os peritos iniciais. O objetivo da defesa era provar que os ferimentos eram mais brandos, com o intuito de convencer a Justiça pela não criminalização do ato. De acordo com a defesa, foram oficiados “dois peritos completamente ignorantes da sciencia medica, pois são dois rústicos”¹². Após o pedido de um exame de sanidade física, foi solicitada vista ao promotor público para se pronunciar sobre a nova perícia. Em um processo de interiorização da Justiça em uma região que passava por constantes transformações, era previsto que as limitações em relação aos serviços prestados fossem uma realidade em vários aspectos. As perícias realizadas nos exames de corpo de delito, por vezes, eram conduzidas por indivíduos que não tinham a formação médica. Isso denota que, por vezes, para o andamento do ritual processual, a improvisação fosse uma realidade para os trabalhos da Justiça.

O resultado do exame de sanidade requerido pela defesa apresentou de fato, o abrandamento das feridas realizadas em José Lourenço do Carmo. De acordo com os novos peritos:

(...) procederão o exame na pessoa de José Lourenço do Carmo de constituição forte, trinta e cinco annos presumíveis de idade, e de estatura mais que regular, encontrando na parte media do parietal direito uma solução de continuidade, já em via de sicutização, de sete centímetros de extensão e um de largura, tendo a direção de cima para baixo e de traz para diante; este ferimento interessou apenas o couro cabeludo; encontrando mais uma escoriação de cor roza e forma quadrangular e de oito centímetros de lado, tendo a sua sede na (INDEFINIDO) direita, indicando ser produzida por um emplastro revulsivo; observando na mesma região uma echymose acompanhado de edemacia, echymose e edemacia determinadas por corpo contundente (...).¹³

Após o exame realizado, os peritos alegaram que os ferimentos foram produzidos por ofensa física. No entanto, diferente dos pareceres dos peritos anteriores, alegaram que os ferimentos não são mortais, não resultaram em mutilação ou destruição de algum membro ou órgão, não houve inabilitação ou deformidade, não ocorreu grave incômodo de saúde e não houve inabilitação de serviço por mais de trinta dias. O promotor público acatou o resultado do exame de sanidade, alegando que os peritos do primeiro exame de corpo de delito não eram profissionais para o ato, não possuindo capacidade para a realização do exame. Cabe a ressalva de que, com a solicitação da defesa em prol de um novo exame na vítima, se formalizou o uso de predicados legais para a

¹² CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 23.

¹³ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 26v.

desclassificação do delito praticado por Sebastião Cardoso. A tese da defesa buscou provar que os ferimentos descritos no corpo de delito eram amplamente excessivos se comparados às reais ofensas físicas.

Após este embate entre as partes, o processo foi conduzido para os procedimentos comuns ao ritual. Na qualificação do réu, Sebastião Cardoso alegou ser solteiro, ter vinte e oito anos e desempenhar a profissão de feitor de turma da conservação da Estrada de Ferro da Leopoldina. Alegou saber ler e escrever, sendo natural de Portugal.

As testemunhas arroladas para os trâmites na Justiça apresentaram versões muito semelhantes ao procedimento realizado na subdelegacia. O que se destaca na qualificação das mesmas, é o fato de serem naturais de outra região e estarem residindo em Faria Lemos. Algumas testemunhas do inquérito concretizado na subdelegacia foram arroladas novamente para o tribunal. João da Silva Callado, era solteiro, possuía 40 anos, era natural de São Paulo e residia no distrito de Faria Lemos atuando como negociante. Domingos da Silva Cunha, era casado, tinha 30 anos, era natural de Ubá, residia no distrito de Faria Lemos atuando como negociante. Antonio Prudêncio, era casado, tinha 25 anos, era natural de Rio Novo, residindo em Faria Lemos como lavrador. Lindolpho Rodrigues Pereira, era casado, tinha 40 anos, era natural de Vassouras, residindo em Faria Lemos como empregado público. Nicolas de Souza Pereira, era solteiro, tinha 19 anos, sendo o único natural da região, atuando como lavrador.

Como já enfatizamos, a década de 1880 para esta região se destacou em vários segmentos. A elevação de instâncias jurídicas ocorreu em 1880, a emancipação do município em 1882, a chegada da linha férrea e suas respectivas extensões a partir de 1885 e a elevação à categoria de Comarca em 1890. É provável que parte desses indivíduos que são qualificados como negociantes estivessem residindo na região pela conjuntura econômica favorável para o recorte. Em relação às partes envolvidas, podemos observar um trabalhador de lavoura em confronto com um trabalhador da linha de trem. Em outras palavras, o trabalho da terra se defrontando com o trabalho da expansão e desenvolvimento econômico.

Considerações Finais

Neste ambiente conturbado, o cotidiano da região apresentou algumas evidências plausíveis. Em um único processo podemos visualizar as relações sociais atreladas à presença da linha férrea e seus diversos atores. As profissões relacionadas à presença do trem, os pequenos comércios para o abastecimento local, os festejos e as diversões destas comunidades interioranas, denotam um cotidiano em que a simplicidade da vida do campo se misturou com o progresso advindo da urbanização, das transformações e das novas perspectivas de mercado. O choque entre o novo e o costumeiro ressaltou os embates, as disputas, as possíveis dívidas nas vendas e as manifestações culturais.

A mudança nos padrões comportamentais oscilou entre a violência espontânea e a agressão premeditada. De um lado observamos as lutas naturais pela honra e de outro a ação criminosa calculada e arquitetada. Os referidos fenômenos apresentam significativas mudanças das interações sociais e no uso da violência. Nesse sentido, observamos um gradual controle e disputa do espaço e dos posicionamentos frente à sociedade. (VELLASCO; ANDRADE, 2018).

A contradição advinda da quebra de costumes e acordos tácitos, em detrimento de uma normatização originada por instituições oficiais, permitiu que o conflito não só ocorresse de forma acentuada, como também passasse a ser ritualizado em um processo jurídico. A presença da Justiça buscando a implementação de preceitos

racionais para a conduta da sociedade, externou a clássica dicotomia entre o arbítrio privado e o público. (FRANCO, 1997). A partir da interiorização da Justiça, percebemos como uma parcela da sociedade atuou em um cotidiano diversificado nas relações.

Estas fontes nos permitem acessar o cotidiano de muitos indivíduos que se relacionaram no universo da criminalidade. Esse universo ressaltou o número de crimes por gênero, a criminalidade por localidades, os meios e os instrumentos utilizados para a concretização das contendas e atuação da Justiça por meio dos resultados dos trâmites processuais.

Referências Bibliográficas

BOECHAT, M. C. C. R. **A ocupação da região de Carangola**: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas da zona da mata mineira na segunda metade do século XIX. Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006, p, 37. Dissertação (Mestrado em História).

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRETAS, M. L. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. **BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 32, pp. 49-61, 2º. sem. 1991.

CARRARA, A. A. **A Zona da Mata de Mineira**: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993. Dissertação (Mestrado em História).

Dicionário da Língua Brasileira – Volume único – Luiz Maria da Silva Pinto. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/3/Justi%C3%A7a>>. Acesso em 15 mar. 2019.

FREITAS, A. L. A violência praticada por escravos e homens livres: Crimes em Comum? **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 51, pp. 313-336, jul./dez. 2014.

MAUCH, C. O processo crime para além dos crimes. In: **XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2013. v. 11. pp. 28, 2013.

RODRIGUES, M. A. Z. **Mulheres, Violência e Justiça**: crime e criminalidade no sul do Mato Grosso, 1830 a 1889. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Tese (Doutorado em História Social).

SANTOS, V. A. dos; C., L. F. O papel desempenhado pela justiça na história de uma família com denúncia de violência sexual. **Interações**, São Paulo, v. 9, n. 17, pp. 133-154, jun. 2004.

SLEMIAN, A. A administração da justiça nas primeiras décadas do Império do Brasil: instituições, conflitos de jurisdições e ordem pública (C.1823-1850). **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, n. 452, pp. 225-272, jul./set. 2011.

SOUZA, A. N. de. **Crime e Castigo**: A Criminalidade em Mariana na Primeira Metade do Século XIX. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. Dissertação (Mestrado em História).

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

VELLASCO, I. de A. A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais Século XIX. **Tempo**, Niterói, vol. 9, n.18, pp.175-176, Jun. 2005.

_____, ANDRADE, C. V. Criminalidade, violência e justiça na Vila de Tamanduá: A reconstrução de estatísticas criminais do Império à República. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 34, n. 64, pp. 51-80, abr. 2018.

_____, ANDRADE. C. V. Criminalidade e violência em perspectiva histórica: mapeamento de dados, reconstrução de estatísticas e dados censitários: 1830-1929. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, n. 477, 137-170, mai./ago. 2018.

A REVITIMIZAÇÃO DA MULHER EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

*Taynara de Paula Santos*¹⁴

*Renata Esteves Furbino*¹⁵

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a revitimização da mulher em situação de violência doméstica. Para tanto, serão apresentados os atuais meios legais disponíveis para evitar o desgaste emocional, a humilhação e o descrédito da mulher na busca por atendimento. Propõe-se discutir estratégias para o combate à revitimização, por meio de um acesso à justiça capaz de atender dignamente à mulher.

Palavras-chave: Violência doméstica; revitimização; violência institucional; Lei Maria da Penha.

SUMÁRIO: 1 Introdução 2 Conclusão. Referências.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição da República de 1988 estabelece, em seu artigo 5º, a igualdade existente entre todos perante a lei. Objetivando não deixar qualquer tipo de interpretação capaz de perpetuar a manutenção de tratamentos discriminatórios contra as mulheres, o texto constitucional expressamente estabelece a igualdade entre homens e mulheres, quanto aos direitos e obrigações, conforme previsto no inciso I. Todavia, ainda há uma abissal distância entre igualdade formal e a igualdade material.

Por muito tempo não havia legislação específica de proteção à mulher, muito embora sua exposição a situações de violência não seja notícia somente na atualidade. Se tal situação gera impactos significativos no campo social, quanto mais no contexto doméstico e familiar.

Para compreender a diferença entre homens e mulheres é preciso, inicialmente, discutir os papéis a eles atribuídos. Para tanto, é necessário reconhecer a situação de vulnerabilidade da mulher no contexto histórico e cultural. Nas palavras da escritora Chimamanda Ngozi Adichie: “A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura (ADICHIE, 2015, p. 48).”

¹⁴ Especialista em Direito penal econômico pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduada em Direito pela Faculdade de Minas, Faminas BH (2018). Endereço eletrônico: taynara@jus-adv.com.br.

¹⁵ Mestre em Ciências Penais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Faculdade Arnaldo e da FAMINAS/BH. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos (2007). Endereço eletrônico: renataefurbino@gmail.com.

Muitas das conquistas de direitos das mulheres foram consequências da luta dos movimentos feministas. Em 2006, quase 18 anos após a Constituição da República ser promulgada, foi criada a Lei nº 11.340, com objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a qual recebeu o nome de Lei Maria da Penha.

A referida lei não foi criada pela preocupação do Poder Legislativo com a efetivação da igualdade entre homens e mulheres e sim pela recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, em razão da ausência de mecanismos de proteção à mulher em situação de vulnerabilidade.

Mesmo com o seu surgimento, o número de casos de violência doméstica e familiar não diminuiu. Nesse contexto, é importante entender a deficiência no acesso digno da mulher às instituições judiciais e policiais. Em muitos casos, esse contato é marcado pela revitimização da mulher, conceito que será abordado a seguir,

2 DO CONCEITO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Em princípio, cumpre salientar que a proteção da Lei Maria da Penha recai sobre condutas praticadas contra mulheres em razão do gênero feminino, buscando cessar a hipossuficiência da mulher em condições de violência.

O art. 5º da Lei Maria da Penha conceitua violência doméstica e familiar como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.” e traz três incisos que delimitam a sua configuração.

O inciso I elucida que será configurada quando ocorrer “no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; [...]”. Assim, entende-se que a violência se conformará quando a pessoa que sofrê-la fizer parte dessa unidade doméstica, não estando isso ligado a grau de parentesco, mas à frequência do convívio.

O inciso II compreende por família “a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; [...]” A expressão “ou se consideram aparentados” acaba por estender os critérios àquelas pessoas que estabeleceram uma convivência como família, por exemplo, primo ou tio.

Por fim, o inciso III institui que ocorrerá violência doméstica e familiar quando ocorrer “em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação”, ampliando significativamente a incidência da violência ao não exigir que haja ou tenha havido coabitação pretérita, já que embora não haja coabitação, pode o agressor ter fácil acesso à vítima.

Outrossim, o parágrafo único do Art. 5º dispõe que as relações pessoais independem de orientação sexual, isto é, aplica-se a lei em relação homoafetiva. Já o Art. 6º informa que violência doméstica familiar contra mulher constitui violação dos direitos humanos. Artigo que, por si só, demonstra tamanha pertinência existente no estudo em questão, por fazer-se necessário constar taxativamente em lei o caráter de ser humano da mulher.

2.1 ÍNDICES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO BRASIL

Dados apresentados pelo Atlas da Violência de 2020 apontam que 4.519 mulheres foram assassinadas no país no ano de 2018, o que representa uma taxa de 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino, significando que uma mulher foi assassinada no Brasil em cada duas horas em 2018.¹⁶

Conforme o Painel de Violência contra Mulher do Senado, 2018 registrou um número de 507.984 novos processos relativos à violência doméstica e familiar no país, o que representa 468,6 processos novos por 100 mil mulheres. Foram 54.996 processos a mais que no ano anterior, que registrou 452.988.¹⁷

Os indicadores do Senado informam que, em 2017, registraram-se 220.514 notificações de violência contra mulheres realizadas por órgãos de saúde, o que demonstra que muitas mulheres sofrem algum tipo de violência, diariamente. A desigualdade entre os gêneros prevalece e as políticas públicas desmerecem a especificidade do problema violência doméstica e familiar contra a mulher, justificando os números no estado de violência geral existente no país.

Se não há reconhecimento da existência dessa disparidade entre lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade brasileira, não há união de esforços para promoção da igualdade e, enquanto isso, mulheres são violentadas e mortas.

Segundo o anuário Brasileiro de Segurança Pública, edição de 2019¹⁸, 88,8% das vítimas de feminicídio foram assassinadas pelos próprios companheiros ou ex-companheiros e 65,6% desses crimes aconteceram na própria residência.

Estudo importante apresentado pelo Atlas da Violência de 2020 apresenta que, embora o número de homicídios de mulheres ocorridos fora de casa tenha diminuído, mortes ocorridas dentro de casa aumentaram entre 2013 e 2018:

Concluindo, ao analisar a tabela 8, verificamos que, entre 2013 e 2018, ao mesmo tempo em que a taxa de homicídio de mulheres fora de casa diminuiu 11,5%, as mortes dentro de casa aumentaram 8,3%, o que é um indicativo do crescimento de feminicídios. Nesse mesmo período, o aumento de 25% nos homicídios de mulheres por arma de fogo dentro das residências, por sua vez, parece refletir o crescimento na difusão de armas, cuja quantidade aumentou significativamente nos últimos anos.¹⁹

Apesar dos altos índices registrados, é importante salientar a possibilidade de subnotificação dos casos envolvendo violência contra mulher, em razão, por exemplo, do receio em noticiar o ocorrido às autoridades. Tal discrepância entre os crimes ocorridos e os registros oficiais é denominada pela criminologia como cifra oculta.

Outra questão que também precisa ser analisada em relação à cifra oculta é o temor da mulher em procurar as instâncias formais de controle social, como delegacia e Poder Judiciário. Em outras palavras, para evitar sofrer mais uma violência, ou seja, revitimização, a mulher deixa de buscar ajuda.

¹⁶http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf

¹⁷<http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2FPainel%20OMV%20-%20Viol%C3%Aancia%20contra%20Mulheres.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true>

¹⁸ https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf

¹⁹ <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>

3. DO CONCEITO DE REVITIMIZAÇÃO

Para introduzir o conceito de revitimização, é importante entender a vitimologia, ramo da criminologia que se propõe a estudar a vítima. Embora haja avanços no reconhecimento do papel desempenhado pela vítima no fenômeno criminológico, esse não foi o lugar ocupado por ela em toda a história.

Viana (2018), em seu livro criminologia, apresenta as fases vividas pela vítima no cenário criminológico. Inicia com a idade de ouro, que foi o período em que a vítima era protagonista no sistema, ou seja, o dano sofrido era devolvido ao agressor pela vítima como forma de vingança, entendimento que durou até o fim da alta Idade Média.

Na segunda fase, buscando superar a anterior, a vítima abandona a idade de ouro, em que era sujeito protagonista da tutela penal, e ocupa lugar social diametralmente oposto, no qual, além de não exercer o poder de punição, não tem suas necessidades consideradas e respeitadas pelo Estado, que é o novo agente punidor.

Assim, o Estado toma o lugar de protagonista da punição, monopolizando a tutela penal e, com o objetivo de cessar a vingança privada e o caos social, pune o agente transgressor, mas inicia um período de esquecimento e desconsideração pela vítima, já que o Estado não se preocupa com a reparação do dano suportado ou em considerar o que é melhor para o sujeito afetado diretamente pela conduta tipificada.

Por último, surge a vitimologia, com o intuito de entender e estudar o papel da vítima no fenômeno criminológico, não a colocando novamente no papel de protagonista, mas possibilitando o redescobrimiento da vítima que ficou apagada e esquecida pelo sistema penal, movimento iniciado na década de 40 do século XX.

A contribuição da vitimologia para análise da revitimização será possível se houver entendimento acerca de sua raiz histórica, destacando a importância de se enxergar a vítima em uma perspectiva criminológica. Para tanto, busca-se entender o crime, analisando todos os agentes envolvidos e afetados pelo fenômeno, reconectando as necessidades da vítima ao processo penal e buscando reverter as consequências históricas que o esquecimento da vítima trouxe para o direito penal e processual penal.

Desse modo, é possível considerar que o ordenamento penal falha, muitas vezes, ao se preocupar exclusivamente com a retribuição do crime, não possuindo muitos mecanismos voltados ao tratamento das vítimas, que acabam afetadas diretamente por violências praticadas por membros do judiciário, autoridades policiais e, muitas vezes, até pela forma de funcionamento do judiciário. A isso é dado o nome de “revitimização” ou vitimização secundária.

Sobre o tema, compreende-se a revitimização como o processo de repetição de um dano sofrido, o que faz com que a vítima ocupe, novamente, a condição de vítima, ao causar-lhe novos traumas. A vitimologia separa a revitimização em três graus, quais sejam, vitimização primária, secundária e terciária. É possível entender por vitimização primária aquela causada diretamente pelo agente agressor e, por vitimização terciária, aquela direcionada ao indivíduo que delinuiu, o qual acaba por sofrer os impactos da ausência de amparo social, familiar, ou receptividade social, ganhando *status* de marginalizado.

Os conceitos acima apresentados foram para fins de informação, considerando que o presente trabalho se delimita ao estudo da vitimização secundária, que é aquela causada pelos agentes formais de controle social. Também chamada de violência institucional, ocorre em razão de os institutos garantidores e aplicadores das leis penais não terem preparo para propiciar um atendimento digno para a vítima e não possuem mecanismos suficientes para garantir um processo menos danoso a ela, o que acaba gerando mais traumas e a revitimização da pessoa lesada.

3. DA REVITIMIZAÇÃO NO CENÁRIO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

No cenário de violência doméstica e familiar, é preciso levar em consideração que há muitos fatores que impedem a mulher de tomar algum tipo de providência contra seu agressor. A dependência financeira, emocional, o medo de perder a guarda dos filhos e a falta de informação de seus direitos são exemplos de obstáculos.

Conforme pesquisa Raio X do Femicídio, realizada pelo Núcleo de Gênero do Ministério Público em 121 cidades e 364 denúncias, foi constatado que 84% dos autores de feminicídios são parceiros ou ex-parceiros das vítimas e 12% são namorados.²⁰

O feminicídio é o ápice da violência doméstica e familiar, portanto, os dados acima também devem ser considerados para entender o cenário desse tipo de violência. Recorrente que os agressores sejam pessoas do convívio ou que já foram do convívio da mulher, são agressores que possuem maior possibilidade de acesso à vítima, além de maior capacidade de manipulação.

Frequentemente, mesmo quando a mulher consegue se encorajar a procurar ajuda, seu sofrimento é prolongado pelo sistema, que possui maior preocupação na punição do autor, que acaba tornando a vítima uma figura cada vez mais esquecida, estando o sistema cada vez mais desligado de suas necessidades, e de como combater o sofrimento causado pela própria busca pela justiça, pela cessação do medo.

O intuito da busca pelo sistema de justiça não é prolongar o sofrimento e sim cessá-lo. Todavia, nem sempre é assim, pois a vítima segue sendo revitimizada e colocada em segundo plano. O que deveria representar uma fase de superação causa novos eventos traumáticos, agravando ainda mais o estado da mulher em situação de violência doméstica.

É dever do judiciário garantir os direitos individuais, e falar em direitos individuais não envolve unicamente possibilitar que um agressor seja punido, mas também garantir a dignidade no acesso à justiça, levando em conta a vulnerabilidade situacional em que a vítima se encontra diante de seu agressor. Não é o bastante ter uma porta, se não forem criados caminhos até ela.

3.2 ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA: LEI Nº 13.505/2017: ACRÉSCIMOS DE DISPOSITIVOS QUE VERSAM SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

A Lei nº 13.505/2017 acrescentou alguns dispositivos à Lei Maria da Penha, especificamente em relação ao atendimento recebido pela mulher em situação de violência doméstica, que deverá ser especializado, ininterrupto e, preferencialmente, prestado por servidores do sexo feminino.

Analisando os dispositivos acrescentados, torna-se perceptível que todos visam tornar o acesso à justiça mais humanizado, menos invasivo e constrangedor. Sendo assim, os procedimentos necessários à investigação ou ao processo precisam de especial atenção às condições da mulher agredida.

Foram acrescentados à Lei 11.340/06 os artigos 10-A, 12-A e 12B. O art. 10-A dispõe acerca do atendimento a ser recebido pela mulher e, em seu parágrafo primeiro, regula como se inquirirá a mulher em situação de violência doméstica. Em seu inciso I, estabelece a proteção à integridade física, psíquica e emocional, deixando expressa a especificidade da situação.

O inciso II do referido artigo estabelece que “em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos a eles

²⁰ <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>

relacionados”, o que demonstra a preocupação do legislador em evitar a exposição das pessoas envolvidas e afetadas pelo crime à presença dos supostos agressores, para evitar intimidações, coações e mais sofrimentos.

Já o inciso III orientar especificamente que não deverá ocorrer a revitimização da depoente, “evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada”. Fato gerador de grande revitimização da mulher é ter que relatar várias vezes o acontecido, o que causa ainda mais sofrimento e trauma.

Embora seja proibida a revitimização, por expressa previsão legal, somente na prática será possível verificar a aplicabilidade do dispositivo. Em outras palavras, será preciso acompanhar as oitivas e depoimentos em fase pré-processual para verificação da aplicação da lei.

Foram acrescentadas ao parágrafo segundo considerações acerca dos procedimentos a serem observados na inquirição de mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Em seu inciso I, fixa a necessidade de ser realizada a inquirição em local projetado para esse fim, com equipamentos necessários e adequados à idade da mulher vítima ou testemunha e levando-se em consideração a gravidade da violência sofrida, demonstrando uma necessidade de propiciar à vítima o respeito à sua privacidade.

Os incisos II e III asseguram que, a depender do caso, haverá a intermediação feita por profissional especializado nesse tipo de violência e será registrado o depoimento, gravação essa que deverá fazer parte do inquérito. O acompanhamento representa um avanço considerável, pois a *expertise* do profissional possibilitará que o depoimento seja o menos traumático possível, evitando, assim, a revitimização.

Foi acrescentado, também, o art. 12-A, que prevê a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), de Núcleos Investigativos de Femicídio e de equipes especializadas para o atendimento e a investigação das violências graves contra a mulher pelos Estados e o Distrito Federal.

Normalmente, o primeiro atendimento dado à mulher, vítima de violência doméstica e familiar, é prestado pela polícia, mas, com a inclusão do artigo supramencionado, o legislador buscou propiciar maior atenção ao preparo e à capacitação daqueles que desempenham papel demasiado importante, uma vez que a mulher em tal situação já se encontra vulnerável, por isso é preciso ter maior atenção ao caso concreto, levando em consideração as reais necessidades da vítima, para se evitar uma revitimização.

3.3 DO COMBATE À REVITIMIZAÇÃO DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Espera-se que um ambiente de convívio doméstico e familiar seja afável e estruturado. Uma mulher que sofre violência dentro da própria casa, ou por alguém que possui fácil acesso a ela, já vive uma situação de deslocamento, por não estar segura nem no lugar onde deveria se sentir amparada.

Em mensagem, o ex-secretário geral da ONU, Kofi-Annan, falou sobre a violência contra as mulheres em 2005:

A violência contra as mulheres continua a ser extremamente comum no mundo. Trata-se da manifestação mais atroz de discriminação sistemática e de desigualdade que as mulheres enfrentam, na lei e na sua vida cotidiana, em todo o mundo. Esta

violência ocorre em todas as regiões, todos os países e todas as culturas, independentemente do nível de vida, da classe social, da raça ou da etnia.²¹

A violência sofrida pela mulher repercute, destrói famílias, afeta histórias e gerações, além de afetar mulheres, sem distinções de raça, profissão, classe social. Quando a mulher consegue superar todos os obstáculos para buscar os meios legais disponíveis, é preciso que ela seja recepcionada de forma que seu sofrimento não seja ainda mais estendido.

O atendimento à mulher, nesses casos, deve ser célere, para evitar qualquer tipo de repetição e lembrança de todo o sofrimento vivenciado. A atuação dos delegados, promotores, advogados, defensores públicos e juízes deve atentar às particularidades de cada caso, respeitando sempre os direitos previstos na lei.

O combate à revitimização é medida necessária para preservação da autonomia, intimidade e dignidade da mulher.

7 CONCLUSÃO

Muito já se avançou em relação ao combate à violência doméstica e familiar. No entanto, mesmo com todo arcabouço legislativo, ainda faz-se necessário pensar mecanismos de diminuição da violência institucional, pois essa representa um obstáculo para que a mulher acesse o sistema de justiça.

As dificuldades que impedem uma efetiva aplicação de todos os avanços legislativos alcançados nos últimos anos vão desde problemas culturais até obstáculos institucionais. As instituições que atuam com o enfrentamento e combate à violência doméstica e familiar precisam estar mais preparadas e capacitadas diante da especificidade do tema.

Compreensível que a previsão legislativa não possui, por si só, o poder de tornar efetivo o que se dispõe. Assim, é necessário estabelecer uma harmonia entre teoria e prática, viabilizando a não revitimização da mulher.

Ainda que não seja possível prevenir integralmente os delitos relacionados à violência doméstica familiar contra a mulher, é fundamental garantir o acesso digno à justiça, preservando a intimidade das mulheres e coibindo qualquer tipo de revitimização.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
BESTER, Gisela Maria; BOZZA, Fábio da Silva; PINTO, Bonfim Santana. As culturas do estupro, da violência e da paz: um corte transversal nos estudos da violência de gênero sob as óticas da Vitimologia e da Criminologia Feminista. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília, DF: 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Rio de Janeiro, RJ, dez 1940. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 22 set. 2018.

²¹ <https://www.unric.org/pt/mensagens-do-secretario-geral/5648>

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Brasília, DF, ago 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 22 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Brasília, DF, mar 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 22 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.505, de 8 de novembro de 2017.** Brasília, DF, nov 2017. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13505.htm>. Acesso em: 25 jun. 2019.
BUZZI, Vitória de Macedo. **Pornografia de vingança.** Florianópolis: Empório do Direito, 2016.

FARIA, Thaís Dumê. **Memória de um silêncio eloquente: a criminalização das mulheres no Brasil na primeira metade do século XX.** 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, 2013.
GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado.** 12. ed. Niterói: Impetus, 2018.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi; Tradução Christina Baum. **Sejamos Todos Feministas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito.** 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

VIANA, Eduardo. **Criminologia.** 6 ed. rev., atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2018.

**ADOCIMENTO MENTAL APÓS DESASTRES E O DESENVOLVIMENTO DA RESILIÊNCIA
NUMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA**

FERNANDA ROCHA DA SILVA

JENYFFER PAOLA SILVA ARAUJO

Henriqueta Couto

RESUMO: Um desastre modifica profundamente o ambiente e a vida das pessoas, no tocante aos aspectos sociais, emocionais e psicológicos. Neste sentido, este artigo buscou compreender o processo do adoecimento mental das vítimas, a atuação do profissional de psicologia no trabalho de gestão de riscos, emergência e desastres, bem como, no auxílio às vítimas no desenvolvimento da resiliência com um olhar da psicologia fenomenológica. Para isso, utilizou-se de revisão de literatura sobre o tema, e para uma maior aproximação do fenômeno, realizou-se análise de vídeos documentais sobre os desastres ocorridos no Estado de Minas Gerais causados pelos rompimentos das barragens de rejeito de minério de ferro de propriedade das mineradoras Vale e Samarco. A análise nos mostrou que uma ocorrência de grandes proporções, como um desastre, afeta a saúde mental e vivência das pessoas e comunidade, principalmente as que estão em situação de vulnerabilidade social, impossibilitando está de se reerguer com seus próprios recursos, tornando necessário o desenvolvimento de estratégias para prevenção, mitigação e recuperação. Com isso, a psicologia fenomenológica ao auxiliar o sujeito na aproximação e compreensão da sua experiência, por meio do retorno às coisas mesmas e à sua tomada de consciência, pode proporcionar a construção da resiliência como uma forma de enfrentamento. Conclui-se que, a participação da psicologia é de extrema importância em todas as fases de uma ação que visa a elaboração de projetos e o cuidado com as pessoas em uma situação de risco de emergência e desastre.

Palavras-chave: Adoecimento mental. Psicologia do desastre. Psicologia fenomenológica. Resiliência humana.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo compreender o processo do adoecimento mental em vítimas de desastres de acordo com a visão da Psicologia Fenomenológica e entender como se dá o processo do desenvolvimento da resiliência. Para elucidar os impactos que os desastres causam em uma comunidade e promover uma aproximação com o fenômeno em questão, foram analisados documentários relacionados ao rompimento das barragens ocorridos em Minas Gerais. Após esta análise, buscamos descrever possíveis estratégias de atuação da Psicologia para a recuperação e fortalecimento da comunidade.

Os documentários relatam o ocorrido na barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton na cidade de Mariana, que rompeu na tarde do dia 5 de novembro de 2015, o rompimento afetou várias comunidades, contaminou com lama tóxica um dos rios mais importantes da região Sudeste, o Rio Doce, e provocou 19 mortes. E no dia 25 de janeiro de 2019, a cidade de Brumadinho foi atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério da empresa Vale. O rompimento, além de destruir comunidades, causou degradação ambiental, poluiu o Rio Paraopeba e causou 270 mortes. Para além dos danos econômicos e ambientais, estes rompimentos causaram perdas humanas, prejuízos materiais, econômicos, ambientais abalando o funcionamento das comunidades gerando incapacidade de enfrentar a situação por meio de seus próprios recursos, ocasionando nas vítimas sofrimentos e agravos na saúde mental e uma situação de alta vulnerabilidade social.

Tendo em vista este cenário, buscamos compreender os impactos do desastre na saúde mental das vítimas, identificar como se dá a atuação da (o) psicóloga (o) neste contexto, bem como, as possibilidades de desenvolvimento da resiliência, por meio de um olhar fenomenológico.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste trabalho foi a abordagem qualitativa com revisão de literatura, que é um processo de busca, análise e descrição de conhecimentos com a finalidade de encontrar resposta a uma pergunta específica (BIBLIOTECA PROF. PAULO MATTOS, 2015). A busca por textos e artigos utilizou dos seguintes descritores: Resiliência; Enfrentamento; Tragédia; Psicologia dos desastres; Desastre; Fenomenologia, nas seguintes fontes de busca: Scielo, BVS-Bireme, Google Acadêmico e Periódicos Eletrônicos em Psicologia - PePSIC.

De acordo com Fukumitsu (2013) a fenomenologia pode ser considerada uma reflexão sobre o fenômeno, sobre aquilo que se mostra e como se mostra. Quando a fenomenologia perpassa a abordagem qualitativa os pesquisadores buscam através de observação e uma análise aberta compreender os processos que esclarecem o como e o porquê dos fenômenos.

Tendo em vista uma maior aproximação com a experiência, foi realizado um levantamento de vídeos documentais disponíveis na plataforma do Youtube. Foram selecionados para análise os vídeos referentes aos rompimentos das barragens ocorridos em Minas Gerais e que traziam o depoimento das vítimas destes desastres. Abaixo os vídeos selecionados:

Tabela 1: Documentários de rompimentos de barragens ocorridos em Minas Gerais

Nome do vídeo	Desastre	Ano	Plataforma
Documentário 272 Brumadinho MG Mar de lama	Rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão	Set/2020	Disponível em Youtube: https://youtu.be/UkedMIB7Y0Q
Documentário Lama Invisível	Rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão	Nov/2020	Disponível em Canais Globo: https://canaisglobo.globo.com/assistir/c/p/v/9049017/
Documentário Vidas barradas	Rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão	Jan/2020	Disponível em Youtube: https://youtu.be/XUBwyUJfj-U
Documentário Recomeço Brumadinho	Rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão	Out/2020	Disponível em Youtube: https://youtu.be/Ng2UyiIVAt0
Mesa-Direitos Humanos, Emergências e Desastres	Mariana/Brumadinho	Dez/2020	Disponível em Youtube: https://youtu.be/Ai1-dbpmMQc

Fonte: Produzido pelas autoras (2021).

3 O QUE É DESASTRE

O desastre no início foi relacionado a causas naturais, acontecimentos como terremoto, enchente, furacão, secas, causaram impactos no sistema social e econômico. Por ter uma visão fatalista dos acontecimentos, nada era feito para prevenção. Porém hoje podemos entender também a causa de um desastre como ação humana, sendo este ocasionado por falhas ou acidentes. Assim ampliou-se a percepção para o fato de que os danos causados por desastres podiam ter seus efeitos minimizados ou ser evitados (DEFESA CIVIL, 2013).

Noal et al. (2013) aponta que tanto os desastres naturais, quanto os causados pelo homem, podem ocorrer em qualquer parte do mundo, variando na intensidade e gravidade, afetando pessoas e causando desorganização social ou mental.

Podemos entender o desastre como um acontecimento que causa um grave prejuízo no funcionamento de uma comunidade e que impossibilita as pessoas afetadas de se reerguer por meio de seus próprios recursos. Outro fator que agrava os efeitos causados por um desastre é a situação de vulnerabilidade social da população afetada, podendo dessa forma intensificar os danos gerados em decorrência do ocorrido (DEFESA CIVIL, 2013).

No Brasil, somente a pouco tempo as situações de desastre começaram a ser alvo de interesse acadêmico, realizando estudos e pesquisas para entender os efeitos dessa ocorrência na população, na economia e no meio ambiente.

Com as ações humanas e o avanço da tecnologia, houve um aumento nos fatores de agravamento que podem ocasionar os desastres como: chuvas intensas, secas, incêndios, rompimento de barragens, fluxos migratórios e outros, desta forma um desastre pode afetar não só a comunidade afetada como também todo seu entorno (DEFESA CIVIL, 2013).

No âmbito mundial, Governos membros da ONU, se comprometeram a tomar medidas para reduzir os riscos de desastres, dentre as ações firmadas, os países se comprometeram a promover o aumento da resiliência das nações e das comunidades frente aos desastres (CFP, 2021).

4 A PSICOLOGIA DA EMERGÊNCIA E DESASTRE

Podemos observar a demora que se deu no início da atuação da Psicologia no contexto de desastre, por exemplo, nos Estados Unidos foi decretado apoio psicológico a pessoas afetadas por desastres em 1974, estabelecendo que o acompanhamento deveria ser prestado por tempo indeterminado. Já no Brasil, ocorreu a primeira atuação no ano de 1987, em Goiânia, onde o desastre do Césio-137 deixou várias vítimas, a psicologia atuou no atendimento clínico das vítimas após a ocorrência do evento. A partir disso, vem crescendo o diálogo sobre as possibilidades de intervenção e a atuação da psicologia. (BENEVIDES, 2015).

No contexto do Brasil, a Defesa Civil é o órgão responsável pela assistência prestada em situações de Riscos, Emergências e Desastres, o qual deve integrar em sua equipe profissionais da área da psicologia. Para isso, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Secretaria Nacional de Defesa Civil, em 2006, iniciaram uma proposta de trabalho conjunto que vem promovendo a criação de um currículo em nível de especialização para atuação em contexto de emergência e desastres. (BENEVIDES, 2015).

Quando a Psicologia começou a atuar nas situações de desastres era voltada para o atendimento clínico das vítimas após a ocorrência do evento, atualmente o CFP juntamente com os CRPs (Conselho Regional de Psicologia) buscam ampliar a atuação da Psicologia como ciência e profissão no campo das emergências. Dessa forma, em novembro de 2021, foi elaborada a cartilha de Referências Técnicas para atuação de psicólogos (os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres (CFP, 2021). Nesta cartilha é reforçada a promoção do aumento da resiliência nas comunidades para uma cultura resiliente, junto com possíveis formas de atuação para prevenção, resposta e recuperação em situações de Riscos, Emergência e Desastre. Contudo, iremos dialogar sobre a atuação da Psicologia frente a Resposta e Recuperação.

Para iniciar esse diálogo é importante ressaltar que o trabalho da (o) psicóloga (o) deve seguir orientado pelo Código de ética profissional da Psicologia, com ações fundamentadas nas bases teóricas que respaldam o seu trabalho, como o sigilo profissional, em uma intervenção atenta-se para os objetivos, duração e relevância, e quais os efeitos de sua intervenção. Visto isso, a Psicologia responde como ciência e profissão. Assim, é importante salientar, que nas ocorrências de emergência e desastre, psicólogos (os) devem integrar as equipes que já atuam na gestão de diversas políticas públicas e podem intervir nos fatores de risco e vulnerabilidade da população. (CFP, 2021).

Conforme Noal et al. (2013) exemplifica, há alguns pontos de atuação em que a (o) profissional da Psicologia pode auxiliar em um contexto de desastre, como, desenvolver estratégias específicas de intervenção, saber articular com as redes de apoio local, não agir sozinho, reconhecer as necessidades básicas, escutar as demandas, conhecer os serviços disponíveis para direcionar de acordo com cada necessidade. Noal et al. destaca ainda que, um fator importante é o de nunca tentar substituir o serviço de saúde existente, pois com o término das ações os voluntários vão embora e a comunidade terá dificuldade em conseguir um suporte adequado. Sendo assim, a psicóloga (o) que queira atuar na área deve conhecer os procedimentos de uma intervenção e refletir sobre a saúde mental das pessoas envolvidas em uma situação de desastre, tanto de vítimas quanto da equipe de resposta.

Sob o mesmo ponto de vista o CFP, (2021) acrescenta que a Psicologia não se reduz a uma atividade clínica e pode atuar junto ao poder público para contribuir na ampliação da percepção dos riscos sociais e ambientais existentes, desenvolver estratégias junto a população a fim de reduzir riscos e contribuir para seu enfrentamento. Essa contribuição pode se fazer através de processos educativos, ampliação na atenção psicossocial e serviços dedicados a mitigar riscos, prevenir e preparar a comunidade. Em relação ao enfrentamento, o suporte psicossocial deve verificar se há necessidade da retirada e recolocação de pessoas que foram vítimas de um desastre. Com isso, a psicologia irá trabalhar junto ao poder público, para assegurar os

direitos sociais e humanos da comunidade atingida, ponderando os recursos materiais e imateriais do local e das pessoas afetadas, para que não reproduzam situações de vulnerabilidade, mas sim fortalecendo a comunidade.

Ressaltamos a importância de um aumento na contratação de psicólogas(os), neste contexto, principalmente para compor junto às equipes dos setores públicos e da Defesa Civil. Pois somente na cidade de Recife/PE, há integrado como membros efetivos da equipe da Defesa Civil, psicólogas(os) concursadas(o). Em que foi reconhecida a inclusão da Psicologia nessa política pública, devido a sua função e o papel da categoria em todo o ciclo que abrange o desastre. (CFP, 2021).

Dessa forma, a necessidade da Psicologia em situações de desastres, está relacionada com a identificação, individualmente ou coletivamente, das alterações psicológicas desencadeadas em decorrência do trauma físico e/ou emocional, que pode causar adoecimento físico e mental e afetar a produtividade do sujeito. A habilidade para contribuir, com o fortalecimento das redes comunitárias e familiares, criação de estratégias, respeitando os diferentes serviços e grupos vulneráveis. A (o) psicóloga(o) pode e deve participar de ações de prevenção e avaliação de entidades públicas e civis, pois conhece os procedimentos de uma intervenção e pondera a respeito da saúde mental de pessoas envolvidas em situação de desastre. (CFP,2021).

5 ADOECIMENTO MENTAL DE VÍTIMAS DE DESASTRES

O adoecimento mental pode ser entendido quando o sujeito se encontra em um estado de existência inautêntica, quando há uma perda de si mesmo, caracterizado pela superficialidade, e insignificância do cotidiano. Nesse próprio jeito de existir, o ser passa a experimentar o vazio existencial, resultante da falta de sentido da vida (CARDOSO, 2013). Podemos observar o surgimento de diversos sintomas, relacionados às mudanças ocorridas no ambiente em que viviam as vítimas do desastre que foi o rompimento da barragem de rejeitos da Vale:

Como acabei de dizer um pouco, eu tenho o diagnóstico de depressão há três anos e meio, agora que eu estou começando a fazer o desmame dos remédios que eu tomo clonazepam, mirtazapina. Para ver se eu levanto né? (...) O meu pai, como disse, ele está muito pior, então está quase em estado vegetativo. Mas essa situação é bastante comum sabe? As pessoas estão é..., eu acredito não tenha um atingido que se você chegar e perguntar como é que ele tá emocionalmente, psicologicamente, ele vai dizer que está cansado e que às vezes não dá vontade de sair pra nada. O nível de síndrome do Pânico também é bastante grande, então é... pela recepção aqui na cidade de Mariana, não ter sido tão calorosa, tão favorável, a gente prefere ficar isolados em casas. Isso é, em casas assim: apartamentos, em casas que não tem quintais, em casa que são totalmente diferente né, do que a gente tinha lá na roça (Mirella Lino, Mesa Direitos Humanos, Emergência e Desastre, 2020).

Sobre os sintomas que podem surgir após um desastre, Noal, Rabelo e Chachamovich (2019), relatam que as reações imediatas com início no marco zero de um desastre até às 72h seguintes, podem ser abruptas, intensas, imprevisíveis ou incontroláveis por parte daqueles que vivenciam ou testemunham. O que pode produzir sentimentos intensos de horror, medo e impotência:

Já tava descendo a lama e tinha umas pessoas com a mão pra cima. Muita gente viu isso. Era muito rápido que passava. A gente subiu todo mundo pro ponto mais alto. E a sensação era, de cadê a minha irmã? Porque eu sabia onde os meus pais estavam, meu irmão estava comigo, meus filhos, meu marido já tinha chegado em casa. O desespero maior foi: cadê a minha irmã? Porque era ela que tava faltando (Carine Aparecida, Documentário Recomeço Brumadinho, 2020).

Um acontecimento como este relatado, tende a desestabilizar a saúde mental, desestruturando crenças e valores da população afetada, tal como sua relação com o meio onde vivem e suas relações socioafetivas:

A pergunta era se a lama passou no meu quintal... Não, ela destruiu meu sonho! Ela destruiu meu projeto de vida! Ela destruiu meus vínculos de amizade que se foram (Fernanda Perdigão, Documentário Lama Invisível, 2020).

Um dos pontos que agravou a saúde mental dos afetados da região de Brumadinho, foram as constatações de que a maior parte das vítimas fatais trabalhavam na mineradora, local em que a barragem se rompeu, confrontando aqueles que sobreviveram com a perda de vários amigos, colegas de trabalho e a fonte de emprego e renda:

Minha irmã, Eliane Mello, engenheira civil, ela estava grávida de cinco meses e infelizmente ela faleceu nessa tragédia. Ela foi encontrada quase setenta dias depois. Todos os dias que a gente vai dormir, a gente dorme no dia 25 de janeiro e acorda no dia 25 de janeiro. Eu tenho certeza que aqui todo mundo dorme a poder de remédio (Josiane Mello, Documentário Vidas Barradas, 2020).

A maioria dos funcionários da Vale confiavam na Vale. Pra mim os funcionários da Vale foram traídos. Porque a grande maioria dos funcionários tinham amor pela empresa, vestiam o uniforme com um orgulho que dinheiro nenhum paga a alegria e a satisfação dos funcionários de trabalhar numa empresa que não zelou pela vida deles (Natalia de Oliveira, Documentário Vidas Barradas, 2020).

Outras reações psicológicas mais percebidas na população usuária do SUS municipal de acordo com Noal, Rabelo e Chachamovich (2019), foram: tristeza, choro frequente, humor deprimido, reações de dissociação, crises de ansiedade, raiva, culpa, desorientação, pânico, pesar, ansiedade, medo, irritabilidade, labilidade emocional e tentativas de suicídio, na maior parte dos casos por uso de benzodiazepínicos.

Eu né, no começo eu fiquei mal psicologicamente, eu tinha vontade de morrer com o rio. E não sai da minha cabeça, porque eu fui pro local lá da cachoeira, a gente vendo aquele desespero. E vendo as pessoas, você olhava via a vaca viva, depois você olhava e não via mais e era uma cena de terror, e aquilo não sai de dentro da minha cabeça até hoje. Eu tomo quatro tipos de remédios para a depressão e devido ter pegado Covid, ainda tô com traumas, ainda não sinto o paladar. Tô com meus dois rins comprometidos devido a situação do metal pesado. E uma depressão por não ter justiça. É uma insegurança por não ter uma equipe médica qualificada para nos assistir (Angahô, Documentário Mesa Direitos Humanos, Emergências e Desastres, 2020).

Além disso, foram observados outros sintomas como aumento no consumo de álcool, conflitos interpessoais e situações de violência.

A justiça brasileira olha e finge que não vê. Ela impõe o jogo e joga com as cartas dela. Ninguém foi pra cadeia. Não acredito que ninguém vai pra cadeia. Já que não vai prender ninguém, o que tem que ser feito, a reparação tem que ser feita, não é a reparação em dinheiro não, é a reparação na saúde mental das pessoas. Tem muitos caras se drogando dia e noite, cara. Tem muitos cara numa bebedeira, uma coisa fora do comum. Tem uma senhora ali que é amiga minha de duzentos anos, nunca colocou uma gota de álcool na boca, ela tava embriagada outro dia. Ela virou e me disse, me disse assim olhando no meu olho: pra aguentar, só bebendo. Pra uma senhora de 55 anos de idade cara! (Atamaio Ferreira, Documentário 272 Brumadinho-MG: Mar de lama, 2020).

Sobre as reações físicas foram relatados como recorrentes: a perda de apetite, cansaço intenso, insônia e dores inespecíficas (NOAL; RABELO; CHACHAMOVICH, 2019). Em uma análise mais recente, Noal et al. (2020), relata que as mudanças rápidas nos hábitos e rotinas impactou a saúde mental da população, ocasionando um aumento na procura por atendimento, alterações das condições de vida e de saúde, principalmente de saúde mental. Além do aumento da gravidade dos casos de saúde mental e condições clínicas já existentes, bem como do surgimento de novos casos a partir do momento em que passaram a experienciar o período de luto, foi necessário acolher o sofrimento da população pela mudança de rotina da cidade.

Esse aumento dos casos de adoecimento mental em decorrência das mudanças de hábitos e rotina, pode ser compreendida conforme a explicação de Cardoso (2013), ao descrever que a falta de sentido da vida promove um vazio existencial, no contexto do cotidiano esse vazio pode ser visto pelas referências, valores e perspectivas que direcionam a vida e dão sustento às frágeis condições de ser no mundo. A necessidade de dar um sentido à vida é essencial a todo ser humano, é possível compreender a perda do sentido existencial na fala:

Várias pessoas chegando e perguntando o que tava acontecendo e eu não sabia explicar porque não era nada do que eu conhecia. Então eu tinha sido invadida totalmente por uma coisa desconhecida e que causou uma destruição enorme (Mirella Lino, Mesa Direitos humanos, Emergências e Desastres, 2020).

E quando há o afastamento do sujeito consigo mesmo, ocorre uma perda na qualidade do contato de si com o mundo e inicia o privar do sentido que norteia a própria existência, então o vazio existencial, pode assumir uma diversidade de sintomas, tais como: depressão, ansiedade, pânico e fobias, entre outros (CARDOSO, 2013). É o que podemos observar no relato abaixo, sobre a perda da filha que lhe tirou o sentido da vida:

Sinto muita saudade! Nada repara essa tristeza... essa saudade... mas nós tá tentando. Mas não sei quando vai ser o fim dessa tragédia, desse crime da Vale (Geraldo Rezende, Documentário Recomeço Brumadinho, 2020)

Portanto buscar compreender os aspectos que envolvem o adoecimento mental em vítimas de desastres é de extrema relevância, uma vez que, o adoecimento transforma as relações socioafetivas da comunidade, sendo necessário o fortalecimento da rede de apoio, pois há uma possibilidade de desenvolvimento de transtornos psicopatológicos a médio e longo prazos.

6 REDES DE APOIO

Benevides (2015) destaca que as principais estratégias nas intervenções psicossociais no pós-desastre estão no fortalecimento da rede de atenção primária, junto a ação dos agentes comunitários de saúde e dos moradores voluntários. Sendo estes os contatos mais próximos que aumentam o nível de resolutividade das ações. Para Noal et al (2020), quando ocorrem mudanças abruptas decorrentes de desastres, há um impacto nos hábitos e rotinas dos moradores, afetando as condições de vida e saúde mental da comunidade, ocasionando um aumento das buscas por atendimento nas unidades de saúde.

Vai recomeçar... a gente tenta não pensar no que aconteceu, deixar o passado no passado. Porque não leva a nada ficar guardando isso, um rancor. Senão a gente nunca vai pra frente. É difícil, é muito apoio, muito, muita terapia pra seguir em frente, e lutar. Porque a vida continua. (Adriane Pereira, Documentário Recomeço Brumadinho, 2020).

Após o rompimento da barragem Córrego do Feijão da empresa Vale S.A. houve um aumento significativo na procura por atendimento na rede de saúde em Brumadinho, por pessoas que perderam familiares ou que passaram por diferentes perdas e também por pessoas da comunidade que sofreram o impacto psicossocial do desastre, houve também um aumento da gravidade dos casos de saúde mental e condições clínicas já existentes. Novos casos surgiram após a população experienciar o período de luto e a mudança na rotina da cidade, dessa forma foi essencial acolher a população e seu sofrimento. (NOAL et al., 2020).

E a situação da gente ainda é um pouquinho mais séria porque a gente não está lá na aldeia, a gente está vivendo numa vila e aí a SESAI, ela não pode nos assistir fora da aldeia. Então a gente está sendo assistido pelo SUS. E aí a gente tem acesso ao posto de saúde aqui da vila, e essa vila que a gente mora, tem 13 mil pessoas. Então, assim, o preconceito que a gente enfrentou, a gente sofreu muito, para poder chegar onde a gente tá agora. Até agora sofre. (Ángahô, Mesa Direitos Humanos, Emergências e Desastres, 2020).

Após uma situação que envolve desastre, Noal et al. (2020), traz que é primordial que as cidades abranjam serviços como rede de apoio para o desenvolvimento de estratégias de cuidado pós-desastre, de forma rápida e consistente, possuindo como base os princípios e diretrizes do SUS.

Foi possível observar o funcionamento desse trabalho na cidade de Brumadinho, entre os principais pontos de referência de atendimento inseridos nessa rede de apoio foram citados: Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde (SUS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Assistência a Estratégia de Saúde da Família (ESF), Núcleo de apoio à saúde da família (Nasf) e Unidade de pronto atendimento (UPA). Rede de Atenção Psicossocial (Raps) que pode contar com um Centro de Atenção Psicossocial (Caps II). Ressaltando dessa forma a importância de que os atendimentos sejam realizados de forma multidisciplinar, em que esses profissionais que compõem essas equipes, integrem em suas atividades a discussão de casos e articulações para um acompanhamento mais amplo e singularizado, estimulando a referência e a contrarreferência do modo não hierarquizado, responsável e implicado. (NOAL et al., 2020).

Observamos a relevância na participação e apoio junto à população atingida de redes públicas como a Assessoria Pública além de organizações privadas e como o empenho dessas organizações pode colaborar no atendimento das vítimas, demonstrado no depoimento a seguir:

O maior apoio, a defensoria, foi ter brigado com a gente, pelo posicionamento da Vale. A Vale não queria custear o tratamento. A Vale não queria custear a fisioterapia, não queria custear o psicólogo. (Adriane Pereira, Documentário Recomeço Brumadinho, 2020).

7 POSSIBILIDADE E ESTRATÉGIA

Sabe-se que grande parte da população afetada por uma situação de desastre consegue se reconstruir do impacto psicossocial ocorrido, não desencadeando transtornos psicopatológicos a médio e longo prazo. Porém, é crescente o número de pessoas que irão necessitar de assistência psicossocial em saúde mental. Dessa forma, nos últimos anos, o atendimento psicológico vem sendo incorporado como socorro emergencial no auxílio em situações de crise, o que exige uma preparação antecipada dos profissionais dos serviços de saúde e uma estratégia específica para conduzir estes casos que extrapolam as situações de rotina.(NOAL; RABELO; CHACHAMOVICH, 2019).

Com isso, as (os) psicólogas (os) em sua atuação, além de contribuir com a escuta e o acolhimento às pessoas que passaram por uma experiência de crise, podem auxiliar a comunidade na ampliação da percepção dos riscos sociais e ambientais estimulando o protagonismo dos envolvidos na reivindicação por seus direitos. Para isso é preciso conhecer as vulnerabilidades da comunidade, fornecer recursos materiais e conhecimento para que a população crie estratégias no enfrentamento das adversidades. Este processo de empoderamento auxilia no fortalecimento de uma cultura resiliente. (CFP, 2021).

O desenvolvimento de uma cultura resiliente é um tema que vem sendo muito discutido na atualidade, governos membros da ONU de várias partes do mundo se reuniram em uma Conferência Mundial sobre Redução do Risco de Desastres, na ocasião foi firmado um acordo que ficou conhecido como Marco de Ação de Hyogo (2005-2015) que tinha o intuito de formular estratégias a fim de reduzir as perdas de vidas e de bens sociais, econômicos e ambientais das comunidades e países, e dentre suas prioridades está a de fomentar uma cultura mais resiliente. (UNDRR, 2015)

Na terceira Conferência Mundial realizada em março de 2015, em Sendai, Miyagi, no Japão, foi realizada uma avaliação da implementação do Marco de Hyogo e firmaram um novo acordo que ficou conhecido como Marco de Ação de Sendai (2015-2030), o novo marco abrange o campo da redução dos desastres acerca do planejamento, antecipação e redução de risco, em proteger pessoas e comunidades. E para isso é reiterada a importância da construção de cidades mais seguras e resilientes. Um outro ponto a ser observado no Marco de Sendai, além das cidades resilientes, trata-se de observar as desigualdades intensas que encontram-se no mundo, sendo necessária a erradicação da pobreza, melhoria da educação das populações vulneráveis e redução da desigualdade social para que a meta seja atingida. Porém com a extensão da pandemia da covid-19 vivida no

mundo, é provável que essas desigualdades aumentem e que as situações de risco se ampliem diante das populações mais pobres e mais vulneráveis. (CFP, 2021).

Com isso, no Brasil, a Psicologia pode desenvolver estratégias junto às comunidades, estimulando o desenvolvimento de uma cultura de resiliência, e para isso precisamos fazer parceria com diferentes setores como: educação, saúde, assistência social, trabalho, cultura, habitação, Defesa Civil, meio ambiente, saúde e proteção, é importante ressaltar que a (o) profissional da Psicologia tem as ferramentas para fomentar esse diálogo interdisciplinar, promovendo sua prática nestes diferentes setores, mas priorizando o ser humano, seu empoderamento e protagonismo diante das situações de crise. (CFP, 2021).

Cada cultura e sociedade oferece para as pessoas os dispositivos de compreensão, avaliação e possibilidades de lidar com situações altamente estressantes, diminuindo as probabilidades de provocar adoecimento. Está inserido nessa concepção o “background cultural”, que são as crenças, atitudes, formas de enxergar o mundo de uma pessoa, e como ela desempenha um papel essencial na habilidade e nas formas de enfrentamento, quando precisar pôr em prática ou vivenciar situações traumáticas. Essa habilidade de lidar de forma apropriada em situações que transbordaram a capacidade da pessoa de suportar uma situação ameaçadora e ainda sair fortalecido dela chama-se resiliência, e ela pode ser desenvolvida a partir desse meio sociocultural (SILVA, 2013).

Na verdade, eu queria fazer Direito, pra ninguém mais passar pelo que a gente passou aqui. Porque eu acho que se alguém tivesse feito alguma coisa antes, hoje a minha irmã e todas as 272 vítimas estariam aqui. Todos estariam aqui. Eu acho que é aprender a lidar... porque recomeçar seria muito... pra mim é impossível! (Carine Aparecida, Documentário Recomeço Brumadinho, 2020).

7.1 RESILIÊNCIA EM UMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA

A palavra resiliência pode ser analisada por vários ângulos, com sua origem etimológica do latim *resiliens*, que significa saltar para trás; voltar. Mas também por sua procedência da língua inglesa, *resilient* que diz da ideia de elasticidade, capacidade de recuperação. Pinheiro (2004), traz também a origem da palavra na língua portuguesa, que pode ser empregada para designar a capacidade que um material tem de sofrer um forte impacto e conseguir voltar a sua forma original, mas também pode ser aplicado a pessoas que ao sofrer uma grande adversidade conseguem se adaptar às mudanças.

Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011) relatam que o tema vem sendo pesquisado através de diferentes perspectivas, trazendo como foco o sujeito e sua interação interna ou externa com o meio. Diante dessas perspectivas é possível entender de uma forma geral a resiliência humana como uma resistência, uma capacidade de passar por uma situação de crise e superar os abalos emocionais causados pelo estresse.

O desenvolvimento da resiliência está associado com fatores de risco e proteção, características pessoais como temperamento e traços de personalidade, aspectos sociais e econômicos e a relação com amigos e familiares. Pinheiro (2004), traz que, a pessoa além de passar por um momento de crise e superar consegue sair fortalecida. Landau e Saul (2002) ampliam o cenário quando trazem que o conceito de resiliência pode ser aplicado a famílias e comunidades, como possibilidade de juntas enfrentarem uma situação de crise.

Pinheiro (2004), relata que propôs a hipótese de que a aquisição da resiliência seria um resultado entre fatores internos e externos, fortalecendo o sentido da vida, orientando no desenvolvimento de projetos futuros. Outros fatores que contribuem é a relação de afeto entre parentes e amigos que traz uma sensação de segurança, essa relação pode ser direcionada para uma instituição no caso de pessoas que não têm laços familiares. Práticas disciplinares que orientam na tomada de decisão, qualidade nas relações e a presença de uma rede de apoio como amigos e parentes. Entre fatores de risco foram citados desajuste familiar, uso de drogas ou álcool, violência em casa ou na comunidade, transição da infância para a adolescência e falta de rede de apoio.

Para além de fatores de risco e proteção é preciso considerar a subjetividade da pessoa, o comportamento humano é repleto de significações. Pinheiro (2004) fala que é possível observar situações em que a pessoa tem vários fatores indicativos de risco, mas desenvolve a resiliência e em outros casos sem motivo aparente em que a pessoa não consegue desenvolver. Desse modo a fenomenologia explica que a consciência demarca a relação entre sujeito e objeto observado, uma relação direta e próxima que torna o conhecimento uma experiência

subjetiva, Fukumitsu (2013, p.19) explica que: “a consciência é uma atividade constituída por atos, tais como percepção, lembrança, imaginação e simbolização etc.”

Podemos buscar compreender a fenomenologia como o estudo do conhecimento da maneira como percebemos, e procura um retorno às coisas mesmas, à intuição originária. Na concepção fenomenológica observa o caráter intencional da consciência, em que esta é sempre consciência de algo. Encontrando nesse ponto a superação da dicotomia sujeito-objeto, sendo que fora da correlação consciência-objeto não teria nem um nem outro (FUKUMITSU, 2013).

Com isso, Valencio et al. (2009), diz que os desastres passam pelas dimensões subjetivas, objetivas e estruturais, tanto no ato de sua produção, como também são vivenciados através dos diversos sentidos dados nos seus territórios, pois ocorrem perdas simbólicas (de cunho identitárias), ambientais e materiais existentes numa relação entre sociedade e natureza. Além disso, Noal et al. (2013) trazem que o desastre pode ser entendido como uma interrupção grave do funcionamento cotidiano de uma comunidade pois pode ocasionar perdas humanas, ambientais, materiais e econômicas que ultrapassam a capacidade da sociedade afetada se reerguer diante da situação, por meio de seus próprios recursos.

A abordagem fenomenológica pode ser uma das formas de acolhimento na atuação frente a emergências e desastres, visto que, a mesma busca permanecer o mais próximo possível da vivência do sujeito, estimulando a pessoa a perceber o momento presente, estar no aqui e agora. Assim, a pessoa afetada pelo desastre pode através da investigação fenomenológica saber “Quem ele é, e como ele é”. Sendo o método fenomenológico tanto uma atitude quanto uma técnica, ao acolher o sujeito com a mente aberta e curiosidade genuína em que nada importa a não ser a descoberta da experiência pessoal dele. A awareness que esse sujeito possui do seu processo e das escolhas que faz, fica mais focada e aguda (JOYCE; SILLS, 2014). Assim, ao buscar auxiliar o sujeito na sua compreensão do existir no aqui e agora, a forma de ser e de experienciar o mundo e as várias situações de sua vida, iremos contribuir para a ampliação da sua consciência de si no mundo, ou seja, awareness, para capacitá-la a realizar escolhas autênticas e responsáveis, organizando sua vida de uma forma significativa para si (CARDOSO, 2013).

Dessa forma, Silva (2013) traz que o desenvolvimento da resiliência poderá ser elaborado junto à decisão dos indivíduos de compartilhar suas responsabilidades para a prevenção, resposta e recuperação após uma ocorrência de desastres. Uma vez que essa construção pode ser desenvolvida por cada pessoa em qualquer tempo, antes, durante e após uma situação extremamente estressante. Ao construir junto à pessoa uma relação de contato, com uma postura de acolhimento, receptividade e facilitadora da expressão do modo de existir do sujeito, encorajando-o a perceber a pluralidade do seu pensar, do seu agir e do seu sentir e a refletir em novas perspectivas que se abrem, será desenvolvido as condições necessárias para o crescimento pessoal. Sendo esta a confirmação da totalidade da pessoa, ação fundamental para que ela desenvolva um senso de segurança (auto suporte), essa postura demonstra apoio necessário para que o outro se reconheça nas suas possibilidades referenciais e se erga, fortalecendo seu senso de auto suporte (CARDOSO, 2013).

Em resumo, é possível, através do método fenomenológico, trabalhar o desenvolvimento da resiliência e a promoção da saúde mental, em conjunto com um atendimento acolhedor, facilitador para o fortalecimento do auto suporte dos protagonistas que tiveram perdas tanto material quanto simbólico. Sendo esta uma possível estratégia a ser desenvolvida junto à comunidade.

8 CONCLUSÃO

Concluímos que a Psicologia fenomenológica pode contribuir para o desenvolvimento da resiliência nas vítimas afetadas pelo rompimento das barragens, e em outras situações de Emergência, Riscos e Desastres, pois ela tem um olhar ativo do sujeito. Desta forma é importante ressaltar que, ações voltadas para a população em situação de vulnerabilidade que foram ou estão sujeitas a estresses severos, precisam ter uma perspectiva a longo prazo.

Entendemos que para desenvolver a cultura resiliente é importante promover estudos, pesquisas e análises dos fatores de riscos, e para isso colocamos como um cenário futuro a pesquisa qualitativa embasada no modelo fenomenológico como uma possibilidade de compreensão das vivências e percepções. Pois ela busca descrever e compreender o fenômeno do desastre na existência da comunidade atingida, para uma melhor reparação e fortalecimento dos mesmos.

Por ser um tema recente, houve certa dificuldade na busca por materiais disponíveis, dessa forma faz-se necessário novas pesquisas na área. Portanto, entender o sofrimento da vítima através do olhar da psicologia fenomenológica tem grande relevância tanto para as pessoas que foram afetadas diretamente, quanto para nós

psicólogas. Pois podemos contribuir para a elaboração de recursos emocionais para lidar com a perda, auxiliando o mesmo a ter ferramentas para o desenvolvimento da resiliência e prevenção ao adoecimento mental, e para além disso, atuar na elaboração de estratégias grupais e individuais para o restabelecimento da comunidade.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Com mais uma vítima identificada, restam 9 desaparecidos em Brumadinho.** 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/com-mais-uma-vitima-identificada-restam-9-desaparecidos-em-brumadinho> Acesso em: 11 out. 2021.
- BENEVIDES, Lucia Rios da Silva. **A atenção psicossocial e as intervenções geradas em contextos de desastre: a experiência de profissionais em Teresópolis.** Dissertação, (Mestrado em Ciências na Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz. 79p. Rio de Janeiro. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, ENSP. 2015
- BIBLIOTECA PROF. PAULO DE CARVALHO MATTOS. **Tipos de revisão de literatura.** Faculdade de Ciências Agrônomicas UNESP, Botucatu. (2015). Disponível em: <https://docplayer.com.br/12500538-Tipos-de-revisao-de-literatura.html> Acesso em: 30 dez. 2021
- BRANDÃO, Juliana Mendanha; MAHFOUD, Miguel; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria. **A construção do conceito em psicologia: discutindo as origens.** Paidéia (Ribeirão Preto), ano 2011, v. 21, n. 49, p. 263-271, 19 set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/X8smHqGPJnV9jWTCYTmTmrx/?lang=pt> Acesso em: 22 abr. 2021.
- CANAIS GLOBO. **Documentário Lama invisível-** 1 vídeo (00:25) nov./2020 Direção: Rodrigo Mac Niven. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/c/p/v/9049017/> . Acesso em: 7 out. 2021.
- CANAL JP. **Documentário 272 Brumadinho MG Mar De Lama.** 1 vídeo (55:12) out/2020 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UkedMIB7Y0Q&t=942s> . Acesso em: 11 out. 2021.
- CARDOSO, Claudia Lins. **A face existencial da Gestalt terapia.** In FRAZÃO, Lilian Meyer. et al. **Gestalt-terapia: fundamentos epistemológicos e influências filosóficas 1.** São Paulo: Summus Editorial, 2013.p. 30-37. *E-book*
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **Atuação da psicologia emergências e desastres.** Disponível em: <https://site.cfp.org.br/emergencias-e-desastres/inicio/> acesso em: 11 out. 2021
- CRP-MG CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA-MINAS GERAIS. **Mesa Direitos Humanos, Emergências e Desastres.** 1 vídeo (1:47:06), dez/2020 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ai1-dbpmMQc> Acesso em: 11 out. 2021.
- DEFESA CIVIL Santa Catarina. **Gestão de Risco de Desastres.** [s.l.: s.n., s.d.]. 2013. Disponível em: https://www.defesacivil.sc.gov.br/images/doctos/seminarios/Gestao_de_RISCO_de_desastres_BAIXA.PDF Acesso em: 11 de out. 2021
- DOCUMENTÁRIO **Recomeço Brumadinho.** Produção: ADEPMG. Minas Gerais: [s. n.], 1 vídeo (30:37) Out /2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ng2UyilVAt0> Acesso em: 11 out. 2021.
- FUKUMITSU, Karina. **O método Fenomenológico em pesquisa gestáltica.** In FRAZÃO, Lilian Meyer. et al. **Gestalt-terapia: fundamentos epistemológicos e influências filosóficas 1.** São Paulo: Summus Editorial, 2013.p.17-27. *E-book*.
- JOYCE, Phil; CHARLOTTE, Sills. **Técnicas em Gestalt: aconselhamento e psicoterapia.** 3. ed. Petrópolis: Vozes Ltda., 2016.
- LANDAU, Judith; SAUL, Jack. **Facilitando a Resiliência da Família e da Comunidade em Resposta a Grandes Desastres.** **Revista Pensando Famílias**, [S. l.], ano 4, n. 4, 26 set. 2017. Disponível em: <https://silo.tips/download/facilitando-a-resiliencia-da-familia-e-da-comunidade-em-resposta-a-grandes-desas#> Acesso em: 1 mar. 2021.
- NOAL, Debora da Silva; et al. **Atuação do psicólogo em situações de desastres: algumas considerações baseadas em experiências de intervenção.** **Revista Entre Linhas**, Rio Grande do Sul, N. 62, p.4,5. Abr./maio, /jun.2013. Disponível em: <https://www.crprs.org.br/entrelinhas/assets/edicaopdf/a0ca0-arquivo62.pdf> Acesso em: 1 de mar. de 2021
- NOAL, Debora da Silva; et al. **Desastre da Vale: o desafio do cuidado em saúde mental e atenção Psicossocial no SUS.** Saúde em Debate, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2020.v44nspe2/353-363/> Acesso em: 21 set. 2021
- NOAL, Debora da Silva; RABELO, Ionara Vieira Moura; CHACHAMOVICH, Eduardo. **O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale.** Cad. De Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, p. -, 20 maio de 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/zwdfcHFf9XtDC8vdN3FYMPQ/?lang=pt#>. Acesso em: 1 mar. 2021.
- PINHEIRO, Débora Patrícia Nemer. **A resiliência em discussão.** **Psicologia em Estudo.** 2004, v. 9, n. 1, p. 67-75. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722004000100009>. Acesso em: 26 abr. 2021
- SENADO FEDERAL. **Catástrofe de Mariana completa 5 anos e senadores cobram punições e reparações.** Senado Federal, 2020. disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/05/catastrofe-de-mariana-completa-5-anos-e-senadores-cobram-punicoes-e-reparacoes>. Acesso em: 29 abr. 2021.
- SILVA, Reginaldo. **Resiliência Comunitária contra os desastres.** 2013 Brasil Resiliente. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br>. Acesso em: 29 abr. 2021.
- TV PROMOVE. **Documentário Vidas Barradas.** 1 vídeo (1:19:33), jan/2020 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XUBwyUJfj-U> Acesso em: 12 out. 2021.
- UNDRR Oficina de Naciones Unidas para la Reducción del Riesgo de Desastres. **Como Construir Cidades Mais Resilientes - Um guia para gestores públicos locais.** Disponível em: <https://www.eird.org/camp-10-15/port/> Assesso em: 02 Maio 2022
- VALENCIO, Norma; (Org.). **Sociologia dos desastres construção, interfaces e perspectivas no Brasil** versão eletrônica. 2009. Disponível em:

http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd_oficinas/pdfs/livro-sociologia-dos-desastres.pdf.
Acesso em: 18 abr. 2021.

APLICAÇÃO DE INTEGRAL DUPLA NO CÁLCULO DE MOMENTO DE INÉRCIA
APPLICATION OF DUAL INTEGRAL IN THE CALCULATION OF MOMENT OF INERTIA

Myrian Aparecida Silva Schettino. (myrian.shettino@unifaminas.edu.br); Ana Theresa Cascelli Braga (cascellifacul@gmail.com); Antônio Weuller de Oliveira Souza (antonioweuller@gmail.com); Nayara Dias Machado (nayaradiasmachado2016@gmail.com); Sara Teixeira da Silva assis (saraassis4@gmail.com); Victoria Maria Coelho Quirino (mvic3@yahoo.com); Wellerson Carlos Maia Cidrini (wellersoncidrini@gmail.com)

Resumo: O cálculo Diferencial e Integral também chamado de cálculo, é um ramo importante da matemática, desenvolvido a partir da álgebra e da geometria, que se dedica ao estudo de taxas de variação de grandezas (como a inclinação de uma reta) e a acumulação de quantidades (como a área debaixo de uma curva ou o volume de um sólido). O presente trabalho visa calcular o ponto de inércia, utilizando o cálculo de integral dupla.

Palavras-chave: Cálculo; Integral; Dupla.

Abstract: The Differential and Integral calculus, also called calculus, is an important branch of mathematics, developed from algebra and geometry, which is devoted to the study of rates of variation of quantities (such as slope of a line) and the accumulation of quantities (such as the area under a curve or the volume of a solid). The present work aims to calculate the point of inertia, using the double integral calculation.

Keywords: Calculation; Integral; Double.

1 Introdução

O cálculo foi criado como uma ferramenta auxiliar em várias áreas das ciências exatas. Desenvolvido por Isaac Newton (1643-1727) e Gottfried Leibniz (1646-1716), em trabalhos independentes. O Cálculo auxilia em vários conceitos e definições na matemática, química, física clássica, física moderna e economia. O cálculo tem inicialmente três "operações-base", ou seja, possui áreas iniciais como o cálculo de limites, o cálculo de derivadas de funções e a integral de diferenciais.

Com o advento do "Teorema Fundamental do Cálculo" estabeleceu-se uma conexão entre os dois ramos do cálculo: o Cálculo Diferencial e o Cálculo Integral. O cálculo diferencial surgiu do problema da tangente, enquanto o cálculo integral surgiu de um problema aparentemente não relacionado, o problema da área. O professor de Isaac Newton em Cambridge, Isaac Barrow, descobriu que esses dois problemas estão de fato estritamente relacionados, ao perceber que a derivação e a integração são processos inversos. (HALLIDAY, et al; 2009)

O Cálculo Integral é o estudo das definições, propriedades, e aplicações de dois conceitos relacionados, as integrais indefinidas e as integrais definidas. O processo de encontrar o valor de uma integral é chamado integração. Dentre as áreas do cálculo, se encontram a integral dupla. (Stewart, 1999).

Integral Dupla ou múltipla é uma integral definida para funções de duas variáveis, que tem um conceito que também pode ser aplicado em integrais com mais variáveis. Estendendo o conceito de integração para as funções de duas variáveis reais, a integral dupla basicamente é uma integral dentro da outra, sendo o processo de cálculo bastante usado para se obter o volume de um sólido. Suas aplicações são diversas, tais como, Cálculo de Densidade e Massa, Cálculos de Momentos e Centros de Massa, Cálculo de Probabilidade e Cálculo de Momento de Inércia. (Stewart, 1999).

O trabalho tem como Objetivo usar a integral dupla para calcular o momento de inércia, de dada situação problema.

2 Referencial teórico

O momento de inércia é uma grandeza associada a inércia de rotação. Da mesma forma que um corpo tende a permanecer em seu estado inicial de movimento com velocidade constante, há uma resistência a mudança no movimento rotacional, essa resistência à mudança de velocidade angular é conhecida como momento de inércia (HALLIDAY, et al; 2009).

O momento de inércia (também chamado segundo momento) de uma partícula de massa m em relação a um eixo é definido como mr^2 , onde r é a distância da partícula ao eixo. Estendemos o conceito a uma lâmina com função densidade e que ocupa uma região D pelo mesmo processo que fizemos para os momentos normais. Dividimos D em pequenos retângulos, aproximamos o momento de inércia de cada sub-retângulo em relação ao eixo x e tomamos o limite da soma quando o número de sub-retângulos aumenta indefinidamente. O resultado é o momento de inércia da lâmina em relação ao eixo x : (Stewart, 1999).

$$I_x = \lim_{m, n \rightarrow \infty} \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^n (y_{ij}^*)^2 \rho(x_{ij}^*, y_{ij}^*) \Delta A = \iint_D y^2 \rho(x, y) dA$$

Da mesma forma, o momento de inércia em relação ao eixo y é:

$$I_y = \lim_{m, n \rightarrow \infty} \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^n (x_{ij}^*)^2 \rho(x_{ij}^*, y_{ij}^*) \Delta A = \iint_D x^2 \rho(x, y) dA$$

É de interesse, ainda, considerar o momento de inércia em relação à origem, também chamado momento polar de inércia:

$$I_0 = \lim_{m, n \rightarrow \infty} \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^n [(x_{ij}^*)^2 + (y_{ij}^*)^2] \rho(x_{ij}^*, y_{ij}^*) \Delta A = \iint_D (x^2 + y^2) \rho(x, y) dA$$

3 Desenvolvimento

Exercícios:

D é limitada por $y=1-x^2$ e $y=0$; $p(x,y)=ky$. Encontre os momentos de inércia I_x, I_y, I_0 para a lâmina do Exercício.

Exercício resolvido.

$$\begin{aligned}
 \text{Eixo } x &= \int \int_D x^2 \rho(x,y) \, dA & \rho(x,y) &= K y \\
 y &= 1-x^2 & e \, y &= 0 \\
 1-x^2 &= 0 & \int_{-1}^1 \int_0^{1-x^2} y^2 K y \, dy \, dx \\
 -x^2 &= -1 & \int_{-1}^1 \int_0^{1-x^2} y^3 K y \, dy \, dx \\
 x^2 &= 1 & \int_{-1}^1 \int_0^{1-x^2} y^3 K y \, dy \, dx \\
 x &= \sqrt{1} & \int_{-1}^1 \int_0^{1-x^2} y^3 K y \, dy \, dx \\
 x &= \pm 1 & \frac{y^4}{4} K \int_{-1}^1 (1-x^2) \, dx \\
 & & \frac{(1-x^2)^4}{4} \Big|_{-1}^1 \\
 & & (1-2x^2+x^4-2x^2+4x^4-2x^6+x^4-2x^6+x^8) \cdot K = \\
 & & \frac{1-4x^2+6x^4-4x^6+x^8}{4} \\
 & & + \int_{-1}^1 K \left(\frac{1}{4} - \frac{4x^2}{4} + \frac{6x^4}{4} - \frac{4x^6}{4} + \frac{x^8}{4} \right) dx = \\
 & & K \left(\frac{1}{4} - x^2 + \frac{3x^5}{2} - x^6 + \frac{x^9}{4} \right) dx = \\
 & & K \left(\frac{x}{4} - \frac{x^3}{3} + \frac{3x^5}{2 \cdot 5} - \frac{x^7}{7} + \frac{x^9}{4 \cdot 4} \right) \Big|_{-1}^1 = \\
 & & K \left(\frac{x}{4} - \frac{x^3}{3} + \frac{3x^5}{10} - \frac{x^7}{7} + \frac{x^9}{16} \right) \Big|_{-1}^1 = \\
 & & \left[\frac{1}{4} - \frac{1}{3} + \frac{3(1)^5}{10} - \frac{(1)^7}{7} + \frac{(1)^9}{16} \right] - \left[\frac{-1}{4} - \frac{(-1)^3}{3} + \frac{3(-1)^5}{10} - \frac{(-1)^7}{7} + \frac{(-1)^9}{16} \right] \\
 & & \left[\frac{1}{4} - \frac{1}{3} + \frac{3}{10} - \frac{1}{7} + \frac{1}{16} \right] - \left[-\frac{1}{4} + \frac{1}{3} - \frac{3}{10} + \frac{1}{7} - \frac{1}{16} \right] =
 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
 & K \left[\left(\frac{315 - 420 + 378 - 180 + 35}{1260} \right) - \left(\frac{-315 + 420 - 378 + 180 - 35}{1260} \right) \right] \\
 & K \left[\frac{128}{1260} - \frac{128}{1260} \right] = K \left[\frac{32}{315} + \frac{32}{315} \right] = \frac{64}{315} K \\
 \text{Eixo } y &= \int \int_D y^2 \rho(x,y) \, dA \\
 \int_{-1}^1 \int_0^{1-x^2} x^2 K y \, dy \, dx &= K \left[\frac{x^2}{6} - \frac{x^2}{5} + \frac{x^2}{14} \right] \Big|_{-1}^1 = \\
 \int_{-1}^1 \int_0^{1-x^2} x^2 K y \, dy &= K \left[\frac{(1)^3}{6} - \frac{(1)^5}{5} + \frac{(1)^7}{14} \right] - \left[\frac{(-1)^3}{6} - \frac{(-1)^5}{5} + \frac{(-1)^7}{14} \right] \\
 \frac{x^2 K y^2}{2} \Big|_0^{1-x^2} &= K \left[\frac{1}{6} - \frac{1}{5} + \frac{1}{14} \right] - \left[-\frac{1}{6} + \frac{1}{5} - \frac{1}{14} \right] = \\
 x^2 K (1-x^2)^2 \cdot 0 &= K \left[\frac{25 - 42 + 15}{210} \right] - \left[\frac{35 + 42 - 15}{210} \right] \\
 \frac{(1-2x^2+x^4)}{2} K x^2 &= K \left[\frac{2}{210} - \frac{8}{210} \right] = K \left[\frac{16}{210} \right] = \\
 \frac{K (x^2 - 2x^4 + x^6)}{2} & \left[\frac{K \cdot 8}{105} \right] \\
 \int_{-1}^1 K \left(\frac{x^2 - 2x^4 + x^6}{2} \right) dx &= \text{Portanto } I_0 = K \left(\frac{2}{105} + \frac{64}{315} \right) = \\
 \int_{-1}^1 K \left(\frac{x^2}{2} - \frac{2x^4}{2} + \frac{x^6}{2} \right) dx &= \left(\frac{24 + 64}{315} \right) \cdot K = \\
 K \left(\frac{x^3}{2 \cdot 3} - \frac{2x^5}{2 \cdot 5} + \frac{x^7}{2 \cdot 7} \right) \Big|_{-1}^1 &= \frac{28}{315} K \\
 K \left(\frac{x^3}{6} - \frac{2x^5}{10} + \frac{x^7}{14} \right) \Big|_{-1}^1 &=
 \end{aligned}$$

4 Conclusão

Através da integral dupla foi possível realizar o cálculo de momento de inércia de um dado exercício levando em consideração sua densidade para encontrar seus valores nos eixos X e Y, posteriormente somamos os valores encontrados em X e Y para encontrar o momento de inércia no ponto zero.

Referências

HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de física. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, c2009 vol 4;

J. Stewart, *Calculus*, Brooks/Cole Publ. Co., 1999.

**CRITÉRIOS PARA SEGMENTAÇÃO E QUANTIDADE DE SEGMENTOS OPERACIONAIS
REPORTADOS POR EMPRESAS BRASILEIRAS EM SUAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Júlia Alves e **SOUZA** (PQ – julia.jasouza@gmail.com)¹; Douglas José **MENDONÇA** (PQ – mendonca_douglas@yahoo.com.br)².

1. Professora no Centro Universitário FAMINAS – Muriaé/MG; 2. Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Formiga/MG.

Palavras-chave: Informações por segmentos, divulgação contábil, segmentos operacionais.

INTRODUÇÃO

Desde 2009, vigora no Brasil a exigência de que as companhias de capital aberto divulguem as informações por segmentos em suas demonstrações contábeis para usuários externos. Essa exigência foi instituída com a emissão do Pronunciamento Contábil CPC 22 e sua respectiva aprovação pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Com isso, tais entidades passaram a reportar informações por segmentos referentes aos exercícios financeiros encerrados a partir do ano de 2010. O CPC 22 (CPC, 2009) estabelece as diretrizes e requisitos para a divulgação por segmentos das empresas brasileiras.

Antes da emissão do CPC 22, não havia no país uma padronização para a evidenciação desse tipo de informações e nem o estabelecimento de requisitos mínimos a serem apresentados sobre os segmentos. Esse tipo de divulgação passou a ser obrigatório no contexto do processo de adoção das normas IFRS (International Financial Reporting Standards), que são as normas internacionais de contabilidade.

A definição que o Pronunciamento Contábil CPC 22 apresenta para segmento operacional é a de um componente da entidade que atende aos três quesitos a seguir: i. que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas; ii. cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e iii. para o qual há informação financeira individualizada disponível (CPC, 2009).

O argumento central para a exigência de divulgação das informações por segmentos operacionais consiste na relevância que tais informações devem ter para seus usuários, uma vez que elas podem fornecer subsídios para melhores análises financeiras. Com o cenário atual de diversificação dos negócios, globalização econômica e internacionalização dos investimentos, passa a existir uma maior dificuldade para que os usuários das demonstrações contábeis consigam analisar os diferentes resultados dos segmentos e seus impactos na performance geral da empresa (HERRMANN; THOMAS, 2000). Para possibilitar a compreensão dos diversos componentes operacionais e segmentos de atuação das empresas, cresce a necessidade de detalhamento das informações contábeis e a demanda por um maior nível de desagregação dessas informações.

Nesse sentido, a divulgação por segmentos preconizada no Brasil tem o princípio básico de que “a entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio nos quais está envolvida e os ambientes econômicos em que opera” (CPC, 2009, p. 2). O CPC 22 segue a tendência das normas internacionais de contabilidade e é baseado em princípios, não colocando imposições rígidas para a divulgação de informações. Adota-se o critério

da abordagem gerencial (*management approach*) para a divulgação de informações, o que permite elevado grau de discricionariedade em sua aplicação.

De acordo com essa abordagem gerencial para a divulgação por segmentos, a segmentação evidenciada nas demonstrações contábeis para os usuários externos deve refletir os mesmos critérios utilizados na contabilidade gerencial de cada organização, além de estar de acordo com as políticas contábeis e as formas de divulgação que são utilizadas internamente (ALEKSANYAN; DANBOLT, 2015). Dessa forma, a divulgação por segmentos operacionais busca agregar valor às demonstrações contábeis publicadas pelas empresas, oferecendo um conjunto de informações a que os agentes externos não teriam acesso anteriormente.

No entanto, problemas relacionados à divulgação de informações por segmentos podem impedir que seus objetivos sejam alcançados. Embora se presuma que a divulgação de informações segmentadas seja benéfica, em diversos países são apresentados argumentos contra tal divulgação. Um dos principais argumentos é o de que os custos mais altos de compilar, processar e disseminar as informações por segmentos excedem os benefícios potenciais dessa divulgação.

Como mencionado por Talha, Sallehuddin e Mohammad (2006), muitas companhias têm receio em efetuar essa divulgação devido aos custos financeiros e aos custos de propriedade a ela associados. As empresas geralmente se opõem a evidenciar os dados dos segmentos porque existe a preocupação de que essa divulgação forneça informações estratégicas para seus concorrentes, o que traria desvantagem à posição competitiva da empresa que apresenta o relatório segmentado (MANDE; ORTMAN, 2002).

O CPC 22 dá margem a diferentes estratégias de divulgação, uma vez que traz a discricionariedade para que os gestores definam muitos dos aspectos relacionados à apresentação das informações por segmentos. Nesse sentido, os gestores das companhias tomam duas decisões principais referentes à geração de relatórios por segmentos: quais segmentos operacionais serão reportados e quais itens sobre os segmentos serão divulgados (ANDRÉ; FILIP; MOLDOVAN, 2016). Esta condição introduz um componente subjetivo para a divulgação, e os gerentes podem utilizá-la como pretexto para evitar relatar determinados itens sobre os segmentos.

Em função do exposto, o objetivo geral desse estudo consiste em identificar os critérios para segmentação e quantidade de segmentos operacionais reportados por empresas brasileiras em suas demonstrações contábeis. Espera-se contribuir para o avanço para o conhecimento na área de Contabilidade e Finanças ao fornecer evidências sobre as características da divulgação de informações por segmentos realizada no Brasil. Dessa forma, essa pesquisa tem potencial de contribuição para diversos segmentos da sociedade que estão envolvidos com o mercado de capitais, tais como investidores, órgãos normatizadores, analistas de investimentos e demais usuários das demonstrações contábeis.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa desenvolvida tem caráter qualitativo e descritivo, com foco na identificação de características da divulgação por segmentos realizada por empresas de capital aberto com atuação no Brasil. Quanto à temporalidade, a pesquisa tem caráter longitudinal e aborda o período referente aos anos de 2010 a 2016, considerando que 2010 foi o primeiro para o qual houve a obrigatoriedade de divulgação de informações por segmentos, conforme o CPC 22 (CPC, 2009).

Realizou-se a coleta de dados a partir de fontes documentais. Foram utilizadas as demonstrações contábeis de cada uma dessas empresas, referentes aos anos analisados. Tais demonstrações foram obtidas por

meio do site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM): efetuou-se a busca pelo nome das empresas, o acesso ao link “Dados econômico-financeiros” e o *download* dos documentos referentes às demonstrações contábeis anuais completas (CVM, 2020).

O critério para a definição da amostra do estudo consistiu na disponibilidade de dados. Assim, foram selecionadas as empresas com as demonstrações contábeis anuais completas disponíveis para todo o período de investigação da pesquisa. A amostra final é composta por 94 empresas distribuídas em nove diferentes setores econômicos de atuação (segundo a classificação da B3), conforme exposto na Tabela 01.

Tabela 01 – Distribuição das empresas da amostra por setores econômicos

Setor de atuação	Nº. de empresas	% do total
Bens industriais	10	10,64%
Consumo cíclico	24	25,53%
Consumo não cíclico	9	9,57%
Financeiro e outros	17	18,09%
Materiais básicos	9	9,57%
Petróleo, gás e biocombustíveis	3	3,19%
Saúde	5	5,32%
Telecomunicações	2	2,13%
Utilidade pública	15	15,96%
Total	94	100,00%

Fonte: elaborada pelos autores.

Na análise dos dados, efetuou-se a identificação dos itens de informações por segmentos divulgados pelas empresas. O primeiro passo foi identificar as notas explicativas que tratavam especificamente das informações por segmentos operacionais, para então analisá-las detalhadamente. Em seguida, procedeu-se a identificação das informações constantes nessas notas e o preenchimento de uma *checklist* com os tipos de informações, critérios de segmentação e número de segmentos reportados. No total, foi efetuada a análise de 658 documentos, que correspondem às demonstrações anuais das 94 empresas para cada um dos sete anos (2010 a 2016). Os resultados obtidos com permitiram descrever as características centrais da divulgação de informações por segmentos efetuada pelas empresas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, analisou-se a divulgação referente às “Informações sobre critérios gerais para a definição dos segmentos do negócio”. Essa categoria inclui os critérios para identificar os segmentos e os tipos de produtos e serviços de cada segmento. Os itens “Critérios para identificação dos segmentos operacionais divulgáveis” e “Tipos de produtos e serviços a partir dos quais cada segmento divulgável obtém suas receitas” foram divulgados por aproximadamente 95% das empresas.

A respeito dos critérios para a identificação dos segmentos, os resultados mostraram que todas as empresas que divulgaram essa informação relataram critérios coerentes com o CPC 22. As companhias informam que a definição dos segmentos segue a forma de segregação utilizada internamente pelo principal gestor das operações em seu processo de tomada de decisões e de avaliação de desempenho. Portanto, está sendo aplicada a abordagem gerencial (*management approach*), conforme discutida por autores como Aleksanyan e Danbolt (2015).

O CPC 22 deixa claro que pode ser utilizada qualquer base de segmentação, desde que seja consistente com a estrutura interna da empresa. Para a amostra investigada, constatou-se que cerca de 90% das empresas adotaram a segmentação por tipos de produtos/serviços ou unidades de negócios, conforme consta na Tabela 02.

Tabela 02 – Base de segmentação adotadas pelas empresas e respectivos percentuais de adoção

Critério de segmentação	% de adoção
Produtos/serviços ou unidades de negócio	90,43%
Áreas geográficas	2,13%
Combinação de áreas geográficas com produtos/serviços ou unidades de negócio	6,38%
Não mencionou informações por segmentos	1,06%

Fonte: elaborada pelos autores.

Assim, somente 2,13% das empresas apresentaram a segmentação puramente por áreas geográficas. Já 6,38% delas definiram seus segmentos a partir de uma combinação dos 2 critérios anteriores, considerando tanto os tipos de produtos/serviços ou unidade de negócios quanto as áreas geográficas de atuação. Portanto, observou-se que a maioria das empresas opta por organizar sua gestão interna de acordo com os diferentes produtos/serviços que vendem ou unidades de negócio em que atuam.

Como cada companhia tem uma forma única de gestão interna, foi possível notar que os segmentos reportados variam muito entre as empresas. Mesmo dentro de um mesmo setor econômico existe essa falta de uniformidade, o que prejudica a comparação dos dados por segmentos reportados por diferentes empresas.

Houve também uma empresa (que representa 1,06% da amostra) que não mencionou diretamente as informações por segmentos operacionais em suas demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não informou nenhum critério de segmentação. Para essa empresa, não ficou clara a lógica de subdivisão em termos de segmentos operacionais, o que contraria o que é requerido pelo CPC 22.

Especificamente sobre o número de segmentos reportados, os resultados obtidos constam na Tabela 03. A desagregação gera um melhor detalhamento a respeito da composição do desempenho do negócio (DEPPE; OMER, 2000). Nesse sentido, quanto maior o número de segmentos, considera-se que maior é a desagregação da informação, pois o desempenho da empresa é decomposto em um maior número de partes separadas.

Tabela 03 – Percentuais referentes ao número de segmentos reportados pelas empresas

Nº de segmentos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1 segmento	36,17%	34,04%	30,85%	30,85%	29,79%	28,72%	30,85%
2 segmentos	21,28%	19,15%	23,40%	20,21%	21,28%	22,34%	21,28%
3 segmentos	12,77%	14,89%	12,77%	17,02%	13,83%	14,89%	15,96%
4 segmentos	13,83%	18,09%	19,15%	18,09%	19,15%	15,96%	14,89%
5 segmentos	9,57%	6,38%	7,45%	7,45%	8,51%	10,64%	8,51%
6 segmentos	5,32%	6,38%	5,32%	5,32%	6,38%	6,38%	6,38%
7 segmentos	-	-	-	-	-	-	1,06%
8 segmentos	1,06%	1,06%	1,06%	1,06%	1,06%	1,06%	1,06%

Fonte: elaborada pelos autores.

Cerca de 30% das empresas declararam possuir um único segmento nos anos analisados. Já o percentual das que reportaram entre 2 e 4 segmentos foi de aproximadamente 50% da amostra. Nenhuma empresa chegou a divulgar 10 segmentos, que seria o limite máximo sugerido pelo CPC 22. De forma geral, predominaram aquelas que informaram um segmento único ou dois segmentos operacionais. Além disso, constatou-se que o percentual de empresas que reportou de cinco a oito segmentos ficou entre 13,82% e 18,08%. Portanto, o que se observa é um baixo nível de desagregação das informações para a maior parte das empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo se propôs a identificar os critérios para segmentação e quantidade de segmentos operacionais reportados por empresas brasileiras em suas demonstrações contábeis. Foram analisadas 658 demonstrações anuais, de 94 empresas, correspondentes a cada um dos sete primeiros anos de aplicação do Pronunciamento CPC 22 (período de 2010 a 2016).

Quanto aos critérios de segmentação, concluiu-se que a definição dos segmentos segue a forma de segregação utilizada internamente pelo principal gestor das operações em seu processo de tomada de decisões e de avaliação de desempenho. Cerca de 90% das empresas adotaram a segmentação por tipos de produtos/serviços ou unidades de negócios, que foi identificado como o critério predominante de segmentação. Somente 2,13% das empresas apresentaram a segmentação puramente por áreas geográficas, enquanto 6,38% definiram seus segmentos a partir de uma combinação dos 2 critérios anteriores.

Os segmentos reportados variam entre as empresas e existe essa falta de uniformidade mesmo dentro de um mesmo setor econômico. Por fim, quanto à quantidade de segmentos operacionais reportados, os achados da pesquisa revelam que predominaram aquelas que informaram um segmento único ou dois segmentos operacionais. Nenhuma empresa chegou a divulgar 10 segmentos (limite máximo sugerido pelo CPC 22) e o percentual de empresas que reportou de cinco a oito segmentos ficou entre 13,82% e 18,08%. Concluiu-se, portanto, que há um baixo nível de desagregação das informações para a maior parte das empresas.

Vale mencionar que as evidências apontadas nessa pesquisa devem ser consideradas levando em conta as limitações da metodologia adotada. Foram consideradas somente as informações explicitamente classificadas como informações sobre segmentos, e outros tipos de itens que as empresas possam ter divulgado não foram incorporados na análise. Como sugestões para futuras pesquisas, recomenda-se analisar a utilidade das informações por segmentos para usuários das demonstrações contábeis, investigando se o número de segmentos divulgados está relacionado à uma melhor avaliação da situação econômico-financeira das empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEKSANYAN, M.; DANBOLT, J. Segment reporting: Is IFRS 8 really better?. **Accounting in Europe**, Abingdon, v. 12, n. 1, p. 37-60, 2015.

ANDRÉ, P.; FILIP, A.; MOLDOVAN, R. Segment disclosure quantity and quality under IFRS 8: Determinants and the effect on financial analysts' earnings forecast errors. **The International Journal of Accounting**, Amsterdam, v. 51, n. 4, p. 443-461, 2016.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 22**: Informações por segmento. Brasília: CPC, 2009. Disponível em: <http://static.cpc.media.group.com.br/Documentos/292_CPC_22_rev%2008.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Consulta de documentos de companhias abertas.** 2020. Disponível em: <<http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx?TipoConsult=c>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

DEPPE, L.; OMER, S. C. Disclosing disaggregated information. **Journal of Accountancy**, Durham, n. 190, v. 3, p. 47-52, 2000.

HERRMANN, D.; THOMAS, W. B. A model of forecast precision using segment disclosures: implications for SFAS no. 131. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, Amsterdam, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2000.

MANDE, V.; ORTMAN, R. Are recent segment disclosures of Japanese firms useful?: Views of Japanese financial analysts. **The International Journal of Accounting**, Amsterdam, v. 37, n. 1, p. 27-46, 2002.

TALHA, M.; SALLEHHUDDIN, A.; MOHAMMAD, J. Changing pattern of competitive disadvantage from disclosing financial information: a case study of segmental reporting practice in Malaysia. **Managerial Auditing Journal**, Bingley, v. 21, n. 3, p. 265-274, 2006.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 – Administração

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO NOVO JEITO DE ENSINAR E APRENDER

Érica Marques da Silva **SANTOS**²²

Carla Souza **MANHANINI**²³

Ingred Nogueira **SILVEIRA**²⁴

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo a análise sobre o conhecimento e a aplicação do ensino híbrido antes e durante a pandemia brasileira para compreender os pontos positivos e negativos levantados por professores. O ensino híbrido traz consigo a ideia de que professores e alunos podem ensinar e aprender em momentos e lugares diferentes. Espera-se que esta pesquisa seja popular entre educadores e integrada à prática escolar.

Palavras-chave: Educação. Ensino Híbrido. Metodologias Ativas.

INTRODUÇÃO

Como de fato a sociedade em que vivemos está inserida na cultura tecnológica e, principalmente a nova geração de estudantes e, utilizar novas tecnologias é a maneira de aproximar essa geração aos conteúdos de forma que seja interessante para eles. O uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) exerce um papel cada vez mais fundamental no aprendizado, comunicação e vivência, o que torna essencial o professor utilizar tais tecnologias em suas aulas.

Tendo em vista um momento crítico para a educação, em que se pensa “como tudo irá funcionar depois das instituições terem migrado nesse período para as aulas on-line?”. Acreditasse que o meio tecnológico estará mais inserido no mundo educacional, e aí entra o ensino híbrido.

A maioria dos professores tiveram que se reinventar neste período, e claro isso não foi em vão, o acesso as tecnologias é um fator preponderante para a implantação do ensino híbrido, embora muitos alunos e professores tenham familiaridade com as novas tecnologias, é preciso que eles sejam estimulados e que sintam a necessidade de utiliza-las no ambiente escolar, para desenvolver capacidade de manipular, interagir e produzir conteúdo dentro de um ambiente virtual, para que tais atividades on-line tenham sucesso.

²² Dra. Engenharia e Ciências dos Materiais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF/RJ) e professora Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade de Ubá - erica.santos@uemg.br.

²³ Dra. Engenharia e Ciências dos Materiais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF/RJ) e professora Faculdade Santa Marcelina – carla.manhanini@santamarcelina.edu.br.

²⁴ Licenciada em Matemática pela Faculdade Santa Marcelina (FASM/MG)- ingred.silveira14@gmail.com.

Hoje vemos a necessidade de inovação na forma de ensinar e desenvolver um trabalho em sala de aula. O aluno tem que ser parte ativa do processo de aprendizagem, deve sentir-se desafiado constantemente. Os professores sempre tendo em vista a realidade dos seus.

Ao inserir o ensino híbrido e transformar a sala em um ambiente para o próprio, onde os dispositivos eletrônicos e tecnológicos sejam bem-vindos, em que os alunos não passem horas sentados e ouvindo os professores, e passem a se movimentar pela sala de forma dinâmica, trabalhando em conjunto, o professor dará o passo inicial para deixar a massificação do ensino de lado, partindo para um caminho sem volta rumo a personalização do ensino.

Os estudos sobre o uso de tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem não são recentes na educação. Desde o final do século passado diversos estudos têm sido realizados com a intenção de identificar estratégias e consequências da utilização da tecnologia em salas de aula.

Este artigo é fruto de uma pesquisa que teve como objetivos investigar o conhecimento e utilização da metodologia ativa escolhida antes e durante período pandêmico brasileiro, compreender os pontos positivos e negativos abordados por professores. E por fim, se a inclusão de novas tecnologias na sala de aula torna a aprendizagem mais significativa, com impacto direto no desempenho acadêmico, e agradável para os alunos.

METODOLOGIA

O presente trabalho baseou-se em uma pesquisa qualitativa investigativa, por meio de uma pesquisa de campo com a aplicação de questionário a professores da educação básica de ensino da região de Muriaé, no intuito de analisar a opinião dos envolvidos com relação ao ensino híbrido.

A coleta de dado ocorreu por meio digital com aplicação de questionário online. A divulgação foi feita através de mídias sociais como WhatsApp. O público-alvo foi professores do nível fundamental II e médio. O questionário implementado no Google Forms, sendo respondido de forma on-line.

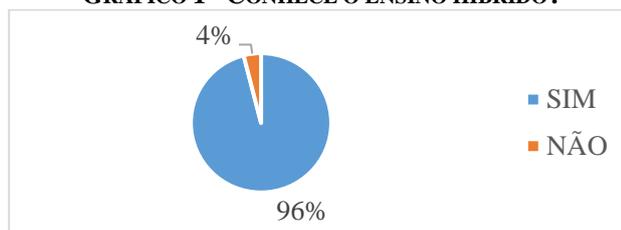
O período e coleta dos dados foi entre os meses de maio e junho de 2021, tendo no total 24 professores respondentes.

RESULTADOS

Os resultados foram obtidos a partir de um questionário estruturado, aplicado a 24 professores de educação básica de ensino na região de Muriaé-MG, sendo eles do Ensino fundamental 2 e Ensino Médio. Os resultados obtidos são apresentados de forma gráfica como segue:

A primeira pergunta buscou identificar se os docentes conhecem a modalidade de ensino híbrido. O gráfico 1 mostra que a maioria dos professores 96% conhecem esta modalidade de ensino. O que leva a entender que, os professores estão atualizados em relação às novas metodologias de aprendizagem.

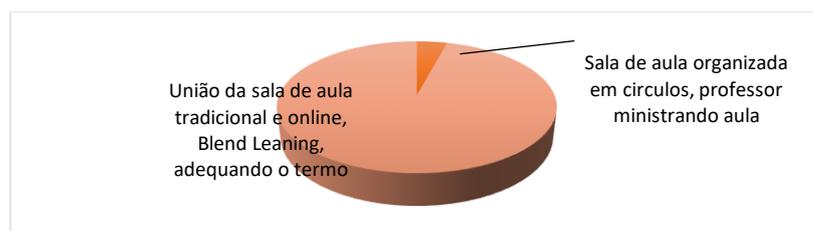
GRÁFICO 1 - CONHECE O ENSINO HÍBRIDO?



Fonte: Dados do pesquisador, obtidos no processo de coleta de dados

Analisando o gráfico 2 notasse que somente um professor não reconheceu dentre as opções qual a forma “correta” de ser o Ensino Híbrido, das opções quem aparecem no gráfico há mais três opções que nenhum dos pesquisados marcou, que são “Aulas presenciais com utilização do quadro.”, “Aulas ministradas por alunos presenciais ao invés do professor.”, “Aulas ministradas a campo, com professor e atividades práticas.”, como não foram marcados não entraram no gráfico.

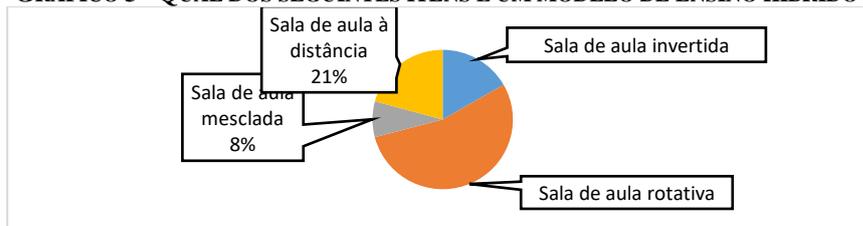
GRÁFICO 2 - O QUE É ENSINO HÍBRIDO?



Fonte: Dados do pesquisador, obtidos no processo de coleta de dados

A modalidade de ensino híbrido oferece diversos modelos de ensino que podem ser adotados em diferentes momentos da aprendizagem. O gráfico 3 mostra que dentre as opções apresentadas como modelo de ensino híbrido 71% dos professores foram assertivos em suas respostas, visto que 54% responderam que sala de aula rotativa, 17% com sala de aula invertida e 8% com sala de aula mesclada entendem que estes modelos são metodologias de ensino híbrido.

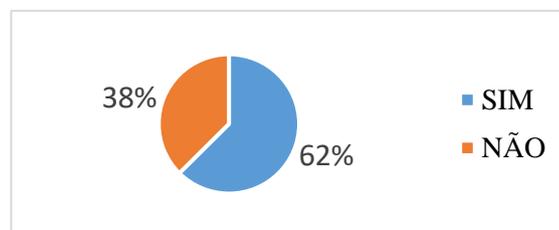
GRÁFICO 3 - QUAL DOS SEGUINTE ITENS É UM MODELO DE ENSINO HÍBRIDO?



Fonte: Dados do pesquisador, obtidos partir da coleta de dados

Quando questionados sobre a possibilidade de Ensino Híbrido ser uma realidade da educação básica como metodologia de aprendizagem, o gráfico 4 mostra que a maioria dos professores, 62%, acreditam que ele vai ser incorporado à rotina da educação. Com o cenário de ensino remoto que estamos vivenciando o ensino híbrido bem como o uso de tecnologias na sala de aula teve um crescimento e passou a fazer parte da rotina de alunos e professores, entretanto, ainda se percebe que uma parcela considerável, 38% dos professores acreditam que este modelo de aprendizagem não será incorporado ao processo de ensino. Isto nos leva formular hipóteses, uma onde o professor ainda resiste às mudanças que a educação vem passando e acredita que o ensino tradicional ainda é melhor e única forma de ensinar e aprender.

GRÁFICO 4 - ACREDITA QUE TAL METODOLOGIA SERÁ A NOVA REALIDADE DA EDUCAÇÃO DAQUI POR DIANTE?



Fonte: Dados do pesquisador

O gráfico 5 evidencia a visão da maioria dos professores ao acreditarem que a aprendizagem é um processo contínuo, ou seja não se restringe apenas ao ambiente escolar, com sala de aula, carteiras, quadro e professor. A aprendizagem pode acontecer também fora do ambiente escolar. Na escola o aprendizado pode ocorrer de forma organizada e sistematizada, no entanto nós somos seres curiosos e que aprendemos diariamente em contextos diferentes, de forma individual ou coletiva. Estender a aprendizagem para além da escola, permite ao aluno experimentar outros contextos da realidade que não são vistos nos materiais didáticos. Atividades externas estimulam o aluno a levantar hipóteses, interagir com os fatos, dar sua opinião e fazer descobertas.

- *“Uma aula pode acontecer também no campo, parque, praças, jardins, fábricas, museus, cinema e nos mais diversos espaços em que haja interação entre o objeto estudado e o sujeito da aprendizagem.”*
- *“Pode ocorrer em qualquer espaço, prova disso são as aulas em pandemia.”*
- *“Jogos, pesquisa, Brincadeiras.”*
- *“Desde que atenda as formas possíveis para um trabalho adequado, o que considero difícil pois não se enquadra a nossa realidade.”*
- *“A todo instante e em todos os lugares, mas acredito que sem o contato físico, encontro professor/aluno dia a dia, fica mais difícil.”*

• “Vai depender de fatores como; o nível de aprendizados dos alunos, a faixa etária e a complexidade do conteúdo.”

Os relatos apresentados acima, mostra que mesmo sabendo o que é ensino híbrido e acreditando que a aprendizagem pode acontecer fora da sala de aula, muitos professores ainda não entendem como de fato isso pode acontecer. Alguns obstáculos são colocados, porém, sabemos que o ensino remoto veio para mostrar que é possível mudar o ambiente, o que não pode mudar é a importância do professor no processo. Logo tem que sair da inercia e buscar novas formas de ensinar, acreditar que é preciso resiliência e se reinventar.

GRÁFICO 5 - DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES QUE VOCÊ ADQUIRIU AO LONGO DE SUA CAMINHADA EDUCACIONAL E COM O FOCO DA PESQUISA, A AULA SÓ PODE ACONTECER NO ESPAÇO ESCOLAR?



Legenda- Dados do pesquisador, obtidos partir da coleta de dados

O uso de metodologias ativas no ensino remoto devido ao cenário pandêmico foi destaque no ambiente escolar. O gráfico 6 mostra que em torno de 71% dos professores entrevistados utilizaram alguma metodologia ativa para ministrar suas aulas. Quando questionados sobre qual ou quais metodologia(s) ativa(s) utilizaram, as respostas forma:

- “Sala de aula invertida.”
- “Jogos, pesquisas, brincadeiras educativas, material concreto.”
- “Multimídias.”
- “Aplicação a realidade.”
- “Pesquisa de campo, sala de informática, vídeo aulas.”
- “Promoção de seminários e discussões.”
- “Aula de campo; pesquisa em laboratório;”
- “Jogos e brincadeiras, Brainstorm, Pesquisa de campo.”
- “Aulas gameficadas; Aplicativos educacionais;”
- “Ensino por investigação tendo como foco o aluno protagonista.”

Isso mostra que os professores de fato em sua maioria se empenharam em prover o ensino e tiveram resiliência e perfil inovador.

GRÁFICO 6 - ANTES DA PANDEMIA VOCÊ JÁ UTILIZAVA METODOLOGIAS ATIVAS?



Legenda- Dados do pesquisador

Uma pergunta de opinião buscou saber sobre os prós e contras do ensino híbrido. A seguir as respostas estão organizadas em Prós e Contras:

• **Prós:**

- i. “seriam número reduzido de alunos facilitando um diálogo e mais entendimento”,
- ii. “vantagem o uso da tecnologia, o que torna as aulas mais interessantes e diversificadas, além de levar o aluno a fazer uso da tecnologia”,
- iii. “é que vamos voltar a ter contato com os alunos, trocar experiência.”,
- iv. “coloca o aluno como protagonista e desenvolve novas aptidões e conhecimentos relacionados com as tecnologias.”,
- v. “é que os alunos teriam um suporte a mais, se sentiriam mais seguros em relação ao conteúdo.”,
- vi. “as escolas não têm estrutura, não tem Internet, funcionários são insuficientes”,
- vii. “Temos a possibilidade de acrescentar com mais facilidade as metodologias ativas, pôr em prática a sala de aula invertida.”.

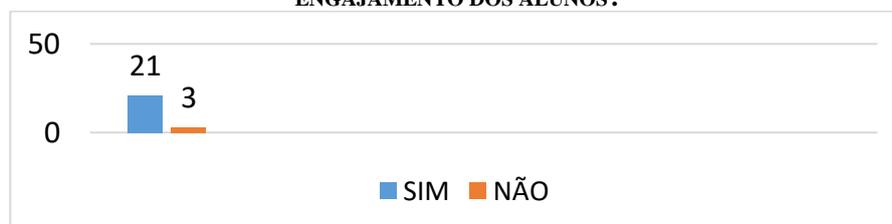
• **Contras:**

- i. “Seriam a impossibilidade de tal fato, visto que nossa escola não se enquadra aos padrões necessários para esse retorno e não vai se enquadrar, apenas mascarar uma realidade, casa sofre pressão.”,
- ii. “O problema maior é que muitos alunos, e até professores, não têm uma internet e um celular adequados, além do gasto com a energia.”,
- iii. “lidar com adolescente não é tão fácil assim, eles são confiantes, sempre acham que com eles não irão acontecer, logo obedecer às regras de contágio será um desafio.”,
- iv. “Dificuldades em dominar as ferramentas, falta de organização do tempo e imaturidade dos alunos para estudarem a distância.”,
- v. “Alguns alunos não possuem maturidade/disciplina para o ensino híbrido, isso prejudica seu desempenho escolar.”.

As opiniões mostram vários conflitos que os professores vivem diariamente como falta de engajamento das instituições. Outro fato interessante é que, todos quando se referem a metodologias ativas associam ao uso de celular, computador e internet, isso mostra que há uma confusão entre o que são "metodologias ativas" e "tecnologias na informação e comunicação-TIC", pois é possível utilizar metodologias ativas sem o uso de TIC'S. Isso leva a constatar a necessidade de formação e informação aos docentes sobre o tema.

O gráfico 7 mostra que os professores já possuem a consciência de que a mudança na forma de ensinar é um caminho sem volta, cerca de 88% dos professores entendem que o uso da tecnologia será parte do processo de aprendizagem, e que os alunos serão mais participativos e isso irá gerar um maior engajamento por parte deles nas aulas e na aprendizagem.

GRÁFICO 7 - COM O CONTEXTO ATUAL EM QUE VIVEMOS E NA INSERÇÃO DOS ESTUDANTES NA TECNOLOGIA, VOCÊ ACREDITA QUE A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA PODE AUMENTAR O ENGAJAMENTO DOS ALUNOS?



Legenda- Dados do pesquisador

O gráfico 8 mostra uma realidade preocupante, pois mesmo tendo consciência que é necessário mudar, e principalmente que a mudança é o fato consumado, 75% dos professores ainda têm preferência pelo ensino tradicional. É preciso que seja feito um movimento forte em relação a esta postura adotada pela maioria, pois a mudança é necessária e, os professores devem estar aptos e acreditarem na mudança para que ela aconteça de forma positiva. Não se pode pensar em ensinar como se fazia há mais de 50 anos, quando nossos alunos são de uma geração muito diferente, é o mesmo que querer viajar de trem por vários dias ao invés de ir de avião em algumas horas. É negar o processo natural da vida, que está em constante mudança.

GRÁFICO 8 - COM TUDO QUE ESTAMOS VIVENDO NA EDUCAÇÃO, VOCÊ COMO PROFESSOR, SUA PREFERÊNCIA DE ENSINO É:



Legenda- Dados do pesquisador

CONCLUSÃO

A realização deste trabalho teve a intenção de analisar e compreender melhor a visão dos professores da região de Muriaé-MG, também conhecer melhor a realidade vivida nas escolas pelos professores, consequentemente perceber que com a mudança que a educação tem vivido se os professores estão dispostos a encarar tal mudança.

Estamos em constante mudança em todas as áreas, mudança na qual podemos dizer que é desde a revolução industrial, a educação é a única que a mais de 50 anos é praticamente a mesma. Mesma ideologia, critérios, avaliações, que mesmo tendo um ou outro professor que faça uso constante de metodologias ativas ainda não é para o uso de explicação de conteúdos e sim para uma brincadeira aqui e ali, sem uma frequência dia a dia, é um constante que é usado a cada mês.

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que os professores conhecem as metodologias ativas, utilizaram tais métodos no ensino remoto e puderam vivenciar esta forma de ensino. Mesmo conhecendo, não só o ensino híbrido como conhecem tantos outros, a preferência dos pesquisados foi de ainda sim preferir o ensino tradicional, um ensino sem muito método e muito maçante para os alunos.

Sabemos que o caminho para atingir esse ideal é longo e exige investimento, disciplina e mudança, mas os benefícios que isso pode trazer para o futuro da educação são inegáveis.

REFERÊNCIAS

BACHIC, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (org). Ensino Híbrido: personalização e Tecnologia na Educação. Porto Alegre: Penso. 2015.

CASTRO, Eder Alonso, et al. Ensino híbrido: desafio da contemporaneidade? NuPI, v. 6, n. 2, 2015. Disponível em: < <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/563> . Acesso em: 27 jul.2020.

ENSINO híbrido: o que é e como pode ser usado na escola. Disponível em: <https://escolasdisruptivas.com.br/metodologias-inovadoras/ensino-hibrido-o-que-e-e-como-pode-ser-usado-na-escola/> . Acesso em: 03 ago. 2020.

ENSINO híbrido: personificação e tecnologia na educação. Lemann Foundation, São Paulo. Disponível em: https://fundacaolemann.org.br/noticias/ensino-hibrido?gclid=Cj0KCQjw6575BRCQARIsAMp-ksNNvmSpRwBV_w0tKmwuDIwRQUU3e0fA5E2rP2BED3tL_bwpSqK75iswaAIWdEALw_wcB . Acesso em: 03 ago. 2020.

RIBEIRO, PRM História da educação escolar no Brasil. Paidéia (Ribeirão Preto), n. 4, pág. 15-30, 1993. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/paideia/article/view/46439> >. Acesso em: 20 jul. 2021.

**EDIÇÃO GÊNICA E LINHAGEM GERMINATIVA – A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DAS
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DAS SAÚDES SOBRE O DILEMA BIOÉTICO**

Filipe Zaniratti **DAMICA** (PQ- filipezanirattiveloso@gmail.com)¹, Gabriely Zaniratti **DAMICA** (PQ-gaby.zaniratti@gmail.com)², Sabrina Paradizo Silva Guedes **GOMES** (PQ-sabrinaparadizo@gmail.com)³, Leismarque Adelino Junior **SILVA** (PQ-leismarque@yahoo.com.br)⁴, Douglas Ribeiro **LUCAS** (PQ-douglasdemart@outlook.com)¹

Doutorando em Biociências e Biotecnologia pela UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”. 2. Graduanda em Ciências Biológicas pela UENF - polo CEDERJ – Itaperuna. 3. Graduanda em Pedagogia pela Faculdade FAEL. 4. Graduado em Ciências Biológicas pela UEMG – Unidade Carangola.

Palavras-chave: Bioética, Edição Gênica, Biologia

APRESENTAÇÃO:

A palavra “bioética” (*bio+ethik*) surgiu pela primeira vez em 1927 por meio da publicação de um artigo em um periódico alemão chamado “Kosmos”, escrito por Fritz Jahr. De acordo com o autor, a palavra possui como conceito o reconhecimento das obrigações éticas relacionadas a todos os seres vivos [1]. Depois, em 1971, houve uma evolução para a visão da Bioética de forma global, fundindo-a com as áreas médicas, biomédicas e ecológicas, onde sugeriu que essa nova área do conhecimento serviria como ponte de interação entre a ciência e a filosofia, com o intuito de promoção da vida [2]. Desde então, apesar de alguns conceitos propostos por diversos profissionais das áreas da filosofia e sociologia, o conceito que nos parece mais propício mantém-se sendo o de Potter. Portanto, a biotecnologia tem sido um dos terrenos no qual a Bioética vem ocupando uma discussão de forma crescente e levantando questionamentos com relação a segurança e os limites éticos dos avanços de suas técnicas [3].

Sendo assim, podemos afirmar que a bioética surgiu na segunda metade do século XX, para problematizar e discutir aquilo que está oculto na pesquisa científica e/ou na ética médica quando elas envolvem qualquer tipo de vida. Atualmente, inúmeras são as mudanças decorrentes das técnicas biotecnológicas, como, por exemplo: a reprodução assistida, clonagem, melhoramento de plantas e outros. Contudo, tais avanços e vitórias vêm gerando debates por parte da sociedade, não apenas científica, mas no geral, tendo em vista que as práticas englobam ações éticas e, de maneira singular, sobre a possibilidade da prática eugênica [4].

Dentre as diferentes técnicas biotecnológicas utilizadas atualmente está a edição gênica, que consiste num conjunto de procedimentos onde trechos específicos do DNA são eliminados e substituídos por novas sequências de genes. Várias técnicas de edição genética vêm sendo desenvolvidas desde os anos 90, o que representa para muitos autores uma verdadeira “revolução” no ramo da biotecnologia [5].

A edição genética atualmente permite realizar edições tanto em células somáticas quanto em células germinativas, no último caso as alterações gênicas são repassadas aos descendentes. A edição genética em células somáticas é uma promissora ferramenta terapêutica, por outro lado, a edição de células germinativas apresenta muitos riscos, além de ser eticamente inaceitável [6].

Dentre os riscos que podemos destacar estão possíveis mutações aleatórias que podem ocorrer no genoma modificado e comprometer as gerações futuras, além claro, da extrapolação da utilização do procedimento para fins não terapêuticos que prejudicariam a visão da sociedade acerca da edição de células somáticas e prejudicaria potenciais tratamentos. Assim, a bioética surgiu em função do grande desenvolvimento da ciência e da medicina que avançavam cada vez mais para a modificação da vida humana à medida em que eram utilizadas cobaias vivas (humanas e não humanas para diversas aplicações científicas).

Desse modo, o presente trabalho teve como objetivo avaliar o posicionamento de estudantes de diferentes níveis de graduação com relação à Bioética e à Edição Genética de linhagem germinativa.

MATERIAIS E METODOS:

Para a realização desta pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em sites, revistas científicas e em artigos que versam acerca dos assuntos discutidos neste trabalho, como bioética, edição genética, etc. As informações coletadas nesta pesquisa foram utilizadas para estruturar o questionário que foi enviado aos entrevistados, a utilização excertos retirados de sites de notícias como uma das bases para estruturar o questionário se justifica pelo fato de apresentar uma linguagem mais leiga, de modo que os entrevistados em quaisquer dos níveis de instrução possam entender o assunto tratado no questionário.

O questionário foi aplicado por meio da ferramenta do *google forms* e possuía como perguntas iniciais dados sobre sexo, idade e nível de escolaridade. Além disso, o questionário confrontou os entrevistados com quatro frases de impacto acerca dos aspectos bioéticos da edição genética de linhagem germinativa, e apresentava as opções Concordo Totalmente, Concordo Parcialmente, Discordo Parcialmente, Discordo Totalmente. Com isso, espera-se obter uma visão dos entrevistados acerca do assunto. O link do questionário foi enviado via *Whatsapp* para estudantes e graduados da área de ciências biológicas e da saúde, por meio de grupos e de maneira individual no período de 20 de agosto a 17 de dezembro de 2021.

Neste período foi pedido aos que receberam o link da pesquisa que compartilhassem com demais conhecidos a fim de ampliar o alcance da pesquisa. É importante ressaltar que não foi colocada uma pergunta para que o entrevistado escrevesse seu nome, deste modo, a pesquisa preservou a privacidade dos envolvidos. Após a coleta de dados, obtivemos 122 respostas ao questionário, esses dados foram baixados no formato excel no google forms e utilizados para formulação dos gráficos que foram discutidos neste artigo.

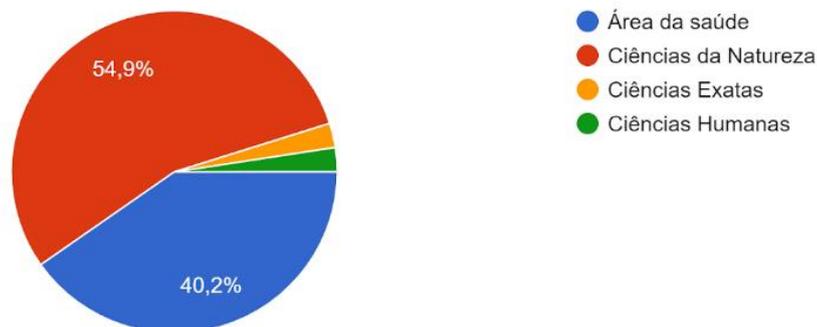
As perguntas desenvolvidas nos questionários visavam a contribuir para a análise das concepções, entendimentos, contribuições e aprendizados sobre a edição genética de linhagem germinativa na visão dos entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O presente trabalho coletou respostas de 122 estudantes das áreas de ciências biológicas e da saúde, em relação ao perfil dos entrevistados 71,6% declararam ser do sexo feminino e 25, 2% declararam ser do sexo masculino, outros 2% não responderam. Em relação a faixa etária, 19,5% declarou estar abaixo de 20 anos, 46,3% está na faixa etária dos 20 a 25 anos, 22% tem entre 25 a 30 anos, 11% declarou ter entre 30 e 35 anos, por fim, apenas 1,2% dos entrevistados declarou ter mais de 35 anos. Em relação à área de estudo, 54,9% são da área da saúde, 40,2% das Ciências da Natureza, 2,5% área de humanas e 2,4% área de exatas). Conforme demonstra o gráfico 1:

Gráfico 1 – área de estudo dos entrevistados

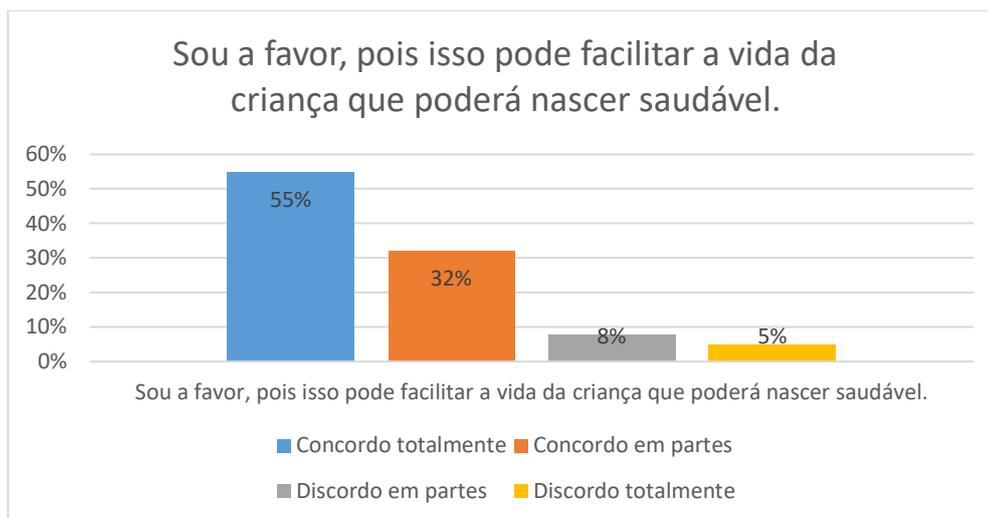
Área de estudo
82 respostas



Fonte: os autores

Visando entender um pouco mais sobre suas concepções, os entrevistados foram confrontados com um pequeno texto acerca do tema (bioética). O texto utilizado foi o seguinte: “Com base no texto a seguir, responda as 4 questões abaixo: Existe na ciência a esperança que é a edição genética da “linhagem germinativa”, ou seja, aquela que realiza a modificação no DNA de um embrião que pode virar uma pessoa, podendo “consertar” mutações genéticas que geram doenças debilitadoras, antes que as mesmas se manifestem no fenótipo do paciente ou sejam passadas para gerações futuras”. Após ler o texto os autores foram confrontados com a seguinte pergunta: “1. Você é a favor ou contra esse tipo de edição?” a pergunta trazia 4 alternativas e os entrevistados tinham que escolher apenas uma. Os resultados estão demonstrados no gráfico 2:

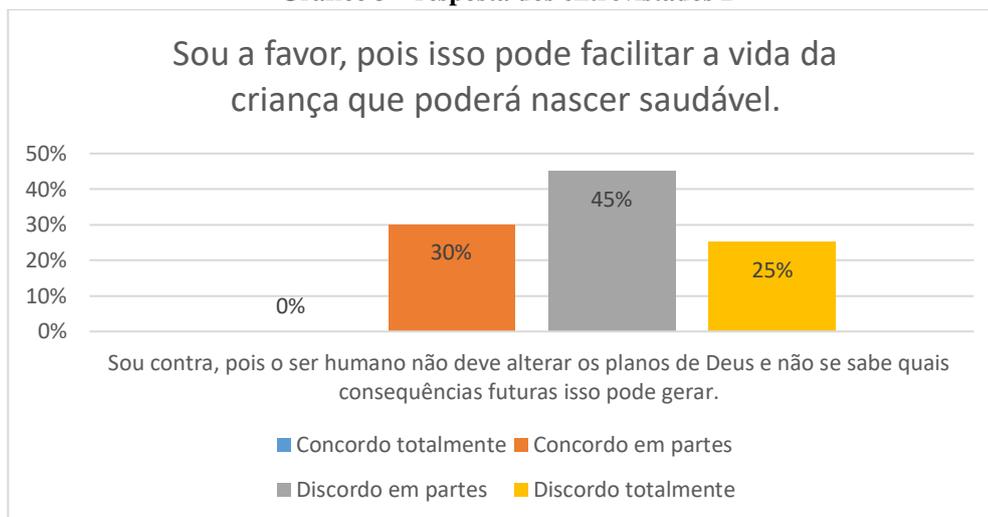
Gráfico 2 – resposta dos entrevistados 1



Fonte: os autores

A partir da análise dos dados expressos no gráfico 2 temos a resposta principal da pesquisa acerca da edição genética. Após a leitura do texto da questão, mais de 55% dos entrevistados concordaram totalmente com a afirmação “Sou a favor, pois isso pode facilitar a vida da criança que poderá nascer saudável” e poucos discordaram totalmente (cerca de 5%). Esse resultado indica que os entrevistados se mostraram bastante abertos em relação a edição gênica de linhagem germinativa. A próxima afirmação “sou contra, pois o ser humano não deve alterar os planos de Deus e não se sabe quais as consequências futuras”. As respostas estão demonstradas no gráfico 3:

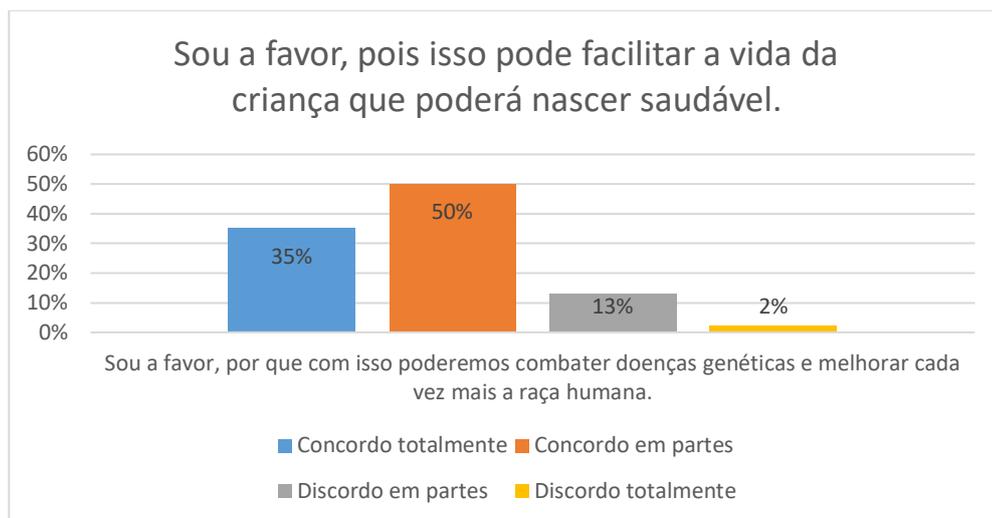
Gráfico 3 – resposta dos entrevistados 2



Fonte: os autores

Essa afirmação acabou por demonstrar respostas menos extremas, sendo o “discordo em partes” acima de 40% e discordo totalmente acima de 20%, é importante ressaltar que ninguém afirmou concordar totalmente com a afirmação, esse resultado pode indicar que os entrevistados têm atualmente uma visão mais desvinculada da religiosidade que desde os tempos remotos tende a condenar qualquer alteração nas criações de Deus. A possibilidade de modificar geneticamente linhagens germinativas tem sido alvo de discussões acaloradas desde o passado [7]. A afirmação seguinte “sou a favor, por que com isso poderemos combater doenças genéticas e melhorar cada vez mais a raça humana” está demonstrada no gráfico 4:

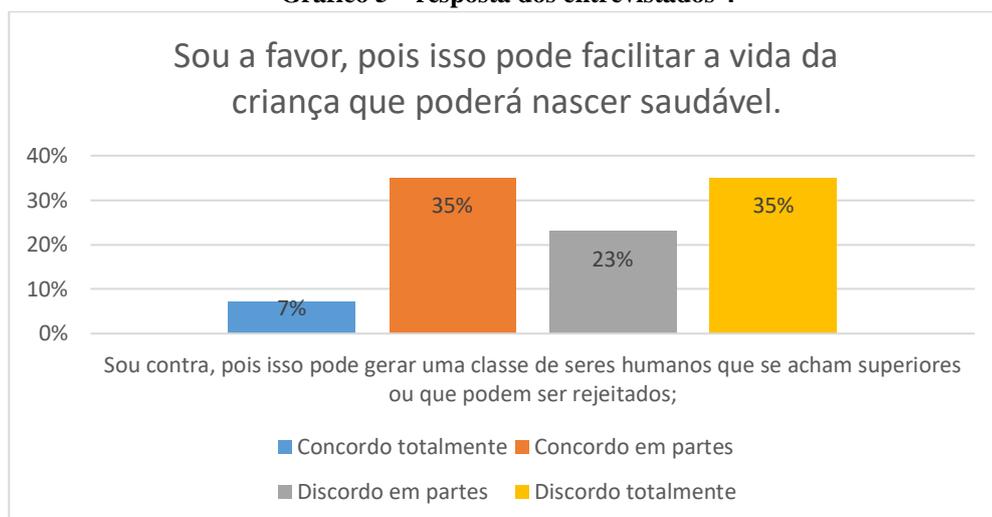
Gráfico 4 – resposta dos entrevistados 3



Fonte: os autores

Conforme observado, teve como maior opção o “concordo em partes” com 50%, seguido do “concordo totalmente” com 35%, demonstrando que os entrevistados em sua maioria são favoráveis às ciências que busquem melhorar a qualidade de vida humana, mesmo que isso vá de encontro a preceitos religiosos, conforme os resultados na segunda afirmação discutida no parágrafo anterior. Por fim, a afirmação “sou contra, pois isso pode gerar uma classe de seres humanos que se acham superiores ou que podem ser rejeitados” se mostrou a mais equilibrada nas respostas conforme demonstrado no gráfico 5:

Gráfico 5 – resposta dos entrevistados 4



Fonte: os autores

Conforme demonstrado aproximadamente 35% dos entrevistados responderam “concordo em partes” e outros 35% responderam “discordo totalmente”. Esse resultado demonstra que a maior parte dos entrevistados, têm ressalvas quanto a “melhorar a raça humana”, isso pode indicar que os entrevistados são críticos em relação aos dilemas bioéticos que podem surgir ao criar uma espécie “melhorada” de seres humanos. De acordo com a análise desses resultados seria possível traçar um padrão nessa apuração.

Percebe-se que as afirmações que se iniciavam com sou a favor, obtiveram uma maior porcentagem nas escolhas de “concordo totalmente” e “concordo em partes”, enquanto as afirmações que se mostravam, contra tinham mais respostas como “discordo totalmente” e “discordo em partes”. Uma hipótese para isso pode se dar ao fato de a grande maioria dos entrevistados serem da área das ciências biológicas e da saúde e conhecerem, mesmo que superficialmente, os mecanismos de edição genética, suas possibilidades e limitações.

Além disso, é compreensível que os entrevistados tenham apresentado ressalvas em relação a edição gênica de linhagem germinativa, esse resultado é demonstrado na quantidade de respostas com a opção “concordo em partes” e “discordo em partes” e se justifica no fato que, segundo Reis e Oliveira (2019) a edição genética em

células germinativas apresentam risco maior, pois a alteração dos gametas pode resultar alterações inesperadas, como malformações e doenças até então desconhecidas.

CONCLUSÃO:

A partir dos resultados colhidos podemos perceber que a discussão bioética nunca se fez tão relevante como nos últimos anos e principalmente no ano de 2020. Uma das necessidades da sociedade contemporânea é a formação de agentes cidadãos capazes de contribuir para o desenvolvimento e bem estar biopsicossocial de todos os seres vivos que a compõem, através da reflexão de suas atitudes e de como devem agir perante o outro. Em um trabalho de 2007 de William Saad Hossn, procurou-se demonstrar a importância da formação bioética dos diferentes profissionais, com base na evolução das inter-relações profissionais no dia-a-dia e nas necessidades éticas advindas do avanço científico e tecnológico.

Esse trabalho concluiu que há uma necessidade da formação bioética para o pleno exercício da cidadania e da realização profissional, já que esses são elementos indispensáveis para a preservação da dignidade do ser humano, a dignidade própria e a dignidade do outro.

BIBLIOGRAFIA

[1] JAHR, Fritz. Bio=Ethik. Eine Umschau über die ethischen Beziehung des Menschen zu Tier und Pflanze. Kosmos 1927;24:2-4.

[2] POTTER VR. Bioethics: Bridge to the future. Englewood Cliffs (NJ); Prentice-Hall Inc; 1971.

[3] ALHO, C.S. et al. (Org.). Ética no desenvolvimento científico e tecnológico: questões da genética atual. In: Ciência e ética: os grandes desafios. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. 168 p.

[4] SANTOS, et.al. Eugenia vinculada a aspectos bioéticos: uma revisão integrativa. Rio de Janeiro, Rev. Saúde Debate, v. 38, n. 103, p. 981-995, OUT-DEZ 2014. DOI: 10.5935/0103-1104.20140084.

[5] TOBITA T, Guzman-Lepe J, L'Hortet AC. From hacking the human genome to editing organs. Organogenesis [Internet]. 2015 [acesso 2 set 2018];11(4):173-82. Disponível: <https://bit.ly/2VfoQgD>.

[6] FURTADO, Rafael Nogueira. Edição genética: riscos e benefícios da modificação do DNA humano. Rev. Bioét., Brasília v. 27, n. 2, p. 223-233, June 2019. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422019000200223&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Dec. 2020. Epub July 01, 2019. <https://doi.org/10.1590/1983-80422019272304>.

[7] GONÇALVES, G. A. R.; PAIVA, R. A. M. Terapia gênica: avanços, desafios e perspectivas. Revista Einstein. 2017;15(3):369-75. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/eins/v15n3/pt_1679-4508-eins-15-03-0369.pdf. [8]

Área do Conhecimento (CNPq): 2.00.00.00-6 - Ciências Biológicas

**ENDIVIDAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO NO CENÁRIO
BRASILEIRO**

Loussanne Cavalcanti Barros Resende

RESUMO

Objetivo: Conhecer o cenário de publicação sobre o tema endividamento para pessoas físicas no Brasil, por meio da Bibliometria. **Método:** Realizou-se uma pesquisa na base de dados Spell, que tem sido uma importante ferramenta para docentes e discentes que não tem acesso as ferramentas pagas. Foram realizadas buscas com as palavras-chave “dívida” e “endividamento” e, após o filtro para pessoas físicas, selecionou-se 29 artigos, que foram organizados para análise no software Zotero. **Resultados:** Os resultados sugerem que o tema “endividamento” não tem sido muito explorado pelos pesquisadores, considerando o filtro para pessoas físicas, tomando como base a amostra utilizada nesse estudo e que as parcerias acadêmicas ocorrem, em grande parte, com pesquisadores da mesma instituição. **Conclusões:** Por fim, observou-se que uma amostra representativa dos participantes, das diversas pesquisas, possui dificuldades em administrar suas finanças, fato observado pela fatia significativa de endividados.

Palavras-chave: Endividamento; Dívida; Educação Financeira; Consumo.

1. Introdução

A emergência financeira e de saúde pública provocada pela pandemia de COVID-19 causou desemprego recorde e ansiedade econômica generalizada. Esses impactos foram aparentes nas finanças pessoais do consumidor: a dívida cresceu a taxas incomuns (STOLBA, 2021). No Brasil, a pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (Peic) apontou que o percentual de famílias endividadas alcançou 67,3% do total em março deste ano, uma alta de 0,6 ponto percentual em relação ao mês anterior e de 1,1 ponto em comparação a março de 2020 (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, 2021).

O endividamento das famílias tende a ser tratado principalmente como um indicador de vulnerabilidade macroeconômica (HIILAMO, 2020). No Brasil, diversos brasileiros, em algum momento de suas vidas financeiras, passam por dificuldades relacionadas ao cheque especial de seus bancos. Essa modalidade de crédito é um dos principais motivos de endividamento no Brasil (LARA, 2022). Na literatura brasileira essa preocupação, também, tem questionado o excesso do consumo (DOS SANTOS; DE SOUZA, 2014; GERHARD et al., 2015; MESSIAS, 2015; MINELLA et al., 2017; VIEIRA; KILIMNIK, 2016), pois o exagero pode levar muitos indivíduos a contraírem dívidas e comprometerem uma parcela significativa de suas rendas (TRINDADE; RIGHI; VIEIRA, 2012).

Outras variáveis são identificadas como o uso do cartão de crédito (DONADIO; CAMPANARIO; RANGEL, 2012; KUNKEL; VIEIRA; POTRICH, 2015; KUNKEL et al., 2016; VIEIRA; KUNKEL; PARABONI, 2015), os reflexos na qualidade de vida (SILVA et al., 2020; VIEIRA; KILIMNIK, 2016) e as relações com fatores comportamentais (CRUZ NETO et al., 2017; FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013; OLIVEIRA, 2020; REIS; MATSUMOTO; BARRETO, 2013).

Diante desse contexto, surge a questão: “*como as pesquisas brasileiras têm se desenvolvido em relação ao tema endividamento para pessoas físicas?*”. Para responder essa questão, esta pesquisa se propôs a entender o cenário de publicação sobre o tema endividamento para pessoas físicas no Brasil. Por meio da bibliometria, é possível descrever e compreender o tema em questão (KÖHLER; DIGIAMPIETRI, 2021). Já que o periódico científico é responsável pela produção, disseminação e troca de conhecimento acadêmico (KÖHLER; DIGIAMPIETRI, 2021). Como contribuição, espera-se compreender as características que envolvem o estudo do tema “endividamento”, as principais variáveis e temas relacionados. Esta pesquisa está estruturada em cinco seções. Além dessa introdução, apresenta-se os procedimentos metodológicos adotados, seguidos das análises e discussão dos resultados, finalizando com as considerações finais.

2. Métodos

Esta pesquisa está classificada como descritiva e quantitativa. A busca por artigos foi realizada na base de dados SPELL – *Scientific Periodicals Electronic Library*, um sistema de indexação, pesquisa e disponibilização gratuita de produção científica, particularmente das áreas de Administração Pública e de Empresas, Contabilidade e Turismo (SPELL - Scientific Periodicals Electronic Library, 2022). Por ser gratuita, a SPELL tem sido uma importante ferramenta para docentes e discentes que não tem acesso as ferramentas pagas, disponibilizando 123 periódicos cadastrados, conforme pesquisa realizada em 30 de abril de 2022, que, também, são avaliados pela Qualis – CAPES, conforme disposto na Tabela 1.

Tabela 1 – Relação de Periódicos por avaliação Qualis

Qualis	Quantidade de Periódicos
A1	---
A2	17
B1	22
B2	36
B3	32
B4	10
B5	4
C	---
Sem registro	2

Fonte: Elaboração dos autores

Foram realizadas buscas com as palavras-chaves “dívida” e “endividamento”, no período de 01 a 20 de fevereiro de 2022. Inicialmente, a palavra “endividamento” gerou 113 artigos, enquanto que “dívida” gerou 198 artigos. Retirando os 109 artigos duplicados tem-se, ao final, 202 artigos para leitura. Utilizando o MS Excel, esses artigos foram classificados se estavam ou não alinhados ao tema de endividamento para Pessoas Físicas. Assim, retirou-se 169 artigos relacionados as Pessoas Jurídicas, restando 29 artigos completos, que foram organizados para análise no software Zotero. Ao final, os artigos foram identificados em relação ao ano de publicação, número total de autores, autores mais citados e filiação do primeiro autor, que estarão dispostos em tabela com frequência absoluta.

3. Resultados e discussões

Nesse capítulo serão destacados os resultados da Bibliometria. Observa-se, pela Tab. 2, que houve uma ocorrência maior de publicações em 2014 (6 artigos), com número de 3 autores a opção mais recorrente (15).

Tabela 2 – Características das publicações

Ano de publicação		Número de autores		Tipo de estudo	
2005	1	1 autor	3	Abordagem quantitativa	
2012	2	2 autores	5	Survey	
2013	2	3 autores	15	Abordagem qualitativa	
2014	6	4 autores	3	Abordagem quali-quantitativa	
2015	4	5 autores	3		
2016	4				
2017	4				
2018	2				
2020	4				

Fonte: Elaboração dos autores

Tabela 3 – Autores mais citados

Autores mais citados	Filiação	Artigos que participa	Graduação	Mestrado	Doutorado
Kelmara Mendes Vieira	UFSM	7	Administração	Administração	Administração
Felipe Gerhard Paula Sousa	UECE	3	Administração	Administração	Administração
Verónica Lidia Peñaloza Fuentes	UECE	3	Economia	Economia	Economia
Jéssica Pulino Campara	UFSM	3	Administração	Administração	Administração
Franciele Inês Reis Kunkel	UFSM	3	Administração	Administração	---
Ani Caroline Grigion Potrich	UFSM	2	Ciências Contábeis	Administração	Administração
Bruno Pérez Ferreira	UFMG	2	Matemática	Economia da Saúde e Fábmaco-Economia	Administração
Helder Araújo de Carvalho	UECE	2	Administração	Administração	---

Fonte: Elaboração dos autores

Destaca-se, na Tab. 3, a Profa. Kelmara Mendes Vieira como a pesquisadora com maior participação na amostra dessa pesquisa. Essa pesquisa é a única bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, como nível 1D, dentre os autores mais citados. No texto elaborado disponível no currículo lattes, a pesquisadora informa se interessa por alfabetização financeira, atitude ao endividamento, bem-estar financeiro, uso e dívida no cartão de crédito, gerenciamento financeiro e inadimplência. Esse contexto acadêmico é importante por sugerir um caminho promissor para discussões sobre o tema “endividamento”. Por fim, observa-se que os pesquisadores Franciele Inês Reis Kunkel e Helder Araújo de Carvalho não apresentam título de doutor.

Tabela 4 – Relação dos Periódicos com suas características

ISSN	Periódico	Periodicidade	Estado	Índice H
2178-8030	Revista Gestão & Planejamento	Fluxo contínuo	BA	08
2238-5320	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	Quadrimestral	BA	08
1980-5756	Gestão e Sociedade	Quadrimestral	MG	06
1984-6975	Revista de Administração FACES Journal	Trimestral	MG	08
1984-6606	Revista Economia & Gestão	Trimestral	MG	08
1517-672X	Revista Pretexto	Trimestral	MG	05
2179-8834	Reuna (2)	Trimestral	MG	05
1806-5988	Revista Mineira de Contabilidade	Quadrimestral	MG	03

1982-2596	Revista Pensamento Contemporâneo em Administração (2)	Trimestral	RJ	07
1982-7342	Sociedade, Contabilidade e Gestão	Quadrimestral	RJ	09
1676-6760	REA - Revista de Economia e Administração	---	SP	06
2531-0488	RAUSP Management Journal	Trimestral	SP	25
2177-5184	Revista Brasileira de Marketing (2)	Trimestral	SP	11
2178-0080	Revista Administração em Diálogo	Quadrimestral	SP	05
2177-7284	Revista Eletrônica Gestão e Serviços (2)	Semestral	SP	03
2316-2341	Revista ENIAC Pesquisa	Semestral	SP	02
2317-949X	Desafio Online	Quadrimestral	MS	03
1677-7387	Revista Eletrônica de Ciência Administrativa	Quadrimestral	PR	08
1413-2311	REAd. Revista Eletrônica de Administração	Quadrimestral	RS	13
1983-4659	Revista de Administração da UFSM	Trimestral	RS	12
1678-4855	Desenvolvimento em Questão	Fluxo contínuo	RS	07
2446-6875	Gestão e Desenvolvimento	Quadrimestral	RS	03
2175-8077	Revista de Ciências da Administração	Quadrimestral	SC	---
1983-716X	Revista Alcance	Quadrimestral	SC	09
2179-4936	RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia	Quadrimestral	SC	07

Fonte: Elaboração dos autores

A Tab. 4 apresenta os 25 periódicos, com seus respectivos nomes identificados conforme disponibilizado na base de dados Spell. Observa-se que apenas 4 periódicos foram opção de escolha por 2 vezes (registrado por (2)) e por pesquisadores diferentes. Destaca-se o número relevante de publicações em periódicos da região Sudeste, 14, comparados com 8 da região Sul.

Na relação acima apenas a “REA – Revista de Economia e Administração”, mantida pelo Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa, aparece como descontinuada no site do Spell. Esse periódico ficou ativo de 2002 a 2014, com 50 edições e mais de 250 artigos de diversos autores, contando com versões impressas e, também, online (INSPER, 2022). Ter sua indexação descontinuada pode acarretar prejuízos para a visibilidade das publicações, que passam a não contar mais com a influência e divulgação promovidas pelo indexador (PEREIRA; RODRIGUES; SANTOS, 2020).

O Spell disponibiliza a informação de uma métrica denominada como Índice H, que representa a máxima quantidade N de artigos que foram citadas H vezes, em que $H = N$, sendo calculado para periódicos e para autores. Destaca-se, pela Tab. 5, o “RAUSP Management Journal” com Índice H igual a 25, sugerindo que esse periódico possui 25 artigos citados pelo menos 25 vezes na base analisada, considerando o ano da publicação (inclusive) e os anos subsequentes. Altos números no Índice H sugerem que determinado elemento tem várias artigos publicados que receberam muitas citações (KÖHLER; DIGIAMPIETRI, 2021).

O uso das palavras-chave potencializa o acesso ao conteúdo dos documentos, traduzindo o pensamento dos autores, permitindo a eficiência na recuperação da informação (MIGUÉIS et al., 2013). Observa-se na Fig. 1 o destaque das principais palavras utilizadas pelos 29 artigos.

- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **No auge da pandemia, endividamento encerra trimestre em alta** | CNC. Disponível em: <<http://stage.cnc.org.br/editorias/economia/noticias/no-auge-da-pandemia-endividamento-encerra-trimestre-em-alta>>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- CRUZ NETO, L. A. DA S. et al. Atitude ao Endividamento e Comportamento de Gestão Financeira do Consumidor. **REUNA**, v. 22, n. 1, p. 63–82, 31 mar. 2017.
- DONADIO, R.; CAMPANARIO, M. DE A.; RANGEL, A. DE S. O papel do da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 11, n. 1, p. 19, 2012.
- DOS SANTOS, T.; DE SOUZA, M. J. B. Fatores que influenciam o endividamento de consumidores jovens. **Revista Alcance**, v. 21, n. 1, p. 152, 19 ago. 2014.
- FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. p. 24, 2013.
- GERHARD, F. et al. Consumo na baixa renda: influência dos valores de compra hedônico e utilitário no endividamento. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 14, n. 2, p. 797, 12 ago. 2015.
- HIILAMO, A. Debt matters? Mental wellbeing of older adults with household debt in England. **SSM - Population Health**, v. 12, p. 100658, dez. 2020.
- KÖHLER, A. F.; DIGIAMPIETRI, L. A. Classificação de autores, instituições e países, por meio de métricas de produção, centralidade e impacto: o campo de turismo no Brasil (periódicos), 1990-2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, n. 3, p. 2035, 2 jun. 2021.
- KUNKEL, F. I. R.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. **RAUSP Management Journal**, 2015.
- KUNKEL, F. R. et al. Como os Gaúchos Utilizam o Cartão de Crédito?: Análise do Comportamento de Uso e da Dívida no Cartão de Crédito. **Desenvolvimento em Questão**, 2016.
- ARA, C. **Cheque especial pode ser a ruína financeira de diversos brasileiros**. Disponível em: <<https://www.segs.com.br/mais/economia/346243-cheque-especial-pode-ser-a-ruina-financeira-de-diversos-brasileiros>>. Acesso em: 28 maio. 2022.
- ESSIAS, J. F. Marketing, crédito & consumismo: impactos sobre o endividamento precoce dos jovens brasileiros. **MARKETING, CREDIT & CONSUMERISM: IMPACTS ON EARLY DEBT OF YOUNG BRAZILIAN**. v. 4, n. 1, p. 17, 2015.
- MIGUÉIS, A. et al. A importância das palavras-chave dos artigos científicos da área das Ciências Farmacêuticas, depositados no Estudo Geral: estudo comparativo com os termos atribuídos na MEDLINE. **INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 4, n. Edição especial, p. 112–125, 2013.
- MINELLA, J. M. et al. A Influência do Materialismo, Educação Financeira e Valor Atribuído ao Dinheiro na Propensão ao Endividamento de Jovens. **Gestão & Planejamento**, v. 18, p. 182–201, 11 abr. 2017.
- OLIVEIRA, S. F. DE. Influência dos fatores comportamentais na propensão ao endividamento dos estudantes universitários. **Revista de Administração da UFMS**, v. 13, n. 4, p. 829–849, 24 out. 2020.
- PEREIRA, J. P. S.; RODRIGUES, R. S.; SANTOS, S. M. DOS. Periódicos científicos com indexação descontinuada: a Coleção SciELO Brasil. **Transinformação**, v. 32, p. e200011, 2020.
- REIS, C. V. S.; MATSUMOTO, A. S.; BARRETO, R. A. A propensão ao endividamento pessoal no Distrito Federal. **Revista de Economia e Administração**, v. 12, n. 4, 21 maio 2013.
- SILVA, A. C. et al. Qualidade de vida e endividamento. **Desafio Online**, v. 8, p. 353–377, 2020.
- STOLBA, S. L. **Average U.S. Consumer Debt Reaches New Record in 2020**. Disponível em: <<https://www.experian.com/blogs/ask-experian/research/consumer-debt-study/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- TRINDADE, L. DE L.; RIGHI, M. B.; VIEIRA, K. M. De onde vem o endividamento feminino?: construção e validação de um modelo PLS-PM. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 18, n. 3, p. 718–746, dez. 2012.
- VIEIRA, E. G. F.; KILIMNIK, Z. M. Qualidade de vida e endividamento: estilos de vida associados ao descontrole financeiro e consequências na vida pessoal e profissional. **Reuna**, v. 21, n. 2, p. 23-62, 2016.
- VIEIRA, K. M.; KUNKEL, F. R.; PARABONI, A. L. Propensão à Dívida no Cartão de Crédito: quais São os Aspectos Determinantes?. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, 2015.

**LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO SOBRE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL
EM OCORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19**

Nilton **FREITAS JUNIOR** (PQ)¹, Haylander Augusto Moreira **PEDROSA** (IC - haylandermoreira@hotmail.com)², Ana Luiza Fonseca **XAVIER** (IC - Ana Luiza Fonseca analuizafonseca940@gmail.com)²

1 – Professor – Centro Universitário Faminas – 36880-000 – Muriaé-MG

2 – Curso de Administração - UEMG Carangola – 36800-000 – Carangola-MG

Palavras-chave: Bibliometria; Covid-19; Planejamento Estratégico Situacional.

INTRODUÇÃO:

A Gestão Pública é uma importante atividade administrativa que incorpora em suas práticas conhecimentos em administração, tecnologias, estratégias e técnicas diversas, com a finalidade de promover o bom funcionamento das instituições governamentais, em suas distintas esferas dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Por isso, diante de complexidades e de altas demandas de serviços existentes no setor público, em suas diferentes áreas, torna-se indispensável a elaboração e execução de planejamentos estratégicos que possam conduzir os trabalhos com eficiência, visto que os cenários sociais apresentam inúmeros desafios e demandam total atenção da gestão pública, que deve buscar estratégias adequadas às características das situações diagnosticadas [7].

No ano de 2020, a pandemia da Covid-19 trouxe desafios inesperados para a Gestão Pública, impactando inúmeros setores sociais, em especial aqueles relacionados à gestão da saúde pública, exigindo a construção de planejamentos de contingência e a adoção de respostas rápidas para o enfrentamento da emergência sanitária [2]. Dentre várias metodologias aplicadas da gestão estratégica no serviço público, tem-se o Planejamento Estratégico Situacional (PES), utilizado em áreas como saúde, educação e planejamento urbano. Apesar de inicialmente sua metodologia ter sido desenvolvida para utilização em nível central e global, seu formato flexível possibilita as aplicações nos níveis regionais/locais, sem deixar de situar os problemas num contexto global mais amplo, o que permite manter a qualidade da explicação situacional e a riqueza da análise e possibilidades de intervenção na realidade [4].

É objetivo geral desse trabalho realizar um levantamento do número de publicações relacionadas ao PES, dos anos de 2016 a 2021, englobando o período anterior e coincidente à pandemia da Covid-19, para verificar se existem oscilações visíveis na incidência de estudos acadêmicos sobre esta metodologia.

MATERIAIS E MÉTODOS:

No que se refere à sua metodologia, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, de caráter exploratório-descritiva, adotando como procedimento técnico a pesquisa documental e contagem bibliométrica. A Bibliometria é uma técnica quantitativa e estatística que tem como finalidade encontrar os índices de produção e divulgação do conhecimento científico. Seu uso é uma prática muito utilizada nas pesquisas em ciências sociais aplicadas, e contribui para o entendimento de novas temáticas, podendo auxiliar na identificação de tendências para pesquisas futuras [1].

As bases de dados consultadas serão: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico (GA). Os descritores utilizados foram: Bibliometria, Planejamento Estratégico Situacional, Covid-19. Foram aplicados os filtros: Estudos de 2016 a 2021, considerando como marco temporal publicações que remetam aos estudos de origem do PES, desenvolvido pelo economista chileno Carlos Matus [5] [6], na década de 70, sendo estes, textos elementares sobre o tema.

O PES defende que dirigentes que planejam são parte da realidade planejada, coexistindo com os demais atores do cenário social, que também planejam nessa mesma realidade, o que requer diálogo e interação. No PES, não há um único diagnóstico sobre as situações encontradas na realidade diagnosticada, existem realidades diversificadas entre os atores sociais [3]. O PES é estruturado em quatro etapas.

A primeira delas se refere a realizar de maneira aprofundada a explicação da realidade. Para tal ação é necessário que se realize um diagnóstico incisivo e coerente, realizando de maneira eficiente a explicação de determinada circunstância. Para se realizar isto, é, preciso considerar o sistema social como um problema abrangente e bem estruturado, norteado por leis que, uma vez estabelecidas, acabam por ser a única verdade possível, o que merece atenção redobrada no momento de análise, visto que nesta perspectiva só existe aquele ator que enxerga e explica como aquelas leis funcionam e deduz-se que, se existe uma única verdade, ignorando, pois, a existência dos demais atores sociais [6]. Foram utilizadas como fontes de busca para o estudo bibliométrico as plataformas BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/>>. O Google Acadêmico, disponível em: <<https://scholar.google.com.br/?hl=pt>>, e Scielo (Scientific Electronic Library Online), disponível em: <<https://www.scielo.org/>>. Os acessos aconteceram no dia 10 de agosto de 2021. As três plataformas

selecionadas para o levantamento bibliométrico, possuem importantes contribuições para a literatura acadêmica, sendo, pois, uma fonte consolidada para a análise dos dados aos quais este trabalho se propõe.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O estudo reuniu publicações relacionadas ao PES entre os anos de 2016 a 2021, período selecionado para englobar publicações anteriores e coincidentes com o período da pandemia de Covid-19. Utilizou-se os seguintes descritores: descritor 1: Planejamento Estratégico Situacional; descritor 2: Planejamento Estratégico Situacional + Covid-19. Foram encontradas nas três plataformas acadêmicas um total de 16.731 artigos endereçados. A BVS apresentou 32 estudos, o equivalente a (0,19%) dos achados.

O GA encontrou 16.661, o que representa (99,58%), e Scielo, apenas 38 estudos, ou seja, (0,23%). Portanto, o GA teve quase que a totalidade das publicações. A relevante diferença evidenciada nos resultados, a favor do GA, deve-se à sua própria natureza de serviço de índices, de aspecto genérico, diferente das outras duas plataformas que são serviços de indexação específicos e de escopo limitado. Esta característica vista nas plataformas BVS e Scielo revela também que a ausência de publicações indexadas pelos descritores utilizados significa a baixa submissão de publicações sob os descritores em um ambiente que sabidamente está relacionado a pesquisas que envolvem a área de saúde, tornando esta descoberta deveras relevante.

Na plataforma BVS, foram publicados com o descritor 1 “Planejamento Estratégico Situacional”, em 2016, o n=3 artigos científicos, o equivalente a (9,38%), em 2017, n=4 (12,50%), 2018 n=10 (31,25%), 2019 n=6 (18,75%), 2020 n=7 (21,88%), 2021 n=2 (6,25%). No Google Acadêmico, em 2016 n=4.090 (25,72%), 2017 n=3.300 (20,75%), em 2018 n=3.010 (18,93%), em 2019 n=2.370 (14,91%), em 2020 n=2.220 (13,96%), e em 2021 n=910 (5,72%). No Scielo, não houveram publicações nos anos de 2016 e 2017. Em 2018 foi encontrada n=1 publicação (2,63%), 2019 n= 32 (84,21%) publicações, em 2020 n=4 (10,53%), e, 2021, n=1 (2,63%) publicação. Tanto para a plataforma BVS quanto para o GA observa-se uma redução no número de publicações, principalmente a partir do ano de 2018. Apenas a plataforma Scielo apresenta um crescimento efêmero, dado o pequeno número de publicações encontradas, porém terminando com uma queda vertiginosa no último ano do período.

Estes resultados já demonstram um cenário de descoberta sobre o tema central da pesquisa proposta no trabalho, indicando o baixo índice de publicações principalmente no período que compreende os anos de 2020 e 2021, quando se tem a incidência da pandemia de Covid-19. A partir do ano de 2020, não foram encontrados resultados relacionando os descritores “Planejamento Estratégico Situacional” + “Covid-19” nas plataformas BVS, e Scielo. Já no GA, no ano de 2020, foram publicados 405 trabalhos científicos (49,27%), em 2021, 417 (50,73%). Diferente de quaisquer percepções empíricas, associadas à compreensão lógica abstraída dos conceitos do PES para com aplicações específicas em gestão da saúde, os dados demonstram um caminho inverso para esta compreensão, onde a incidência de publicações indexadas especificamente com os descritores utilizados, que associam o PES à pandemia da Covid-19, se mostra ínfima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este trabalho realizou uma pesquisa bibliométrica de publicações sobre o PES, no período de 2016 a 2021, no intuito de elucidar se, houve aumento das publicações no período pandêmico de Covid-19, dada a relevância deste tipo de planejamento na área administrativa de gestão em saúde. Diante dos estudos encontrados, percebeu-se que, as publicações no período analisado, tiveram incidência maior nas plataformas GA (16.661) e Scielo (38), e uma quantidade menos expressiva no BVS (32).

Constatou-se que não houve maior produção literária científica sobre o tema a partir do ano de 2020, momento em que, a pandemia teve início, pelo contrário, não foram encontradas publicações na BVS, e no Scielo, apenas o GA apresentou no referido período (822) publicações sobre o tema.

A partir dos resultados percebeu-se que muito embora o PES seja considerado um instrumento importante e hábil para o enfrentamento de problemas circunstanciais em diferentes áreas de gestão pública administrativa, sendo ressaltada sua contribuição e eficiência em áreas de gestão de saúde, não há evidências de que o método esteja sendo implementado no atual momento de crise sanitária, através dos resultados obtidos com o levantamento bibliométrico de publicações científicas.

Diante das constatações da investigação realizada, é importante ressaltar que, a aplicação da análise bibliométrica pode sofrer influências de eventuais inconsistências existentes nas bibliotecas digitais utilizadas e volatilidades inerentes aos períodos de consultas. Contudo, como verificado, o PES não apresentou incidência de maior publicação no período de Covid-19. Ressalta-se que tal cenário revelado não implica em uma compreensão de que o PES seja inadequado quanto a aplicações práticas diversas, como metodologia de gestão consolidada que é.

Também é válida a percepção de que há espaço para se explorar os estudos sobre PES em maior profundidade, seja em ambientes acadêmicos ou profissionais. Por isso, como proposta para trabalhos futuros, sugere-se a realização de novas aplicações da pesquisa aqui apresentada, tendo como base a metodologia utilizada, em novos períodos para publicações vindouras.

REFERÊNCIAS:

[1] ARAÚJO, Carlos AA. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais**. Em questão, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

[2] CALEMAN, Gilson *et al.* O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL EM TEMPOS DE CRISE. **Planejamento e Gestão** Volume 2, p. 40, 2021.

[3] KLEBA, Maria Elisabeth; KRAUSER, Ivete Maroso; VENDRUSCOLO, Carine. **O planejamento estratégico situacional no ensino da gestão em saúde da família.** Texto & Contexto-Enfermagem, v. 20, p. 184-193, 2011.

[4] LIRA, Aniely Ferreira de et al. Elaboração e aplicação do planejamento estratégico situacional na 4ª Gerência Regional de Saúde da Paraíba. 2016. **Universidade Federal de Campina Grande.** Disponível em:<<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/7981>>. Acesso em julho de 2021.

[5] MATUS, Carlos. **Adeus, senhor Presidente. Governantes governados.** São Paulo: Edições Fundap, 1993.

[6] MATUS, Carlos. **Estratégias políticas (Political strategy):** Chimpanze, Maquiavel e Ghandi (Chimpanzee, Machiavelli, and Gandhi). **Edicos Fundap**, 1996.

[7] MORATO, Jessica Arielle Queiroz; SILVA, Bruno Cezar. **Planejamento Estratégico Situacional: um instrumento para formação e gestão de políticas públicas.** Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios. RGPD. Volume X, Número 2, Out 2016 Disponível em:<<file:///C:/Users/Administrador/Downloads/22310-41316-1-PB.pdf>>. Acesso em junho de 2021.

6.02.00.00-6 – Administração

RECONHECER E CRIMINALIZAR: UMA ANÁLISE ACERCA DA POSSIBILIDADE DE
TIPIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

*RECOGNIZE AND CRIMINALIZE: AN ANALYSIS ABOUT THE POSSIBILITY OF TYPIIFICATION OF
OBSTETRIC VIOLENCE*

Mariana De-Lazzari Gomes

Renata Esteves Furbino

Resumo

Esta pesquisa se propôs a verificar a possibilidade de criminalização da violência obstétrica no Código Penal Brasileiro, bem como a de responsabilização civil dos agentes, mediante o pagamento de indenização por danos causados, tão logo verificados os aspectos que evidenciam a violência causada pelo erro médico. Para cumprir o objetivo deste estudo, o percurso metodológico adotado foi a técnica da Análise de Conteúdo, cujo o recorte constou de depoimentos retirados de *blogs* que possuem uma espécie de plataforma onde as mulheres têm espaço para compartilharem as violências obstétricas as quais foram submetidas. As análises dos conteúdos dos depoimentos, relacionadas à jurisprudência, mostram a viabilidade de não só reconhecer a violência obstétrica como crime como também tipificá-la e responsabilizar civilmente os agentes responsáveis por ela, conforme preveem o Código Penal e o Código Civil.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Tipificação Penal. Responsabilidade Civil.

Abstract

This research aimed to verify the possibility of typifying obstetric violence in the Brazilian Penal Code, as well as the civil liability of agents, through the payment of compensation for damage caused, as soon as the aspects that show violence caused by medical error are verified. In order to fulfill the objective of this study, the methodological approach adopted was the Content Analysis technique, whose outline consisted of testimonies taken from blogs that have a kind of platform where women have space to share the obstetric violence they were subjected. The analysis of the contents of the testimonies, related to jurisprudence, show the feasibility of not only recognizing obstetric violence as a crime, but also typifying it and holding the agents responsible for it civilly accountable, as provided for in the Penal Code and the Civil Code.

Keywords: Obstetric violence. Criminal Classification. Civil responsibility.

1 Introdução

Inicialmente, até o fim do século XIX, o parto era realizado de maneira privada e domiciliar, de modo que a mulher contava com a ajuda de outras mulheres de sua confiança - familiares e pessoas mais experientes - e das chamadas parteiras, que as auxiliavam durante o trabalho de parto, bem como com os cuidados ao recém-nascido (BRENES, 1991).

No entanto, segundo Leister e Riesco (2013), o século XX e suas revoluções tecnológicas abriram espaço para que o parto domiciliar fosse substituído pelo parto hospitalar e, a partir daí, “foram sendo adotados o costume de frequentar os consultórios de obstetras e pediatras, o uso de medicamentos e o consumo de produtos da indústria de higiene e alimentação infantil” (LEISTER; RIESCO, 2013, p. 167).

Embora o advento do parto hospitalar tenha sido considerado uma evolução no que concerne à melhoria da qualidade da assistência à parturiente, a medicalização do parto, expressão cunhada por Zanardo *et al.* (2017), tem “utilizando em larga escala procedimentos considerados inadequados e desnecessários, que muitas vezes podem colocar em risco a saúde e a vida da mãe e do bebê, sem avaliação adequada da sua segurança e sem base em evidências” (ZANARDO *et al.*, 2017, p. 3).

Cabe ressaltar que por procedimentos inadequados e desnecessários entende-se tudo aquilo que desnaturaliza o parto, conforme preconiza a Organização Mundial de Saúde (OMS) desde 1986. Zanardo *et al.* (2017), ao referenciar os estudos de Andrade e Lima (2014) e de Diniz e Chacham (2006), chamam a atenção para o fato de que,

segundo as avaliações científicas e conforme já declarado pela OMS (World Health Organization), o parto é entendido como um evento natural e o nascimento por via vaginal é considerado o melhor modelo quando levado em conta os desfechos de saúde materna e do bebê, sendo a intervenção mínima considerada o paradigma a ser seguido na assistência [...]. Situações que possam levar a complicações de saúde para mãe ou a criança são exceções a essa regra, e nesse momento deve ser avaliada a indicação de intervenções compatíveis com a segurança e os melhores desfechos de saúde (ZANARDO *et al.*, 2017, p. 3-4).

Nessa perspectiva, a desnaturalização do parto é considerada uma violência ou, mais especificamente, deve ser tratada como violência obstétrica.

Conceito normativo relativamente novo, a expressão violência obstétrica surgiu pela primeira vez na América Latina, na Venezuela, com a promulgação da *Lei Orgânica sobre o Direito das Mulheres a uma Vida Livre de Violência*, em 16 de março de 2007 (ZANARDO *et al.*, 2017).

Posteriormente, o termo *obstetric violence*²⁵ foi cunhado no meio acadêmico pelo presidente da Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia da Venezuela, Dr. Rogelio Pérez, em um editorial *online* publicado em 06 de outubro de 2010 no *International Journal of Gynecology and Obstetrics*²⁶ (SERRA, 2018, p. 35-36).

Assim, os movimentos feministas passaram a utilizar o termo na luta contra os abusos ocorridos na assistência ao parto das gestantes (SILVA; SERRA, 2017).

No Brasil, o cenário não é diferente. Um estudo recente, de fevereiro de 2021, realizado pela pesquisadora Tatiana Henriques, do Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro (IMS), aponta que “a prevalência de violência obstétrica (VO) tem variado entre 18,3% a 44,3%, segundo estudos de base populacional realizados no Brasil” (HENRIQUES, 2021, p. 1). O estudo também elenca razões pelas quais os índices de violência obstétrica são tão altos no país: (i) poucos estudos epidemiológicos; (ii) ausência de uma definição coesa do termo; (iii) complexidade de mensuração; (iv) escassas evidências acerca das sequelas da violência obstétrica que impactam na saúde da mulher e da criança; e (v) escassez de políticas públicas de combate a esse tipo de violência (HENRIQUES, 2021).

Embora já haja pacificação jurídica em relação ao termo violência obstétrica, sabe-se que não há, no Brasil, uma lei federal que tipifique esse tipo de violência como crime, de modo que cabe aos Estados legislarem especificamente sobre isso ou se ampararem em outras legislações.

Diante desse contexto, a presente pesquisa se propôs a verificar a possibilidade de criminalização da violência obstétrica no Código Penal Brasileiro, bem como a de responsabilização civil dos agentes, mediante o pagamento de indenização por danos causados, tão logo verificados os aspectos que evidenciam a violência causada pelo erro médico.

Para cumprir o objetivo deste estudo, o percurso metodológico adotado foi a técnica da Análise de Conteúdo (AC), proposta por Bardin (2011), que consistiu em tabular e organizar dados coletados por meio de depoimentos. Assim, o recorte de pesquisa constou de depoimentos retirados de *blogs* que possuem uma espécie de plataforma onde as mulheres têm espaço para compartilharem as violências obstétricas as quais foram submetidas.

2 Violência obstétrica: isso existe?

Grande parte dos estudos pesquisados traz consigo um pensamento central de entender quais tipos e modos pelos quais a violência obstétrica ocorre no Brasil e se podem ou não imputar consequências para a mulher.

Antes de tudo, importa salientar que o termo violência remete a qualquer ato agressivo que pode se manifestar de forma física, sexual, psicológica e por negligência (SILVA, COELHO; CAPONI, 2007). A violência obstétrica, por sua vez, pode começar no momento da gestação, do parto, do nascimento, do pós-parto ou mesmo no atendimento a situações de abortamento. Seja física, psicológica, verbal, simbólica ou sexual, a violência obstétrica engloba ações como negligência, discriminação ou condutas excessivas, desnecessárias e não aconselhadas que submetem as mulheres a normas e rotinas rígidas e, muitas vezes, desnecessárias, desrespeitando seus corpos.

Segundo Nilza Alves Marques Almeida, Doutora em Ciências da Saúde e professora adjunta da Faculdade de Enfermagem (FEN) da Universidade Federal de Goiás (UFG), o parto normal, como um processo doloroso, parece ser uma experiência tão antiga quanto a própria existência humana. A mais remota explicação

²⁵ violência obstétrica (livre tradução nossa).

²⁶ *Jornal Internacional de Ginecologia e Obstetrícia* (livre tradução nossa).

conhecida para sua origem está contida na Bíblia Sagrada, no livro do Gênesis (3:16), em que Deus disse à mulher: “multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás à luz com dores...” (A BÍBLIA, 2008).

Partindo desse ponto de entendimento de que a Bíblia Sagrada profere que a mulher deve sofrer durante o parto, é pouco esperado que ela consiga entender a violência obstétrica como algo fora do esperado. A mulher já entra na sala de parto com a visão de que tudo são procedimentos padrões, então, qualquer desrespeito a ela é ignorado e/ou tratado como “natural”, uma vez que a ideia de que a mulher deve sofrer na hora do parto está presente na Bíblia e, por isso, ainda permanece enraizada na cultura brasileira.

Por outro lado, em busca de desconstruir essa ideia e levar ao conhecimento das mulheres que a violência obstétrica não é aceitável, o Projeto de Lei de nº 2589/2015 (PL 2589/2015), proposto pelo Deputado Marco Feliciano, sugere a criminalização da violência obstétrica, expondo que trata-se de constrangimento ilegal:

Art. 1º A violência obstétrica, praticada em toda a rede de assistência a saúde pública e/ou privada, passa a ser crime de constrangimento ilegal.

§ 1º Será considerada violência obstétrica o conjunto de condutas condenáveis por parte de profissionais responsáveis pelo bem estar da gestante e do bebê: O desrespeito; o abuso de poder da profissão; o constrangimento; a privação do direito a esclarecer dúvidas da parturiente, mesmo sem que haja emergência; a negligência, que poderá ser considerada também quando profissionais de saúde atuam com irresponsabilidade, imprudência ou adotam procedimentos superados ou não recomendados, ao lidar com a paciente ou o bebê.

Art. 2º O não cumprimento no disposto no Art. 1º desta lei incidirá nas penas previstas Art. 146, do Código Penal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Como se observa nos artigos supramencionados do PL 2589/2015, destaca-se o sofrimento pelo qual passam muitas mulheres em trabalho de parto, o que evidencia, principalmente, a negligência dos profissionais da saúde, tanto da rede pública como da privada.

No entanto, na contramão do que propõe o PL, o Ministério da Saúde, em 03/05/2019, profere que o termo *violência obstétrica*, a partir daquele momento, passou a ser considerado impróprio, uma vez que tanto o profissional de saúde quanto os de outras áreas não têm a intencionalidade de prejudicar ou causar dano (BRASIL, 2019).

A nova orientação do Ministério da Saúde pede que seja evitado e, possivelmente, abolido o termo *violência obstétrica* em documentos de políticas públicas. O despacho foi assinado pela coordenadora-geral de Saúde das Mulheres, Mônica Almeida Neri, pelo diretor do departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Márcio Henrique de Oliveira Garcia, e pelo Secretário-Executivo substituto, Erno Harzheim.

3 Se existe, por que não criminalizar?

É importante ressaltar que, no Brasil, alguns estados e/ou municípios já possuem legislações que visam erradicar a violência obstétrica, como, por exemplo, o estado de Santa Catarina o qual, em 2017, sancionou a Lei nº 17.097, assegurando às mulheres em condição de gestantes ou parturientes medidas de informação e proteção relativas à violência obstétrica. A lei em questão considera como violência obstétrica, em seu art. 2º, “todo ato praticado pelo médico, pela equipe do hospital, por um familiar ou acompanhante que ofenda, de forma verbal ou física, as mulheres gestantes, em trabalho de parto ou, ainda, no período puerpério” (SANTA CATARINA, 2017), ou seja, deixa claro que qualquer tipo de violência física ou verbal, exercida por qualquer profissional da saúde, por membro da família ou acompanhante, em qualquer período relacionado ao evento biológico do nascimento, incluindo o estado puerperal, caracteriza-se como violência obstétrica.

Do mesmo modo, em outros estados, como Minas Gerais, o município de Uberlândia, em 2015, sancionou a Lei nº 12.315, que “dispõe sobre a implantação de medidas de informação à gestante e parturiente sobre a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, visando, principalmente, a proteção destas contra a violência obstétrica no município de Uberlândia” (UBERLÂNDIA, 2015). Posteriormente, o governo de Minas Gerais, sancionou a Lei nº 23175, de 21/12/2018, que “dispõe sobre a garantia de atendimento humanizado à gestante, à parturiente e à mulher em situação de abortamento, para prevenção da violência na assistência obstétrica no Estado” (MINAS GERAIS, 2018).

No estado da Paraíba, o município de João Pessoa, em 2015, sanciona a Lei nº 13.061, a qual “dispõe sobre a implantação de medidas de informação à gestante e à parturiente sobre a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, visando a proteção destas contra a violência obstétrica no município de João Pessoa” (JOÃO PESSOA, 2015).

O município de Diadema, em São Paulo, por meio da Lei nº 3.363/13, e o estado do Rio de Janeiro, no Projeto de Lei nº 3533/2017, também já adotaram a conduta de assegurar medidas contra a violência obstétrica.

É importante mencionar, também, o caso *Alyne Pimentel*, pois esse foi o primeiro

reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, de sua responsabilidade pela morte de uma mulher grávida.

Alyne Pimentel morreu grávida em 2002, vítima de atendimento precário na rede de saúde do Rio de Janeiro, mesmo após esse estado se comprometer, com o cumprimento da recomendação do Comitê de Acompanhamento da Implementação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, 2011) - contida no Comunicado nº 17/2008, de 10 de agosto de 2011 -, a reconhecer que a morte de Alyne era evitável e se deu em função de violações a direitos humanos recorrentes, em se tratando de gestantes.

O caso de Alyne foi o primeiro caso de mortalidade materna analisado internacionalmente, fato que é destacado em nota de reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU-Brasil) à reparação feita pelo Estado Brasileiro ao *caso Alyne Pimentel*:

Esta é a primeira decisão CEDAW sobre violações de direitos humanos em um caso de morte materna, e que o Estado Brasileiro acate esta decisão representa um passo inédito e importante para o avanço em relação ao 5º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio e para a garantia de direitos e de acesso à saúde sexual e reprodutiva de qualidade a todas as mulheres [...] (ONUBR, 2014).

Outro fato que motivou profissionais, sociedade e parlamentares a discutirem o assunto em diferentes esferas e localidades brasileiras foi a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2010), a qual observou que uma a cada quatro mulheres brasileiras sofre algum tipo de violência física ou verbal, na hora do parto.

Nesse cenário, torna-se perceptível que, a partir de denúncias de mulheres que sofreram violência obstétrica e tiveram conhecimento de que aquilo era uma violência e não mero procedimento incômodo, essa temática começa a se destacar e mereça ser discutida pelos poderes públicos, pois, como já mencionado anteriormente, mesmo que já haja pacificação jurídica em relação ao termo violência obstétrica, sabe-se que não há na Brasil uma lei federal que tipifique esse tipo de violência como crime, de modo que cabe aos Estados legislarem na esfera de suas competências sobre isso ou se ampararem em outras legislações.

Igualmente, faz-se mister indagar se tais legislações estaduais e municipais, de fato, garantiram a extinção da violência obstétrica ou se a ausência de uma tipificação federal ainda permite que essa seja uma prática comum nas instituições de saúde, sobretudo nas públicas.

A resposta a esse questionamento é tão retórica quanto a própria pergunta: a ausência do empoderamento feminino acerca de seus direitos durante o ciclo gravídico-puerperal traz como consequência a vulnerabilidade da mulher durante todo o processo e, dessa forma, permite que ela se torne mais propensa à violência obstétrica.

Por conseguinte, os questionamentos devem ser outros: por que não criminalizar a violência obstétrica como crime previsto no Código Penal? Por que não prever a responsabilização civil dos agentes da violência obstétrica, bem como o pagamento de indenização por danos causados, após verificados os aspectos que evidenciam a violência causada por erro médico/institucional?

4 Metodologia

Para Bardin (2011, p. 47), a AC consiste em

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Por se tratar de um tipo de metodologia qualitativa, a AC cumpre três etapas: (i) pré-análise; (ii) exploração do material; e (iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

No entanto, antes da descrição detalhada das etapas, importa salientar que, segundo Câmara (2013, p. 181), dados qualitativos

são descrições detalhadas de fenômenos, comportamentos; citações diretas de pessoas sobre suas experiências; trechos de documentos, registros, correspondências; gravações ou transcrições de entrevistas e discursos; dados com maior riqueza de detalhes e profundidade e interações entre indivíduos, grupos e organizações.

Assim, no caso desta pesquisa, os dados selecionados foram as citações diretas de mulheres sobre suas experiências no parto, constantes de *blogs* que possuem uma espécie de plataforma onde essas mulheres têm espaço para compartilharem as violências obstétricas as quais foram submetidas.

Na etapa de pré-análise, foram escolhidos os depoimentos, obedecendo a primeira regra da AC, que é a da leitura flutuante, isto é, um primeiro contato com o material selecionado, visando elaborar os indicadores que orientariam a análise e a interpretação dos depoimentos.

A partir da exploração do material, foram elaborados dois indicadores - seguindo os critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade, pertinência e exclusividade - e, posteriormente, procedeu-se a análise e a interpretação dos resultados.

5 Resultados e discussões: o insólito das práticas e relatos

O primeiro indicador elaborado foi o *descaso*. Diante dessa categoria, cabe destacar a violência psicológica dos profissionais de saúde para com as puérperas, de acordo com os depoimentos transcritos a seguir.

Eu não entendia o motivo de tanto choro, até que depois de ler muito relatos na internet, descobri que o que tinha acontecido comigo, tinha sido uma violência obstétrica. Eu só fui descobrir isso mais de 1 ano e meio depois do nascimento da minha filha. [...] Ninguém entende quando falamos o que sofremos, sempre escuto “mas tua filha está linda e saudável!”. Me dá uma raiva enorme quando escuto isso (SCHIAVO; RUAS; CIMINO, 2018).

Ela me deixou ali no corredor do hospital. Ainda tremendo, vestida com a mesma camisola ensanguentada e molhada, sem cobertor e sem responder minhas perguntas. [...] Eu devia estar feliz. Minha filha ia nascer! Em vez disso, só pensava em quando aquele calvário acabaria, quando eu poderia ficar em paz, quando haveria silêncio e privacidade (RAITER, 2018).

Não houve sequer uma consulta em que eu não passasse por exame de toque, e eles passaram a doer depois da 35ª semana. [...] As palavras que eu e meu marido ouvimos do médico foram: “no parto normal sua bexiga pode sair pra fora e sua pélvis vai ficar dilacerada (RAITER, 2018).

No que se refere a esses depoimentos, nota-se que as puérperas são reprimidas por um domínio preponderante nas práticas médico-hospitalares, qual seja, a ausência de uma assistência idônea e que leva em consideração, sobretudo, o fato de ser o médico aquele deveria adotar uma conduta de apoio à parturiente. Ao contrário disso, Santos e Shimo (2008, p. 6), em suas pesquisas relataram que

o poder adquirido por eles [os médicos, grifo nosso] diante das pessoas com menor conhecimento sobre o corpo humano e, desse modo, o profissional que atende ao parto se transforma no agente ativo desse processo e numa figura de apoio que se fortalece enquanto dono e protagonista da situação, representando a relação desigual de poder existente entre estes e seus pacientes.

A esse tipo de conduta dá-se o nome de *descaso* que, na perspectiva de Nascimento *et al.* (2017, p. 2019),

é caracterizado como um tipo de agressão psicológica que consiste em uma ação verbal ou comportamental, provocando na mulher sentimentos de inferioridade, vulnerabilidade, abandono, instabilidade emocional, medo, acuação, insegurança, alienação, perda de integridade, dignidade e prestígio a exemplo das ameaças, mentiras, chacotas, piadas, humilhações, grosserias, chantagens e ofensas.

Em razão disso, é importante lembrar o que versa o art. 136 do Código Penal:

Art. 136 - Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina (BRASIL, 1940).

Ora, de acordo com o disposto no artigo supracitado, no momento do parto, os profissionais são autoridade e as mulheres encontram-se sob sua guarda. Assim, o *descaso* poder ser compreendido como uma violência psicológica que descumprir com os cuidados indispensáveis aos quais se referem o art. 136.

Além disso, o Código Civil, em seu art. 186, versa que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito” (BRASIL, 2002). Também o art. 927 norteia:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem (BRASIL, 2002).

É inegável, portanto, que há amparo legal para imputar responsabilidade reparatória ao agente da violência psicológica para com puérperas, no que concerne aos danos de ordem moral. A angústia, o aviltamento e a coação suportados por essas mulheres, bem como as possíveis consequências desse tipo de violência, fazem jus à reparação irrestrita.

O segundo indicador contemplou os *maus-tratos físicos*, comprovados pelos depoimentos abaixo.

Ela ajoelhou em cima da minha barriga. Doeue muito. Até hoje tenho dor na coluna e na costela por causa disso. Não resolveu nada. Não agilizou o processo. A única coisa que aconteceu foi que logo depois ela foi fazer a auscultação do coração do bebê e já não tinha batimento cardíaco (BRASIL DE FATO, *s.d.*).

Aos sete meses de gestação a bolsa estourou. Na primeira ida à maternidade, fui internada por dois dias e depois mandada para casa. Ao voltar ao hospital, três dias depois, conforme orientação que havia recebido, fui atendida com críticas e reclamações. Ouvi 'por que não veio mais cedo?', 'queria forçar um parto normal?', e 'quem manda no procedimento sou eu'. Sem explicar nada, uma enfermeira deitou sobre minha barriga. Reagi e amarraram minhas mãos. O bebê não sobreviveu (LAZZERI, 2015).

No fim, foi isso que aconteceu: fui submetida a um parto normal com quatro centímetros de dilatação, fizeram algo parecido com uma manobra de fórceps, mas com as mãos, tomei 28 pontos na episiotomia e demoraram cerca de 40 minutos para retirar a placenta. Meu filho já estava em sofrimento e passou 22 dias na UTI (MASSA, 2016).

Nos dois primeiros depoimentos, observa-se uma conduta conhecida como Manobra de Kristeller, “manobra na parte superior do útero, durante as contrações do parto, visando empurrar o nascituro em direção à pelve a fim de acelerar o trabalho de parto” (SILVA; SERRA, 2017, p. 48).

Em relação a esse tipo de conduta, a OMS a categoriza como ineficiente, assim como afirma não haver comprovação científica que justifique sua realização. Além disso, vários estudos, conforme asseguram Nascimento *et al.* (2017), não obtiveram êxito ao tentarem elencar auxílio à gestante por meio da Manobra de Kristeller, pois as consequências compreendem “rotura uterina, lesão do esfíncter anal, fraturas ou lesões cerebrais nos recém-nascidos e aumento da transfusão de sangue entre a mãe e seu bebê” (NASCIMENTO *et al.*, 2017, p. 2017).

Desse modo, é possível inferir que tal procedimento se configura como *lesão corporal*, elencado na literatura enquanto violência física, a qual contempla “ações que acontecem sobre o corpo da mulher, interferindo, causando dor ou dano físico (de grau leve a intenso), sem recomendação baseada e comprovada por evidências científicas” (NASCIMENTO *et al.*, 2017, p. 2017).

No Código Penal brasileiro, o art. 129 versa:

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Lesão corporal de natureza grave

§ 1º Se resulta:

I - Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias;

II - perigo de vida;

III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;

IV - aceleração de parto;

Pena - reclusão, de um a cinco anos (BRASIL, 1940, grifos nossos).

Ou seja, a Manobra de Kristeller ofende a integridade corporal da parturiente, podendo causar debilidades, perigo de morte para ela e para o bebê, assim como se trata de aceleração de parto, tudo isso previsto como crime que leva à pena de um a cinco anos de reclusão.

Da mesma maneira, a episiotomia, relatada no terceiro depoimento,

é uma incisão cirúrgica na região da vulva, com indicação obstétrica para impedir ou diminuir o trauma dos tecidos do canal do parto, favorecer a liberação do concepto e evitar lesões desnecessárias do pólo cefálico submetido à pressão sofrida de encontro ao períneo. A incisão costuma ser feita quando a cabeça fetal está suficientemente baixa, a ponto de distender o períneo, porém, antes de ocorrer uma distensão exagerada. Também não pode ser realizada cedo demais, pois, deve-se prevenir um sangramento excessivo (OLIVEIRA; MIQUILINI, 2005, p. 289, grifo nosso).

A episiotomia é uma prática de recomendação restrita, conforme determinam a OMS e o Ministério da Saúde do Brasil, uma vez que sua utilização habitual é prejudicial. Todavia, segundo Santos e Shimo (2008, p. 7), embora a indicação de episiotomia deva se restringir à cerca de 10 a 15% dos casos, não é o que, de fato, ocorre no Brasil:

No entanto, no Brasil e na América Latina, essas recomendações estão sendo desconsideradas. A episiotomia é realizada em mais de 90% dos partos vaginais ocorridos na América Latina e é efetuada em 94,2% das primíparas que tiveram parto vaginal. Isso significa que muitas mulheres, ao serem atendidas em instituições de saúde para dar à luz, têm sua vulva e vagina "cortadas" e "costuradas", muitas vezes, sem qualquer indicação obstétrica (SANTOS; SHIMO, 2008, p. 7).

Em razão disso, não seria equivocado afirmar que, assim como a Manobra de Kristeller, a episiotomia, quando contraindicada, é uma violência que coloca em risco a integridade física tanto da mãe quanto do bebê, o que pode ser tipificado como crime à luz do art. 129 do Código Penal e, como tal, também é passível de responsabilização civil do agente causador do dano, conforme o art. 186 do Código Civil.

6 Considerações finais

Fez-se necessário trazer um questionamento sobre o atual tratamento facultado às gestantes perante a lei, em virtude da não existência de um tipo penal específico que puna os agentes imputadores da violência obstétrica, mesmo sabendo-se que é possível tipificar os atos de tal violência, tais como injúria, maus-tratos, constrangimento ilegal, lesão corporal ou, ainda que raramente, a tentativa de homicídio tentado, todos esses elencados no Código Penal brasileiro.

Não menos importante, fez-se necessário, também, abordar, sob a ótica do ordenamento jurídico civil, a responsabilidade civil dos prestadores de serviços públicos de saúde, sejam eles ligados ao Estado ou à iniciativa privada.

Como já dito anteriormente, embora já haja pacificação jurídica em relação ao termo violência obstétrica, sabe-se que não há, no Brasil, uma lei federal que tipifique esse tipo de violência como crime. Contudo, o primeiro passo rumo a uma mudança no âmbito jurídico no tocante à violência obstétrica foi o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, de sua responsabilidade pela morte de Alyne Pimentel.

Ainda assim, a análise do conteúdo discursivo dos depoimentos que serviram como recorte metodológico para a pesquisa demonstram que, há tempos, as mulheres não se sentem seguras, no que se refere ao parto e ao pós-parto: algumas delas por causa de suas próprias experiências e outras em função dos relatos com os quais têm contato.

É significativo ressaltar o fato de que os relatos não foram apurados de forma direta. No entanto, tratam-se de depoimentos verídicos, que podem exemplificar a violência obstétrica na prática. Ao se observar os relatos,

entende-se que as mulheres têm a percepção de que foram prejudicadas de alguma forma e, de acordo com essa perspectiva, é possível identificar intervenções médicas e hospitalares desnecessárias ou mesmo contraindicadas, resultando em violência obstétrica.

Considerando os relatos de mulheres vítimas da violência obstétrica, compreende-se que todo o sofrimento causado durante o período da gestação e do parto pode comprometer tanto sua saúde mental quanto a física, inclusive no pós-parto. Além disso, o estado puerperal pode ser agravado, dada a instabilidade emocional gerada pela violência.

Por fim, as análises dos conteúdos dos depoimentos, relacionadas à jurisprudência, mostram a viabilidade de não só reconhecer a violência obstétrica como crime e responsabilizar civilmente os agentes responsáveis por ela, conforme preveem o Código Penal e o Código Civil.

Referências

A BÍBLIA. **Gênesis (3:16)**. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2008. 1110 p. Velho Testamento e Novo Testamento.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações

Programáticas Estratégicas. **Despacho, de 03 de maio de 2019**. Brasília, 2019. Disponível

em: <<https://www.migalhas.com.br/arquivos/2019/5/art20190510-10.pdf>>. Acesso em 22/05/2021.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o **Código Civil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

BRASIL DE FATO. **Dor ignorada: vítimas de violência obstétrica relatam agressões durante o parto**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/dor-ignorada-or-vitimas-de-violencia-obstetrica-relatam-agressoes-durante-o-parto>. Acesso em: 21/04/2021.

BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil, século XIX. **Cad. Saúde Pública** [online]. 1991, vol.7, n.2, pp.135-149. ISSN 1678-4464.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 2.589 de 2015**. Dispõe sobre a criminalização da violência obstétrica. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1369606&filename=PL+2589/2015. Acesso em: 08/05/2021.

CAMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06/04/2021.

CEDAW. **Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher**.

Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipc.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/11/SPM2006_CEDAW_portugues.pdf. Acesso em: 11/05/2021.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado. Pesquisa de opinião; 2010. Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa.org.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf. Acesso em: 11/05/2021.

HENRIQUES, Tatiana. Violência obstétrica: um desafio para saúde pública no Brasil. **Página Grená**, Rio de Janeiro, p. 1-4, fev. 2021.

JOÃO PESSOA. **Lei nº 13.061 de 17 de julho de 2015**. Dispõe sobre a implantação de medidas de informação à gestante e à parturiente sobre a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, visando à proteção a violência obstétrica no Município de João Pessoa. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2015/1306/13061/lei-ordinaria-n-13061-2015-dispoe-sobre-a-implantacao-de-medidas-de-informacao-a-gestante-e-a-parturiente-sobre-a-politica-nacional-de-atencao-obstetrica-e-neonatal-visando-a-protecao-destas-contr-a-violencia-obstetrica-no-municipio-de-joao-pessoa>. Acesso em: 08/05/2021.

- LAZZERI, Thaís. Vítimas da violência obstétrica: o lado invisível do parto. **Revista Época** [online]. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/vida/noticia/2015/08/vitimas-da-violencia-obstetrica-o-lado-invisivel-do-parto.html>. Acesso em: 21/04/2021.
- LEISTER, Nathalie; RIESCO, Maria Luiza Gonzalez. Assistência ao parto: história oral de mulheres que deram à luz nas décadas de 1940 a 1980. **Texto contexto - enferm.** [online]. 2013, vol.22, n.1, pp.166-174.
- MASSA, Luísa. **Violência obstétrica: o meu relato.** Disponível em: <https://bebe.abril.com.br/familia/violencia-obstetrica-o-meu-relato/>. Acesso em: 21/04/2021.
- NASCIMENTO, L. C. *et al.* Relato de puérperas acerca da violência obstétrica nos serviços públicos. **Rev enferm UFPE on line** 5(11): 2014-2023. DOI: 10.5205/reuol.9302-81402-1.
- OLIVEIRA, S. M. J. V.; MIQUILINI, E. C. Frequência e critérios para indicar a episiotomia. **Rev Esc Enferm USP.**, São Paulo, v. 39, n.3, p. 288-295, 2005.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL, Nota de reconhecimento da ONU Brasil à reparação feita pelo Governo Brasileiro ao ‘caso Alyne Pimentel’. 4 abr 2014. Disponível em: <http://www.onu.org.br/nota-de-reconhecimento-da-onu-brasila-reparacao-feita-pelo-governo-brasileiro-ao-caso-alyne-pimentel/>. Acesso em: 11/05/2021.
- RAITER, Carla. **Violência obstétrica.** Disponível em: <http://www.sentidosdonascer.org/blog/2015/05/violencia-obstetrica-carla-raiter-14/>. Acesso em: 06/04/2021.
- SANTA CATARINA. **Lei nº 17.097, de 17 de janeiro de 2017.** Dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-17097-2017-santa-catarina-dispoe-sobre-a-implantacao-de-medidas-de-informacao-e-protecao-a-gestante-e-parturiente-contr-a-violencia-obstetrica-no-estado-de-santa-catarina>. Acesso em: 08/05/2021.
- SANTOS, J. O.; SHIMO, A. K. K. Prática rotineira da episiotomia refletindo a desigualdade de poder entre profissionais de saúde e mulheres. Escola Anna Nery **Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 645-650, dez. 2008.
- SCHIAVO, Rafaela; RUAS, Teresa; CIMINO, Thais. **ONG Temos que falar sobre isso.** 2018. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/Marcusrenato/purpera-cuidado-com-a-sua-sade-mental-temos-que-falar-sobre-isso>. Acesso em: 06/04/2021.
- SILVA, Delmo Mattos; SERRA, Maiane Cibele de Mesquita. Violência obstétrica: uma análise sob o prisma da autonomia, beneficência e dignidade da pessoa humana. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 57, Jul/Dez. 2017.
- SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, 11(21), p. 93-103, 2007.
- UBERLÂNDIA. **Lei nº 23175, de 21/12/2018.** Dispõe sobre a garantia de atendimento humanizado à gestante, à parturiente e à mulher em situação de abortamento, para prevenção da violência na assistência obstétrica no Estado. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2015/1231/12315/lei-ordinaria-n-12315-2015-dispoe-sobre-a-implantacao-de-medidas-de-informacao-a-gestante-e-parturiente-sobre-a-politica-nacional-de-atencao-obstetrica-e-neonatal-visando-principalmente-a-protecao-destas-contr-a-violencia-obstetrica-no-municipio-de-uberlandia>. Acesso em: 08/05/2021.
- ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho *et al.* Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p.1-11, jan. 2017.

REFLEXÕES SOBRE O REPOSICIONAMENTO DE DROGAS ANTI-COVID-19

Douglas Ribeiro LUCAS (PQ- douglasdemart@outlook.com)¹, Gabriely Zaniratti DAMICA (gaby.zaniratti@gmail.com)³, Sabrina Paradizo Silva Guedes GOMES (sabrinarparadizo@gmail.com)⁵, Leismarque Adelino Junior SILVA (leismarque@yahoo.com.br)³, Filipe Zaniratti DAMICA (PQ- filipezanirattiveloso@gmail.com)³

1. Doutorando em Biociências e Biotecnologia pela UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”, graduado em Ciências Biológicas pela UEMG – Unidade Carangola. 2. Graduanda em Ciências Biológicas pela UENF - polo CEDERJ – Itaperuna. 3. Graduanda em Pedagogia pela Faculdade FAEL. 4. Graduado em Ciências Biológicas pela UEMG – Unidade Carangola. 5. Doutorando em Biociências e Biotecnologia pela UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”. Graduado em Geografia e em Ciências Biológicas pela UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais.

APRESENTAÇÃO:

Aprender a ciência e o método científico nada mais é do que ter uma noção básica, de como o conhecimento científico se estrutura e se diferencia de outros sistemas de crença. Pois “*o propósito real do método científico é garantir que a natureza não o leve a pensar que você sabe algo que verdadeiramente não sabe*” [1]. Utilizando como exemplo as primeiras infecções por SARS-CoV-2, enquanto o mundo enfrentava um crescente número de hospitalizações e mortes devido as infecções causadas pelo vírus, médicos de todo o mundo foram tomados pelas incertezas e pelo desespero de tentar oferecer alguma solução a seus pacientes. A gravidade da situação motivou uma cruzada mundial por tratamentos potenciais para a Covid-19, o que levou ao reposicionamento de diversos medicamentos que passaram a ser foco de pesquisas e usados de forma *off-label*²⁷ por médicos, principalmente em pacientes hospitalizados em estado grave. Naquele momento, em meio a tantas incertezas sobre a doença, a utilização *off-label* se justificava, no entanto, tornou-se problemática quando políticos proeminentes como o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, começaram a promover tais medicamentos sem eficácia comprovada, como substâncias que efetivamente erradicariam a doença do mundo [2]. Sob a ótica da medicina baseada em evidências, a prescrição de qualquer medicamento deve se basear em revisões sistemáticas confiáveis com várias etapas de testes e ensaios clínicos randomizados e meta-análises que sejam capazes de fornecer estimativas confiáveis quanto à eficácia e segurança dos medicamentos em análise [3]. Caso contrário, sem uma análise criteriosa, pode haver um equívoco quanto ao equilíbrio dos benefícios e malefícios da utilização *off-label* de determinado medicamento, o que pode comprometer o tratamento e trazer consequências indesejadas para o paciente [4]. No Brasil, desde o início da pandemia, em março 2020, foram colocadas em prática diversas ações que favoreceram a disseminação da Covid foram colocadas em prática no país, não só por parte da população, mas também por autoridades públicas e médicos, essas ações incluíram, entre outras, a promoção de medicamentos não comprovados contra a Covid-19, como hidroxicloroquina, ivermectina e nitazoxanida, por um lado, e a sabotagem de intervenções estabelecidas, como distanciamento social, uso de máscara e vacinação, por outro lado [5]. Para justificar tais ações, foram apresentados estudos clínicos de baixa qualidade metodológica com estimativas não confiáveis de eficácia e segurança, além de revisões sistemáticas com meta-análises sem credibilidade, e, acima de tudo, “autonomia do médico”. Como pode ser notado, não há uma base científica sólida que justificasse a prescrição desses medicamentos para o tratamento da Covid-19, conforme recomendado pela OMS²⁸. Por esse motivo, foi elaborada uma das ferramentas que qualifica a validade interna

²⁷ O medicamento chamado *off-label* é aquele cuja indicação do profissional assistente diverge do que consta na bula. Já o material *off-label* é aquele cuja indicação de profissional assistente diverge do que consta no manual de uso do material. Não cabe junta médica ou odontológica, pois o medicamento e material cuja indicação clínica seja diferente daquela do registro efetuado pela Anvisa não são de cobertura obrigatória pelas operadoras (art. 3º da RN 424/2017).

²⁸ <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/oms-cloroquina-nao-funciona-contra-a-covid-19-e-pode-causar-efeitos-adversos/>

do risco de viés de ensaios controlados randomizados criada pela Colaboração Cochrane, que engloba as melhores evidências de pesquisas em revisões sistemáticas para auxiliar os profissionais de saúde na tomada de decisão clínica [6]. A Colaboração Cochrane reúne com mais de 37 mil voluntários, de mais de 130 países em torno do globo, empenhados a desenvolverem revisões sistemáticas com metodologia Cochrane para apresentação da melhor evidência científica disponível em todo mundo, com o objetivo de ajudar na tomada de decisão em diversas áreas de saúde²⁹. Portanto, esse trabalho tenta esclarecer aos leitores um pouco, sobre a prática baseada em evidências e trazer ao leitor um resumo das principais evidências científicas consolidadas por grandes grupos de pesquisas dos principais medicamentos adotados para o tratamento da COVID-19. Sendo assim, buscamos analisar diferentes fármacos disseminados como “possíveis tratamentos para a covid, são eles:

DESENVOLVIMENTO: I. Cloroquina ou Hidroxicloroquina: Diversas drogas que antes utilizadas para outras doenças foram experimentadas para Covid-19, como é o caso da Cloroquina e a Hidroxicloroquina (HCQ). Por sua vez a cloroquina é muito utilizada contra malária; e hidroxicloroquina usada para doenças reumáticas, como artrite reumatoide ou lúpus sistêmicos [7]. De acordo com a Colaboração Cochrane [8] a revisão buscou evidências dos efeitos desses fármacos no tratamento de pessoas com a Covid-19; na prevenção dela, e em pessoas com risco de contrair a doença, como profissionais de saúde; e pessoas expostas ao vírus desenvolvendo a doença. Foram incluídos 12 estudos com 8569 participantes adultos e desenvolvidos em diversos países do globo, incluindo Brasil. Esses estudos envolveram pacientes em atendimento ambulatorial e hospitalizados, características como comorbidades, quadros da doença e o uso de co-intervenções variaram entre os trabalhos. Diante disso SING (2021) e colaboradores [8], concluíram que a cloroquina e hidroxicloroquina não tem a capacidade de reduzir as mortes por Covid-19 e também possivelmente não reduz a necessidade de ventilação mecânica nos pacientes contaminados, conseqüentemente também causou mais efeitos indesejáveis do que um tratamento com placebo, além de não indicar a necessidade de novos estudos com esses medicamentos. **II. Ivermectina:** A ivermectina é fármaco utilizado para combate de parasitas, desde parasitas intestinais em animais a escabiose em humanos [9]. Sendo um fármaco de baixo custo, e poucos efeitos indesejáveis, ela é utilizada em larga escala em várias regiões do mundo onde as ocorrências de infestações parasitárias são comuns [10]. Foi levantada a hipótese molecular de que a ivermectina teria um efeito inibitório na replicação viral da síndrome respiratória aguda grave do coronavírus 2 (SARS-CoV-2) nas fases iniciais de infecção [11]. De acordo com a revisão elaborada pela colaboração Cochrane [12], foram utilizados 14 estudos com 1.678 participantes analisando o fármaco ivermectina frente há nenhum tratamento, placebo ou tratamento padrão, sendo que nenhum estudo comparou o fármaco com alguma intervenção com eficácia comprovada. Nove estudos tratando de pacientes moderados em ambiente hospitalar, quatro estudos se tratando de casos leves e um investigou se a ivermectina de forma preventiva para a não infecção por COVID-19. Dos estudos utilizados na revisão apenas seis foram estudos randomizados e controlados por placebo, e os demais apresentaram alto risco de viés. Diante disso POPP (2021) e colaboradores [12], concluíram que com base nas evidências confiáveis disponíveis não recomendam o uso da ivermectina para prevenção e tratamento de COVID-19, fora do uso controlado para novos ensaios clínicos randomizados e bem conduzidos. **III. Colchicina:** Durante a evolução mais grave do paciente com COVID-19, muitos desfechos clínicos estão associados a hiper-inflamação e um descontrole da resposta imune [13]. A colchicina é um fármaco usado para diminuir inchaço e a inflamação, muita utilizada para tratamento de gota, uma doença em que as articulações das pessoas ficam inchadas e doloridas, diante disso acreditou-se que ela seja benéfica a pacientes com COVID-19, por conta dessa ampla gama de mecanismos anti-inflamatórios [14]. Em contrapartida ela pode ser maléfica para pessoas com problemas hepáticos, renais ou a super-dosagem desse medicamento [15]. Diante desse cenário de incerteza a colaboração Cochrane realizou uma revisão [16] contendo três ensaios controlados randomizados com 11.525 participantes hospitalizados com média de 64 anos de idade, e um ensaio controlado randomizado com 4.488 participantes não hospitalizados com média de 55 anos, também identificaram 17 trabalhos em andamento e 11 estudos concluídos ou encerrados, mas sem resultados publicados. Com isso MIKOLAJEWSKA (2021) e colaboradores [16], chegaram à conclusão, com base nas evidências atuais, quem em pessoas hospitalizadas em quadro moderado a grave, a utilização da colchicina tem pouco ou nenhum resultado na progressão clínica do paciente em comparação com placebo ou tratamento padrão, no entanto a colchinha pode resultar numa lenta redução de internação hospitalares ou mortes em um período de 28 dias e na taxa de eventos adversos graves em comparação com placebo. **IV. Suplementação**

²⁹ O site da Colaboração Cochrane é <https://www.cochrane.org>.

de vitamina d: Os pacientes e os sistemas de saúde precisam de mais e melhores opções de tratamento para COVID-19, com isso o papel da suplementação de vitamina D como tratamento, tem sido levado em discussão [17], uma vez que a suplementação com vitamina D protegeu pacientes contra infecção aguda do trato respiratório em geral [18]. Com isso a colaboração Cochrane realizou uma revisão [19], em que se avaliou 3 ensaios clínicos randomizados com 356 participantes, dos quais 183 receberam a suplementação com vitamina D. Devido a ampla variedade de metodologia dos estudos, os pesquisadores não foram capazes de reunir dados, além de avaliarem um estudo com baixo risco de viés para resultados de eficácia e outro com algumas preocupações sobre a randomizações e relatórios seletivos. De acordo com STROEHLEIN (2021) e colaboradores [19], as evidências atuais não são suficientes para definir o papel da suplementação da vitamina D, como recurso terapêutico no tratamento da COVID-19, e indicam a necessidade urgente de ensaios clínicos randomizados bem planejados e com metodologias adequadas. **V. Azitromicina:** Os antibióticos são medicamentos de baixos custos e usados a décadas no tratamento de infecções bacterianas [20]. Entretanto, estudos laboratoriais *in-vitro* descobriram que alguns antibióticos, atrasaram a reprodução de alguns vírus, entre eles SARS-CoV-2, [21], [22], [23], diante disso foi levantada a hipótese da azitromicina como possível terapia para o tratamento da COVID-19. É de muita importância que o uso correto de antibióticos, pois o seu uso excessivo ou incorreto pode acarretar problemas futuros como resistência antimicrobiana, onde os organismos que causam as infecções mudam de modo que os antibióticos parem de ter efeito [20]. Por essa preocupação a colaboração Cochrane [24] juntou as evidências sobre a azitromicina e outros antibióticos, para o tratamento da COVID-19, se esse fármaco reduz a morte, se afetam a qualidade de vida ou causam efeitos indesejáveis. Nessa revisão foram incluídas 11 pesquisas com 11.281 participantes com média de idade de 54 anos com quadros leves, ambulatoriais, moderados à grave e prospectaram a resultado dos antibióticos principalmente a azitromicina, em comparação com placebo, tratamento padrão sozinho ou em combinação com outro antibiótico. Vale ressaltar que nenhum estudo comparou antibióticos a uma intervenção com eficácia comprovada. Diante as evidencias disponíveis [24] e colaboradores não opinaram favoráveis ou contra o uso de antibióticos para tratamento da COVID-19, entretanto com não evidencias que apoiam o uso e no contexto do grande perigo do crescimento da resistência antimicrobiana, a azitromicina como outros antibióticos não deve ser usada para o tratamento da COVID-19 fora de ensaios controlados randomizados bem planejados, para preencher a lacuna deixada pelas atuais evidências. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

o momento presente, com base nos resultados descritos anteriormente, os resultados das revisões sistemáticas confiáveis com meta-análises de ensaios clínicos randomizados, não respaldam a utilização desses fármacos do Kit Covid, como recurso terapêutico para COVID-19 tanto no âmbito ambulatorial como na profilaxia, fora de estudos clínicos. Consequentemente, as diretrizes internacionais como *National Institutes of Health* (NIH), *Infectious Diseases Society of America* (IDSA) nos dias de hoje, recomendam a não utilização desses fármacos, uma vez que não apresentam benéficos clínicos comprovados, mas também por causa do uso prejudicial desses fármacos [25]. Por fim a prática da medicina baseada em evidências, deve ser fortalecida nos cursos de medicina, enfermagem, e todas as áreas de saúde, assim ajudando na formação desses profissionais. Adicionalmente políticas públicas e educacionais para melhorar a capacidade das pessoas em compreender o método/conhecimento científico, o papel da ciência e dos pesquisadores, ajudará a formação dos cidadãos, em fazer melhores escolhas relacionadas à sua saúde e qualidade de vida. **BIBLIOGRAFIA:**

[1] PIRSIG, Robert M. Zen e a arte da manutenção de motocicletas: Uma investigação sobre valores. 3. ed. [S.l.]: **wmfmartinsfontes**, (2015). [2] DeJong C, Wachter RM. The Risks of Prescribing Hydroxychloroquine for Treatment of COVID-19 – First, Do No Harm. **JAMA Intern ed**, 180 (8) (2020), p. 1118. [3] Djulbegovic B, Guyatt GH. Progress in evidence-based medicine: a quarter century on. **Lancet**, 390 (10092) (2017), pp. 415-423 [4] Djulbegovic B, Guyatt G. Evidence-based medicine in times of crisis. **J Clin Epidemiol**, 126 (2020), pp. 164-166. [5] Ventura D, Reis R. An unprecedented attack on human rights in Brazil: the timeline of the federal government's strategy to spread Covid-19. Offprint. Translation by Luis Misiara, revision by Jameson Martins. Bulletin Rights in the Pandemic n. 10, São Paulo, Brazil, **CEPEDISA/USP and Conectas Human Rights**, January (2021). [6] Higgins JPT, Green S, editors. Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions: version 5.1.0. **The Cochrane Collaboration** [internet]. (2011)–[7] Zhang J, Xie B, Hashimoto K. Current status of potential therapeutic candidates for the COVID-19 crisis. **Brain Behav Immun** (2020); S0889-1591:30589-4. [8] Singh B, *et al.*; Chloroquine or hydroxychloroquine for prevention and treatment of COVID-

19. **Cochrane Database of Systematic Reviews** (2021), Issue 2. Art. No.: CD013587. [9] Crump A, Ōmura S. Ivermectin, ‘wonder drug’ from Japan: the human use perspective. **Proc Jpn Acad Ser B Phys Biol Sci.** (2011); 87:13–28. [10] Kircik LH, Del Rosso JQ, Layton AM, Schaubert J. Over 25 years of clinical experience with ivermectin: an overview of safety for an increasing number of indications. **J Drugs Dermatol.** (2016); 15:325–32. [11] Portmann-Baracco A, Bryce-Alberti M, Accinelli RA. Antiviral and Anti-Inflammatory Properties of Ivermectin and Its Potential Use in COVID-19. **Arch Bronconeumol (Engl Ed).** (2020) Dec;56(12):831. [12] Popp M, *et al.*; Ivermectin for preventing and treating COVID-19. **Cochrane Database of Systematic Reviews** (2021). [13] Kim JS, *et al.*; Immunopathogenesis and treatment of cytokine storm in COVID-19. **Theranostics.** (2021). [14] Reyes AZ, *et al.*; Anti-inflammatory therapy for COVID-19 infection: the case for colchicine. **Ann Rheum Dis.** (2021) May;80(5):550-557. [15] Finkelstein Y, *et al.*; Colchicine poisoning: the dark side of an ancient drug. **Clin Toxicol (Phila).** (2010) Jun;48(5):407-14. [16] Mikolajewska A, *et al.*; Colchicine for the treatment of COVID-19. **Cochrane Database of Systematic Reviews.** 2021. [17] Zemb P, *et al.*; Vitamin D deficiency and the COVID-19 pandemic. **J Glob Antimicrob Resist.** (2020); 22:133-134. Epub (2020). [18] Martineau, A. R., *et al.*; Vitamin D supplementation to prevent acute respiratory tract infections: systematic review and meta-analysis of individual participant data. **BMJ (Clinical research ed.)** (2017), 356, i6583. [19] Stroehlein JK, *et al.*; Vitamin D supplementation for the treatment of COVID-19: a living systematic review. **Cochrane Database of Systematic Reviews** (2021). [20] Alós JI. Resistencia bacteriana a los antibióticos: una crisis global [Antibiotic resistance: A global crisis. **Enferm Infecc Microbiol Clin.** (2015) Dec;33(10):692-9. Spanish. [21] Danesi R, *et al.* Comparative distribution of azithromycin in lung tissue of patients given oral daily doses of 500 and 1000 mg. **J Antimicrob Chemother.** (2003);51(4):939–945. [22] Horby P, Landray M, Haynes R, *et al.* Randomised evaluation of Covid-19 therapy (RECOVERY). **EudraCT.** (2020). [23] Zeng S, Meng X, Huang Q, *et al.* Spiramycin and azithromycin, safe for administration to children, exert antiviral activity against enterovirus A71 *in vitro* and *in vivo*. **Int J Antimicrob Agents.** (2019); 53(4):362–369. [24] Popp M, Stegemann M, *et al.*; Antibiotics for the treatment of COVID-19. **Cochrane Database of Systematic Reviews** (2021). [25] Bhimraj A, Morgan RL, Shumaker AH, *et al.* Infectious Diseases Society of America Guidelines on the Treatment and Management of Patients with COVID-19. **Infectious Diseases Society of America** (2021).

Adriana Nascimento Sousa¹

Eliane do Nascimento¹

Anny Caroline Santos de Paula²

Priscila Araújo dos Reis Elyseu²

Palavras-Chave: Farmacorresistência bacteriana; uso de medicamentos; bactérias, farmácia clínica.

1. INTRODUÇÃO

Os medicamentos são a principal ferramenta terapêutica para a recuperação da saúde e melhora de quadros clínicos, e as doenças infecciosas são os principais motivos da utilização de medicamentos principalmente de antimicrobianos. O desenvolvimento dos antimicrobianos revolucionou o tratamento e erradicação de doenças causadas por bactérias sendo responsáveis pela redução do número de mortalidade e enfermidades em todo o mundo. Mas além de pontos positivos, o uso irracional desses fármacos trouxe consequências, como a RAM, termo para a Resistência Antimicrobiana (ROCHA et al, 2011).

Os antimicrobianos constituem um grupo de fármacos com estruturas químicas variadas e com funções de impedir o crescimento ou destruir o agente infeccioso, sem causar danos ao paciente. Esses medicamentos apresentam características diferentes quanto às suas propriedades físicas, farmacológicas, químicas, mecanismo de ação e espectro de ação. A eficácia de um antimicrobiano depende da sua concentração no local de ação que precisa ser suficiente para se alcançar duas ações distintas: a inibição do crescimento da bactéria pela ação bacteriostática ou destruição da população bacteriana pela ação bactericida (FRANCO et al, 2015).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2018) a RAM é uma das grandes ameaças à saúde e desenvolvimento global, apesar de ser um fenômeno que ocorre naturalmente o uso irracional desses medicamentos acelera o processo. As bactérias resistentes a medicamentos podem causar infecções que são difíceis de tratar e levar a consequências graves em humanos, aumentando o período de internação além da mortalidade. Como exemplo temos a bactéria *Klebsiella pneumoniae* que causa doenças nosocomiais. Ela apresentou resistência ao tratamento de último recurso com os antimicrobianos da classe dos carbapenêmicos e se espalhou por várias regiões do mundo. Outro caso de resistência é o da bactéria *Escherichia coli* à classe dos fármacos, mais utilizados para o tratamento de infecções do trato urinário, as fluoroquinolonas. A resistência se tornou generalizada e em vários países esse tratamento se tornou ineficaz em pelo menos na metade dos pacientes. Mais casos de resistência bacteriana a antimicrobianos foram relatados em 2014, onde foram registrados cerca de 480 mil novos casos de tuberculose multirresistente a medicamentos e em 2017 foram diagnosticados

¹ Docente Faminas-BH. Adriana.sousa@professor.faminas.edu.br

² Discente Faminas-BH

cerca de 600 mil casos de tuberculose resistentes a rifampicina (droga mais eficaz de primeira linha) sendo que 82% dessas pessoas apresentaram a tuberculose multirresistente.

29 e 30 DE OUTUBRO DE 2021

Segundo Médicos Sem Fronteiras (MSF, 2018), a tuberculose é considerada a doença mais mortal do mundo. Em cada ano, ocorrem em média 1,7 milhões de óbitos e cerca de 9,6 milhões de novos casos em países desenvolvidos. A MR-TB (Tuberculose Multirresistente) necessita de tratamento de duração longa, os quais são menos eficazes comparados com o tratamento da tuberculose não resistente.

Algumas estratégias podem ajudar a minimizar a RAM de acordo com o Plano Nacional para a Prevenção (ANVISA, 2020) e o Controle da Resistência Microbiana nos Serviços de Saúde (2017). Essas estratégias incluem a educação continuada da população e dos profissionais da saúde; a redução no número de prescrições, já que a utilização de antimicrobianos se tornou um fator determinante para o aumento da resistência; diminuir o consumo e a pressão seletiva. Outras estratégias também podem ser traçadas pela população em geral, por planejadores políticos, setor da saúde e por profissionais da saúde como o farmacêutico através da assistência e atenção farmacêutica utilizada com frequência na prevenção e controle dos casos de resistência.

A assistência e atenção farmacêutica são ações desempenhadas pelo farmacêutico em estabelecimento de saúde. A assistência farmacêutica é definida por ações com o objetivo de orientar e restringir o uso dos medicamentos, enquanto a atenção farmacêutica utiliza métodos clínicos, como identificação de problemas e coleta de dados, é a relação direta com o paciente. A atenção farmacêutica (AF) garante a assistência completa para prevenção, recuperação e proteção à saúde para o paciente e a população. As ações técnicas e clínicas da assistência e atenção dão suporte para a prescrição e dispensação dos medicamentos, que visa garantir o uso racional dos medicamentos e resultados clínicos efetivos (SANTANA et al, 2018).

Segundo o Conselho Federal de Farmácia (CFF, 2018), o farmacêutico é o profissional habilitado para desenvolver medidas preventivas e ajudar os demais profissionais no controle dos casos de resistência bacteriana. Ao promover a AF, tanto em drogarias e hospitais, quanto nos estabelecimentos públicos, o farmacêutico irá acompanhar e orientar os pacientes sobre os medicamentos prescritos e dessa forma ajudar no uso racional, principalmente dos antimicrobianos.

O objetivo do trabalho é discutir sobre os tipos de resistência bacteriana e a importância do profissional farmacêutico para o combate e controle dos casos de RAM através da assistência e atenção farmacêutica.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Uma pesquisa de campo estruturada foi realizada com abordagem quantitativa na Drogeria da Júlia localizada no Bairro Santa Branca – Belo Horizonte, MG. A finalidade dessa pesquisa foi avaliar o uso dos antimicrobianos de acordo com as classes prescritas e idade dos pacientes, e com estes dados analisar a importância da assistência farmacêutica nas situações diversas.

Foram analisados 50 receituários de antimicrobianos com a autorização e orientação prévia da farmacêutica responsável pelo estabelecimento. As receitas de antimicrobianos retidas no estabelecimento foram analisadas para a obtenção dos dados no período de 20 de Junho a 5 de Julho de 2020. Os critérios de inclusão foram antimicrobianos orais, ambos os sexos, idade variadas entre outros aspectos e os de exclusão foram antimicrobianos tópicos. Não foi necessário o contato direto com o paciente e as informações retiradas foram anotadas em um quadro, numerado de 1 a 50 com as informações: sexo, nome e classe do antimicrobiano, número de receitas e idade do paciente.

Foi elaborado um projeto de pesquisa que foi submetido ao comitê de ética da Plataforma Brasil (32084420.8.0000.8107), para a utilização dos dados das receitas arquivadas.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

Foram analisadas 50 receitas de antimicrobianos durante o período de 20 de junho a 5 de julho de 2020. De acordo com a RDC 20/2011, as receitas de antimicrobianos devem conter: data, identificação do emissor (endereço e carimbo) e do usuário, deve estar legível e com a posologia descrita, o farmacêutico deverá atender essa receita somente no prazo correto (até 10 dias após a data que foi prescrita pelo médico) e na hora da retenção colocar os dados do paciente como sexo, idade e solicitar a sua assinatura.

Das receitas analisadas, 19 precisaram da intervenção da farmacêutica, pois 14 apresentavam ilegibilidade da receita, 2 não apresentavam CRM do prescritor e 3 não tinham a posologia do medicamento.

Observou-se durante a análise das receitas entre médicas e odontológicas, que 66% foram prescritas para pessoas do gênero feminino e 34% para o gênero masculino. Observou-se que entre 20-30 anos tiveram 23 prescrições correspondendo a 46%. Entre 31-49 anos foram 27 prescrições correspondendo a 54%. A inclusão de dados como gênero e idade na receita permitiu aperfeiçoar o monitoramento do perfil farmacológico e epidemiológico do uso destes medicamentos no país, que é realizado por meio da inclusão dos dados no Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), segundo os artigos 13 e 16 da RDC nº 20/211 (GONÇALVES et al, 2017).

De acordo com os resultados obtidos a classe de antimicrobianos que ocorreu o predomínio de prescrições foram os β -Lactâmicos (Penicilinas) sendo 22 receitas prescritas com essa classe (44%), seguido pelos Macrolídeos com 8 receitas prescritas (16%), as Cefalosporinas de 1ª geração com 7 receitas prescritas (14%), as Quinolonas de 2ª geração com 5 receitas prescritas (10%), as Quinolonas de 3ª geração com 4 receitas prescritas (8%), seguida da Nitrofurantoína com 3 prescrições (6%) e por último a classe das Sulfas com 1 receita prescrita (2%).

Os antimicrobianos pertencentes à classe dos β -Lactâmicos, foram os mais prescritos (44%) na drogaria durante o período. Eles são bactericidas e apresentam como mecanismo de ação a inibição da síntese da parede celular das bactérias com um amplo espectro de ação, atuando contra bactérias gram-positivas e gram-negativas. Porém, as bactérias gram-negativas desenvolveram mecanismos de resistência contra esses antimicrobianos por meio da produção de beta-lactamases, enzimas que degradam o anel beta-lactâmico. Associar o antimicrobiano com inibidores de beta-lactamases, como o ácido clavulânico, tem como objetivo superar a inativação dos betas-lactâmicos por essas enzimas, porém não são todas as beta-lactamases que na presença desses inibidores são desativadas (SILVA, 2017).

Ao discutir sobre os tipos de resistência bacteriana é importante considerar o mecanismo de ação dos antimicrobianos e as propriedades que serão necessárias para garantir a sua eficácia, tais como se serão capazes de alcançar seus alvos moleculares, ou seja, de maneira intracelular atingir a concentração suficiente para ultrapassar a membrana celular da bactéria e produzir seus efeitos, reconhecer a molécula-alvo para impedir o crescimento ou levar a morte bacteriana; evitar mecanismos de resistência como bomba de efluxo, além de evitar a modificação do fármaco e inativação por enzimas no ambiente extracelular (MOTA et al, 2010).

As bactérias utilizam mecanismos para impedir a ação dos antimicrobianos podendo elevar a resistência bacteriana, pela capacidade intrínseca sem interferência de fatores externos por já possuírem genes de resistência. A resistência adquirida é influenciada por fatores externos e seu material genético sofre mutações para que dessa forma adquira a resistência, e que poderá ser transferida entre micro-organismos. A decisão do tratamento com o antimicrobiano deverá ser tomada por um profissional quando o paciente apresentar sinais de infecções, através de exames laboratoriais ou de imagem. A seleção do antimicrobiano é uma etapa imprescindível para se evitar o aparecimento de bactérias resistentes, dessa forma o farmacêutico através da AF é o profissional habilitado para a orientação da utilização, para se evitar o uso irracional dos medicamentos e a pressão seletiva (LUPATINI et al, 2016).

A falta de informações na prescrição pode ocasionar um erro no tratamento, dificultando a dispensação e podendo causar um problema relacionado a medicamentos (PRM) nesse paciente. Erros como a

ilegibilidade podem ocasionar a troca da medicação, a administração de doses erradas e levar a um entendimento incorreto das informações presentes na prescrição, ocasionando ineficácia terapêutica na utilização de antimicrobianos a resistência bacteriana (GONÇALVES, 2017).

A atenção farmacêutica em farmácias e drogarias é fundamental para a prevenção da resistência bacteriana, já que envolve toda a parte clínica do tratamento farmacológico e o contato direto com o paciente, além de acompanhar as suas dúvidas e fazer orientações quanto a utilização dos antimicrobianos e promover o seu uso racional. Além do contato com o paciente, o farmacêutico poderá entrar em contato com o médico em caso de dúvidas ou erros na prescrição, e a qualquer hora fazer um encaminhamento caso perceba fatores que irá interferir no tratamento farmacoterapêutico (GONÇALVES, 2017).

De acordo com o Protocolo de Segurança, Uso e Administração de Medicamentos (2013), o farmacêutico tem importantes funções, dentre elas a dispensação correta dos medicamentos, garantir disponibilidade de medicamentos para administração ao paciente no tempo certo, na dosagem adequada, colaborando para o uso correto da medicação, assim como promover a prevenção, redução e identificação de erros de prescrição e dispensação.

Segundo as Nações Unidas (OMS, 2018) a amoxicilina e a amoxicilina/ácido clavulânico representam os fármacos mais utilizados no mundo todo, em 49 países essa classe representa 50% do consumo dos antimicrobianos. Sendo indicados para tratamento de primeira linha de escolha para infecções comuns e são pertencentes à classe “acesso” da Lista de Medicamentos Essenciais da OMS.

Combater a resistência bacteriana é considerado alta prioridade para a OMS, já que eleva o tempo de internação do paciente, aumentam os gastos e diminuem a possibilidade de tratamento e cura das doenças infecciosas. Por isso, foi aprovado um Plano de Ação Global na Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2015 sobre resistência aos antimicrobianos, tendo como objetivo garantir que a prevenção e tratamento de doenças infecciosas continuem com medicamentos que sejam seguros e eficazes (OMS, 2017).

4. CONCLUSÃO

A resistência bacteriana se tornou um problema de saúde pública no mundo e o fator que acelera o desenvolvimento de bactérias resistentes é o uso irracional dos antimicrobianos. A pesquisa demonstrou que a intervenção farmacêutica mediante os erros apresentados em 38% das prescrições de antimicrobianos foram fundamentais para que acontecesse a dispensação de forma correta e segura para o paciente, visto que erros de prescrição podem reduzir a possibilidade de o tratamento ser efetivo ou ainda aumentar os riscos de lesão ou danos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos**. 2013. Disponível em:<
<https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/seguranca-na-prescricao-uso-e-administracao-de-medicamentos>> Acesso em: 25 de Maio de 2020.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária, (ANVISA). **Plano Nacional para a Prevenção e o Controle da Resistência Microbiana nos Serviços de Saúde**. 2015. Disponível em:<
<http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/271855/Plano+Nacional+para+a+Preven%C3%A7%C3%A3o+e+o+Controle+da+Resist%C3%A7%C3%A3o+Microbiana+nos+Servi%C3%A7os+de+Sa%C3%BAde/9d9f63f3-592b-4fe1-8ff2-e035fcc0f31d>>. Acesso em: 15 de Abril de 2020.

29 e 30 DE OUTUBRO DE 2021

Conselho Federal de Farmácia (CFF). **Resolução nº 300 de 30 de janeiro de 1997. Regulamenta o exercício profissional em Farmácia e unidade hospitalar, clínicas e casas de saúde de natureza pública e privada.** Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/300.pdf>>. Acesso em: 1 de Maio de 2020.

FRANCO, Jonatan Martins Pereira Lucena; *et al.* **O papel do farmacêutico frente à resistência bacteriana ocasionada pelo uso irracional de antimicrobianos.** *Semana Acadêmica*, Fortaleza, v. 1, ed. 72, p. 1-17, 2015.

GONÇALVES, Michelle Gomes da Silva *et al.* **Avaliação das receitas de antimicrobianos dispensados em uma farmácia comunitária no município de Caucaia – Ceará.** *Boletim Informativo Geum*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 15-22, jan/mar. 2017.

LUPATINI, Evandro de Oliveira *et al.* **Conhecimento dos pacientes de um hospital de ensino a respeito dos medicamentos prescritos na alta.** *HU Revista*, Juiz de Fora, v. 42, n. 4, p. 315-322, nov/dez, 2016.

Médico Sem Fronteiras, MSF. **Tuberculose.** 2018. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atividades-medicas/tuberculose>> Acesso em: 20 de Março de 2020.

Organização Mundial de Saúde, OMS. **Resistência Antimicrobiana.** 2018. Disponível em: <<https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/resistencia-a-los-antimicrobianos>> Acesso em: 15 de Março de 2020.

ROCHA, Diego Pessoa *et al.* Coordenação de metais a antibióticos como uma estratégia de combate à resistência bacteriana. **Química Nova**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 111-118, 2011.

SANTANA, Kamila Dos Santos *et al.* **O papel do profissional farmacêutico na promoção da saúde e do uso racional de medicamentos.** *Revista Científica FAEMA*, Ariquemes-RO, ano 2018, v. 9, n. 1, p. 399-412, jan/jun. 2018.

SILVA, Inês Matos e. **ANTIBIÓTICOS BETA-LACTÂMICOS E AS “SUPERBACTÉRIAS”.** Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências Farmacêuticas (Curso de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2017.